

Carlos Elias Monteiro Barbosa

TRÂNSITOS NO ATLÂNTICO: EXPERIÊNCIAS MIGRATÓRIAS NO ARQUIPÉLAGO DE CABO VERDE

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Carlos Elias Monteiro Barbosa

## Trânsitos no Atlântico: Experiências Migratórias no Arquipélago de Cabo Verde

Tese de Doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global, orientada pelo Professor Doutor Clemens Zobel e pela Professora Doutora M. Margarida Marques e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Doutor

setembro de 2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA





FEUC

FACULDADE DE ECONOMIA  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Carlos Elias Monteiro Barbosa

# **Trânsitos no Atlântico: Experiências Migratórias no Arquipélago de Cabo Verde**

Tese de Doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global, apresentada à Faculdade de  
Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Doutor

Orientadores: Prof. Doutor Clemens Zobel e Prof. Doutora M. Margarida Marques

setembro de 2014



## **Agradecimentos**

O resultado que aqui se apresenta, acima de tudo, tem lugar devido a dádiva da vida e a Graça do Criador, fonte da sabedoria.

Uma nota de agradecimento à Fundação para a Ciência e Tecnologia que proporcionou as condições financeiras para a realização deste trabalho.

Quero expressar a minha profunda gratidão aos meus orientadores que foram sempre fontes de conhecimento e estímulo intelectual. Ao professor Clemens Zobel pela sua serenidade e pelas suas ideias desde o início deste processo. A sua contribuição ajudou-me a moldar este trabalho ganhando passos para leituras mais abrangentes dos fenómenos sociais. Também estou plenamente grato à professora Margarida Marques pelas sugestões, pelos pertinentes comentários, pelas leituras e pelas construtivas críticas que se revelaram de extrema importância para o seguimento deste trabalho.

Gostaria de agradecer também a todos os professores do programa “Pós-Colonialismo e Cidadania Global”, pelo rigor académico, pelo espírito de partilha e pela amizade. Aos meus colegas Carla, Carine, Eunice, Eurídice, Kátia, Fabrice, Júlia, Miye, Marcos, Nílton e Túlio o meu grande abraço pelo espírito de companheirismo e de uma verdadeira equipa de doutorandos construída desde o início desta jornada.

Agradeço profundamente ao Professor Marcelo Galvão Baptista que apoiou o meu acolhimento institucional na Universidade de Cabo Verde para o trabalho de terreno. Todo o incentivo, os concelhos e a amizade foram fundamentais para os passos dados que favoreceram a realização deste projeto. Em Cabo Verde também agradeço aos meus colegas Odair Varela, Celeste Fortes, Carmen Barros, Francisco Carvalho, Orlando Baptista e muitos outros amigos pelo seu apoio. Devo um agradecimento muito especial ao Max Ruben Ramos, companheiro de inúmeras discussões e reflexões sobre os fenómenos e questões que envolvem o mundo contemporâneo.

À (tia) Aida Silva, ao Sr. Miranda, ao Rev. Fortunato Lima e família e tantas outras pessoas que sempre apoiaram e estimularam este empreendimento, o meu apreço pela amizade.

Um agradecimento muito especial aos meus interlocutores em Cabo Verde, em Portugal e no Senegal. Não há espaço para ser exaustivo e mencionar todos (e não são poucos aqueles que amavelmente sustentaram as minhas questões, intromissões, dúvidas e pacientemente ensinaram-me muito sobre as suas experiências). Mas gostaria

de mencionar alguns deles que foram muito importantes ao longo deste percurso. Em São Vivente: Pap Ndau, Mamadou (Sulabanko), Pastor Alfred, Dennis, Marie Louise e Binta. Em Dacar: Júlia, Nicolau, Ana, Victor, António Lima. No Sal: Vincent, Pastor Luís Monteiro, (tia) Zaza, Zé e Vanusa. Na Boa Vista: Rev. Mário Rodrigues, Bia Rodrigues, Rev. Francisco Vaz e aos membros do grupo evangélico da Guiné Bissau que amavelmente partilhou algumas das suas experiências comigo.

Finalmente, um agradecimento especial aos meus pais e aos meus irmãos, que apoiaram desde a primeira hora todo este trajeto e foram, com o seu esforço e suporte, indispensáveis para o resultado final, como também para a Bety e para a Cora Eunice, pela paciência, compreensão e carinho. É a vocês que dedico esta tese.

Esta tese contou com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia através da bolsa de doutoramento ref: SFRH/BD/63241/2009





## Resumo

Esta tese propõe o levantamento da discussão sobre os fenómenos migratórios de e para Cabo Verde. Falar de experiências migratórias implica penetrar um pouco mais na esfera das subjetividades e tentar perceber o modo como as pessoas interpretam as viagens, os lugares, as pessoas... E as respostas que procuro apresentar nesta tese revelam caminhos que se abrem e perspectivas que se posicionam no sentido de um conhecimento mais apurado de experiências migratórias e de dinâmicas sociais que ligam este pequeno arquipélago do Atlântico ao mundo. Estas discussões sobre migrações, de um modo ou de outro, deverão produzir mecanismos de diálogo capazes de enfatizar, não só as estratégias de vida dos migrantes, mas também linhas de solidariedade.

As abordagens em torno das migrações internacionais, geralmente, têm enfatizado a unidirecionalidade dos fluxos, conduzindo conceitos como o de “trânsito” a compreensões mais exclusivas do termo, e muito centrados em categorias como “clandestino”. Na virada do século 21 o movimento de africanos para a Europa ganhou um forte destaque nas esferas mediáticas e políticas, representando imagens trágicas de homens e mulheres que procuram alcançar, de forma clandestina, uma vida diferente na Europa. A estes cenários criaram-se determinadas categorias como a de “migrações de trânsito” ou de “países de trânsito” que acabam por ficar presas, na maioria das vezes, às ideias de migrações irregulares com destino aos países ocidentais. Tais conceitos, mais uma vez, entram num campo discursivo que figuram o migrante a um imaginário que remete o sujeito migrante trabalhador para a marca da ordem colonial. Essa persistência das fronteiras criadas no período colonial ainda se faz sentir quando a imagem referente aos migrantes irregulares é produzida discursivamente como habitantes de um espaço circunscrito aos cidadãos nacionais, isto é, este último compreendido pelos indivíduos ligados ao Estado numa base legal.

Esta tese procura, assim, demonstrar que as experiências das pessoas são dinâmicas e vão revelando ligações e abrindo corredores em função dos elos sociais estabelecidos. Esta tese vem, não somente, no propósito de avistar alguns dos factores propiciadores das migrações para o arquipélago e que levantam um conjunto de novos desafios, mas também na tentativa de compreender essas dinâmicas e a forma como processos e percursos migratórios podem constituir-se em função de elos sociais de

ordem transnacional, e os espaços vão ganhando pontes de ligação e corredores que, por seu turno, podem sugerir uma fluência maior de pessoas.

Com efeito, a par de um conjunto de factores que terão influenciado um aumento dos fluxos migratórios em direção a Cabo Verde, acabo por apresentar nos dois últimos capítulos desta tese um conjunto de elementos que representam outras experiências como a fixação ou o reforço de laços que não se limitam nem culturalmente nem geograficamente, conferindo a riqueza e a criatividade que as pessoas podem carregar.

Palavras-chave: Migrações; Trânsitos; Transnacionalismo; Cabo Verde; Atlântico

## **Abstract**

The purpose of this thesis is to bring up the discussion of migration to and from Cape Verde. Speaking of migratory experiences implies penetrating a little more in the sphere of subjectivity and trying to understand how people interpret travel, places, people ... The answers I seek to present in this thesis reveal opening routes, and perspectives that are positioned towards a more accurate knowledge of migratory experiences, and social dynamics that bind this small Atlantic's archipelago to the world. These discussions on migration, one way or another, should produce mechanisms of dialogue able to emphasize not only the life strategies of migrants, but also lines of solidarity.

The approaches around the international migration have generally emphasized the unidirectional flows, leading concepts such as “transit” to the most exclusive understandings of the term, and very focused on categories such as “illegal”. At the turn of the 21st century the movement of Africans to Europe gained a strong emphasis on the media and political spheres, representing tragic images of men and women looking to achieve in a clandestine manner, a different life in Europe. To these scenarios were created certain categories like “transit migration” or “transit countries” that end up getting attached, most of the time, to the ideas of irregular migration bound for Western countries. Such concepts, once again, enter in a discursive field shown the migrant to an imagery that refers the subject migrant worker to the mark of the colonial order. This persistence of boundaries created during the colonial period is even felt when the image relating to irregular migrants is produced discursively as inhabitants of a space restricted to nationals, i.e., the nationals assumed by individuals linked to State in a legal basis.

Therefore, this thesis seeks to demonstrate that people's experiences are dynamic revealing connections and opening corridors in terms of established social ties. This thesis is not only looking at some of the favorable factors to migration to the islands and posing a set of new challenges, but also in trying to understand these dynamics. Also, to explain how processes and migratory pathways may be established in function of social ties of transnational order and, on the other hand, bridging spaces, linking corridors suggesting a greater fluency of people.

Indeed, alongside a number of factors that have influenced an increase of migratory flows toward Cape Verde, I end up presenting in the last two chapters of this thesis a set of elements that represents experiences such as establishing or strengthening

links limited neither culturally nor geographically, conferring the wealth and the creativity that people can carry.

Keywords: Migration; transits; transnationalism; Cape Verde; Atlantic

## Résumé

Cette thèse propose la levée de la discussion de la migration vers et pour le Cap-Vert. Parler des expériences migratoires implique de pénétrer un peu plus dans la sphère de la subjectivité et d'essayant de figurer dehors comment les gens interprètent les voyage, les lieux, les personnes... Et les réponses que je cherche à présenter dans cette thèse révèlent qu'ouvrir des chemins et perspectives à ce positionnement vers une connaissance plus précise des expériences migratoires et des dynamiques sociales qui relient ce petit archipel de l'océan Atlantique au monde. Ces discussions sur les migrations, d'une manière ou d'autre, devraient produire des mécanismes de dialogue capables de souligner non seulement les stratégies de vie des migrants, mais aussi les lignes de la solidarité.

Les approches autour de la migration internationale généralement mettent l'accent sur les flux unidirectionnels, en utilisant des concepts tels que «transit» aux perceptions les plus exclusives du terme, et très concentré sur des catégories telles que «clandestin». Au tournant du 21e siècle, le mouvement des Africains vers l'Europe a gagné un fort accent sur les médias et les sphères politiques, représentant des images tragiques d'hommes et de femmes qui cherchent à réaliser de façon clandestine, une autre vie en Europe. Pour ces scénarios ont été créées certaines catégories comme «migrations de transit» ou «pays de transit» qui finissent par être arrêtés, la plupart du temps, les idées de la migration irrégulière à destination des pays occidentaux. Ces concepts, encore une fois, entrent dans un champ discursif apparaissant dans l'image des migrants qui se réfère le travailleur migrant à la marque de l'ordre colonial. Cette persistance des frontières créées pendant la période coloniale est encore ressentie lorsque l'image se rapportent aux migrants irréguliers est produite par le discours que les habitants d'un espace ressortissant aux citoyens nationaux compris par les personnes liées aux Etats sur une base juridique.

Cette thèse vise donc démontrer que les expériences des gens sont dynamiques et vont révéler des liens et ouvrant des couloirs en fonction de liens sociaux établis. Cette thèse ne vient pas seulement dans le propos d'apercevoir quelques facteurs favorables à la migration vers les îles et en posant une série de nouveaux défis, mais aussi en essayant de comprendre cette dynamique et comment les processus et les voies de migration peut être en fonction des liens sociaux d'ordre transnationale, et les

espaces vont gagner des ponts des liaisons et de communication qui, à son tour, peut suggérer une plus grande fluidité de personnes.

En effet, aux côtés d'un certain nombre de facteurs qui auront influencé une augmentation des flux migratoires vers le Cap-Vert, je finis par présenter dans les deux derniers chapitres de cette thèse un ensemble d'éléments qui représentent d'autres expériences et la mise en place ou le renforcement des liens que ne se limite pas culturellement, ni géographiquement, donnant la richesse et la créativité que les gens peuvent porter.

Mots-clés: Migrations; Transits; Transnationalisme; Cap-Vert; Atlantique

## **Lista de Figuras**

Figura 1 – Localização geográfica do arquipélago de Cabo Verde	42
Figura 2 – Rota de tráfico de escravos para Santiago e Américas	54
Figura 3 – Total da população estrangeira, por sexo	108
Figura 4 – Total da população de nacionalidade estrangeira, por idade	112
Figura 5 - População de nacionalidade estrangeira em Cabo Verde, segundo continente de origem, por grupos etários	113
Figura 6 - População de nacionalidade estrangeira em Cabo Verde, segundo nacionalidade, por grupos etários	114

## **Lista de Quadros**

Quadro 1 – Práticas transnacionais e ligações económicas entre pequenos comerciantes do espaço da CEDEAO, de origem ou com residência em Cabo Verde	164
---	-----

## Lista de Tabelas

Tabela 1 – Emigração cabo-verdiana forçada no século XX	68
Tabela 2 – Emigração cabo-verdiana na primeira metade do século XX	73
Tabela 3 – Emigração de Cabo Verde, por ano, segundo a origem dos emigrantes: 1953-1973	76
Tabela 4 – Número de passageiros em trânsito no Porto Grande, por nacionalidade	85
Tabela 5 – Imigração em Cabo Verde de 1953 a 1973	86
Tabela 6 – População residente em Cabo Verde, segundo a nacionalidade	99
Tabela 7 – Aquisição de nacionalidade cabo-verdiana (1977-2008), segundo país de origem	100
Tabela 8 – Crescimento da população de nacionalidade estrangeira em Cabo Verde entre 2000 e 2010	102
Tabela 9 – Autorizações de residência por nacionalidade, 1976-2008	105
Tabela 10 – Número concedido de autorizações de residência e de processos pendentes entre 2000 e 2010, segundo a nacionalidade e o continente de origem	106
Tabela 11 – População estrangeira em Cabo Verde, segunda a nacionalidade, por sexo em 2010	109
Tabela 12 – População residente em Cabo Verde de origem da CEDEAO	117
Tabela 13 – Autorizações de Residência em Cabo Verde em 2008, segundo a nacionalidade	129
Tabela 14 – Emissão e processos pendentes de autorizações de residência entre 2000 a 2010, por nacionalidade e grupos continentais	131
Tabela 15 – Tempo de permanência de nacionais estrangeiros em Cabo Verde	152



## **Lista de Gráficos**

Gráfico 1 – Aumento da população estrangeira em Cabo Verde de 2000 a 2010	103
Gráfico 2 - População de nacionalidade estrangeira em Cabo Verde, segundo origem continental, por sexo em 2010	111
Gráfico 3 – Distribuição da população de nacionalidade estrangeira por ilhas, segundo grupo continental	115
Gráfico 4 – Distribuição da população de nacionalidade estrangeira por ilha, segundo a nacionalidade	116
Gráfico 5 – Grandes Grupos Profissionais, segundo continente de origem e nacionalidade	118

## **Lista de Fotos**

Foto 1 – Parte interior do bairro Boa Esperança, Sal Rei – Boa Vista	142
Foto 2 – Uma sexta-feira às 13h, comunidade islâmica no bairro Boa Esperança, Sal Rei – Boa Vista	144
Foto 3 – Interior do Bairro da Boa Esperança	153
Foto 4 – Loja de artesanato em Povoação Velha, ilha da Boa Vista	154
Foto 5 – Igreja do Nazareno dos Espargos	173
Foto 6 – Rev. Luís Monteiro, Pastor da Igreja do Nazareno dos Espargos	173
Foto 7 – Irmão Vincent dirigindo a classe de Escola Dominical para anglófonos	175
Foto 8 – Classe de Escola Dominical anglófona, igreja do Nazareno dos Espargos	175
Foto 9 – Culto devocional dirigido por senhoras de origem anglófona – Espargos	179

## Sumário

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – Migrações, contextos e reflexões	11
1. Olhares em perspetivas	13
2. As condições do investigador no terreno	18
3. Migrações na região da África Ocidental	23
4. Migrações internacionais à escala global	27
5. Trânsitos, emigração, imigração e definições estratégicas?	31
6. Conclusão	36
CAPÍTULO II – Cabo Verde, rotas e dinâmicas migratórias: um facto social total	39
1. Cabo Verde: enquadramento geográfico, socioeconómico e político	41
2. Da “descoberta” d’es dez grunzinho di terra	45
3. Chegada e povoamento: os primeiros registos migratórios	51
4. A emigração um elemento estrutural em Cabo Verde	62
5. Conclusão	78
CAPÍTULO III – Agora falamos de imigração como um fenómeno novo?	81
1. Migrações e o desenvolvimento do Porto Grande	83
2. Atuais factores impulsionadores das migrações internacionais para Cabo Verde	88
3. Caracterização da imigração em Cabo Verde	98
4. Conclusão	119
CAPÍTULO IV – Estado, migrações e desafios contemporâneos	121
1. Abordagem administrativa sobre as migrações para Cabo Verde	123
2. Estado, modernidade e geopolítica das migrações	132

3. Imigração, Estados-nação e os seus impasses: Alguns sinais de alerta	140
4. Trânsito bloqueado ou projetos desconhecidos?	148
5. Conclusão	155
CAPÍTULO V – Histórias cruzadas: laços transnacionais, religiosidade e família	157
1. Vidas dirigidas para um espaço de interseção transnacional	159
2. Vidas guiadas pela fé	169
3. Migrar por um ideal de família	181
4. Conclusão	189
CONSIDERAÇÕES GERAIS	191
BIBLIOGRAFIA	197
APÊNDICE	

# Introdução

## **Encontros e Despedidas**

*(Milton Nascimento & Fernando Brant)*

Mande notícias do mundo de lá / Diz quem fica  
Me dê um abraço / Venha me apertar / Tô chegando  
Coisa que gosto é poder partir / Sem ter planos  
Melhor ainda é poder voltar / Quando quero  
Todo o dia é um vai-e-vem / A vida se repete na estação

Tem gente que chega pra ficar  
Tem gente que vai pra nunca mais  
Tem gente que vem e quer voltar  
Tem gente que vai e quer ficar  
Tem gente que veio só olhar  
Tem gente a sorrir e a chorar

E assim chegar e partir / São só dois lados / Da mesma viagem  
O trem que chega / É o mesmo trem da partida  
A hora do encontro / É também despedida  
A plataforma desta estação  
É a vida deste meu lugar / É a vida deste meu lugar  
É a vida.

## ***- Ideias gerais***

Este poema de Milton Nascimento e de Fernando Brant, que dá lugar a uma das mais belas interpretações musicais de Milton Nascimento, revela uma das maiores experiências de migrações também noutras paragens. Uma música que oiço há muitos anos e que faz-me viajar em imaginações sem fim de viajantes, suas alegrias, suas tristezas, as saudades, as novas relações, as despedidas, os abraços... Fiquei durante algum tempo a pensar se a colocaria no início ou no final desta tese. Por fim, optei por deixá-la nas primeiras linhas como apresentação daquilo que se pretende demonstrar ao longo deste trabalho, revelador de muito daquilo que pude presenciar, escutar e sentir das experiências que cruzaram o curso deste projeto de estudo sobre as migrações humanas. Particularmente, as ilhas de Cabo Verde, enquanto ponto focal desta investigação, espelha-se de uma maneira muito evidente nas palavras deste poema, pois sempre se provou, na sua essência, esse complexo de sentimentos, de gentes, de histórias, e esses dois lados que caracterizam a viagem.

As respostas apresentadas nesta tese são caminhos que se abrem e perspectivas que se colocam no sentido do conhecimento de experiências migratórias e dinâmicas sociais que acontecem também neste ponto do Atlântico. Mas trabalhar sobre contextos migratórios, ou, mais precisamente, sobre a imigração, implica um processo de produção de conhecimento que fale do “outro”. Contudo, falar do “outro” obriga ao resultado de uma grande responsabilidade e a reconstrução do “outro” de forma condigna (Cury, 2007: 64). Esta é uma chamada de atenção relativamente a modos como é possível construir imagens generalizadas e distorcidas sobre esse “outro”. Por vezes, transformando essas imagens em verdades essenciais, mediante a posição onde elas são formuladas, ou porque ganham o pendão de “verdades científicas”. Efetivamente, grande parte dos adjetivos utilizados nos meios académicos acabam por assumir um carácter de superioridade.

Particularmente, os migrantes entram no rol de exemplos enquadrados nos discursos que colocam grupos sociais e lugares do mundo em categorias e níveis bem distintos. Isto recai com muita frequência naquilo que a romancista nigeriana Adichie Chimamanda intitula “the danger of a single story”, logo, estimulando a reprodução de

interpretações distorcidas relativamente a inúmeras experiências.<sup>1</sup> Certamente, um outro princípio sociológico deve entrar nesses parâmetros de produção de um conhecimento mais abrangente e que corresponda às necessidades humanas. A busca do “outro”, a aprendizagem e a compreensão de outras experiências deve ir mais além nas interações sociais, permitindo, para além da prosperidade material das sociedades, para além do acompanhamento e participação na modernidade, proporcionar um outro sentido de entendimento sobre a vida humana. Isto é, produzindo mecanismos mais intensos de diálogo e de solidariedade como instrumentos de resolução das inúmeras crises vividas nos vários pontos do mundo.

### ***- Questões centrais e propósito da tese***

Duas grandes forças têm motivado a circulação de pessoas de uma região para outra: o sistema global capitalista que regula a distribuição internacional do mercado laboral; a capacidade que as pessoas têm de aproveitar ou de se apropriarem do sistema para satisfazerem as suas necessidades, os seus planos, os seus sonhos, imaginários, etc. Entretanto, a maneira como interpretamos essas deslocções também depende da perspectiva que se tem sobre as migrações. E estudar as migrações internacionais num espaço menos comum de abordagens sobre as chegadas, as raízes e os laços que se estabelecem entre as migrações e este espaço, acaba por trazer, para além de uma leitura crítica, elementos empíricos muito interessantes. Pensar e estudar as migrações para e de Cabo Verde apresenta um duplo desafio: a) o desafio da pesquisa, num campo historicamente constituído em percursos múltiplos de migrações; b) o desafio da escrita, que não se limita à descrição das interpretações dos contextos empíricos, mas também da caracterização dos diálogos que se formam a partir deste ponto onde pessoas, ideias e bens têm-se cruzado ao longo de séculos.

O facto central que deu origem a este projeto justifica-se, em parte, nos debates mais recentes que passam da exclusividade de um contexto de emigração para um novo cenário de país de imigração. Vem-se descrevendo a imigração em Cabo Verde como um fenómeno novo desde a década de noventa (Leitão da Graça, 2007: 161), e começa-

---

<sup>1</sup> Ver a interessante narrativa produzida por Adichie Chimamanda, “the danger of a single story”, em linha [http://www.ted.com/talks/chimamanda\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story?language=pt](http://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt), acedido a 28 de Fevereiro de 2014.

se a discutir o fenómeno do retorno, mesmo perante o persistente ímpeto emigratório cabo-verdiano em confronto com o reforço das políticas barrando as migrações (Carling, 2002). Contudo, advoga-se nesta tese a presença das migrações de um modo continuado desde o momento da chegada dos portugueses, num modelo de ocupação a partir do século XV e imediatamente apoiando-se nas relações com os Rios da Guiné, dando lugar a um longo período de tráfico que se apoiou nessas ilhas do Atlântico como plataforma de circulação de escravos, de comerciantes, etc. Logo, no arquipélago se conjugaram, de forma peculiar, fortes relações que entraram nas configurações de experiências sociais em Cabo Verde.

Não deixa de ser um facto que vivemos atualmente um novo cenário de reconfiguração de rotas migratórias e que, Cabo Verde, à sua escala, tem-se apresentado, sobretudo desde a última década do século passado, enquanto um atrativo palco de múltiplas origens. Assim, o fenómeno das migrações no arquipélago de Cabo Verde revela-se particularmente interessante e implica falar, necessariamente, de um todo que, obviamente, expressa a articulação de contextos e experiências migratórias que vão a contramão da relação dicotómica emigração / imigração. De facto, quando falamos de “imigração” o que está em jogo é a visão normativa e generalizada que envolve a abordagem relativamente ao cruzamento das fronteiras nacionais.

A tentativa de fugir dos adjetivos que determinam categorias sociais nem sempre é possível. Contudo, ao longo deste trabalho procurei seguir, quanto possível, os percursos, as histórias e compreender as experiências de migrantes que têm tido Cabo Verde como um dos palcos principais das suas trajetórias. E da conjugação de um conjunto de elementos e a participação dos intervenientes neste estudo é possível apresentar algum contributo em torno do conhecimento sobre as realidades migratórias em Cabo Verde. Por exemplo, os casos apresentados nos últimos pontos da tese, vêm de forma mais clara, demonstrar a verdadeira complexidade, quer em termos de decisões e de projetos de vida, como de ligações várias que possibilitam a participação de pessoas em espaços sociais transnacionais. Percebemos, imediatamente, que um dos conceitos centrais deste trabalho, o de trânsitos, e que dá título a esta tese, ganha uma dimensão muito mais abrangente do que aquela que surge dos meios políticos e mediáticos, definida de forma mais linear e unidirecional.

A dinâmica das migrações nas ilhas de Cabo Verde demonstra a pertinência da análise das características das migrações contemporâneas num jogo de continuidade, persistência e flexibilidade das fronteiras. Na verdade, o interessante é que na



compreensão das ações criativas dos sujeitos migrantes se provem das riquezas inerentes à subjetividade dos migrantes confrontando-se com os problemas que ditam uma visão da regulação dos fluxos migratórios, como contrariando imagens propagadas a respeito do “imigrante” inerentes à debilidade, à irregularidade, à fuga... E em qualquer uma dessas eventualidades, que estatuto assume Cabo Verde no quadro mais amplo das migrações regionais e internacionais de uma forma geral?

Esta tese vem, não somente, no propósito de avistar alguns dos factores propiciadores das migrações para o arquipélago e que colocam um conjunto de novos desafios para a sociedade cabo-verdiana, mas também na tentativa de compreender as dinâmicas e a forma como processos e percursos migratórios podem constituir-se em função de elos sociais de ordem transnacional, e os espaços vão ganhando pontes de ligação e corredores que, por seu turno, podem sugerir uma fluência maior de pessoas. Ao mesmo tempo deixo-me conduzir pela reflexão da complexidade desses movimentos, sem deixar de considerar a problemática que se levanta relativamente a determinadas representações atribuídas aos grupos migrantes, embora não sendo este um dos focos de destaque neste estudo.

Partindo de uma reflexão sociológica, admitimos que a emergência de fluxos migratórios para Cabo Verde poderá apontar para dimensões que ultrapassam o controlo e a definição de quem entra por parte dos Estados-nação. Que dinâmicas se constituem a partir das várias linhas migratórias e que acabam por cruzar o arquipélago? Que significado se pode retirar desta dualidade existente entre controlo das fronteiras e os hiatos criados? Que papel atribuir à plasticidade das fronteiras europeias? Em que medida a participação de Cabo Verde nas novas políticas europeias de controlo de fronteiras pode de alguma forma influenciar os comportamentos migratórios regionais e, em particular, o estatuto de Cabo Verde? Sem dúvida que esta atenção dispensada à imigração constitui um dos maiores desafios aos Estados e à ordem internacional neles baseada, especialmente em virtude das controvérsias que não podem deixar de se gerar em torno da questão da gestão da imigração “ilegal” (Levinson, 2005: 5).

No quadro de percepção do capitalismo global, a posição de Cabo Verde parece ser medida numa escala da modernidade pós-colonial que exprime e sublinha as continuidades com o período colonial e as suas assimetrias.<sup>2</sup> Este enquadramento pouco nos diz, porém, sobre a posição e o papel de Cabo Verde no quadro da densificação das

---

<sup>2</sup> Sobre a crítica do posicionamento eurocêntrico nas relações políticas, económicas e culturais ver Ferguson, 1999; 2006; Escobar, 1995; Thomas, 2002; Bordonado e Pussetti, 2006.

rotas e das experiências migratórias regionais e transcontinentais. Mas é expressão de um quadro mais abrangente de migrações, quer tratando-se de emigração, de imigração ou de trânsitos. Vários cenários vão se apresentando onde se torna possível falar de: a) circulação migratória ou trampolim para a Europa, com particular destaque e intensidade a partir dos anos noventa do século passado; b) uma sedentarização que se vem registrando há várias décadas e ganha expressão mediante o controlo mais cerrado das fronteiras europeias e do Norte da América; nos últimos anos também assistimos essa resistência por parte do Brasil; c) relações sociais que ganham alguma densidade, reforçando elementos de inserção e suporte na realização pessoal; d) pequenos comércios que reforçam as ligações transnacionais; e) ainda, sem deixar de lado outras formas de ligações estabelecidas na região, como, por exemplo, através da emigração cabo-verdiana.

A despeito desse conjunto de questões levantadas, parece coerente a percepção de que o arquipélago de Cabo Verde, desde o seu povoamento aos dias de hoje, constitui-se num espaço onde as migrações correspondem de forma transversal às leituras que possamos fazer cruzando vários outros fenómenos sociais neste país. Podemos entender a sua dimensão, primeiramente, enquanto deslocamento de pessoas no espaço físico. Mas essas mobilidades qualificam-se em múltiplas dimensões (social, política, económica, cultural...) e num duplo sentido (chegada, partida). Isto é, se falamos das migrações, aqui podemos encontrar um bom exemplo para uma leitura da complexidade social cabo-verdiana, ao abordar a perspectiva histórica da sua formação (demográfica, política, económica, social e cultural) e as dinâmicas atuais que têm favorecido a mobilidade de pessoas de e para as ilhas de Cabo Verde.

### ***- Estrutura capitular da tese***

Esta tese procura fazer uma abordagem geral das migrações em Cabo Verde, dando particular atenção às correntes migratórias que chegam da região da Costa Ocidental Africana. Esta especial atenção deve-se, em parte, devido às questões iniciais que orientaram a decisão para este tema. Uma delas tem sido as medidas de proteção das fronteiras europeias e a forma como têm incidido na transformação das migrações com projetos circulares em novos contextos de fixação.

O Capítulo I apresenta um quadro de discussão crítica de reflexão sobre as migrações internacionais. O primeiro ponto avança com um conjunto de propostas metodológicas para o âmbito deste estudo, dando orientações à uma abordagem mais abrangente das experiências migratórias em Cabo Verde. O segundo ponto expõe a minha presença como investigador no terreno e as condições que esta relação apresenta perante um estudo de carácter científico, ou as suas virtudes em termos de transmissão de um processo de aprendizagem. O terceiro e quarto ponto assentam-se numa breve discussão de abordagens e de conceitos, quer ao nível das migrações na região da África Ocidental, como numa abordagem global sobre as migrações internacionais.

O Capítulo II concentra-se particularmente nas características históricas da formação social deste arquipélago. Após uma exposição do enquadramento geográfico, socioeconómico e político, no primeiro ponto, tem-se como recurso à história do povoamento das ilhas de Cabo Verde, no segundo e no terceiro ponto, bem como o seu contexto nas ligações com África, Europa e Américas, orientando circulações diferenciadas e contínuas para Cabo Verde. O quarto ponto deste capítulo aborda a emigração cabo-verdiana, enquanto um elemento estrutural em Cabo Verde.

No Capítulo III a discussão centraliza-se sobre o fenómeno da imigração para Cabo Verde. Começa-se, no primeiro ponto, por uma apresentação de contextos de migrações para este país desde outros tempos. O segundo ponto avança com uma apresentação generalizada sobre alguns dos principais factores que têm impulsionado fluxos migratórios para Cabo Verde. O terceiro ponto concentra-se na análise dos dados estatísticos sobre a imigração. Tendo como principais fontes os dados do Censo de 2010 e os dados estatísticos do Departamento de Estrangeiros e Fronteiras, é possível demonstrar um panorama sobre as populações migrantes no país.

O Capítulo IV reserva-se a uma discussão focalizando a relação do Estado e a imigração em Cabo Verde. Desde o quadro de regulação de entrada, saída e permanência de estrangeiro no território nacional cabo-verdiano, passando pelos acordos e parcerias de nível internacional, alargam-se o âmbito geopolítico e um conjunto de relações que têm avivado a politização da imigração. Com efeito, apresenta-se um panorama aparentemente harmonioso, mas com profundos desafios e com algumas controvérsias em função do controlo da imigração proveniente da Costa Ocidental Africana. Uma das principais preocupações levando a um rigor mais acentuado tem-se verificado por parte da União Europeia e do conjunto de parcerias fazendo estender as suas fronteiras também por toda a costa atlântica de modo a conter a

“imigração clandestina” e as “migrações de trânsito”. Para o Estado de Cabo Verde apresenta-se um cenário com sinais de alerta em função ao modo como poderão ser as abordagens em relação aos grupos migrantes presentes no território nacional. Para além dessa relação de controlo e de fechamento mais acentuado por parte das fronteiras europeias, destaco no quarto ponto deste capítulo uma discussão em torno da ideia do trânsito e as possibilidades de uma abordagem mais abrangente das dinâmicas migratórias ou da inversão de planos de trânsito para contextos de relativa fixação.

No Capítulo V apresento algumas das experiências recolhidas no processo desta pesquisa sobre as migrações em Cabo Verde. Desde possibilidades de trânsito a ligações transnacionais, este ponto do Atlântico apresenta-se, de facto, num contexto de interseções transnacionais, pelo modo como estrategicamente os sujeitos vão estabelecendo pontes transcontinentais que cruzam o arquipélago de Cabo Verde. Ainda, no segundo ponto deste capítulo, é apresentado um contexto muito interessante de ligação entre migração e religiosidade. Focalizo a experiência de migrantes que têm como uma das principais bagagens de viagem a fé, reforçando ligações de nível transnacional, como possibilitando espaços de maior inserção e de participação no contexto de destino. O terceiro ponto deste último capítulo da tese descreve experiências de três famílias de migrantes em Cabo Verde. Cada uma delas podendo apresentar trajetórias diferentes, mas ambas revelam uma característica comum. Trata-se de histórias de emigração feminina com o principal intuito de preservar ou fazer desenvolver um projeto e um ideal em torno da noção de família. De modo mais concreto, este ponto apresenta exemplos da imigração feminina em Cabo Verde e o seu impacto na concretização da imigração no país, conduzindo, de certo modo, a questionar uma noção mais fechada, linear e unidirecional de “trânsito”.

O que se apresenta com uma certa relevância a partir destas experiências apresentadas nestes últimos pontos da tese é que as ações dos sujeitos conferem vontades e necessidades de realizações e de autovalorização. Apresentam-nos aqui um conjunto de componentes muito interessantes de singularidade, destacando a exemplaridade nas experiências migratórias que, para além de revelarem o objetivo e a busca de sonhos, confrontam-se ao conjunto de categorias e de adjetivos que pesam os corpos dos migrantes. Contudo, atendendo a esta dimensão subjetiva dos processos migratórios, são apresentados elementos de riqueza que os sujeitos são portadores, propondo contrariar a imagem do migrante enquanto sujeito débil, marcado, de forma generalizada, pela negativa. Ao direcionar esta reflexão para elementos de subjetividade

levantam-se, assim, possibilidades de releituras de outras características, provavelmente, menos referidas nos estudos das migrações. Particularmente tratando-se de migrações no feminino, por exemplo, poderão revelar a constituição de novos cenários e novas dinâmicas neste espaço historicamente constituído por migrações.



# **Capítulo I**

## **Migrações, contextos e reflexões**





“Devemos sempre nos lembrar de que somos andarilhos que vagam no traçado da existência em busca de grandes respostas no pequeno parêntese do tempo”  
(Cury, 2006: 12)

## **1. Olhar em perspectivas**

Perante um quadro de dinâmicas e da complexidade dos movimentos migratórios que cruzam as ilhas de Cabo Verde a outras paragens, procurei direcionar este projeto tendo em conta as propostas procedentes do enquadramento metodológico designado por “*extended case method*”. Este procedimento tem sido desenvolvido pela antropologia social e cultural da escola de Manchester (Mitchell, 1956; 1983; Gluckman, 1958; 1961; 1964) e aplicado em vários estudos de caso (*cf.* Burawoy, 1998; Santos, 1983; 1995; Mendes, 1999; Estanque, 1999). Então, procurar-se-á analisar a complexidade, com vista a captar o que há de diferente ou de único em cada caso. Assim, é possível descrever minimamente a riqueza dos detalhes, o mundo em que o caso se insere, e a amplitude das incidências estruturais que se denunciam pela multiplicidade e profundidade das incidências que o constituem (Santos, 1983: 11-12). O tema deste estudo, no âmbito do programa “Pós-Colonialismos e Cidadania Global”, exige uma postura científica capaz de desmontar dicotomias formuladas pela modernidade. Segundo Michel Burawoy (1998: 6) é esta uma das principais virtudes do método de caso alargado. No entanto, como qualquer outro, o método de caso alargado tem as suas limitações. Boaventura de Sousa Santos (1983: 12) chama a atenção relativamente aos

riscos pelo uso indevido, podendo conduzir ao descritivismo ou à sobreteorização. Contudo, reivindica uma definição mais alargada do trabalho etnográfico (Fitzgerald, 2006: 2-3) capaz de identificar a causalidade na interconexão entre a situação social e o seu contexto de determinação.

Procuro apresentar uma postura epistemológica baseada na construção contínua de hipóteses e questionando acerca do nível de análise adequado à investigação das migrações (Portes *et al.*, 1999). Em termos metodológicos, os autores Alejandro Portes, Luís Guarnizo e Patricia Landolt (1999) definem como unidade de análise o indivíduo e as suas redes de suporte, reconhecendo também a importância de estruturas institucionais onde os sujeitos possam estar inseridos. Nesta lógica, apresenta-se um conjunto de indicadores necessários à verificação e compreensão dos processos migratórios e as formas de constituição de ligações com o arquipélago de Cabo Verde, bem como a complexidade do fenómeno da circulação/fixação migratória.

Uma investigação sobre os processos migratórios de/para Cabo Verde e o fenómeno da circulação, bem como o acolhimento de populações, particularmente aquelas de origem dos países da África Ocidental, vai no sentido de (re)trazer uma compreensão mais abrangente das migrações em Cabo Verde: a) pelas experiências da emigração, das migrações circulares, pendulares ou de fixação; b) pelos impactos perante o controlo das migrações, permitindo contemplar, as políticas que têm sido realçadas no âmbito do espaço Schengen, os seus reflexos sobre as populações migrantes e o que poderemos apreender a partir de uma reflexão da desterritorialização do controlo das fronteiras europeia (Mapril, 2008), em especial, as ações no Norte de África e na Costa Ocidental Africana face à imigração proveniente da África Subsariana.

Como é referido por Ronald Skeldon (1997:52 *apud* Haas, 2005: 2) há uma relação entre o nível do desenvolvimento económico, a formação do Estado e os padrões de mobilidade populacional. Noutras proporções Cabo Verde apresenta aspectos que estarão na base da relação entre o Estado, especialmente apontando para o período da transição democrática em 1991, e a abertura à economia mundial face às forças da globalização. As formas de interação social, as políticas adoptadas, as percepções e categorizações sobre os grupos migrantes têm no seu conjunto impactos no modo como se configurou o fenómeno migratório nas últimas décadas. Por isso, a implicação deste estudo na reflexão e na reconfiguração de algumas noções. Algumas

das noções convocadas para este trabalho são as de trânsito e de imigrante, que desde início pareceram pouco operacionais para o contexto deste estudo.

Aqui se levanta a questão da delimitação do campo de estudo. As dinâmicas e o inter cruzamento quotidiano das redes locais e translocais (Appadurai, 1996) apontam para a pertinência da adopção de uma dinâmica multi-situada para trabalho de campo (Marcus, 1995; Gupta e Ferguson, 1997; Fitzgerald, 2006). Deste modo, será possível registar as complexas dinâmicas e os processos mais vastos dos percursos das populações migrantes (Basch, Schiller e Blanc, 1994), que muitas vezes não chegam ao alcance do olhar do investigador. Isto implica, no âmbito deste estudo, reconstruir e traçar as relações sociais a partir das cidades e localidades nas várias ilhas do arquipélago de Cabo Verde ou mesmo numa perspectiva de seguir outros pontos de ligação a Cabo Verde como Dacar ou Lisboa. Uma abordagem metodológica multi-situada compreende a recolha de dados em áreas distintas possibilitando a captação, a diversificação e a fluidez da mobilidade contemporânea, que apresentam uma natureza de vida dos migrantes cada vez mais transnacional. Em grande parte, o movimento não liga de forma exclusiva a origem e o destino. Envolve redes mais abrangentes de relações sociais, redes situadas em vários países e várias cidades. O estudo multi-situado desprende-se da lógica unidirecional que fixa os movimentos num sentido exclusivo ao “norte-global”. Pelo contrário, desperta a nossa atenção para pertinentes dinâmicas ao nível regional que contrariam a generalização da relação “Sul/Norte”. Também permite-nos captar formas de reprodução de pertenças, de solidariedade, de estratégias que se articulam empiricamente como um processo social ao nível transnacional. Entretanto, percebamos o trabalho de campo multi-situado para além de um simples lugar geográfico. É primordialmente um espaço conceptual cujas fronteiras são constantemente negociadas e construídas pelo etnógrafo (Gupta e Ferguson, 1997). Então, em grande parte do meu trabalho de campo optei por uma metodologia do tipo “follow the people” (Marcus, 1995), tanto numa relação histórica dos seus percursos migratórios, como das múltiplas relações que elas vão estabelecendo em pontos distintos. Mais uma vez, este tipo de acompanhamento acabou por se revelar de elevada utilidade. Primeiro porque se trata de um contexto arquipelágico, com um forte registo de mobilidade interna. As formas de interseção de experiências individuais no cruzamento dos contextos global e local erguem relações entre migrantes. Para se chegar a essas relações, que vão para além dos limites nacionais, o foco de análise também deve estender-se no tempo, digamos, numa qualidade da “sensibilidade

histórica” (Comaroff e Comaroff, 1992). Para além do enquadramento das histórias individuais e dos percursos das pessoas enquanto migrantes, uma ligação mais abrangente de todo o processo histórico de inserção de Cabo Verde ao nível do capitalismo global conduz-nos a panoramas bastante interessantes de todo o complexo das migrações contemporâneas que cruzam este arquipélago. E são vistas que indicam outros tipos de processos migratórios geralmente menos mencionados. Para além de dinâmicas regionais, aponta também para processos inversos às descrições convencionais (Sul/Norte), isto é, as migrações Norte/Sul e como é que, por sua vez, estas influenciaram e influenciam outras dinâmicas e outras rotas. Este foco permite-nos alargar o horizonte do modo como o campo da imaginação dos espaços foi construído, particularmente na relação colonial, fazendo persistir os espaços idealizados que fazem despoletar o desejo de conhecer e de concretizar-se na modernidade ocidental. Daí a emigração nalguns contextos possa se traduzir na luta e no empreendimento de conquista da modernidade e das necessidades virtuais de consumo. Sem dúvida que um dos factores de decisão na emigração tem-se revelado na procura de oportunidades económicas ao nível global. Podemos interpretar essas ações direcionadas ao mercado de trabalho internacional e ao consumo como modos de afirmação de si (Lallement, 2007 *apud* Wieviorka, 2010: 23), afirmando a capacidade de agir perante diversas condições. Ao assumir esta capacidade de agente o migrante apresenta aquilo que é menos vezes destacado: a capacidade de construção de experiências pessoais e, de forma autónoma, criar raízes e produzir dinâmicas sociais, culturais, económicas e políticas em lugares distintos. É claro que esta ideia deve ser sempre enquadrada na percepção sociológica do sujeito reflectido no social; mesmo que nessa relação existam situações conflituais isso não quer dizer exterioridade do sujeito. Pelo contrário, o conflito deve ser visto aqui como um processo de negociação, de produção, de estratégias de participação na modernidade. A leitura que se pode fazer destas ações é que elas correspondem a exemplos singulares de um contexto universal. Assim, o interesse que se coloca na individualidade tem a ver com a disposição em aprender e em identificar a pertinência e o interesse geral de cada experiência.

Pensar o “trânsito” nas migrações internacionais implica romper com um conjunto de categorias estanques e partir para além das noções pré-definidas. Neste projeto procuro ganhar algum terreno complexificando o conceito de trânsito, adotando uma perspectiva analítica que visualize as experiências, ou mesmo as condições contraditórias como aquelas que se enquadram nas classificações de “imigrantes

clandestinos”. Esta postura implica a percepção de que os migrantes não podem ser reduzidos a essas imagens da clandestinidade, ou numa figura estigmatizada e desprovida de valores, mesmo que muitas vezes as experiências migratórias carreguem traumas, dificuldades e sofrimento. As mobilidades de pessoas também são acompanhadas por um conjunto diversificado de recursos e dão origem a novas dinâmicas sociais, culturais, económicas e políticas. Também transportam consigo nessas trajetórias o elemento criativo, não só em termos culturais, sociais e económicos como do ponto de vista da sua mobilidade (Wieviorka, 2010: 53).

Hoje, vários autores procuram demonstrar um conjunto de experiências sobre o transnacionalismo migrante (*cf.* entre vários, Portes *et al.*, 2002; Guarnizo *et al.*, 1999; Itzigsohn *et al.*, 1999; Landolt *et al.*, 1999; Glick Schiller e Fouron, 2001; Levitt, 2003; Guarnizo, 2003; Faist, 2000; Smith, 2003; Vertovec, 2004; Ostergaard-Nielsen, 2001), como forma de desconstruir o modelo determinista, uniforme e unidirecional presente na análise das migrações. Os fenómenos migratórios apresentam cada vez mais um carácter diversificado. Face às alterações sociais contemporâneas e dinâmicas presentes nas várias sociedades, os processos da globalização e a relativa capacidade dos Estados em controlar os fluxos migratórios, todos esses factores remetem para uma maior dimensão e complexidade destas deslocações. A partir do conceito de transnacionalismo migrante, a abordagem promovida pelas antropólogas Nina Glick Schiller, Linda Basch e Cristina Szanton-Blanc (1992) vêm propor a análise do modo como os migrantes mantêm, constroem e reforçam múltiplos laços na origem. Este passo dá origem ao paradigma do transnacionalismo que entre os princípios centrais, de forma sumária, podemos destacar três: a) o âmbito de análise extravasa os limites de um único Estado-nação; b) os movimentos migratórios devem ser analisados pela sua complexidade, por serem múltiplos, por apresentarem constantes mudanças e por implicarem diversos Estados-nação; c) a análise deve ser cruzada a vários níveis, desde a ação pessoal, passando pelos níveis comunitários aos dos Estados (ou mesmo atingindo um patamar global). Estes princípios permitem-nos ter diretrizes metodológicas que sirvam de suporte para nos movermos perante as noções binárias que persistem nos estudos das migrações (Levitt e Glick Schiller, 2004) como origem/destino, migrante/não-migrante, nacional/estrangeiro, cidadão/não-cidadão, etc. Em primeiro lugar, esta perspetiva focaliza a intercepção entre as redes estabelecidas por aqueles que migram com os que ficam na origem e outros que se encontram noutros países. Em segundo lugar, procura captar os modos como os migrantes se engajam em várias estruturas, quer na origem

como no destino, por vezes até num terceiro ponto. Trata-se de processos através dos quais as populações migrantes constroem e mantêm relações sociais a vários níveis que ligam as sociedades de origem e de destino. Assim, constitui-se numa construção no campo social, em que os migrantes estabelecem ligações com o país de origem e com o país de destino, alternadamente. Portanto, estes processos acabam por combinar a dualidade entre a inserção e a manutenção das raízes, entre os traços culturais de origem e novas relações que se estabelecem noutras localidades.

## **2. As condições do investigador no terreno**

Para um trabalho de pesquisa num terreno como Cabo Verde, com a sua história de circulação de pessoas e bens, obriga-nos a um olhar mais atento sobre as circulações e na flexibilidade em que os sujeitos, de forma pragmática, vão procurando alcançar. Em especial, enquanto produção e negociação estratégica de integração no mercado global. Não deixa de implicar uma certa tensão entre as mobilidades e a ordem social (Ong, 1999), particularmente como se tem verificado nas últimas décadas. Essa tensão faz destacar ainda mais o foco sobre a noção de imigrante trabalhador braçal não qualificado enquanto marca de uma consciência construída. Essa consciência tem uma presença muito forte no legado colonial das populações africanas. Emigrar, em boa medida, corresponde a relações mais complexas e constitui parte essencial da estrutura económica e social ao nível regional (Black, 1998), em busca de realizações, de êxitos, de participar na modernidade, de acesso ao consumo global. O objectivo deste estudo vem no sentido de desvendar e identificar aquilo que se apresenta nas atuais dinâmicas migratórias de/para Cabo Verde. Procuro focalizar, particularmente, aquilo que se tem revelado em termos das dinâmicas impulsionadoras de migrações na região para este destino, dos projetos de circulação aos factores de fixação no país. No âmbito do trabalho de campo em Cabo Verde, a preocupação era de compreender, através de inquirição junto a um grupo de atores desses movimentos transfronteiriços, as suas motivações, os processos decisoriais e traçar as experiências migratórias, bem como os possíveis projetos de re-emigração, de fixação e/ou outras estratégias desenvolvidas pelos migrantes.

A abordagem mais alargada assumida para o estudo das migrações em Cabo Verde acarretaria algumas limitações e dificuldades, não só pela sua abrangência mas,

particularmente, devido à condição arquipelágica do país. Assim, e pelas razões metodológicas enquadradas numa perspetiva destacando as migrações na região e um olhar “a partir do Sul”, a maior atenção, propositadamente, tenha sido direcionada para as migrações no contexto regional da Costa Ocidental Africana. Não houve uma definição privilegiada do(s) espaço(s) de observação. Inicialmente, devido à sua concentração na cidade da Praia e as suas dinâmicas sociais e económicas nas ilhas do Sal, da Boa Vista e de São Vicente, estes espaços serviram como os principais pontos de recolha de dados e de contacto com as pessoas. Mas com o tempo de trabalho de campo e a constatação da forte circulação e ligações existentes entre as várias ilhas, levou com que, obviamente, estes outros pontos entrassem, de forma evidente, para o âmbito deste projeto.

#### ***- Minha entrada no terreno***

Devo destacar os primeiros passos dados como forma de entrada no trabalho de campo. Um dos primeiros contactos foi estabelecido com Pap Ndau (Mamadou Ndau), um comerciante senegalês radicado em São Vicente há mais de uma década. Pap Ndau, formado em contabilidade, chegou a Cabo Verde em 2000 para visitar o seu tio materno. Simultaneamente ansiava por novas experiências, acabando por se estabelecer em São Vicente, com um ponto de comércio na Praça Estrela após um período inicial de venda ambulante. A particularidade de Pap Ndau ser responsável pela Associação dos senegaleses em São Vicente, comerciante na Praça Estrela e um dos influentes membros da comunidade islâmica na Avenida de Holanda (Mindelo), foi uma importante ponte de ligação a outros contactos tanto entre senegaleses e pessoas de outros países de expressão francófona em São Vicente, como foi também uma importante ligação a outros contactos estabelecidos na cidade da Praia. Em São Vicente, as minhas idas à Praça Estrela e os momentos de conversa com Pap Ndau contribuíram para que pouco a pouco ganhasse alguma confiança por parte das pessoas. Mesmo para aquelas pessoas que inicialmente pareceram revelar uma certa desconfiança (talvez algum receio) ao darem conta de alguém fazendo uma pesquisa sobre imigrantes em Cabo Verde. Tinha acabado de chegar de Portugal, e por se tratar de um meio relativamente pequeno, eu era cabo-verdiano mas não era alguém habitual naquele espaço. Por certo, a grande barreira se encontrava no campo das incertezas e inseguranças alimentadas pela condição de

vulnerabilidade ao nível legal. De facto, o nível de burocracia e as dificuldades na obtenção do visto de residência tem sido uma das grandes barreiras conduzindo muitos à condição de irregularidade. Pouco a pouco algumas dessas dúvidas se dissiparam e fui ganhando a abertura das pessoas. A partir de Pap Ndau e das minhas visitas cada vez mais regulares à Praça Estrela fui conhecendo algumas das associações, comunidades islâmicas e comunidades evangélicas na cidade do Mindelo e posteriormente em várias outras cidades do país.

Foi particularmente interessante verificar que uma boa parte dos migrantes nacionais dos países de expressão anglófona estão muito ligados a comunidades evangélicas. Por isso grande parte do trabalho realizado na ilha do Sal, por exemplo, centrou-se no grupo de nigerianos e ganeses que foi crescendo no seio da Igreja do Nazareno de Espargos, dando lugar a uma relação multi e transnacional. Verificámos que a religião assume neste contexto a particularidade de ser um elemento de reprodução de pertença e de sociabilidade articulando vários territórios.

Estes contactos estabelecidos foram marcantes para que eu pudesse seguir as redes e recursos de circulação de pessoas que se encontram ligadas, por diversas razões, ao local de origem. Assim, de Cabo Verde estão constituídas outras relações, por exemplo, com Dacar, com Lisboa, ou mesmo com cidades como Fortaleza ou Boston.

### ***- À procura de dados***

Foi necessário aplicar, de forma articulada com o plano metodológico de cariz qualitativo, a anotação dos dados quantitativos disponíveis. Procurarei, em primeiro lugar, fazer uma aproximação estruturada sobre a imigração para Cabo Verde, com a finalidade de atender aos padrões que têm moldado correntes migratórias para o arquipélago. Assim, procurei, mediante as estatísticas disponíveis, proceder a uma análise sistemática de dados sobre os fluxos migratórios para as ilhas de Cabo Verde.

A partir das informações recolhidas no terreno, especialmente a partir de conversas e entrevistas do tipo semiestruturadas, procurarei identificar/medir e compreender de forma mais consistente os processos e as dinâmicas migratórias para Cabo Verde, as percepções e perspectivas sobre as experiências dos intervenientes, bem como sobre os processos de interação com a sociedade de destino e possíveis outras conexões. A maioria das entrevistas foram gravadas e uma boa parte do trabalho na base



da observação participante produziu contextos de conversas muito interessantes, de partilha e de aprendizagem. A valorização da minha experiência nesse tipo de trabalho tem uma forte componente na reflexão e na compreensão do valor sociológico (Lechner, 2012) por parte de cada interveniente neste projeto de pesquisa. Em particular o seu valor informativo e o valor interpretativo que é transportado para um trabalho como este.

É interessante notar a minha presença neste estudo numa postura do tipo etnográfico. A experiência de partilha e de convivência acabam sempre por afetar a experiência pessoal de quem está a fazer pesquisa, bem como influenciar o processo e os resultados da investigação. E aqui apresenta-se a condição de legitimidade no trabalho de campo de ter estado cá, por se tratar de um cabo-verdiano, um africano com experiência migratória na europa a trabalhar e a escrever sobre migrações em Cabo Verde. Mas ao mesmo tempo há legitimidade em afirmar “ter estado lá” pelo facto da deslocação em si, por se tratar de alguém que chega do contexto universitário português, com um conjunto de referenciais teóricos bem definidos mas que não deixam de marcar um diálogo internacional de saberes. Esta relação condiz com a ideia proposta por Arjun Appadurai (1996: 37) de nos encontrarmos num mundo de interconexões e por isso acabamos sempre por estar no terreno.

### ***- O investigador e a produção de conhecimento científico***

Uma das inovações tem a ver com a perspetiva colocada sobre este tema e uma tentativa de olhar outras direções, outras trajetórias nos processos migratórios, diferentes dos habituais estudos das migrações com destino ao “Norte”. A ausência da neutralidade que se visualiza no ângulo de focagem desta pesquisa assume-se através de um dos pressupostos básicos das ciências sociais enquanto geradora de princípios produtivos da cidadania, da solidariedade e da busca do “outro”. Ou como frisou o filósofo e teólogo dinamarquês Søren Kierkegaard “sermos mais objetivos para connosco e mais subjetivos para com os outros” (Jerónimo e Neves, 2012: 688). Neste processo há todo um contexto social e de formação académica que moldam o olhar do investigador. Os referenciais teóricos da nossa formação e as leituras que acompanham nosso trabalho (desde a seleção do tema ao modo como o conduzimos) moldam-no pelas circunstâncias e experiências que nos envolvem, ou mesmo pela posição que ocupamos nos contextos

das nossas relações. Revela-se como um reflexo do processo do investigador e dos contextos onde este se insere. Estes são alguns dos principais elementos que marcaram o objetivo de desvendar aquilo que se vem apresentando nas atuais dinâmicas migratórias em Cabo Verde.

Pouco a pouco fui dando conta do modo como as pessoas mobilizam recursos para lidarem com os constrangimentos e as oportunidades com que se deparam, e as condições que criam uma vez chegados a Cabo Verde. Assim, apercebi-me que, de facto, não há uma relação direta e generalizada que conduza a uma lógica racional para o trânsito em Cabo Verde. Determinados conceitos acabam por ter um papel de reação e de resposta à presença das migrações internacionais. Vejamos toda a experiência colonial no arquipélago de Cabo Verde e as relações estabelecidas entre este espaço e as regiões vizinhas na Costa Ocidental Africana. A importância destas ilhas nesse jogo de relações definiu imediatamente um complexo de trânsitos em sentidos múltiplos, tendo como centro o próprio arquipélago de Cabo Verde. Contrariamente, a ideia que parece estar hoje em voga apresenta uma linha unidirecional das migrações de trânsito, quando elas são bem mais complexas e apresentam uma dinâmica global. Mais uma vez o olhar do paradigma do transnacionalismo ajuda-nos a descrever a complexidade crescente das realidades e experiências multifacetadas e multiterritorializadas. Primeiro, porque esta perspectiva começa por minar várias das categorias dicotómicas prevaletentes das relações coloniais. Segundo, porque enquanto unidade de análise tem a particularidade de apresentar uma dimensão para além dos limites territoriais de um único Estado-nação. Portanto, inverte o foco de análise que se restringe às fronteiras dos Estados-nação, quer tratando-se do Estado de origem, de trânsito ou de destino (Wimmer e Glick Schiller, 2002).

Dacar foi o pretexto ideal para a extensão e a sequência dos trabalhos de pesquisa, um dos principais pontos de ligação migratória entre as ilhas de Cabo Verde e o continente africano. A viagem a Dacar possibilitou-me explorar dinâmicas existentes nas relações sociais, económicas, a circulação de pessoas e o seu papel nas redes transnacionais. Marie Louise, uma jovem senegalesa residente em Mindelo, foi a porta para os principais contactos em Dacar. Possibilitou, particularmente, a minha instalação naquela cidade em casa de Nicolau e Ana, um casal cabo-verdiano residente no Senegal há largos anos. Para além do acolhimento e do trato que tive, foi uma oportunidade extraordinária ter encontrado, de forma inesperada, algumas pessoas da Nigéria, da Guiné Conacri e da Serra Leoa, e ter conhecido também em casa de Nicolau e Ana,

outros imigrantes residentes em Cabo Verde. Viajei para Dacar, coincidentemente, com Júlia, a mãe adotiva de Marie Louise, que tinha estado naqueles dias em São Vicente. Foi uma viagem tranquila, rumo a momentos únicos de contactos, de experiências e de apreciação naquela que foi a primeira oportunidade pisando os solos, sentindo os cheiros e ouvindo os sons de um pedaço das terras africanas. Assim, o que tenho aqui representa uma partilha daquilo que tenho vindo a aprender.

### **3. Migrações na região da África Ocidental**

Os fluxos migratórios no contexto da “África Subsariana” têm uma grande força e um papel significativo na vida das populações nesta região.<sup>3</sup> Em 1990 representava um número de migrações internacionais voluntárias de 30 milhões (Castles e Miller, 2003: 138) e em 1997 cerca de 17 milhões de migrações forçadas, inclusive 4 milhões de refugiados (Findlay, 2001: 275-8 *apud* Castles e Miller, 2003: 138). Contudo, é muito difícil definir o volume das migrações na denominada “África Subsariana”, que envolve homens, mulheres e crianças (Adebusoye, 2006: 8). Efetivamente, muitos estudos têm proclamado o continente africano como um dos espaços de maior mobilidade de populações e na generalidade continua a ser visto deste modo (Curtin, 1997; IOM, 2005). Na verdade, aquilo que podemos constatar é que, de facto, a grande maioria dos migrantes africanos se movem dentro do próprio continente.<sup>4</sup> No entanto, a região da “África Subsariana” representa um longo e complexo historial de mobilidades humanas, patenteadas pelas rotas comerciais, pelas conquistas, pelas peregrinações (Haas, 2006). Ainda assim, certos cursos migratórios são exacerbados face a condicionalismos que têm conduzido determinadas regiões à pobreza e à instabilidade socioeconómica que, segundo Aderanti Adepoju (2006: 26), têm direcionado fluxos migratórios para áreas mais prósperas. As migrações africanas têm servido como um “hot topic” nos debates e pesquisas especialmente na Europa, mas também em África (Bakewell and de Haas 2007). Assim, tem sido continuamente destacada pelo pendão da imigração “ilegal”, da

---

<sup>3</sup> Coloco a expressão “África Subsariana” entre aspas tendo em atenção ao facto de que se trata de uma categorização que pode generalizar contextos geográficos, nacionais e experiências bem distintos. Por outro lado, pode facilmente induzir à definição de um “outro” marginal em relação à convenção espaço/tempo da modernidade. Para uma análise mais pormenorizada da construção ocidental sobre “África”, ver, por exemplo, Ferguson, 2006: 1-23.

<sup>4</sup> Sobre este assunto ver dados mais pormenorizados em Castles e Miller, 2009; Zlotnik, 2003; Bakewell e de Haas, 2007; Black, 2006.

vitimização, dos clichés... Categorizações que geralmente exploradas furtam-se a uma reflexão mais alargada das experiências vividas na origem. Com efeito, tais abordagens sustentam a argumentação de uma ambivalência no discurso dominante sobre as migrações, o que aponta para uma persistência do passado colonial nos Estados nacionais contemporâneos (Hesse e Sayyid, 2006; Sarró e Mapril, 2009).

Com regularidade tem-se mencionado em relação aos vários países do continente africano enfrentando profundas crises. Como resultado intensifica-se a imagem ao nível de dificuldades do ponto de vista económico, conflitos políticos e catástrofes naturais que têm atingido milhares de pessoas. Por outro lado, destaca-se um cenário de grandes fluxos migratórios intrarregionais, frequentemente transfronteiriços, mas que raramente extravasam para além do continente africano (Zlotnik, 2003; Black, 2006; Adepoju, 2006). Tenha-se presente, porém, que as migrações intrarregionais sempre revelaram grande dinamismo nesta região de África (Zlotnik, 2003; Herbst, 1990; Kopytoff, 1987). Assistimos a argumentos que apresentam as disparidades Norte-Sul ao nível socioeconómico e ao nível demográfico que têm alterado os padrões migratórios (Ouedraogo, 1994: 7-15; Castles e Miller, 2009: 154-6; Adepoju, 2001: 61-4). Tais disparidades são fortemente influenciadas pelo legado colonial e pelo espectro da modernização ocorrentes desde as independências. Também, a herança colonial pode ser interpretada como uma das causas da proliferação de refugiados e de pessoas deslocadas no interior do continente (Castles e Miller, 2009). Contudo, a novidade no período recente consiste no facto de haver apenas uma franja dessa população que se desloca para além do continente africano (Black, 2006), fazendo destacar o facto de que, efetivamente, a grande maioria dos migrantes africanos se movem dentro do próprio continente. É aliciante percebermos que a maior parte das migrações africanas não acontecem preponderantemente em direção ao Norte global mas, sim, em relação a outros países africanos, acompanhando também uma migração africana substancial para outras regiões do mundo (*cf.* Bakewell e de Haas, 2007).

Conforme a ideia sustentada por Aderanti Adepoju (2006: 26), as fragilidades no ecossistema da “África Subsariana” têm forçado populações rurais a emigrar para as regiões costeiras, em especial para as cidades dos países vizinhos de modo a garantirem a sobrevivência. Entretanto, não podemos deixar de realçar a intervenção colonial como um importante factor na redefinição dos fluxos migratórios regionais e internacionais, influenciando mudanças fundamentais nas estruturas tradicionais, alicerçando o sistema de desigualdades e, naturalmente, ditando novos rumos migratórios (Adebusoye, 2006:

7). Consequentemente, muitos dos fluxos migratórios foram orientados pelas autoridades coloniais desde o início do século passado, e após o período da descolonização houve um reforço das correntes para as regiões urbanizadas. Como nos diz a investigadora nigeriana Paulina Adebusoye (2006: 7):

The colonial administration also introduced far reaching structural changes, notably, rapid improvement of transportation systems, monetization of the economy, the deliberate development of mining enclaves and plantation agriculture and introduction of taxes. The innovations created early regional inequalities, caused and dictated directions of labour movements.

Desde o período imediato às independências nacionais em África, geraram-se importantes fluxos migratórios internacionais para a Europa Ocidental, mas também para a América do Norte e para a região do Médio Oriente (Castles e Miller, 2009). É significativo o registo migratório em direção às antigas metrópoles europeias como Espanha, Portugal, Itália, Bélgica, Alemanha ou, então, para o Canadá e para os E.U.A (Castles e Miller, 2009; Adepoju, 2006), mesmo perante um cenário de predomínio das migrações internacionais no interior do continente africano.

A região da África Ocidental, concretamente, destaca-se pela particularidade do impacto na densidade e intensificação das migrações (Zlotnik, 2003; Bakewell e Haas, 2007). Podemos dizer que esta não é uma tendência nova. Os impactos da colonização definiram várias rotas migratórias internas, como também internacionais, rumo às antigas metrópoles no período após as independências. No período pré-colonial, as migrações resultavam frequentemente com base nas antigas tradições de pequenos grupos de culturas de subsistência (caça, colecta, agricultura e pastorícia). Como este estilo de vida era intimamente ligada aos condicionalismos naturais, as pessoas tinham de se deslocar sempre em busca de pastagens, em momentos de falta de vegetação, ou à procura de terrenos mais férteis (Castles e Miller, 2009: 148). Contudo, convém salientar um conjunto de outras formas de mobilidade no interior do continente baseando-se no comércio de longa distância (como os movimentos transaarianos ou no interior do golfo da Guiné. Igor Kopitoff (1987) também refere-se à mobilidade por razões políticas, que, inclusivamente, apontando por questões ideológicas acentuam o movimento em determinados espaços (Zobel e Jansen, 1996). Outras relações nas

mobilidades pré-coloniais prendem-se às práticas religiosas, por exemplo, as peregrinações ou a procura de objetos de culto.<sup>5</sup>

Destaca-se, ainda, a pertinência histórica das mobilidades no continente africano, o qual desempenhou um papel fundamental de contactos e difusão de informações entre as sociedades pré-coloniais – ou à margem dos poderes coloniais (Adebusoye, 2006; Castles e Miller, 2009; Brunel, 2004; Haas, 2006). Por outro lado, o processo colonial europeu contribuiu para novas dinâmicas migratórias no continente africano (Brunel, 2004; Trindade, 2000), com o traçado das fronteiras dos modernos Estados nacionais (Haas, 2006), através de políticas de recrutamento de mão-de-obra (Andrade, 1996), ou por meio de estratégias de planificação e aldeamento como forma de controlo político e administrativo das populações (Brunel, 2004; Trindade, 2000; Coelho, 2004).

Na região Ocidental Africana milhões de pessoas se deslocam no interior dos Estados em movimentos internos, ou em fluxos internacionais. Ambos os movimentos são, muitas vezes, no sentido da migração rural-urbana. Entretanto, as migrações de populações em toda a região revelam hoje em dia a força de um sistema constituído pela divisão internacional do trabalho e o forte impacto da globalização económica. Trata-se de compreender o facto de que criam um quadro contraditório, instável e que afeta, indiscutivelmente, o quotidiano da vida das pessoas, quando não se trata, concretamente, da exploração de zonas de interesses capitalistas. Com efeito, muito facilmente depara-se com as disparidades em termos da distribuição dos rendimentos ou da capacidade para exploração de recursos. As migrações que se constituem nesses parâmetros muito facilmente irão reforçar a estrutura dual do mercado internacional de trabalho fazendo representar, neste caso, o africano como um dos símbolos dessa estrutura. Ou melhor, fica claro, mais uma vez, que a força do modelo classificatório colonial acabou por se impor, definindo a etnicização dos grupos humanos e uma correlativa representação das “diferenças culturais” (Balibar, 2004: 42). Logo, a lógica do mercado internacional do trabalho é a moldura desta dualidade que faz prevalecer e acumular situações e práticas discriminatórias. Certamente, na sua raiz estará a grande diferença entre nacional e aquele que não goza de plenos direitos de cidadania, isto é, o trabalhador migrante, o não-nacional (*idem*: 40).<sup>6</sup> Contrariamente àquilo que se poderia esperar nos processos de globalização, em muitos casos ou momentos que apelam à

---

<sup>5</sup> Sobre o aspeto da mobilidade nos cultos ver o trabalho de Clemens Zobel (1996).

<sup>6</sup> Ver ainda a ideia do alien, desenvolvida, por exemplo, no pertinente trabalho de Criastiana Bastos (2009) discorrendo sobre a cultura do medo dos imigrantes e da vigilância das fronteiras.

“fuga” (Mezzadra, 2012) devido a catástrofes naturais, guerras, miséria, tirania social e política, etc., pessoas vêm-se obrigadas a deparar com fronteiras fortificadas a partir do centro de acumulação capitalista. Desta relação contraditória são forçadas muitas situações que em nada abonam aos argumentos que dizem respeito aos direitos humanos, e vão-se cristalizando categorias como das migrações clandestinas, migrações de trânsito, migrantes ilegais, etc.

Os fluxos migratórios, em especial tratando-se daqueles na região da costa ocidental africana, têm pautado por vários factores, destacando-se os naturais, os económicos, os políticos, como poderão estar relacionados a projetos individuais ou colectivos de sobrevivência e de consumo (Adepoju, 2006; Haas, 2006). Atualmente, alguns grupos poderão manter determinados padrões de mobilidade incluindo a sazonal e cíclica para a pecuária e a agricultura. Mas, cada vez mais, a decisão de migrar tem sido impulsionada por mudanças económicas, políticas, sociais (Mafukidze, 2006).

#### **4. Migrações internacionais à escala global**

Para além dos factores internos que constituem fluxos migratórios, importa ainda anotar um conjunto de condições externas contemporâneas que têm operado sobre as expectativas ou condicionalismos como resposta satisfatória nos processos de decisão migratória. A constituição dos mapas migratórios contemporâneos, nacionais e internacionais encontram-se intersetados a níveis de desigualdades socioespaciais e as dicotomias que apresentam uma correspondência entre as migrações e a modernidade, através da representação de um “*status*”, enquanto padrão de vida relativamente aos países centrais (Ferguson, 2006). Consequentemente, este centro representa, obstinadamente, perspectivas em sua direção, exaltando sonhos e possibilidades de vidas “imaginadas” (Appadurai, 1996). Estamos perante uma importante assimetria na geografia de uma modernidade pós-colonial com reflexos nos complexos processos sociais e nas experiências de mobilidade humana contemporâneas.

As recentes configurações migratórias no continente africano, assim como noutros contextos, e a circulação de informação e da redução de incertezas (Portes: 1999) que permitem explicar a reprodução dos fluxos, obrigam-nos a rever os quadros teóricos com vista a entender as novas realidades e os novos desafios colocados pelos movimentos migratórios contemporâneos. Sublinho, por exemplo, a afirmação de John

Salt (1987: 242) que vai no sentido da necessidade de se distinguir entre a génese e a constituição dos fluxos sempre que se definam causalidades, e centrar a análise da génese de cada fluxo migratório na elucidação do seu contexto histórico específico (Pires, 2003: 77). Então, pode-se fazer o apontamento a respeito da origem dos fluxos migratórios considerando: a) as dinâmicas e estabilidade das redes sociais (Faist, 2000; Massey *et al.*, 1998; Vertovec, 2001) através da lenta acumulação de experiências migratórias individuais entre sociedades com uma longa história de relacionamento, nomeadamente quando são demonstradas contracorrentes de retorno com efeitos positivos e a progressiva construção de redes sociais ligando o destino e a origem (Massey *et al.*, 1998: 396-401; Portes, 1999: 28); b) as ações intensivas e organizadas de recrutamento de migrações que permitem superar os custos, favorecer os níveis de informação e reduzir os riscos (Portes, 1999), bem como os constrangimentos materiais e/ou políticos de deslocação (Castles, 2000: 61-71; Piore, 1979: 19-25; Salt, 1987: 242) ou, como designa Steve Vertovec (2001: 9), a “circulação de recursos”; c) a ocorrência de episódios de desorganização extensiva e intensiva da ordem social nas áreas de partida (Pires, 2003: 77).

É visível o crescente interesse académico no que diz respeito ao estudo das migrações internacionais. Estas, fundamentalmente, apresentam diferenças em relação às migrações internas, na medida em que muitos migrantes passam pela situação de redução de direitos (Baganha, 2001: 135; Zolberg, 1989: 405; Pires, 2003: 63). Isto é, o acesso aos direitos dos Estados nacionais é mediado pelo estatuto de cidadania por via da nacionalidade. A designação de “estrangeiro”, atribuída a determinados grupos migrantes, refere-se a um sistema territorialmente delimitado por um conjunto de macro-regras de pertença (Pires, 2003: 59). No geral, e como constatou Maria Baganha (2001: 135), o exercício do direito de soberania, que implica controlar quem pode entrar, permanecer e pertencer ao Estado-Nação, confere às fronteiras a natureza de símbolos primordiais de expressão da soberania das nações, sendo o seu controlo um elemento crítico de afirmação da legitimidade do poder do Estado (Castles e Miller, 2009; Baganha, 2001:141-142). É nesse sentido que a adopção de medidas restritivas por parte dos países receptores, de modo a travar e desmotivar a imigração, faz prevalecer a fronteira como barreira, assim marcando as perspectivas relativamente ao seu interior e ao seu exterior. Por exemplo, no espaço da União Europeia (UE), a convenção Schengen aparece como um instrumento legal de expressão da vontade comum de inclusão e exclusão de movimentos seleccionados de pessoas.



Vários autores procuram demonstrar as tensões existentes e as contradições entre o mundo da economia globalizada e a persistência no controlo dos movimentos migratórios (Westwood e Phizacklea, 2000; Sassen, 1996; Santos, 2001; Castles, 2000; Entzinger *et al.*, 2004). Daí depararem-se perante imagens problematizando a soberania dos Estados-nação ou a reorganização do imaginário nacional. De facto, as migrações desestabilizam o mundo dos Estados-Nação, questionam as lealdades em relação aos Estados, ao mesmo tempo que os confrontam com limites ao exercício da soberania – mormente no que respeita ao controlo territorial das fronteiras (Sassen, 1996; Entzinger *et al.*, 2004). Neste sentido, os fluxos migratórios globais contemporâneos problematizam a forma como o mundo se encontra ordenado pelos e nos Estados-nação.

As versões clássicas dos estudos sobre as migrações eram formuladas em função dos desequilíbrios existentes entre áreas mais desfavorecidas que impulsionavam as pessoas a se deslocarem para regiões mais prósperas com o objectivo de melhorar as suas condições de vida (Massey *et al.*, 1998; Faist, 2000; Petras, 1981; Pires, 2003). A partir dessas referências clássicas encontramos as explicações em torno da racionalidade formal universal do *homo economicus*, formulada pelas interpretações do modelo da atração-repulsão. Segundo Rui Pena Pires (2003: 66), o modelo da atração-repulsão encerra problemas fundamentais porque centra a nossa atenção nas migrações que resultam de uma decisão de procura de mobilidade pelos migrantes; por outro lado, torna-se problemático explicar não a ocorrência de migrações mas sim o facto de essas serem menos frequentes e intensas do que o esperado; por fim, porque deixa por explicar por que motivo os fluxos migratórios apresentam uma tão grande especialização social e espacial. Como refere Hein de Haas (2005: 2), por ser um modelo dicotómico e estático, não permite explicar esta crescente realidade migratória de mobilidades em direcções opostas.

Hein de Haas (2005: 21) aponta para a condição dos processos de colonização tendo criado pré-condições sociais, económicas e infraestruturas que possibilitaram a ocorrência de migrações em larga escala. Por exemplo, as ações específicas de recrutamento de mão-de-obra forçada (Trindade, 2000: 201; Andrade, 1996: 182), ou o aldeamento como forma de controlo político e administrativo das populações (Brunel, 2004; Trindade, 2000; Coelho, 2004). Assim, os fluxos migratórios da Costa Ocidental Africana devem ser analisados pautando-se pela sua complexidade e atendendo a factores diversos, destacando-se os naturais, os económicos, os políticos, ou aqueles

relacionados a projetos individuais ou coletivos de sobrevivência e de consumo (Adepoju, 2006; Haas, 2006).

Com todos esses factores internos de constituição dos fluxos migratórios importa, também, anotar as condições externas que operam sobre as expectativas ou condicionalismos da migração como resposta satisfatória nos processos de decisão migratória. Neste contexto, os mapas migratórios contemporâneos, nacionais e internacionais, apontam para um conjunto de assimetrias, como é destacado no plano analítico da teoria do sistema-mundo (Wallerstein, 1974) e de autores que têm especificamente cruzado este modelo ao domínio das migrações internacionais (Petras, 1996; Portes e Walton, 1981). Neste sentido, a lógica dos fluxos migratórios explicaria-se a partir da periferia para o centro do sistema-mundo, pelo qual Elizabeth Petras (1996) aponta como modalidades distintas dessa circulação as transferências coercivas, os movimentos de colonização, as transplantações de grupos de trabalhadores e a exportação e importação de reservas de trabalho. Nesta ordem se destaca um mercado global de trabalho altamente regulado (Petras, 1996) e onde, geralmente, os Estados centrais têm maior poder de regulamentação e permeabilidade das suas fronteiras. Esta lógica de relação centro/periferia favorece no destino a segmentação do mercado de trabalho (Pires, 2003: 81; Baganha, 2000; 2001) muito centrada na constituição do espaço jurídico dos Estados nacionais. Com efeito, a convergência com as políticas de imigração e a definição do “trabalhador estrangeiro” (Pires, 2003: 81) ou do “imigrante” como imaginário (Hesse e Sayyid, 2006) poderão marcar as margens de participação e de interação no contexto de destino, ou mesmo impelir o migrante a regressar à origem (Pires, 2003: 81; Raj, 2003; 201).

As migrações circulares na África Subsariana tem marcos históricos que datam desde o período pré-colonial (Haas, 2006; Adebusoye, 2006). Entretanto, é crescente a importância que tem sido atribuída a países de trânsito migratório (Barros *et al.*, 2002; Haas, 2005; Lahlou, 2008). Em especial, na Europa a imigração de pessoas desses países vem se revelando de forma crescente como percepção de um problema que precisa ser controlado (Castles, 2000: 85-6; Nyberg-Sørensen *et al.*, 2002: 35-6). Com efeito, nas duas últimas décadas, os fenómenos relacionados à imigração “ilegal” e o tráfico de seres humanos tem-se tornado um tema de elevada importância nas agendas políticas nacionais e internacionais (Haas, 2006: 3).

Visualizamos, assim, no contexto das migrações contemporâneas, a continuidade, a persistência e a flexibilidade das fronteiras que, no entanto, podem não

corresponder às fronteiras territoriais dos Estados-nação, como acontece no caso do espaço Schengen (Castles, 2000: 85-90; Mapril, 2008: 20-21). Numa projeção sobre as políticas nacionais e do controlo da imigração, James Ferguson (2006) traz o exemplo dos emigrantes africanos ao fazer referência aos controlos institucionais (*e.g.* políticas fronteiriças) e às barreiras económicas (*e.g.* os preços das passagens) que existem e exercem poder efetivo sobre a vida dos sujeitos. Logo, a dicotomia existente na figura do imigrante em relação aos padrões dos países centrais, isto é, das narrativas que visualizam os países mais pobres como “atrás” do Ocidente, passa-se a outras que veiculam uma percepção destes países, não como menos desenvolvidos, mas sim, e simplesmente, “menos” (Ferguson, 2006: 189). Ou seja, a ideia formulada é que esses países se posicionam “naturalmente” abaixo. Assim, James Ferguson (2006: 192) refere que num mundo de estatutos políticos e económicos, a questão central deixou de ser o tempo necessário para a modernização e o desenvolvimento das sociedades, mas sim, o espaço que deve ser guardado de modo a manter esse estatuto para um determinado grupo. Com efeito, fazendo prevalecer a proeminência das muralhas, das fronteiras e dos processos de exclusão social, presentes nos contextos migratórios nacionais, mas em especial nos internacionais.

É nesse sentido que Eric Wolf (1982) levanta o argumento de que imigrar é, antes de mais, um processo radical de mudança estrutural onde o importante não é a cultura que as pessoas carregam consigo, mas sim, as posições estruturais que vão ocupar nos países de imigração. Assim, se destacam claros indicadores de marginalidades sociais, tais como o espaço no mercado de trabalho, juntamente com o estatuto de cidadania a que os migrantes têm acesso (Mapril, 2008: 35).

## **5. Trânsitos, emigração, imigração e definições estratégicas?**

Percursos migratórios noutros países que são apontados como regiões marcadas por migrações de trânsito, por exemplo em Marrocos, destacam-se particularmente por padrões de mobilidades populacionais bastante dinâmicos (Haas, 2005: 4-5). Aliás, o continente africano apresenta, ao longo da história das suas populações, essa dinâmica de mobilidade. No caso do Marrocos, um país conhecido pela sua emigração, em especial, destaca-se o início das migrações laborais no período colonial, através de levas de recrutamento de homens marroquinos para o exército, para as indústrias e minas

(Obdeijn, 1993 *apud* Haas, 2005: 6). Desde o início da década de 1960 em prol dos acordos assinados com vários países europeus, perante as necessidades e prioridades económicas e sociais de recrutamento de trabalhadores, registou-se uma forte corrente de emigração, sobretudo para o sul da Europa (Lahlou, 2008: 5; Haas, 2005: 11; Deshingkar e Natali, 2008: 180). Com efeito, desde 1989/1990 também tem sido abordado enquanto país de trânsito para migrantes provenientes da África Subsariana, perspectivando o continente europeu (Lahlou, 2008: 5; Haas, 2005: 11). Segundo Mehdi Lahlou, esta operação de trânsito, embora tenha aumentado a partir do novo milénio, mudou gradualmente com o fechamento das fronteiras espanholas (em torno da Península Ibérica), influenciando a permanência de populações migrantes no território marroquino (Lahlou, 2008: 5). Embora Marrocos continue a ser um espaço de emigração, especialmente quando se considera o número de marroquinos residindo fora (Haas, 2005; Lahlou, 2008), é, portanto, crescente o número de migrantes que, segundo Hein de Haas (*idem*), não conseguindo atingir o objectivo de entrada na Europa, preferem se fixar em Marrocos como uma segunda opção. Subsequentemente, esses migrantes procuram inserir-se em sectores de serviços e construção civil ou desenvolvem parcas atividades comerciais (Barros *et al.*, 2002).

Esta breve demonstração do caso marroquino trata-se de mais um exemplo de características que as migrações internacionais têm apresentado atualmente. Em particular naquilo que diz respeito às migrações com características de trânsito. Alguns estudos sobre as migrações de trânsito têm estimado um período médio de 15 meses entre a entrada em Marrocos e o embarque para a Europa (Collyer, 2006 *apud* Battistella, 2008: 215), marcando a dimensão temporal na análise desse tipo de migrações. No entanto, conforme Hein de Haas (2005), as migrações internas continuam a ser mais importantes em termos numéricos que as mobilidades internacionais, destacando as recentes transformações nas migrações entre os meios rurais e os centros urbanos, com ênfase nas políticas de descentralização, melhoria das vias de transportes, electricidade e infra-estruturas que favoreceram a transformação de áreas rurais.

Classificando Cabo Verde enquanto “país de trânsito” (Duvell, 2006), argumenta-se pelo registo de algumas situações de emergência de abrigo de migrantes que pretendiam chegar ao continente europeu. São exemplos casos como “*Djondad*”, “*Awaid II*”, “*Kabofumo*” e o “*Caso dos 130*”, que despertaram as entidades governativas em Cabo Verde perante mais esses desafios que revelam os entraves

colocados à resolução das tais situações, não obstante os tratados internacionais ratificados pelo país e um conjunto de legislação de âmbito nacional no tocante às migrações. Estas experiências de trânsito têm sido exploradas no contexto do continente africano, em especial pelos estudos da circulação de pessoas da África Subsariana para a região do Magreb (Duvell, 2008; Haas, 2006). Autores como Frank Duvell (2008) ou Dilip Ratha e William Shaw (2007: 3), por exemplo, também referem-se a Cabo Verde como um dos pontos de trânsito migratório com origem na África Ocidental, na tentativa de clandestinamente se chegar ao espaço europeu. Nesta abordagem o arquipélago também tem sido mencionado como ponto de partida contornando as rotas migratórias do centro do Saara em direção às ilhas Canárias (Haas, 2006: 4). Na verdade, a localização do arquipélago, entre a Costa Ocidental Africana e as ilhas Canárias, parece favorecer um conjunto de suposições de trânsito com destino ao “Norte Global”, ofuscando a relevância de outros padrões migratórios como as migrações internacionais Sul-Sul ou as migrações por etapas (Marconni, 2010: 8). Inclusive outras possíveis experiências se apresentam como parte integrante de processos sociais complexificando a noção de trânsito.

Como vimos anteriormente, trata-se de uma pequena parte das migrações internacionais africanas que conseguem chegar aos destinos como a Europa ou os EUA. Contudo, as reações e respostas face à presença das migrações internacionais revelam-se muito presentes nos países de destino e, particularmente, a geopolítica internacional tem-se interessado pelo conceito das “migrações de trânsito” intensificando a relação dicotômica entre a inclusão e a exclusão. De facto, o conceito de “trânsito” surge enquanto categoria no campo dos estudos das migrações internacionais, mas particularmente, enquanto objeto de formulação política (*idem*). Aliás, a concepção contemporânea das migrações internacionais ganha expressão no século XX quando os Estados-nação endereçam o fenómeno aos espaços políticos e das ciências sociais (Wimmer e Glick Schiller, 2002). A noção de trânsito não deixa de ter um enquadramento institucional, assumindo um aspeto ideológico muito forte, em especial, relativamente às questões da legitimação do controlo ou da restrição das migrações. Neste caso, as migrações passam a ser interpretadas pelas autoridades públicas enquanto uma possibilidade de ameaça à integridade e segurança nacional. Deve-se referir que a emergência das migrações de trânsito enquanto tema político tem-se revelado de particular interesse nos discursos que se vêm assistindo nos países de destino migratório, *i.e.*, nos países-membros da União Europeia ou nos EUA. Com efeito,

estamos a falar de um discurso ocidental. A propósito, Giovanna Marconi (2010) destaca que, na verdade, os estudos e as preocupações em torno das migrações de trânsito não estão focalizados nos impactos que a suposta presença crescente de migrantes temporários tem nas cidades e nas sociedades dos tão chamados países de trânsito. Assim, todas as atenções são desviadas para as questões do controlo dos fluxos.

Mas, de todo, que sentido terá falarmos de “país de trânsito”, de “migrações de trânsito” ou de “imigrante em trânsito”? A noção de trânsito, efetivamente, se refere a um processo de movimento, de passagem de um lugar para outro. Refere-se a uma ação que ocorre num tempo e num espaço determinado. No entanto, a maneira como o termo tem sido abordado nos discursos políticos, em diversos estudos, ou como é apresentado nos *media*, parece dar pouca relevância para o tempo gasto neste percurso. Perante tais perspetivas, menor relevância tem sido dispensada ao sujeito migrante, às suas interpretações, ao modo como poderão posicionar-se ou decidir-se perante situações conflituantes e ao conjunto de relações sociais que possam surgir ao longo desse percurso. Ainda, é preciso estarmos atentos às mudanças conscientes que ocorrem nos planos de cada sujeito migrante. É preciso reconceptualizar o trânsito enquanto parte significativa do momento ou do processo migratório (de Haas e Berriane, 2012). De outro modo, sem atendermos também para a dimensão do lugar, perdemos todo um conjunto de laços que possam ser estabelecidos nesse espaço. Sendo assim, esta condição do “trânsito” leva-nos a considerar a noção do “não-lugar” apontada por Marc Augé (1992), um lugar de passagem, despido de qualquer referência para quem transita. Um lugar não histórico, não identitário e não relacional. Daí uma desatenção relativamente às relações reciprocamente estabelecidas. A grande diferença é que aqui, em vez de o viajante<sup>7</sup> se sentir livre num “espaço de ninguém”, ele experimenta um conjunto de constrangimentos que carrega enquanto migrante.

A preocupação que se apresenta nesta matéria centra-se no modo como se poderá aprofundar a análise deste fenómeno, importando-se com determinadas questões metodológicas e eventuais vazios de leituras superficiais e lineares das características de trânsito. Particularmente porque as categorias de “país de trânsito”, “migrações de trânsito” ou “migrantes em trânsito” não possuem uma definição consensual, e em termos populares tende a aproximar-se à qualificação das migrações irregulares. Perante a dicotomia entre as categorias de emigrante e de imigrante existe a construção de um

---

<sup>7</sup> Neste sentido o viajante surge enquanto uma pessoa em trânsito.

percurso. Então pergunto: quando é que uma pessoa pode ser considerada de “migrante em trânsito”? Giovanna Marconi (2010: 7) apresenta-nos um esquema apontando para a situação em que a pessoa se encontra num “país de trânsito” cujo território se localiza entre o país de “emigração” e o país de “imigração”, por um período de tempo que poderá ser convencionalmente determinado, por exemplo, de seis meses. O conceito de trânsito pode ser valioso para o estudo das migrações, mas tem de ser devidamente enquadrado e não se encontrar reduzido num tempo e num espaço, entre a partida, a passagem e a chegada. Muito menos, limitado a uma categoria social ou de carácter unidirecional. Só assim será possível reduzir os limites de generalizações sobre os fluxos de trânsito e da quantificação desses mesmos fluxos.

É difícil de se definir a fronteira entre o trânsito e o migrante. A menos que a pessoa afirme o seu plano e o desejo de fazer cumprir este plano. Mas para alguém que tenha chegado a Cabo Verde, seja da China, de Portugal ou do Senegal, e depois de algum tempo sinta a necessidade ou surjam novos projetos e procure novamente migrar, esta pessoa é um migrante de trânsito? Por outro lado, devemos definir claramente a barreira entre um projeto de trânsito concretizável de um projeto que não passa de um sonho. Assim, para termos a noção exata da experiência de trânsito, ela só é possível quando realmente tenha acontecido. Por isso, ficam fragilizadas as afirmações que generalizam as migrações em Cabo Verde arrogando este conceito de “país de trânsito” ao arquipélago, quando a maioria das pessoas (presumivelmente, “migrantes em trânsito”) que chegam dos países da Costa Ocidental Africana têm permanecido por largos anos. Verificamos, contrariamente, um relativo enraizamento desses migrantes pelo modo como vão construindo diversos projetos e criando vários laços. O crescente número de mulheres migrantes, por si, indicia a um certo grau de enraizamento da imigração em Cabo Verde.

Esta breve demonstração transporta-nos para um plano global das dinâmicas e dos processos em torno das migrações internacionais. E discutir as migrações em Cabo Verde revela-se uma tarefa particularmente interessante e desafiante pela medida da sua inserção nos contextos e dinâmicas globais. Na verdade, como poderemos ver no capítulo seguinte, o arquipélago de Cabo Verde experimentou, desde o seu povoamento aos dias de hoje, uma dimensão tal de mobilidade de pessoas que leva-nos a perceber a constituição de um espaço onde as migrações se impõem como um “facto social total” (Mauss, 2008). Podemos entender a sua dimensão, primeiramente, enquanto deslocamento de pessoas no espaço físico. Mas o espaço dos deslocamentos qualifica-se

em múltiplas dimensões (social, político, económico, cultural...) e num duplo sentido (chegada, partida). Isto é, se falamos das migrações, aqui podemos encontrar um bom exemplo para uma leitura da complexidade social cabo-verdiana, ao abordar a perspectiva histórica da sua formação (demográfica, política, económica, social e cultural) e as atuais dinâmicas que têm favorecido a mobilidade de pessoas de e para as ilhas de Cabo Verde.

## **6. Conclusão**

Da reflexão levantada nos pontos anteriores levanta-se, ainda nesta discussão, uma pertinente questão: a que se refere quando falamos de “migrantes”? E em particular, de migrações em Cabo Verde? Falar de migrações em Cabo Verde é particularmente um tema de elevado interesse porque implica falar de um todo. No entanto, hoje quando pensamos nas noções de “emigrante” ou de “imigrante”, a nossa forma de ver, geralmente, envolve falar de um conceito de base normativa traduzindo o cruzamento de fronteiras dos Estados-nação. Como prova, o essencial elemento que deve acompanhar as migrações internacionais é o passaporte. Mas levanta-se a problemática em relação às migrações, suas tendências, seus impactos, suas estratégias, mas também o modo como na contemporaneidade alargam-se dicotomias que se impõem ao conceito. Tais dicotomias encontram-se profundamente enraizadas em políticas migratórias bem como num “nacionalismo metodológico”, segundo Andreas Wimmer e Nina Glick Schiller (2002). Isto é, o que se percebe, de um modo geral, é a redução do foco analítico nos limites dos Estados-nação. As pessoas envolvidas nesses processos de cruzamento de fronteiras nacionais, diretamente, ficam classificadas nas categorias de “emigrante” e de “imigrante”. No meio dessa classificação dicotómica encontramos, por um lado, o percurso realizado e, por outro lado, a fronteira caracterizando políticas e o controlo das migrações marcadamente territorializados.

Admitamos que a ocorrência de migrações aponta para outras dimensões que vão para além do controle e da definição dada pelos Estados-nação de quem pode entrar e permanecer. Sem dúvida que a atenção para com as migrações tem sido um dos maiores desafios enfrentados pelos governos e pela ordem internacional, especialmente, perante as controvérsias geradas em torno da questão do “ilegal” e da gestão da imigração (Levinson, 2005: 5). Particularmente porque levanta questões de ordem



nacional, para além de questionar sobre as fronteiras territoriais de cada Estado. No entanto, além da questão do controlo das fronteiras, também coloca-se a questão nacional. O quadro que aqui visualizamos envolve o embaraço de admitir a responsabilidade e a prestação de contas por parte do hospedeiro.

Considerando os sucessivos fluxos internacionais de homens e mulheres ao longo do processo histórico nos últimos cinco séculos, o “imigrante” constitui a forma como reconhecemos no presente o produto de uma construção peculiar baseada na ideia de identidade nacional (Sayyid, 2006). Assim, surgem claros indicadores de marginalidade social, como no espaço do mercado de trabalho, ou até mesmo na conceitualização de “imigrante” como um “imaginário” (Hesse e Sayyid, 2006). Abordando os contextos históricos de relações coloniais, o “imigrante” surge como um produto de uma ex-colónia espacial e etnicamente marcado pelo colonizador. A partir de uma imaginação do centro, o domínio dos valores ocidentais acabam sempre por definir a fronteira, especialmente quando falamos de “África” como um radical “outros” nas convenções da civilização, iluminação, progresso, desenvolvimento, modernidade e história (Ferguson, 2006: 2).

Ao olharmos para a complexidade da formação da sociedade cabo-verdiana, isso leva-nos a levantar um conjunto de questões como: o que é ser “imigrante”? Um trabalhador temporário? Um sujeito em trânsito? De um modo superficial a noção de destino de imigração nos transporta imediatamente para a figura de um indivíduo totalmente subjugado ao trabalho, como razão de ser que lhe é concedida (Sayad, 1998). E estamos a falar particularmente de trabalhos que requerem homens e mulheres migrantes, incluindo trabalhadores ilegais e vendedores ambulantes. Mas, de todo, é bem mais do que isso. E existe sempre um conjunto de relações que conjugam factores muito diversos resultantes em dinâmicas que conduzem pessoas a outras paragens. Como sabemos, as migrações humanas constituem uma realidade muito antiga. Mas como problema social é um facto relativamente recente, particularmente tratando-se de migrações internacionais. Em especial, pelo modo como a imigração é percebida e abordada enquanto um problema social. Esta preocupação recai na consideração e na imposição do problema definindo o imigrante e a pensar em relação a uma série de problemas sociais como: desemprego, habitação, integração, retorno à origem, mulheres migrantes, saúde, delinquência, trânsito, controle e regulação da migração “ilegal”, etc. o que não deixa de ser um dos maiores desafios enfrentados no âmbito das ciências sociais.

O grande impacto que confronta de forma mais direta este tipo de abordagem, ou mesmo com a convencional definição de trânsito prende-se com a forma como as pessoas constroem múltiplos espaços de pertença. Extraordinariamente, as fronteiras vão ganhando porosidades, brechas que se formam devido às experiências quotidianas de travessias protagonizadas pelos migrantes. Identidades mais complexas são forjadas enquanto se redefinem e se alargam os termos como a democracia e a cidadania, podendo assumir significados muito particulares em contextos migratórios. Do ponto de vista histórico, Paul Gilroy (1993) no “Atlântico Negro” nos oferece uma interessante perspectiva em relação à eficácia e às potencialidades presentes nessas trajetórias. Aqui podemos ter uma reconstrução atualizada da combinação dos laços reforçados nesse espaço Atlântico. Mais uma vez visualizamos o Atlântico como um espaço de lutas que podem representar a cidadania, a liberdade, a dignidade humana, e dão rosto, na presente era da globalização, desafiando a nacionalidade, a identidade e a memória por intermédio de um cruzamento de histórias disseminadas pelos movimentos migratórios.

## **Capítulo II**

### **Cabo Verde, rotas e dinâmicas migratórias: um “facto social total”**

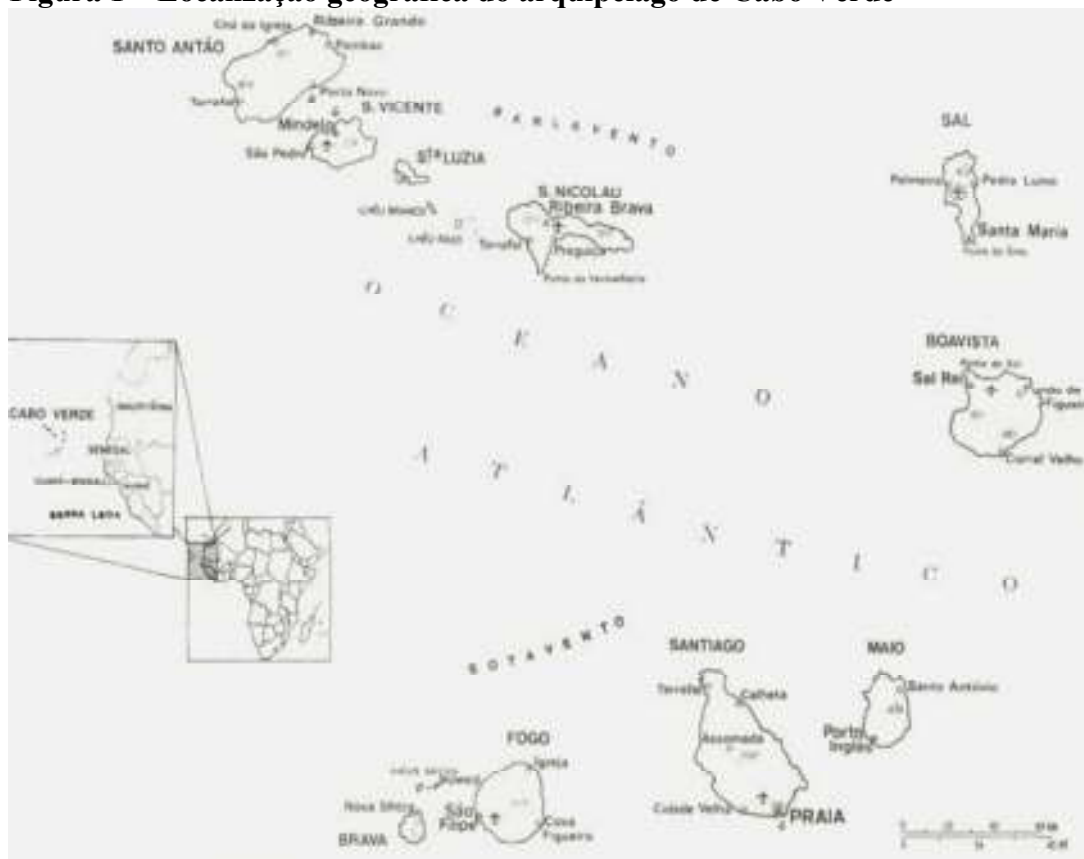


## **1. Cabo Verde: enquadramento geográfico, socioeconómico e político**

Em pleno oceano Atlântico, aproximadamente, a 500 km do promontório africano que se dá pelo nome de Cabo Verde na costa senegalesa, situa-se o arquipélago de Cabo Verde, composto por dois grupos de ilhas: 1- Barlavento, a norte; neste grupo fazem parte Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Sal e Boavista; 2- A sul, no grupo de Sotavento, estão incluídas Maio, Santiago, Fogo e Brava. As dez ilhas e mais alguns ilhéus espalhados perfazem uma área total de terra emersa de 4033,37 km<sup>2</sup>. Digamos que o arquipélago é desprovido de grandes recursos naturais, as suas ilhas estão sujeitas ao clima semiárido, com um vento seco dominante nordeste e um período muito curto e irregular das chuvas, compreendido entre julho a outubro. Todavia, circundado pelo Oceano Atlântico, soprado pelos ventos, entre as suas montanhas, os seus vales e as suas praias, beneficia-se do seu clima ameno e de muito sol, praticamente, todo o ano. Estas condições têm motivado, nos últimos anos, uma outra perspetiva em relação ao aproveitamento desse recurso, devido à sua atração ao turismo e, mais recentemente, vem despertando o seu potencial na sua exploração enquanto energia renovável. Para além disso, como resultado da sua condição de insularidade, o arquipélago tem uma longa costa. Assim, a Zona Económica Exclusiva de Cabo Verde é de cerca de 700000

km<sup>2</sup> o que constitui um enorme desafio em termos de controlo e exploração económica para um país pequeno, com uma população que se aproxima de meio milhão<sup>8</sup>.

**Figura 1 – Localização geográfica do arquipélago de Cabo Verde**



Fonte: Amaral, 2001: 3.

Após cinco longos séculos e um extenso período sob sujeição e dominação colonial da sua outrora metrópole portuguesa, Cabo Verde tornou-se num Estado independente desde 05 de Julho de 1975. Em Janeiro de 1991, assistiu-se às primeiras eleições democráticas perante o processo de transição para o sistema pluripartidário. Após essa data, com as sucessivas eleições, tem-se verificado um processo contínuo de consolidação do sistema democrático, que, juntando-se às estratégias de desenvolvimento económico entre os sucessivos governos, vai permitindo que este pequeno Estado insular da África Ocidental conquiste um certo destaque a nível internacional. Como resultado desse processo, em 2007 Cabo Verde passa a receber a classificação de País de Rendimento Médio (PRM).<sup>9</sup> Contudo, não obstante à apresentação de indicadores positivos ao nível político, social e económico, ainda

<sup>8</sup> Mais precisamente 491875, segundo o Censo de 2010.

<sup>9</sup> Resolução da Assembleia das Nações Unidas A/59/210, de 20 de dezembro de 2004.

assim, o país enfrenta várias dificuldades devido a vulnerabilidades de ordem económica, ambiental e insularidade. Consequentemente, a dinâmica económica cabo-verdiana apresenta uma grande dependência de recursos externos, fortemente sujeita às ajudas externas e às remessas dos emigrantes.

Efetivamente, o arquipélago de Cabo Verde é portador de uma experiência secular enraizada na emigração que se estende por vários países do continente africano, da Europa e das Américas, sendo também possível encontrar cabo-verdianos noutros recantos como da Ásia e da Oceânia.<sup>10</sup> Sendo a emigração um dos elementos estruturais da formação da nação cabo-verdiana (Góis, 2006: 23), é certo que são vários os motivos que levaram os cabo-verdianos a traçar rotas e outros lugares para a construção dos seus projetos de vida. Mas durante muito tempo destacou-se o facto da escassez dos recursos naturais e a insularidade que deram força a uma tradição e história da emigração ligando o arquipélago aos quatro cantos do mundo. Contudo, essa emigração foi revelando, ao longo dos tempos, uma força considerável no desenvolvimento económico do país, através das remessas dos trabalhadores emigrantes e dos investimentos aplicados na origem.

O arquipélago experimentou ao longo do período colonial um certo isolamento por parte da metrópole. Devido à falta de recursos naturais, Cabo Verde não constituía um foco de muito interesse para as autoridades coloniais, o que se traduz no modo do povoamento e na própria constituição da sociedade crioula (*cf.* Saint-Maurice, 1997:36). Assim, o arquipélago sempre enfrentou um abandono contínuo por parte da metrópole, ficando “praticamente entregue a si própria” (Caldeira, 1993: 610), com escassos investimentos vindos de Portugal (*cf.* Andrade, 2002, 266). Na verdade, as autoridades na metrópole mal podiam atender aos problemas da população, relegando para segundo plano os padecimentos dos povos das colónias. Pelo contrário, passava a ideia de as colónias renderem para a metrópole, isto é, como afirma José Vicente Lopes (2001: 17), eram “elas”, as colónias, que “tinham de fornecer recursos materiais para a metrópole, ainda que para isso tivessem que reconverter o modo de vida e de produção dos seus habitantes”. Desta forma, o legado colonial para os governantes do arquipélago a partir da independência era extremamente desencorajador (*cf.* Andrade, 2002: 265-267). Com efeito, o nível de subsistência da população era extremamente baixo, a produtividade era muito baixa, a distribuição das terras, bastante desproporcional. Consequentemente, o

---

<sup>10</sup> Entre vários trabalhos *cf.* Carreira, 1983; Carling, 2003; Góis, 2006; Maffia, 1993; 2008; Monteiro, 1997; Andrade, 1973.

investimento feito por parte da metrópole para o desenvolvimento da agricultura foi também bastante reduzido (*cf. idem*: 265), assim como noutras áreas importantes de investimento público, como a saúde e a educação. Por estas razões, a emigração constituía-se num dos aspetos centrais de opção da população do arquipélago, desde os mais pobres aos mais escolarizados, que perspetivavam direitos e realizações, ou mesmo liberdade, bem para lá do horizonte.

Politicamente revelou-se significativa a edificação da economia de um Estado independente. A grande preocupação no período imediatamente a seguir à independência consistia-se, essencialmente, na eliminação de sequelas herdadas da dominação colonial. Numa perspetiva fortemente virada para o mercado interno (Estevão *apud* Barros, 2008: 90), o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (1982-1985), do governo do PAICV, tinha como prioridade o provimento das condições primárias de vida da população e o desenvolvimento das infraestruturas básicas. No II PND (1986-1990), para além do objectivo da consolidação das estratégias traçadas no I PND, constou-se a abertura ao mercado internacional, em particular nas áreas da pesca, do turismo e dos serviços. Contudo, tratava-se de uma orientação progressiva para o mercado externo, de forma sustentada e suportada pela base produtiva criada na etapa anterior (*idem*).

No início da década de noventa registou-se um conjunto de mudanças estruturais em Cabo Verde. Com o evento das primeiras eleições multipartidárias a 13 de Janeiro de 1991, o governo do MPD, que acabara de ganhar as eleições, iniciou um conjunto de reformas económicas centradas na aceleração do liberalismo da economia, numa maior abertura aos processos de globalização económica, como estratégia de redução do desemprego e do subemprego. Inscrito neste contexto de modificação das opções essenciais da economia e da sociedade cabo-verdianas, o III PND (1992-1995) do Programa do Governo da IIª República, portanto, foi projetado para um forte incremento das relações com o mercado externo. Conforme o inscrito no III PND “a orientação económica global do Governo assenta na ideia de que Cabo Verde deve inserir-se de modo pleno no sistema económico mundial e aí, através da criação dinâmica de vantagens concorrenciais, situar o processo de desenvolvimento do país.”<sup>11</sup>

A par deste novo cenário político, nas últimas duas décadas, a democracia em Cabo Verde tem recebido um destaque favorável, particularmente em relação ao

---

<sup>11</sup> III Plano Nacional de Desenvolvimento 1992-1995, Relatório Geral, Ministério das Finanças e do Planeamento de Cabo Verde, 69 *apud* Barros, 2008: 93.



continente africano (*cf.* Baker, 2006), muitas vezes identificado como um exemplo de sucesso da democracia em África. Pela combinação do conjunto desses vários fatores chega-se a constatar algumas observações que consideram Cabo Verde “um país atrativo não só como rota para grupos migratórios atingirem mais facilmente a Europa e a América do Norte, mas também como destino por se tratar de um país democrático, sem conflitos e economicamente promissor.”<sup>12</sup>

É certo que esse quadro da política económica vem contribuindo, ao longo das últimas décadas, para algum incremento no sector do turismo, mesmo que presenciando um cenário de instabilidade económica a nível mundial. Com efeito, passamos a assistir a um novo fenómeno em que o país passa a fazer parte do horizonte ou de um percurso de novos projetos migratórios. Com motivações diversas, dos vários continentes dão-se novos contingentes de migrantes que cruzam o arquipélago a outros pontos do mundo. Mas, é de destacar, particularmente, o peso existente na circulação de pessoas ao nível da região da Costa Ocidental Africana integrando as ilhas de Cabo Verde. Trata-se, sem dúvida, de circulações que trazem um desafio acrescido para o país através de um novo contexto interativo e que, também, implica uma atualização das reflexões sobre os horizontes identitários.

## **2. Da “descoberta” d’es dez grunzinho di terra<sup>13</sup>**

A chegada dos primeiros navegadores europeus ao arquipélago é o momento crucial que marca o prólogo da história do arquipélago. Se hoje podemos falar com propriedade sobre migrações de e para Cabo Verde, factualmente, terá o seu primeiro registo em 1460. Ali se formou o primeiro nó entre as ilhas e o mundo. Cabo Verde tornou-se um ponto de interseção entre vários povos. Marcado profundamente pela mestiçagem, projeta-se numa escala atlântica de acolhimento e de passagem entre a África, a Europa e as Américas. Dos trânsitos no Atlântico que tiveram lugar desde o século XV, impondo uma dinâmica local, aos corpos negros que povoaram as ilhas, persistem migrações num mundo polarizado entre um norte e um sul global, carregadas de experiências e de olhares que fitam projetos infindos.

---

<sup>12</sup> Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania - “Problemática da Migração Clandestina ou Irregular: Recomendações”. CNDHC/Rec/GTPMR/01/2006: 2.

<sup>13</sup> “Esses dez grãozinhos de terra”, em alusão à música de Jotamont intitulada “Cabo Verde, Terra Estimada”.

## **- Prelúdio**

Neste momento, convém retrocedermos aos primeiros registos da história destas pequenas ilhas. Jorge Barbosa, uma das celebridades da poesia cabo-verdiana, numa reconstrução desse momento de chegada dos europeus, registou em “Prelúdio”<sup>14</sup>:

Quando o descobridor chegou à primeira ilha  
nem homens nus  
nem mulheres nuas  
espreitando  
inocentes e medrosos  
de trás da vegetação.

(...)

Quando o descobridor chegou  
e saltou da proa do escaler varado na praia  
enterrando o pé direito na areia molhada  
e se persignou  
receoso ainda e surpreso  
pensando n'El-Rei  
nessa hora então  
nessa hora inicial  
começou a cumprir-se  
este destino ainda de todos nós.

Em 1415 com a conquista de Ceuta, Portugal inicia o seu projeto de expansão num conjunto de viagens e explorações marítimas. Porém, o contexto europeu que precedeu esse projeto de navegação oceânica revelava um conjunto de adversidades provocadas pelas sangrentas guerras e conflitos civis, uma forte recessão económica e, por conseguinte, provocando um conjunto de males como a escassez de mão-de-obra, a crise na agricultura, a subida dos preços das mercadorias, a fome, a peste, a insegurança, mas também uma crise de metais preciosos. Perante estas condições, o comércio internacional ficaria numa situação quase que impraticável. Assim, era necessário encontrar caminhos a novos pontos correspondentes às narrativas exóticas sobre os longínquos mares, bem como da possibilidade de um reino cristão de Presto João<sup>15</sup> “para além do Egito” ou “o negus da Etiópia” (Ki-Zerbo, 1999: 262). Contudo, esse momento do “descobridor” suportado pelo infante D. Henrique, o ensejo de partida das

---

<sup>14</sup> Jorge Barbosa, *Cadernos de um Ilhéu*, 1956.

<sup>15</sup> Presbyter Iohanes numa referência mais antiga que surge em 1145, num manuscrito de Otão, bispo Frízia, referindo-se-lhe como o poderoso monarca-sacerdote que governava sobre 79 reis.

caravelas, ficou marcado pela fundamentação do “santo empreendimento” em busca de “cristãos e especiarias”. Ou como proferiu Álvaro Velho no “Diário de Viagem de Vasco da Gama” (*apud* Ki-zerbo, 1999:262), para além dos metais preciosos, os europeus procuravam outras minas, as espirituais, “as minas de almas”.

É certo que estamos a falar de um contexto em que a Europa projetava um rompimento de fronteiras, de modo a colmatar necessidades financeiras, suprindo-se de metais preciosos, especiarias e tecidos da Ásia. Sobretudo, era necessário romper a fronteira imposta na região do Magreb pela intermediação do ouro que a Europa recebia da África. As especiarias que chegavam do Extremo Oriente passavam por inúmeros negociantes, e ao chegarem às cozinhas europeias os preços eram elevadíssimos. Nessa altura a Europa buscava, apesar das dificuldades, o estabelecimento de relações comerciais com os povos da costa africana e também com o longínquo Oriente. O objetivo seria ganhar caminho para o acesso mais facilitado, o quanto possível, à qualidade e à quantidade de recursos imaginados que, obviamente, dariam condições ao enriquecimento. A rota marítima contornando o continente africano seria, então, a solução, conjugando o grande desígnio cristão com a avidez do negócio (Ki-Zerbo, 1999: 263).

Evidentemente, a chegada dos europeus ao arquipélago de Cabo Verde foi um grande momento de viragem na história da humanidade. Sobretudo, a Europa e a África ficaram ligadas, passando pelo arquipélago de Cabo Verde que se tornou desde os primórdios da expansão europeia um centro pulsante do “Atlântico Negro”. As suas ilhas destacaram-se desde o séc. XV como um importante ponto de transportação do algodão, do tecido de boa qualidade, da urzela e de alguns outros bens. Mas, particularmente, o arquipélago ganhou importância em função das rotas de embarcações que riscaram linhas marítimas ao longo do Atlântico, carregados de gentes: tanto de negros cativos, como de negros livres, também de europeus. Embora o tráfico de escravos não tivesse sido uma operação premeditada, para aqueles que partiam no “santo empreendimento” “sabiam o que iam procurar, mas ignoravam o que iam encontrar e como o iam encontrar” (Ki-Zerbo 1999: 262). Tal empreendimento terá resultado em experiências e relações transnacionais em ambos os lados do atlântico mediante intensos intercâmbios (Gilroy, 1993), superando o tráfico negreiro. Pessoas transitavam intensamente de um lado do Atlântico para o outro, nos dois sentidos, levando consigo mercadoria, mas também cultura nas mais diversas formas (música, dança, culinária, oralidade, literatura, etc.). Assim, o arquipélago, como um dos palcos

do tráfego negreiro, ficou projetado na história enquanto ponto de encontros entre povos e culturas do Oeste Africano, da Europa e de outras bandas que pisaram as terras dessas ilhas. Também como um ponto de escala e ancoradouro a meio da África, da Europa e das Américas.

Todavia, o arquipélago de Cabo Verde também regista aquilo que foi a passagem e um refazer de fronteiras entre um “Norte” e um “Sul Atlântico”. Mais do que uma mera descrição desse primeiro momento presencial dos navegadores que chegaram do velho continente “à primeira ilha”, esse momento “prelúdio” vem erigir duas marcas significativas: a) por um lado, uma marca da ruptura em relação ao “Sul”, vincada na modernidade e no conjunto de dicotomias criadas pelo pensamento racista moderno, tendo África como o “outro” radical fundado perante as construções ocidentais de civilização, desenvolvimento, progresso, iluminismo, modernidade (Ferguson, 2006: 2), bem como “fixando o significante negro fora da história” (Hall, 2003: 345); b) por outro lado, um sinal dos cruzamentos, numa contínua redescoberta e atualização de linhas de conexão e de força entre o local e o global e vice-versa – de circuitos comerciais, sistemas industriais e financeiros a migrações e relações informais de sobrevivência. Nota-se que o arquipélago de Cabo Verde desde cedo ficou inserido ao nível do sistema económico mundial. Pela sua posição privilegiada no Atlântico, desempenhou um papel muito importante como ponto de escala e de ligação da navegação transatlântica e do comércio triangular, sobretudo o tráfico de escravos (Andrade, 1996). Daí, os aspetos interventores das dinâmicas sociais prendem-se a uma História que deve ser concebida dentro de um sistema de dominação (*idem*: 20) estabelecido à escala mundial, e que lhe confere um determinado papel no quadro da divisão internacional do trabalho.

### **- O achamento e os seus registos**

Os primeiros apontamentos da história do arquipélago de Cabo Verde deixam no ar várias indagações.<sup>16</sup> Não existem factos credíveis que permitam afirmar seguramente que alguma das ilhas tenha sido habitada antes do achamento dos portugueses.

---

<sup>16</sup> Sobre este assunto ver os extraordinários esforços de sistematização da historiografia de Cabo Verde, por exemplo: Senna Barcelos, 2003; Carreira, 2000; Albuquerque e Santos, 2001.

Entretanto, não é demais perguntar desde já: quem foi[ram] este[s] “descobridor[s]” que chegou[ram] à primeira ilha?

Da variedade de informações existentes e pela sua extensão a tarefa da defesa exata que solucione esta dúvida não é, de facto, nada fácil. Diogo Gomes, António da Noli, Luiz Cadamosto e Vicente Dias reivindicam o privilégio do achamento, obviamente, sem contarmos com as sugestões que apontam o feito para os chineses ou os árabes, no séc. XII. Não há um consenso quanto a este importante facto da história de Cabo Verde. As nossas incertezas ficam, entretanto, ateadas ao confrontarmo-nos com os relatos em torno de um possível conhecimento do arquipélago ou algumas das suas ilhas na antiguidade.<sup>17</sup> Efetivamente, ainda fica por provar se houve ou não presença humana no arquipélago antes da chegada dos europeus. Por exemplo, num estudo realizado por Auguste Chevalier em 1935 (*apud* Carreira, 2000), o autor afirma a existência de um passado pré-histórico, com base nas inscrições rupestres e de dólmenes achados na Boa Vista, no Maio, em Santo Antão e em S. Nicolau. Edrisi, um geógrafo árabe, mais concretamente de Ceuta, no século XII, observou que: alguns árabes, habitantes da cidade de Lisboa, que acabara de ser conquistada pelos cristãos, em 1147, “se tinham lançado à procura de outras margens do oceano e que ao chegarem às ilhas Canárias haviam tido conhecimento da existência de outras terras colocadas mais para o interior do mar” (*apud* Lessa e Ruffié, 1960: 13).

Dois séculos mais tarde, numa enciclopédia de autoria do egípcio Omari, dizia que “os sultões do Egito estiveram muito interessados no conhecimento da orla ocidental do Atlântico” e que por volta de 1354 “o vali do Cairo, Ibn Amir Hadjid, mantivera encontros com o Imperador mandinga Moussa I, tendo ficado a saber que certos povos do Senegal tinham contactos comerciais com outras ilhas mais afastadas” (*apud idem*).

Outras teses advogam a presença de Jalofos, particularmente na ilha de Santiago e na ilha do Fogo, antes da chegada dos europeus. Autores como o anónimo Leal Vassalo, João da Silva Feijó, António Pusich, José Chelmicki são algumas das referências citadas por António Carreira (*c.f.* 2000), todos muito próximos na defesa do argumento relativamente à presença de uma população de Jalofos no arquipélago. Tais argumentações baseiam-se em tradições frisando que nas duas ilhas referidas já se

---

<sup>17</sup> Conforme um texto de Plínio (*apud* Senna Barcelos, 2003: 21-22) adjudica-se a ideia de as ilhas terem sido conhecidas com o nome de Hespéridas ou Gorgonas por antigos geógrafos. Por outro lado, Senna Barcellos (2003: 22) rejeita completamente esta hipótese ao que Luís de Albuquerque (2001: 23) avigora como uma “síntese de lendas acumuladas durante anos e anos”.

encontrarem (pelo menos habitadas) Jalofos que, perseguidos por felupes, tenham, muito fugazmente, passado por Santiago com a intenção de se esconderem dos seus perseguidores. Entretanto, Lopes de Lima no seu “Ensaio sobre a Estatística das Possessões Portuguesas” de 1844 (*apud* Carreira, 2000: 298) vem muito energicamente rejeitar as teses dos autores (*supra*) citados relativamente à ocupação ou o povoamento das ilhas por Jalofos, antes dos portugueses. Embora, também sem apresentar quaisquer documentos de apoio ao seu argumento, Lopes de Lima escreva que:

“não passa de ser uma fábula pouco engenhosa essa tradição vaga, e infundada, que alguns escritores sem crítica (entre eles Feijó) nos têm transmitido à toa – de que a ilha de S. Thiago ao descobrir-se era já povoada de negros Jalofos, que ali passaram perseguidos pelos Felupos seus vizinhos, e lançados pela brisa e correntes ao Oeste. Nenhum escrito do tempo da descoberta fala de tal povoação, antes muito positivamente declaram todos, que a ilha de S. Thiago se achou deserta como as outras” (*idem*).

António Carreira admite a possibilidade de povos africanos (eventualmente Jalofos, Sereres e Lebús) terem aportado, mesmo que em escala accidental, antes dos portugueses (Carreira, 1983; 2000). Contudo, é mais prudente relativamente à tese defendida pelos anteriores autores e faz a seguinte análise:

“Semelhante tese só pode ser aceite, como antes apontamos, para o caso de um pequeno grupo de indivíduos ter sido lançado nas ilhas por causas accidentais – por tempestades ou ventos fortes, e naufrágios – e falhos de condições de sobrevivência sem outros contactos. A própria expressão usada (“poucos negros Jalofos”) corrobora a hipótese. O que não se aparenta aceitável, pelo menos à luz da documentação conhecida, é o povoamento, devidamente organizado, feito por Jalofos, Lêbús, Séreres ou outros, e anteriormente aos portugueses. Estamos praticamente em presença de versões aproximadas. Apenas divergem em pequenos pormenores. O Anónimo da “Notícia corográfica” dá a chegada dos Jalofos a Santiago motivada por tempestades, que teriam impelido as canoas a aportar à ilha, quando os seus ocupantes desejariam, talvez, buscar refúgio em terras do litoral continental, navegando certamente ao longo da costa. Na versão de Feijó, os Jalofos fugiam à perseguição dos Falupos quando as brisas e correntes empurraram a embarcação para Santiago. Em qualquer caso, embora a documentação antiga apresente as ilhas como desertas à chegada dos descobridores, não se deve excluir de todo a hipótese de, Santiago, ter sido refúgio de um pequeno grupo de naufragos Jalofos ou outros habitantes de Cabo verde (Lêbús ou Séreres, etc.), antes da chegada dos portugueses. Mas isso ter-se-ia dado, repete-se, por circunstâncias puramente accidentais, sem propósito deliberado, nem

continuidade de povoamento. Não tinham condições de vida, sem outros contactos” (Carreira, 2000, 296-297).

Todavia, a inclinação para uma solução oficial vai no sentido daquilo que, conforme Senna Barcellos (2001: 22-23), citando autores como João de Barros (*apud idem*: 27) “ignorada evidentemente a existência do arquipélago de Cabo Verde durante séculos... é incontestável que António da Noli foi um dos descobridores”, em 1460. Esta ideia é reforçada por Luís de Albuquerque (2001: 39) dizendo que “merece ser tido como o mais provável”, admitindo a atribuição do achado das cinco ilhas orientais, as primeiras a serem descobertas, ao genovês António da Noli, acompanhado do português Diogo Gomes.<sup>18</sup> Certo é que se seres humanos tiveram contacto eventual e esporádico com as ilhas do arquipélago antes dos navegadores europeus, então parece provável não terem querido ou conseguido fixar-se de forma planificada e permanente.

Contudo, podemos dirigir-nos às palavras usadas por Russel Hamilton (1984: 93) para chegarmos a um ponto mais claro e consensual afirmando que Cabo Verde “só começa a existir como sociedade humana a partir da chegada, quase simultânea, de europeus e africanos [...]”. E a partir desse momento histórico se registou o destino de um importante ponto do Atlântico Médio marcado pelos trânsitos e pelas múltiplas experiências migratórias. Vejamos de seguida alguns aspetos que destacam o arquipélago de Cabo Verde enquanto um palco de encontros e de circulação de povos e as suas relações com o mundo através do processo de povoamento das ilhas.

### **3. Chegadas e povoamento: os primeiros registos migratórios**

Do corredor do passado, ela perfila-se  
Minha estaca firme e segura, MÃE,  
De onde venho, Mãe,  
Para onde vou no caminhar do tempo!  
À Mãe, no seu todo,  
Que entrelaça a Nação  
E a alimenta de energia e coragem,  
O Choro e o Canto de um Povo só!<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> Esta tese oficial que atribui o descobrimento de Cabo Verde a António da Noli é referente ao descobrimento das ilhas de S. Cristóvão (Boavista), de Lhana (Sal), das Maias (Maio), de S. Jacobo (Santiago) e S. Filipe (Fogo). As restantes ilhas do grupo ocidental do arquipélago foram descobertas, com base na “documentação das chancelarias reais” indica-se como descobridor Diogo Afonso, um escudeiro do infante D. Fernando.

<sup>19</sup> In Daniel Pereira (2005).

À chegada dos navegadores europeus às ilhas de Cabo Verde, na segunda metade do século XV, registaram-se as primeiras migrações (factuais) para o arquipélago. Precisamente é esse o elemento que se propõe explorar perante a apresentação, de forma sucinta, do processo e o modo como se operou o povoamento do arquipélago. Contudo, ter-se-á em conta alguns aspetos relevantes que determinaram as condições da organização do povoamento, da fixação de pessoas nas ilhas e de uma estratificação social fortemente assente na base do comércio intercontinental e na utilização da mão-de-obra escrava para a produção local.

### ***- Instalação de uma estrutura económica mercantil***

Perante as suas precárias condições endógenas que propiciaram – e ainda hoje propiciam – opiniões generalizadas em relação à insularidade e aos constrangimentos climáticos, parece que qualquer plano inicial de povoamento das ilhas seria um fracasso. Mas o imediato esforço desenvolvido de ocupação da primeira ilha achada e a maior do arquipélago fez com que se superasse a insalubridade do clima e tornasse, brevemente, o vilarejo de Ribeira Grande num espaço viável ao desenvolvimento de práticas comerciais e económicas, posteriormente, a primeira cidade colonial portuguesa. Se bem que, nos primeiros quatro anos, apresentaram-se algumas dificuldades no sentido de se encontrar pessoas interessadas em viver permanentemente no arquipélago. Assim, dois registos iniciais foram muito importantes: a) A Carta Régia de 1462, que atribuía amplas prerrogativas administrativas, fiscais e judiciais habilitadas ao infante D. Fernando, irmão de D. Afonso V (*cf.* Senna Barcelos, 2003: 31). Assim, a ilha de Santiago fora dividida em duas capitánias: a do sul, com sede na Ribeira Grande, esta fora entregue a António de Noli, como prémio de descoberta da referida ilha. A capitania a norte ficou localizada em Alcatrazes, entregue a Diogo Afonso (*cf. idem*); b) É de realçar o facto de que a vila da Ribeira Grande, logo veio a conjugar dois imperativos naturais, a sua ribeira e o seu porto<sup>20</sup>. Esses dois elementos se complementaram de tal forma que ditaram o crescimento demográfico e a dinâmica económica daquela que viria a ser o centro de interseção no Atlântico Médio. E perante

---

<sup>20</sup> A ribeira possibilitava água “corrente” para beber, para a prática da agricultura, outros usos inclusive a proteção em relação à insolação e aos ventos. O porto, junto ao desaguadoiro da ribeira, assegurava o acesso a uma rede de circulação oceânica e contactos com o exterior, tão vital à reprodução do povoado quanto a ribeira (Baleno, 2001: 133; Correia e Silva, 2003: 127).



as prerrogativas cedidas pela Coroa, se estabeleceu, ali nesse vilarejo na ponta do mar, “um vivo comerciante genovês” que abre o caminho na “busca imperativa de inserção do arquipélago no jogo de trocas transatlânticas” (Correia e Silva, 2003: 84).

A Carta de Privilégios que D. Afonso deu aos moradores da ilha de Santiago a 12 de Junho de 1466 “para irem com seus navios tratar e resgatar nas partes da Guiné e outras liberdades” (cf. Senna Barcelos, 2003: 34). Possibilitando uma certa atratividade por esse valor de ligação entre a Europa, a costa africana e as Américas e que se constitui numa alternativa perante as condições adversas, o arquipélago ganha uma dimensão comercial estratégica pelo seu relativo afastamento da costa africana. Essencialmente, por se encontrar afastado do continente, compensaria as dificuldades de um eventual estabelecimento na costa, uma vez que, até então, não havia nas imediações nenhum outro ponto onde os portugueses se pudessem fixar com um nível mínimo de segurança. Assim, António Correia e Silva (1996: 19 e 20) faz a seguinte descrição:

“pela impossibilidade de os portugueses se fixarem *sur place* nos mercados entre o rio Senegal e a Serra Leoa, devido às razões de ordem climática e sanitária mas também às de segurança, convinha-lhes um lugar que fosse, simultaneamente, o mais próximo possível dos rios e que contudo não tivesse as desvantagens de uma fixação na terra-firme”.

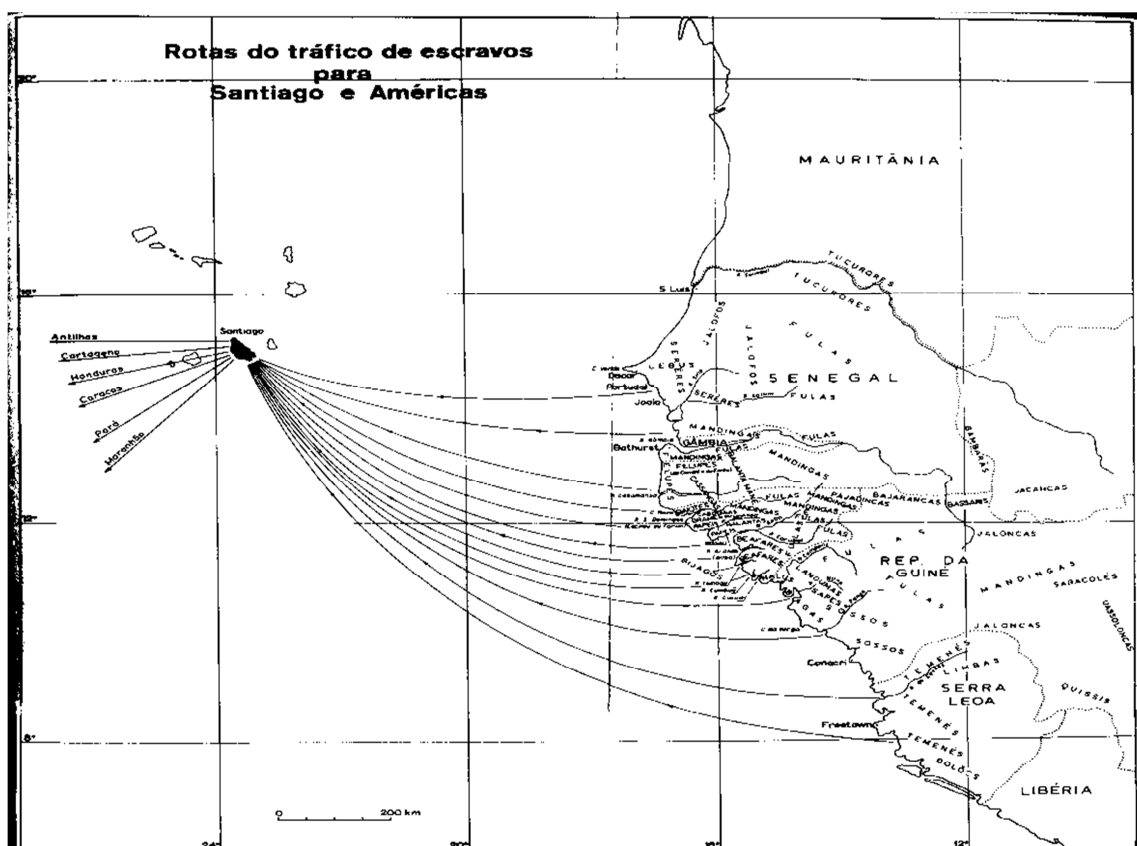
Mais adiante o mesmo autor complementa que:

“a ilha de Santiago era suficientemente longe do continente para ser por si só uma barreira contra as ações ofensivas dos poderes africanos, mas, por outro lado, próxima o bastante para se constituir numa base avançada de rápidas e seguras incursões comerciais à costa fronteira”.

A privilegiada localização geográfica do arquipélago, vista desde logo como um fator muito importante, pesou, favorável e decisivamente, sobre a decisão do povoamento da Ilha de Santiago. Contudo, era necessário atrair mais moradores de modo a garantir a continuidade do plano iniciado em 1462. Seria necessária a intervenção da Coroa. É, então, com a Carta de Privilégios concedida aos moradores de Santiago em 1466 que garante o modo de vida em Cabo Verde, assente no jogo das trocas transatlânticas (Correia e Silva, 2003: 84). Esta dinâmica em Cabo Verde se concretiza de facto. A referida carta, para além de comprovar o início do povoamento em 1461 e 1462 (Carreira, 2000: 33), ela irá reforçar o incentivo na fixação de residência em Santiago. Para todos aqueles que viessem a estabelecer-se em Santiago de

forma estável e duradoura ficariam habilitados, a título de privilégio, a comerciar com os povos dos Rios da Guiné e com o reino de Portugal, de Castela e as respectivas adjacências atlânticas (Açores, Madeira e Canárias) (cf. Senna Barcelos, 2003: 34-36; Carreira, 2000: 33-35). Consequentemente, Ribeira Grande converte-se num “burgo de mercadores, ligados prioritariamente ao comércio marítimo de longa distância” (Correia e Silva, 2003: 128).

**Figura 2 – Rota de tráfico de escravos para Santiago e Américas**



Fonte: Carreira, 2000: 304

Assim, o arquipélago destacou-se como um importante centro geoestratégico, de tal forma que, segundo António Correia e Silva (*idem*: 140) a cidade de “Ribeira Grande transcende em muito a dimensão local ou mesmo regional”. Pois, o povoamento só foi possível mediante as condições criadas de inserção do arquipélago em amplas redes de trocas inter-espaciais (cf. *idem*: 79). Nesse sentido, Cabo Verde assumiu-se como a “porta dos mares do sul” e “Ribeira Grande nasce como o elo de ligação entre a Guiné e os mercados consumidores de mão-de-obra negro-africana” (*idem*: 85). E estão criadas, assim, as devidas condições que lançam na génese do arquipélago de Cabo Verde, esse

ponto no Atlântico Médio, as dinâmicas migratórias que se assume de variadíssimas formas.

### ***- Colonização e os primeiros estratos populacionais***

O povoamento do arquipélago começou na ilha de Santiago, pela capitania a cargo de António de Noli com sede na Ribeira Grande (*cf.* Senna Barcelos, 2003; Carreira, 2000; Baleno, 2001). Alcatrazes foi a primeira sede da capitania Norte. Ganhou estatuto de vila com um núcleo populacional contemporânea da Ribeira Grande. Mas logo na 2ª década do século XVI Praia passa a ser a sede da capitania Norte. Nos finais do século XV, mais precisamente entre 1480 e 1493, o povoamento da ilha do Fogo tem o seu registo pela iniciativa dos moradores de Santiago (Baleno, 2001: 143). Em especial, a limitação dos privilégios em 1472, fez mover os armadores de Santiago a povoar a ilha do Fogo, procurando investir e fomentar a produção interna, através da agricultura, artesanato, pecuária, etc. As restantes ilhas do arquipélago permanecem desabitadas durante todo o século XVI, embora com algumas indicações de que na década de 70 do século XVI as ilhas de Santo Antão e de São Nicolau já albergassem alguns moradores.

De volta ao momento inicial do povoamento da ilha de Santiago, deparamo-nos perante um dos mais decisivos marcos da história de Cabo Verde. Marcado como um espaço caracterizado pelos momentos de chegada e partida, o arquipélago constituiu-se, entretanto, numa espécie de reservatório de mão-de-obra. As migrações irão se firmar como elemento estruturante e estruturador pertencente à realidade social cabo-verdiana. Desde os primórdios da sua história elas complementam a compreensão dos fenómenos sociais em Cabo Verde. Isto porque após o registo do seu achamento em 1460 por navegadores portugueses, ter-se-á dado o início à importante história de itinerários migrantes de outros lugares para este pequeno arquipélago, e das ilhas para vários pontos do mundo.

Alguns aspetos se destacam, no que diz respeito ao povoamento e vão caracterizar, desde muito cedo, os primeiros registos das migrações para Cabo Verde. De imediato apercebeu-se da importância da posição geográfica do arquipélago como um factor capaz e vitalizador de um grande futuro mercantil. Isso porque se encontra numa posição que, para a altura, serviria como um verdadeiro e obrigatório ponto de passagem de navios no Atlântico. Obviamente, a dinamização de um porto e o

desenvolvimento de atividades navais que suportassem uma estrutura mercantil entre África, a Europa e as Américas, coadjuvavam para que pessoas de nacionalidades e origens sociais diferentes se transferissem para o arquipélago. Outras pessoas estrategicamente marcaram este ponto do Atlântico para as suas escalas temporárias. Outras ainda, em grandes grupos, forçosamente foram trazidas, já com a previsão de fazê-los transitar rumo a outros destinos, especificamente com a finalidade de servirem como força produtora integrante do sistema capitalista. De facto, a maioria dos escravos trazidos da Costa Africana para o arquipélago se destinavam à reexportação, com destino às Américas, por vezes, para as ilhas Canárias e, outras vezes, para a Europa.

Numa breve descrição sobre os primeiros grupos que chegaram para povoar a ilha de Santiago são apontados fidalgos portugueses, alguns genoveses, espanhóis e seus descendentes e alguns flamengos que foram mandados pelos reis e príncipes (*cf.* Carreira, 2000: 281). Lopes de Lima (*apud* Carreira, 2000: 184) indica que o povoamento da ilha é feito com casais que chegaram do reino, sobretudo algarvios. Também, entre os europeus que constituíram o primeiro estrato social (os “senhores”), vamos encontrar um grupo muito pequeno de nobres, também plebeus, homens de ofícios e degredados (Carreira, 1977: 11). E como se trata de uma organização social baseada na instituição escravocrata, esta primeira fase do povoamento é fortemente marcada por um grupo majoritário, constituído por escravos negros transportados da Costa Africana e dos rios da Guiné.<sup>21</sup> Assim, podemos considerar a presença de dois estratos sociais bem distintos na fase inicial do povoamento: os europeus e os africanos. Com o tempo, cresce o número de mestiços, resultado do contacto entre homens europeus brancos e mulheres negras. Dessa relação, que persistiu ao longo de vários séculos, se registou uma dura e sofrida travessia pelo Atlântico na “longa noite colonial” (Querido, 2011).

Em anotações muito próximas umas das outras, vários autores como o Anónimo (Leal Vassalo), Feijó, Pusich, Chelmicki ou Lopes de Lima, são citados por António Carreira (2000) na sua obra “Cabo Verde: Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)” descrevendo o modo do povoamento das ilhas. Tais descrições apontam para a ordenação do Infante D. Fernando, em 1461, para que casais

---

<sup>21</sup> É preciso apontar que existe uma certa ambiguidade relativamente à definição geográfica de “Guiné” nessa época. Segundo António Carreira (2000: 304), este termo variou do século XVI para o século XVII. No século XVI abrangia toda a Costa Ocidental da África, numa distância que podia abranger do rio Senegal ao Rio Orange. No século seguinte, mediante a descrição de Fernão Guerreiro (*apud idem*) Guiné começava pela parte norte do rio Çanega e acabava na Serra Leoa, área pertencente à Capitania de Cabo Verde.

algarvios acompanhassem os donatários, os quais resgataram em Guiné um grande número de escravos para o arroteamento das terras. Numericamente é praticamente impossível qualquer tipo de informação quanto ao crescimento demográfico ainda nessa fase em Cabo Verde. Contudo, é evidente que a população negra cresceu exponencialmente em relação à população branca. Por ocasião do ano de 1513, o corregedor Pêro de Guimarães (*apud* Baleno, 2001: 137) apresenta ao Rei uma estimativa sobre o número de moradores nas ilhas. Estes eram aproximadamente 58 “vizinhos brancos” e 16 “vizinhos negros”. Ainda foram contabilizados 56 “estantes” estrangeiros, 4 mulheres brancas solteiras, cerca de 10 mulheres negras, 12 clérigos, 3 frades e outras gentes forasteiras na expectativa de partir nos navios. Praticamente, os escravos, oriundos da Costa de África, são silenciados nesse inventário, embora representassem a maioria esmagadora da população de Cabo Verde. Por exemplo, no período compreendido entre 1513 a 1528, desembarcavam na ilha de Santiago uma média de 1400 escravos por ano (*cf.* Torrão, 2001: 275). Enquanto base da estrutura social no arquipélago, os escravos africanos eram expropriados de todos os seus bens, direitos e liberdades. Eram todos mercadoria-propriedade dos “moradores” e, particularmente, aqueles que eram designados para os trabalhos no campo ou que exigiam a força física, representavam uma massa anónima tratada na condição de “bestas”.

Desde o início do povoamento os europeus impuseram o modelo de organização social, transferindo para o arquipélago o mesmo padrão de estratificação social do reino. Embora não fosse de todo clarividente a distinção entre os termos “morador” e “vizinho”, é certo que ambos identificavam um grupo distinto que detinha a capacidade de comerciar com a Costa Africana e usufruir de privilégios fiscais. Portanto, se situavam no topo da hierarquia social, destacando-se, em particular, os armadores devido às condições legais e económicas suficientes para alugarem ou comprarem os navios, adquirirem as mercadorias, pagar e alimentar a tripulação. Isto é, tinham as condições necessárias para sustentarem uma “empresa de armar” (Santos e Cabral, 2001).

Entretanto, a “declaração e limitação dos privilégios” apresentada aos moradores de Santiago 6 anos após a carta de privilégios de 1466, limitou o tipo de mercadoria comercializada. Esta tinha de ser exclusivamente da produção local e os navios tinham de pertencer aos moradores, sendo por eles armados e capitaneados. Tais condições concorreram para que o morador-armador se tornasse em grande proprietário rural,

utilizando mão-de-obra escrava que trabalhasse as suas terras, produzindo os bens utilizados nas trocas para obtenção de mais escravos. Por esta via, o morador-armador pôde controlar toda a dinâmica de uma economia insular. Assim, pôde também agir na estrutura social, económica e administrativa das ilhas. Deste modo, fez com que os seus interesses se convertessem em fator impulsionador do povoamento e utilização das terras, condicionando simultaneamente a relação dos habitantes de Cabo Verde com a Coroa através dos seus ofícios (*idem*: 373).

Um outro estrato social, também titular do estatuto de “vizinho” ou “morador”, se constituiu de modo a servir aqueles que compunham o grupo dominante detentor do poder político e económico no arquipélago. De um pequeno grupo que formava um estrato social intermédio, encontramos várias pessoas que vão ocupar certos cargos como o de oficiais régios, de escritvães, de porteiros, de carteiros, de meirinhos, de guardas da alfândega, etc. Outros “moradores” exerciam funções especializadas e, por isso, não eram destinados aos escravos, tais como: piloto, marinheiros, padeiros, pedreiros, calafates, sapateiros, boticários, cirurgiões, caçadores, açougueiros e barbeiros (*cf.* Cabral, 2001: 234-240). Formam-se também no arquipélago outras categorias sociais como os “estantes” ou a “população flutuante” não residente com um estatuto muito diferente daquele pertencente aos moradores ou vizinhos. Neste caso, “estante” era a designação que identificava os homens e as mulheres que, apesar de não possuírem permanência efetiva em Cabo Verde, prolongavam-se durante um certo tempo com possibilidade de virem a aspirar ao estatuto de “morador”. Normalmente eram os “estantes” que abasteciam as populações das ilhas de géneros europeus de primeira necessidade, tais como os alimentos, os tecidos, os materiais de construção, etc. Também se ocupavam da reexportação das mercadorias resgatadas na Costa Africana (*cf. idem*: 245-251).

Em meados do século XVI o habitante em Cabo Verde podia adquirir o estatuto de “morador”, mas tinha de cumprir o “tempo de ordenação” (Brásio, *apud* Domingues, 2001: 63). Tal estatuto poderia corresponder a um conjunto de requisitos, conforme as Ordenações Manuelinas. Passo a enumerá-las de forma sucinta: a) Ser natural do referido lugar ou do seu termo e não se encontrar sujeito à servidão; b) Exercer algum ofício régio ou de algum senhor da terra, uma vez que tal ofício lhe permita viver razoavelmente e morar de facto no lugar; c) Ser perfilhado por algum morador mediante a confirmação do Rei; d) Ser casado com mulher da terra; e) Ter ali a maior parte dos

seus bens, demonstrando a intenção e vontade de ali morar; f) Outros artigos regulados pelas “usanças” da terra ou pelo foral da mesma (cf. Baleno, 2001: 137).

Para além desse pequeno e privilegiado grupo dos “moradores” ou “vizinhos” e dos “estantes”, havia também uma franja da população em trânsito, que tinha o arquipélago como um ponto de ligação a outras localidades do mundo. Uma “população flutuante” constituída pelos tripulantes, os mercadores reinóis, castelhanos, etc. Vinham em navios que aportavam, esperando o tempo necessário para descarregar e carregar as mercadorias ou para o abastecimento de água e víveres. Mas é certo que desde cedo houve uma abundante mão-de-obra escrava trazida da Costa Ocidental Africana. Um grupo menor de escravos ficava definitivamente. Outra parte permanecia temporariamente para o processo de landinização.<sup>22</sup> Ainda havia uma parte dos escravos que eram comercializados e seguiam logo nos navios negreiros rumo aos vários destinos onde ficam arraigadas as suas referências através desta triangulação constituída entre a África, a Europa e a América.

#### ***- Migrações diferenciadas e contínuas para Cabo Verde***

Um aspeto digno de registo diz respeito à circulação de negros livres de regiões africanas para Cabo Verde e para a Europa. Trata-se, efetivamente, da existência de negros livres no processo de povoamento das ilhas, que acompanhavam, de forma espontânea, comerciantes, mercenários, capitães de navios e missionários. Os Banhuns, os Cassangas, os Bamos e, anteriormente, os Beafares representam alguns dos povos que na descrição do Padre Brásio (*apud* Carreira, 2000: 306) pela “continuação e comunicação que têm com os nossos portugueses, são mui ladinos e falam muitos a língua portuguesa. E muitos recebem água do batismo por sua vontade indo-se fazer cristãos à ilha de Santiago”. Entre aqueles que vinham livremente rumo a Cabo Verde, havia também as chamadas tangomás. Estas, com autorização das suas famílias, acompanhavam os “lançados” de um rio para outro, assim, vinham com eles para as

---

<sup>22</sup> A landinização consistia-se, de forma generalizada, num processo de aprendizagem rudimentar do português, catequese e batismo. Tratando-se, concretamente, do escravo boçal, este processo teria como propósito fazer subir a sua cotação nos mercados externos o que possibilitava maior lucro para o morador-armador cabo-verdiano.

ilhas de Cabo Verde (Luís Silveira, *apud idem*).<sup>23</sup> Encontramos o exemplo da filha do Rei Sape Beca Caia, do rio São Domingos, enviado por este a converter-se em Santiago, onde ficou. Ainda outros dois sobrinhos do mesmo rei vieram a Santiago para estudar (Donelhas, *apud* Andrade, 1996: 42). Ainda existiram outros casos mencionados por Lemos Coelho (*apud* Carreira, 2000: 306) em relação aos Bijagós. Na sua descrição de 1669, refere-se a filhos de bijagós trazidos para Santiago, onde aprendiam o português, passando depois a servir de intérpretes – chamados Chalonas – aos negociantes.

A população em Cabo Verde continuava a crescer, e em finais do século XVI, no ano de 1582, havia nas ilhas de Santiago e do Fogo cerca de 13700 escravos, aproximadamente uma centena de brancos e, segundo António Carreira (2000: 284-285), um grupo maior de “pardos” em relação aos brancos. Quanto a um número que represente entre brancos e mestiços nas categorias de “vizinhos” ou “moradores”, este chega a 1308 na ilha de Santiago e 200 na ilha do Fogo, num total de 1508. Para além desses, ainda é possível considerar cerca de 400 “pretos forros casados” (*idem*).

Esse itinerário de pessoas que formaram os primeiros grupos populacionais em Cabo Verde trouxe para o arquipélago uma alteridade camuflada numa sociedade mestiça que desabrocha no processo de colonização. Acredito, no entanto, que tem-se tornado, cada vez mais, favorável o interesse em conhecer e fazer saber sobre os elementos humanos, as suas condições de vida e relações sociais que construíram prisões, silêncios e sonhos de liberdade. Conhecer e reconhecer as experiências reais do passado histórico da escravatura, do tráfico e dos trânsitos, torna-se peça fundamental para uma melhor compreensão das dinâmicas contemporâneas que envolvem este arquipélago.

Os registos até aos finais do século XIX, marcados pelo sistema escravocrata, apontam para um número restrito de europeus (imigrantes livres e forçados) e uma apreciável massa de escravos (Carreira, 2000) trazidos da Costa Ocidental Africana, o principal substrato humano que vai constituir o povoamento das ilhas. O povoamento não terá decorrido de forma contínua e com a mesma intensidade. Como vimos, quase sempre na dependência do comércio marítimo, resultou num mútuo efeito de dependência entre os barcos e as ilhas e vice-versa. A despeito da desarticulação da economia do arquipélago, devido à retração dos negócios, às leis restritivas das atividades mercantis, bem como perante as secas e fomes cíclicas e os frequentes saques

---

<sup>23</sup> Os “lançados”, podiam ser europeus, mestiços ou negros livres, deixavam as suas famílias e fixavam-se nos rios da Guiné de modo a se dedicarem livremente ao comércio com os reinos africanos.



praticados por corsários, tais circunstâncias provocaram, por vezes, a fuga de pessoas, sobretudo para a Costa Africana na procura de alternativas, ou de meios de sobrevivência. Pelas descrições feitas aqui, percebe-se mais uma vez a grande disparidade social existente na altura. Para além de homens brancos, mestiços e pretos livres que se tornavam “lançados”, havia um número considerável de escravos que durante os períodos de seca eram libertos pelos senhores que não podiam ou não queriam suportar o encargo de os alimentar. Então, muitos procuravam regressar para a costa da Guiné.

Até o final do século XIX registou-se uma presença limitada de europeus, se falarmos de uma imigração livre. Os portugueses constituíram a grande maioria dos europeus e vieram, principalmente, do sul de Portugal, dos Açores e da Madeira. Mas há um importante contingente de migração forçada, com expressão entre 1802 a 1882, período em que foi mandado para as ilhas cerca de 2433 homens e 81 mulheres, um total de 2433 “degredados” (Carreira, 2000: 286). Calcula-se uma média de 38 pessoas por ano. Além disso, aparecem registos referentes a um número residual de europeus do norte e de japoneses (Simão Barros, s / d: 39 *apud* Andrade, 1996: 44). Também é de referir às perseguições aos judeus no século XVI, que tiveram impacto na deslocação e na instalação de um grupo inteiro em Cabo Verde.<sup>24</sup> Mais tarde, no século XIX junta-se a esse grupo um outro contingente de judeus de origem marroquina (Andrade, 1996: 44; Serels, 1997: 21; Correia: 1998; Castiel, 2009). Os judeus também tiveram influência na dinâmica do comércio internacional, e mesmo não sendo em grande número, também marcaram a sua presença, particularmente nas ilhas de Santiago, Boa Vista, São Vicente e Santo Antão.

Este é, portanto, o quadro de uma sociedade que se forma a partir da circulação de pessoas. De migrações livres, a migrações forçadas, de pequenos grupos a grandes massas de pessoas, formam o povo cabo-verdiano e, conseqüentemente, a sua tradição enraizada em histórias migratórias que ligou o mundo ao arquipélago e une os cabo-verdianos ao mundo. Esta dinâmica só foi possível mediante a proximidade geográfica do arquipélago à Costa Ocidental Africana e a sua imediata inserção regional com propósitos comerciais de nível intercontinental. Ao longo de séculos, longe das atenções

---

<sup>24</sup> Sobre este tema é de referir a tese de doutoramento de Tobias Green, *Masters of Difference. Creolization and the Jewish Presence in Cape Verde, 1497-1672*, na Universidade de Birmingham, Centre of West African Studies, 2006, que dá destaque a importância do elemento hebreu na formação e formatação da nação cabo-verdiana.

da maioria e camuflada na indiferente colofónia da escravatura, Cabo Verde também serviu de palco para realização de múltiplos projetos. Viajar, estudar, conhecer outras realidades, ou mesmo aproveitar oportunidades para comerciar, também foram objetivos traçados por vários africanos nesse contexto adverso da história de povos africanos. De desencontros e encontros se formou um espaço de rotas globais, tanto de chegada, como de partida.

#### **4. A emigração: um elemento estrutural em Cabo Verde**

Os factores inerentes às condições naturais e à forma de organização social perante a dominação colonial portuguesa guiaram a várias configurações e diversos destinos da emigração cabo-verdiana. O paradoxo entre partir ou ficar jogou como que uma espécie de trivialidade quotidiana nos jovens cabo-verdianos, estimulados a perseguir um sonho de liberdade, gostos, prazeres e aspirações. Embora marcado, em vários momentos, pelo espectro da pobreza e da fome a subjetividade desses jovens migrantes foi portadora da ousadia, da coragem e de solidariedade construída em plena travessia do Atlântico. Nessa construção entendo que esses movimentos migratórios revelaram expressões sociais de mobilidade com um forte cunho de solidariedade, procurando ajustar-se a condições mais favoráveis de equidade e auto-valorização.

##### ***- Fundamentos das migrações cabo-verdianas***

O fenómeno da emigração em Cabo Verde aparece intrinsecamente ao processo do povoamento das ilhas do arquipélago. Como vimos anteriormente, o povoamento, constituído essencialmente por alguns europeus e uma grande maioria de africanos, esse contingente humano formou a base da estrutura social cabo-verdiana assente no sistema escravocrata. Assim, até os finais do século XIX, escravos negros, africanos livres, colonos europeus e portugueses deportados assistiram à sustentação da escravatura. Para além de ter desempenhado o papel de lugar de trânsito de escravos, Cabo Verde também serviu como lugar de produção de escravos. Três categorias de escravos conviviam nas ilhas: os boçais, os ladinos e os naturais. Dos escravos que chegavam e ficavam nas ilhas, após algum tempo aqueles que eram ladinizados seriam vendidos a um maior

preço, beneficiando os cofres da classe mais privilegiada.<sup>25</sup> Outros escravos, perante as dificuldades económicas agravadas nos períodos das secas, eram vendidos e seguiam para outros mercados. Vários africanos livres e alforriados, também, por ocasiões das crises provocadas pelas secas emigravam temporariamente para as regiões da Costa Africana. Findo o período das secas regressavam às ilhas.

No início do século XVI aparece um novo grupo social ao qual foi atribuída a designação de “lançados”. Em reação a um certo número de restrições relativamente ao comércio na Costa Africana (*cf.* Carreira, 2000: 55-57) emerge uma certa rivalidade no seio de um grupo de “estantes” em Santiago (brancos cristãos e judeus na fase inicial) e alguns reinóis que começaram a combinar entre si determinadas práticas de comércio. Nomeadamente, a interdição de comercializar certos produtos e numa parte definida do território e a de não se estabelecer na região dos rios da Guiné deixaram de ser observadas com bastante frequência por este grupo com origem em Cabo Verde. Para além dos condicionalismos criados pelas leis comerciais, também, fatores resultantes das normas fixadas relativamente à residência de brancos no ultramar influenciaram o surto de lançados. Assim, podemos apresentar três grandes linhas orientadoras: a) as limitações impostas aos brancos de Santiago ao fornecimento das mercadorias que só podiam ser feitas pelos monarcas e por eles distribuídas aos traficantes (as chamadas “mercadorias defesas”; b) a política seguida no arrendamento das áreas comerciais, que conferia aos contratadores o direito de conceder licenças avulsas a traficantes reinóis para a compra e transporte de escravos para os mercados externos; c) as limitações relativamente à residência de brancos nos rios da Guiné (*cf. idem*). Passado não muito tempo o grupo dos “lançados” havia crescido rapidamente pela afluência de mestiços, de negros livres e de brancos com uma forte predominância de judeus. Contrariamente ao conjunto de normas e restrições, os “lançados” vão fixar uma linha de circulação entre as regiões costeiras do Senegal à Serra Leoa e Cabo Verde, servindo-se das populações locais do interior e dos navios negreiros como intermediários nas trocas comerciais com outros comerciantes (sevilhanos, holandeses, franceses, ingleses, etc.), constituindo um sério desafio para a coroa portuguesa. Assim, a emigração dos “lançados” na Costa Africana marca uma profunda ação como agentes comerciais e intermediários de armadores europeus nos negócios com as populações locais. Os

---

<sup>25</sup> Alguns estudos retratam o facto de uma boa parte dos escravos nascidos nas ilhas ou ali ladinizados eram vendidos para Portugal ou Sevilha (*cf.* Chaves & Garcia, 2010), para as chamadas Índias de Castela (*cf.* Torrão, 2001), ou para o Norte da América Portuguesa (*cf.* Chambouleyron, 2006).

brancos tinham algumas dificuldades em se fixar por longos períodos no continente, sobretudo, devido a determinados condicionalismos ambientais. Então, frequentavam o continente, especialmente, no período mais seco e retornavam ao arquipélago na época das chuvas. Essa participação no comércio nos rios da Guiné, incontestavelmente, impulsionou a formação do “crioulo” como forma de comunicação válida entre os brancos, os mestiços e os negros livres. Consequentemente, esse foi um meio facilitador nas relações entre os grupos referidos, assim como favoreceu o nível de confiança entre si.

O quadro migratório na África Ocidental enriquece a análise da história da emigração cabo-verdiana que desde cedo levou parte da população do arquipélago para algumas regiões do continente africano. Paradoxalmente à origem do seu povoamento, enquanto terra de imigração, paulatinamente desenvolve a sua forte marca emigratória, intensificando a circulação de pessoas de e para o arquipélago. O desenvolvimento da organização dos espaços com vista à efetiva ocupação e à exploração económica na África Ocidental dá-nos uma visão mais esclarecida do papel da emigração cabo-verdiana na região. Isso porque teve efeitos relevantes na intensificação de fluxos migratórios no interior na região e, obviamente, afetando diretamente o arquipélago de Cabo Verde. Uma emigração indissociável da penetração colonial portuguesa nessa região, simultânea à “história da penetração do cabo-verdiano no continente” (Carreira, 1964: 374). A Guiné Bissau foi instituída como distrito dependente de Cabo Verde. Com efeito, implicou consideravelmente movimentos contínuos de populações nos dois sentidos. Desde o transporte de escravos de modo a assegurar o crescimento demográfico, necessário à reprodução do sistema escravagista, de negros livres que se fixavam em Cabo Verde, como de cabo-verdianos que seguiram em sentido inverso, abrindo espaços para a implantação colonial portuguesa na Costa Africana. No arquipélago, perante a pobreza, em parte devido às condições climatéricas, mas também porque não havia uma estrutura económica capaz de absorver toda a população ativa (não escrava), foi implicando o consecutivo aumento do princípio da emigração, com forte impacto na Guiné Bissau.

Ao longo do século XIX procurava-se instaurar uma nova política de exploração colonial de modo a substituir o tráfico negreiro. Com efeito, cabo-verdianos tiveram um papel relevante como “pioneiros” na utilização de mão-de-obra, para posteriormente serem criadas as condições da instalação de colonos (Saint-Maurice, 1997). Assim, foram constituídas feitorias (“pontas”). Vários cabo-verdianos emigraram das ilhas para

as regiões dos rios da Guiné e, com a experiência adquirida na origem, introduziram o cultivo da cana-de-açúcar. Muitos permaneceram nas regiões onde se fixaram por mais de 40 anos. Alguns foram com as suas mulheres, outros constituíram família ligando-se a mulheres nativas (*cf.* Carreira, 1964; Carreira, 1983: 114-115), algumas mulheres cabo-verdianas viajavam solteiras, empregando-se como cozinheiras, lavadeiras, costureiras, engomadeiras, ou casavam-se com estrangeiros ou com portugueses. Contudo, vários dos empreendimentos implementados pelos cabo-verdianos eram desligados dos poderes públicos, ou praticamente sem nenhum tipo de apoio. Nessas condições, assiste-se àquilo que António Carreira (1983: 116) designa como uma repetição da “façanha do lançado” do século XVI, em pleno século XIX.

Entretanto, para além de atividades agrícolas e comerciais, vários cabo-verdianos chegaram a exercer cargos como de professor, enfermeiro, ou no serviço militar. Pelo nível de escolarização dos cabo-verdianos e dos seus descendentes nesses espaços de colonização portuguesa, este factor serviu fundamentalmente para a sua integração no sistema de serviços públicos e da administração colonial, com um destaque particular na Guiné Bissau. Por exemplo, a percentagem de agentes (cabo-verdianos e seus descendentes) dos serviços públicos entre 1920 e 1940 na Guiné Bissau aproximava-se dos 70%. Essa experiência é descrita por um cabo-verdiano nascido na Guiné Bissau na década de 1930, cujos pais emigraram para lá no início dos anos 1920.

“Da escola que os portugueses fizeram lá em Cabo Verde, a primeira no espaço colonial, de lá aproveitaram-se dos cabo-verdianos para os enviar para Angola, Guiné e Moçambique. Porquê? Porque o português para ir lá como comandante, como administrador ou como professor e ... no liceu de Bissau foi criado em 1953 e tinha uma capacidade para 150 alunos. Tomavam primeiramente os filhos dos europeus, depois os cabo-verdianos e, quando chegava o autóctone, os pretos da Guiné Bissau, esses não tinham lugar. Cabia uns dois ou três. [...] Como os portugueses não aguentavam as febres e o clima da África, sobretudo na Guiné onde eu nasci [...] nós os cabo-verdianos servimos de isco.”<sup>26</sup>

Por outro lado, a emigração cabo-verdiana, até o final do período escravagista, sempre representou a ordem de relações desiguais da estrutura social em Cabo Verde. Se até aqui falamos de emigração livre, em grande medida ela deve ser também entendida num quadro de privação do acesso à terra ou ao exercício de uma profissão

---

<sup>26</sup> Teixeira (2013) Dacar: 01 de Fevereiro

livre (Carreira, 2000; Andrade, 1996). Com efeito, a emigração acontecia muitas vezes como escape ou forma de assegurar a subsistência, em fuga aos períodos de grandes secas e de fome vividos no arquipélago.<sup>27</sup> Nas hipóteses mais favoráveis, a emigração seria uma possibilidade de acesso à propriedade, de melhoria das condições de vida das famílias que ficavam através das remessas e de mobilidade social no regresso. No período pós escravocrata a emigração cabo-verdiana apresenta-se fundamentalmente ligada às insuficiências da terra e à concentração de terras nas mãos de uma pequena minoria numa base de dominação colonial sem olhos para o problema do “processo da proletarianização da massa de camponeses e artesãos livres” (Andrade, 1996: 181).

### ***- A força colonial sobre a emigração cabo-verdiana***

CAMINHO LONGE<sup>28</sup>

Caminho  
Caminho longe  
Ladeira de São Tomé  
Não devia ter sangue  
Não devia, mas tem.

Parados os olhos se esfumam  
No fumo da chaminé.  
Devia sorrir de outro modo  
O Cristo que vai de pé.

E as bocas reservam fechadas  
A dor para mais além  
Antigas vozes pressagas  
No mastro que vai e vem.

Caminho  
Caminho longe  
Ladeira de São Tomé  
Devia ser de regresso  
Devia ser e não é.

Fica aqui uma breve descrição em relação às ligações históricas estabelecidas entre o arquipélago de Cabo Verde e regiões do domínio colonial português em África.

---

<sup>27</sup> Refere-se ao exemplo da grande fome entre 1863 e 1866 que causou uma leva considerável de saídas rumo a destinos como Guiné, São Tomé ou Estados Unidos da América.

<sup>28</sup> Mariano, 1993: 73.

Naturalmente, os fluxos entre as ilhas e as áreas costeiras do continente registam-se antes desse período das migrações forçadas. Trata-se, evidentemente, de um dos tipos de migrações forçadas, para além dos degredados europeus enviados para os territórios coloniais e dos milhões de escravos negros arrancados das suas terras em África e transportados como mercadoria para as plantações, minas e exploração sexual noutras regiões do mundo. Nessa relação histórica com os contextos africanos, encontramos determinados fatores relativos aos processos coloniais que sustentam as pré-condições (sociais, económicas e as infraestruturas) que permitiram a ocorrência de migração em grande escala, como as ações específicas de recrutamento forçado de mão-de-obra (Haas, 2005: 21, Trindade, 2000: 201; Andrade, 1996: 182).

Por razões puramente administrativas e económicas a transferência compulsiva de trabalhadores foi encorajada pelo poder colonial. António Carreira (1983: 148) aponta a primeira transferência de trabalhadores das ilhas de Cabo Verde, na segunda metade do século XVII, destinada para a Guiné. Por ocasião, as ilhas de Cabo Verde e a Guiné faziam parte da companhia geral de Grão-Pará e Maranhão, que projetou em Bissau a construção da fortaleza de São José, de modo a proteger a feitoria e o seu comércio de roubos por parte de estrangeiros (ingleses e franceses) e dos frequentes assaltos vindos de grupos nativos. Dois inconvenientes estavam presentes: o primeiro, a impossibilidade de contar com a mão-de-obra local; segundo, por questões de segurança, não seria apropriada a utilização dos escravos adquiridos para esse serviço. Então, pedreiros, carpinteiros, ferreiros e outros profissionais foram transferidos de Cabo Verde para Bissau para a realização desse objetivo. Ao longo do período compreendido entre 1765 a 1773 as tarefas foram executadas por levas sucessivas de trabalhadores levados a partir da ilha de Santiago.

Cerca de um século mais tarde ocorria no arquipélago mais um dos períodos de grande seca, empurrando uma grande parte da população para uma situação de grande privação.<sup>29</sup> Os expedientes das autoridades coloniais portuguesas, para tentar contrariar as consequências das crises de fome que frequentemente abatiam o arquipélago, conduziram muitos desfavorecidos para trabalhos servis noutros pontos colonizados ao longo dos séculos XVIII e XIX. Em semelhantes condições, também houve levas de “contratados” para colónias espanholas ou francesas. Por exemplo, entre Maio e Agosto

---

<sup>29</sup> Estamos a falar de uma longa estiagem que durou cerca de 16 anos e pelo não cumprimento de previsão de alimentos eclodiu uma grande fome entre 1863 a 1866, vitimando mais de 30000 pessoas (Carreira, 1983: 150).

de 1855 três navios conduziram cerca de 250 serviçais cabo-verdianos para a ilha da Trindade e a ilha de Guadalupe (*idem*: 84). Ao longo dos anos de 1863 a 1866, para além de uma forte corrente de migrações livres, acontece mais uma leva de emigração forçada. Desta vez, trabalhadores cabo-verdianos são recrutados por força da lei de modo a prestarem serviço nas roças de São Tomé e Príncipe (*idem*: 149). O período de crise em Cabo Verde coincidia favoravelmente com as estratégias de exploração dos territórios colonizados, fomentando a produção do café e do cacau, nomeadamente em São Tomé e Príncipe.

A emigração cabo-verdiana para os outros territórios ex-colonizados teve um grande impacto no quadro da administração colonial portuguesa, desde o seu início e ao longo do século XX. Tais ligações no quadro do sistema colonial português fizeram com que as relações migratórias rumo a destinos como São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau, Angola e Moçambique durassem até bem perto da independência dessas ex-colónias (década de 1970). Praticamente, todo o espaço colonial português ficou preenchido pela emigração cabo-verdiana. Desde a Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe, também Angola e Moçambique receberam contratados para as grandes fazendas, em particular nas décadas de 1940 e 1950. Ainda, podemos encontrar referência à Índia ou a Timor que, após a II Guerra Mundial, estimularam-se migrações de cabo-verdianos para a reconstrução de Díli (*cf.* Góis, 2006:58-59).

**Tabela 1 - Emigração cabo-verdiana forçada no século XX**

Períodos / Destinos	São Tomé e Príncipe	%	Angola e Guiné	%	---	%	Total
1902-1922	23978	98,56	351	1,44	---	---	<b>24329</b>
	São Tomé e Príncipe		Angola		Moçambique e Timor		
1941-1949	20884	86,71	2128	8,84	1072	4,45	<b>24084</b>
	São Tomé e Príncipe		Angola e Moçambique		---		
1950-1970	34530	88,60	4442	11,40	---	---	<b>38972</b>
Total	---	---	---	---	---	---	<b>87385</b>

Fonte: Carreira, 1983: 245-246 (adaptado)

Dados estatísticos relativos aos primeiros anos do século XX até a década de 1970 comprovam o preenchimento dos espaços colonizados pela utilização de migração forçada cabo-verdiana. Procurando clarificar os contextos que marcaram levadas de trabalhadores cabo-verdianos para os destinos referidos, tentarei indicar na tabela 1 os



três grandes períodos de emigração forçada e as principais áreas de destino em cada um desses momentos.

Quase um século visando o principal recurso existente no arquipélago, mais de 87 mil pessoas, entre homens, mulheres e crianças foram transferidas para outras paragens. Os três períodos marcaram sempre grandes números de mão-de-obra para trabalhos forçados nas roças de São Tomé e Príncipe.

Tratava-se, praticamente, de uma emigração com base em assinatura de contratos, daí terem recebido a designação de “contratados”. Na prática esses contratos não eram cumpridos e os trabalhadores ficavam expostos a condições desumanas. Eram coagidos e explorados, cabendo-lhes os trabalhos forçados. Embora tenha-se registado uma migração qualificada que iria exercer funções administrativas nos outros territórios colonizados, no que toca à emigração forçada podemos dizer que, na prática, se tratava dos “indígenas” das ilhas de Cabo Verde.<sup>30</sup> As pessoas mais pobres da população (muitas vezes os considerados vadios), praticamente eram compelidas a assinar contratos que lhes fazia seguir nos vapores de carreira rumo às ilhas de São Tomé e Príncipe (*cf.* Mariano, s/d). Elas eram coagidas a fornecer a sua força de trabalho às autoridades coloniais de forma incondicional (*cf.* Carreira, 1983: 218-222; Querido, 2011: 79-81).

Com estes factos duas conclusões se expressam com eminente destaque: primeiro, que a presença colonial portuguesa se manifestou em todo o tempo no arquipélago de Cabo Verde, contrariamente a quem possa pensar que “não pode haver colonialismo sem colono” (*cf.* Querido, 2011: 85) atuando no corpo e na personalidade do colonizado, independentemente da sua cor; segundo, comprova, mais uma vez, que Cabo Verde teve um papel relevante de recrutamento e de redistribuição de abundante quantia de mão-de-obra no quadro administrativo colonial português, isto é, nas roças do “Sul”.

---

<sup>30</sup> Conforme o Regulamento do Trabalho Indígena (1899), estipulava que “todos os indígenas das províncias ultramarinas portuguesas são sujeitos à obrigação, moral e legal, de procurarem adquirir pelo trabalho os meios que lhes faltem, de substituir e melhorar a própria condição social. Têm plena liberdade para escolherem o modo de cumprir essa obrigação; mas, se a não cumprirem de modo algum, a autoridade pública pode impor-lhes o seu cumprimento” (*in* B.O. de Cabo Verde, Sup. n.º 39, 1900). Contudo, embora considerando os cabo-verdianos como cidadãos que faziam parte das “Províncias do Ultramar”, por conveniência das autoridades coloniais, estes eram submetidos às mesmas leis que os naturais de outras colónias. Deste modo, se alargou o regulamento a Cabo Verde. Apenas através do Diploma Legislativo n.º 959 de Novembro de 1947, se decidiu a não aplicação do termo “indígena” aos naturais do arquipélago de Cabo Verde. Para mais detalhes sobre este assunto, ver entre outros: (Carreira, 1983; Andrade, 1996; Querido, 2011).

## **- Migração transatlântica: à pesca da esperança**

Na meio di mar ta sigui pa caminho di Merca<sup>31</sup>

Nos últimos quinze anos do século XVII e inícios do século XVIII registam-se os primeiros momentos da emigração espontânea de cabo-verdianos rumo aos Estados Unidos da América (EUA) (Carreira, 1983). Fortemente influenciados pela atividade de navios baleeiros americanos, estes deram início à pesca de cetáceo nos mares que abrangem os Açores e Cabo Verde, nas últimas duas décadas do século XVII. Efetivamente, pela necessidade de auxiliares para as tarefas da pesca da baleia, foram abertas perspectivas de emigração e oportunidades para muitos jovens apresentarem as suas habilidades, embarcando nos seus sonhos e determinação de deixar as ilhas como forma de se libertarem das privações quotidianas. Raymond Almeida (s/d) num documento apresentado *online* faz menção de navios baleeiros ianques que, em meados do século XVIII, regularmente aportavam em Cabo Verde. Consequentemente, esses navios eram uma oportunidade para muitos jovens de famílias mais pobres. As condições climatéricas e as secas cíclicas marcavam fortemente o anseio pela descoberta daquilo que se apresentava para lá da linha do horizonte. O atlântico, que banha as ilhas de Cabo Verde, representava a perspectiva da realização de melhoria das condições de vida e a possibilidade de concretização de sonhos entre milhares de cabo-verdianos. Nada mais clarividente que a primeira estrofe do poema “Partida” de Domingos Barbosa da Silva (Silva e Silva, 1993: 363) ilustrando a aspiração de evasão:

Eu queria deixar a minha terra,  
Meus olhos só viam os horizontes distantes  
Os meus ouvidos só escutavam a “sabura” da emigração  
O meu coração amava ver os envelopes vindos do estrangeiro  
Com margens adornadas de vermelho e azul  
E um certo dia decidi partir.

Uma segunda razão da emigração espontânea era a fuga, por vezes clandestina, à obrigatoriedade da prestação do serviço militar. Havia o medo de irem para a Guiné onde eram frequentes as lutas internas e o terror do clima que se apoderava de uma boa parte da população cabo-verdiana (*cf.* Carreira, 1983: 74). Tímida inicialmente, a

---

<sup>31</sup> No meio do mar seguindo a caminho da América.

corrente migratória para a América do Norte vai se sedentarizando, pouco a pouco, ao longo da costa atlântica dos EUA, preferencialmente em cidades como New Bedford, Boston, Providence, Pawtucket, Brooklyn, a ilha de Nantucket, etc. Nos finais do século XVIII os cabo-verdianos ocupavam diversas atividades, desde marítimas, na agricultura ou, a partir da segunda metade do século XIX, aproveitaram a abertura de um novo mercado de trabalho na indústria têxtil na região de Massachusetts, à semelhança de outros grupos migrantes como é o caso da emigração portuguesa para o mesmo destino (Baganha, 1995: 93). Aliás, esta fase da emigração cabo-verdiana, desde os finais do século XVII e nos dois séculos seguintes, apresentou características muito similares e, particularmente, coincidente com a migração transatlântica do arquipélago dos Açores (Carreira, 1983: 77), da ilha da Madeira ou das ilhas Canárias (Góis, 2006: 47). Efetivamente, a estabilização dos emigrantes pioneiros, havendo condições de remessas regulares aos familiares, de dinheiro e mantimentos diversos, irá estimular uma linha migratória para os locais onde os conterrâneos assistirão a chegada de familiares e amigos. Enquanto cresce o número de cabo-verdianos que se fixam nos EUA, vai-se alimentando, diretamente, uma cadeia de solidariedade (França *et al.*, 1992: 40) que influencia a redução de incertezas e melhores condições de acolhimento dos conterrâneos recém-chegados nas cidades americanas. Assim, vai-se alimentando uma rede migratória ativa e muito importante para a minimização de conflitos sociais no arquipélago.

Normalmente, como acontece na maior parte dos países de origem, as redes sociais demonstram uma importância significativa na perpetuação das migrações. Geralmente com um pequeno grupo de pioneiros que se estabelecem no destino, naturalmente, vão constituindo um encaminhamento migratório para o mesmo destino, garantindo uma relativa segurança por meio da prestação de informações, incentivos, arranjando ou facilitando passagens, prestando assistência no alojamento e emprego, etc. Tudo isso justifica que as redes reduzem os riscos associados aos movimentos migratórios. Esses pioneiros (Massey *et al.*, 1998) formam uma âncora para redes interpessoais, que acaba por atrair tantos mais migrantes para o mesmo local. Com efeito, os primeiros séculos de emigração cabo-verdiana para os EUA ajudaram a construir redes sociais (parentesco e amizade) transatlânticas, portanto, geograficamente extensas. Assim, os seus níveis de solidariedade revelaram-se relativamente fortes em virtude da incerteza que cria a necessidade de maior aproximação e lealdade em cada elemento da rede (Portes, 1999: 136).

### **- O século de uma emigração tentacular**

“Para lá da poética do barco à vela, barco grande de muitos mastros, singrando mares, os mares dos sonhos da juventude, essa viagem era, em princípio, motivada pelo desejo de regresso triunfante, a ideia dum regresso rico de quem na ilha não tinha meios, mas tinha aspirações. Partida ou sonho em resposta às carências da terra que tudo limitavam, proibindo a mínima fantasia.”

Melo *apud* Silva e Silva, 1993: 14

A emigração para os EUA torna-se a mais evidente nos finais do século XIX e inícios do século XX. Os anos de 1900 até 1920 revelaram-se por uma forte saída de cabo-verdianos, em especial das ilhas da Brava e do Fogo, rumo aos EUA, num total de 18629 pessoas em direção às cidades norte americanas. Efetivamente, este período também situa a emigração cabo-verdiana nos parâmetros da migração laboral conectada ao processo de industrialização (1850 – 1920). Inclusive, fez-se acompanhar de uma larga emigração de irlandeses, italianos, judeus e outros grupos migrantes da Europa para os EUA (Castles e Miller, 2009: 85). Entretanto, as medidas restritivas de leis promulgadas por parte das autoridades nos EUA desde 1917 através da lei que proibia a entrada de analfabetos pretos, depois a implementação da “Lei das Quotas” em 1921, reforçada em 1924 por medidas mais restritivas, tiveram um certo impacto no surgimento de novas rotas migratórias a partir de Cabo Verde. Por esta altura dava-se início aos fluxos migratórios rumo a outros destinos da América do Sul numa espécie de “prolongamento da linha americana” (Góis, 2006: 53). Face às dificuldades e entraves de entrada nos EUA, novos destinos começaram a ser perspetivados pelos cabo-verdianos. Desta forma, marítimos, tripulantes de baleeiros, tripulantes de barcos mercantes, grumetes a bordo de navios de guerra argentinos começaram a chegar aos portos de Rio de Janeiro (Brasil), Montevideu (Uruguai) e Buenos Aires (Argentina) (França *et al.*, 1992: 45).

**Tabela 2 – Emigração cabo-verdiana na primeira metade do século XX**

Períodos / destinos	1900 - 1920		1927 - 1945		1946 - 1952		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
<b>EUA</b>	18629	67,10	1408	13,91	538	7,91	<b>20575</b>	<b>46,04</b>
<b>América do Sul</b>	1968	7,09	1203	11,89	86	1,26	<b>3257</b>	<b>7,29</b>
<b>Senegal e Gâmbia</b>	1428	5,14	1772	17,51	251	3,69	<b>3451</b>	<b>7,72</b>
<b>Guiné Bissau</b>	2247	8,09	1197	11,83	901	13,24	<b>4345</b>	<b>9,72</b>
<b>S. Tomé e Príncipe</b>	1532	5,52	133	1,31	2	0,03	<b>1667</b>	<b>3,73</b>
<b>Angola e Moçambique</b>	366	1,32	352	3,48	6	0,09	<b>724</b>	<b>1,62</b>
<b>Portugal, Açores e Madeira</b>	1232	4,44	3336	32,96	3933	57,80	<b>8501</b>	<b>19,02</b>
<b>Outros</b>	363	1,31	719	7,10	1087	15,98	<b>2169</b>	<b>4,85</b>
<b>Total</b>	<b>27765</b>	<b>100</b>	<b>10120</b>	<b>100</b>	<b>6804</b>	<b>100</b>	<b>44689</b>	<b>100</b>

Fonte: Carreira, 1983: 110-125 (adaptado)

Nos primeiros anos do século XX, verificou-se um aumento do volume de migrantes em direção à Guiné Bissau, Senegal e Gâmbia. Como vemos na tabela 2, ao longo das duas primeiras décadas do século passado, a Guiné Bissau foi o segundo maior destino migratório a partir de Cabo Verde. A presença da emigração cabo-verdiana em Dacar é identificada desde 1903 onde se desenvolveram duas correntes em direção a esse destino (Andrade, 1996: 184): a) uma representando um grupo de cabo-verdianos que se fixaram em várias das regiões de Dacar e noutras cidades senegalesas, isto é, apresentando sobretudo um carácter permanente; b) uma outra corrente de migrantes que se serviram da capital deste país como ponto de escala para outros países da Costa Ocidental Africana (Costa do Marfim, Gabão, Benim...), para os EUA e, mais tarde, para a Europa.

Apesar do hiato estatístico encontrado entre os anos de 1921 a 1927, esse período deve ter sido de uma corrente substancial de emigração, sobretudo, na direção da Guiné Bissau e do Senegal. Por vezes alguma emigração “clandestina” era facilitada pelos veleiros que frequentemente faziam a travessia entre Cabo Verde e Senegal ou Gâmbia (Andrade, 1998: 76). A emigração para a região de Dacar, que apresentava um carácter de fixação e de trânsito, conciliou o facto da ligação a outros destinos migratórios. Muitos cabo-verdianos, sobretudo jovens, partiam rumo a Dacar onde

trabalhavam o tempo necessário de modo a custearem o seu projeto migratório, ou com vista a contornarem os impedimentos e embaraços levantados, quando se apontavam os Estados Unidos da América ou os países europeus como ponto de destino.

Em Dacar, muitos homens empregavam-se como marítimos, outros acabavam por se estabelecer, desenvolvendo ofícios diversos como carpintaria, pintura, estiva, serviços municipalizados de limpeza, pedreiros, serviços domésticos, serviços de escritório, etc. (Carreira, 1983: 118; Filho, 1996: 251). Assim, sobretudo a região de Dacar revelava-se como mais uma alternativa de mercado de trabalho que era muito limitado em Cabo Verde.

Olhando de novo para a tabela 2 verificamos que o número de saídas rumo a Portugal, Açores e Madeira cresce na medida em que a emigração para outros destinos diminui. Os dados revelados na mesma tabela comprovam ainda que se tratava de uma relação migratória ativada já no início do século XX. Contudo, até o final da 2ª Guerra Mundial, a emigração cabo-verdiana para Portugal era caracterizada essencialmente pelas pessoas que representavam os grupos mais privilegiados como os comerciantes, os proprietários fundiários, alguns funcionários públicos e aqueles que integravam a função pública portuguesa (Carreira, 1983; Andrade: 1996). Ainda nessa fase há um grupo pequeno de estudantes universitários, filhos das famílias mais abastadas, que segue rumo a Lisboa, Coimbra e Porto. Com a viragem das correntes transoceânicas da Europa para os EUA sucede-se uma nova corrente com origem nos países do sul da Europa (Portugal, Itália, Grécia e Turquia) rumo aos grandes centros europeus de desenvolvimento industrial e capital (Alemanha, Suíça, França, Reino Unido...). Assim, após a 2ª Guerra Mundial, houve um alargamento do campo migratório, coincidente com os processos de independência das colónias europeias no continente africano. O resultado direto passa a ser de correntes migratórias “Sul - Norte” num sinal da “extensão internacional do modo de produção capitalista e da generalização, pelos fluxos de mão-de-obra, das relações hierárquicas que caracterizam esse modo de produção” (Andrade, 1996: 187).

Com especial ênfase a partir da segunda metade da década de sessenta, Portugal converteu-se não só num porto de chegada, mas também, num ponto de redistribuição da emigração cabo-verdiana (Gomes *et al.*, 1999: 30). Pela sua posição no jogo das relações no sistema mundial, ou como espaço intermédio entre as periferias e o centro (Santos, 1994), Portugal foi se caracterizando como ponto destino final ou como plataforma redistributiva de migrantes cabo-verdianos (Carreira, 1983; Góis, 2006). Em

relação ao espaço da União Europeia, Portugal vai servir como placa giratória que distribui mão-de-obra consoante a estrutura institucional em que opera, sendo a Área Metropolitana de Lisboa o centro dessa placa (Baganha, 2001: 174).

A maior onda de imigração começou na década de 1960, incentivado pelas leis mais permissivas à imigração numa conjuntura europeia favorável do pós-guerra e carente de mão-de-obra. Do tráfego migratório que se dirige para a Área Metropolitana de Lisboa, daí sucede uma larga redistribuição para vários países europeus, com especial ênfase para Holanda que, na altura, revelava-se um destino de referência para os cabo-verdianos, essencialmente pela sua grande capacidade de atração de novos migrantes. Assim, nos finais dos anos 1960 e inícios de 1970, Lisboa e Roterdão já eram os dois principais polos de atração da emigração cabo-verdiana. Contudo, já era patente uma emigração cabo-verdiana na Europa com tentáculos que ligavam a outras cidades como Roma, Nápoles e Milão na Itália, Paris e Marselha em França, Leon e Madrid em Espanha, Luxemburgo, Genebra na Suíça, Antuérpia na Bélgica, Gotemburgo na Suécia, etc.<sup>32</sup>

Retomemos a análise de alguns dados estatísticos sobre as correntes migratórias a partir de Cabo Verde. Em grande parte temos apenas uma apresentação estatística parcial, dado o facto de as migrações no interior do império colonial português terem sido consideradas inter-regionais. Por exemplo, muitos trabalhadores cabo-verdianos convidados nas fazendas angolanas não foram considerados nas estatísticas. Portanto, os dados poderão não revelar o real quantitativo das migrações entre as ex-colónias portuguesas (*cf.* Filho, 1996: 254). Contudo, a tabela 3 dá-nos uma imagem complexa das migrações experimentadas no arquipélago de Cabo Verde ao longo das décadas de 1950, 1960 e os primeiros três anos da década de 1970. Não apresenta uma compatibilidade com os dados anteriores, nem os principais países de destino migratório, mas é um quadro complexo no sentido da sua abordagem metodológica na apresentação discriminada dos grupos migrantes. Dá-nos uma compreensão das mobilidades compostas não apenas pelos naturais das ilhas de Cabo Verde, mas num quadro migratório geograficamente mais amplo, envolvendo os naturais da metrópole, das ex-colónias portuguesas, bem como de outras origens. Com efeito, para além da

---

<sup>32</sup> Sobre a imigração cabo-verdiana na Europa encontramos um leque variado de estudos muito interessantes: ver por exemplo, Monteiro, 1997; Malheiros, 1996; 2001; Saint-Maurice, 1997; Góis, 2006; França *et al.*, 1992; Gomes *et al.*, 1999; Marques *et al.* 2001; Machado, 1997; Pimentel, 2001; Pires, 2003.

referência à emigração, torna-se possível ter uma perspectiva mais próxima relativamente aos processos de circulação.

**Tabela 3 – Emigração de Cabo Verde, por ano, segundo a origem dos emigrantes: 1953-1973**

Anos / Origem	Nascidos na metrópole		Nascidos em Cabo Verde		Nascidos em outras províncias		Estrangeiros		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	
<b>1953</b>	---	---	---	---	---	---	---	---	1707
<b>1954</b>	---	---	---	---	---	---	---	---	2508
<b>1955</b>	406	7,97	4561	89,48	37	0,73	93	1,82	5097
<b>1956</b>	327	11,69	2107	75,33	217	7,76	146	5,22	2797
<b>1957</b>	357	19,43	1121	61,02	156	8,49	203	11,05	1837
<b>1958</b>	418	11,77	2912	81,98	88	2,48	134	3,77	3552
<b>1959</b>	349	12,29	2284	80,45	12	0,42	194	6,83	2839
<b>1960</b>	566	15,73	2824	78,47	60	1,67	149	4,14	3599
<b>1961</b>	511	14,60	2745	78,41	54	1,54	191	5,46	3501
<b>1962</b>	250	8,10	2608	84,54	41	1,33	186	6,03	3085
<b>1963</b>	274	6,71	3434	84,04	189	4,63	189	4,63	4086
<b>1964</b>	37	0,53	6723	96,76	24	0,35	164	2,36	6948
<b>1965</b>	898	13,13	5199	76,04	425	6,22	315	4,61	6837
<b>1966</b>	1002	15,31	4781	73,07	242	3,70	518	7,92	6543
<b>1967</b>	889	14,52	4351	71,05	470	7,67	414	6,76	6124
<b>1968</b>	1120	20,23	3802	68,68	197	3,56	417	7,53	5536
<b>1969</b>	1515	18,66	5631	69,35	314	3,87	660	8,13	8120
<b>1970</b>	1988	16,84	7764	65,79	334	2,83	1716	14,54	11802
<b>1971</b>	2133	15,54	9920	72,27	396	2,89	1277	9,30	13726
<b>1972</b>	1985	11,02	14375	79,79	469	2,60	1187	6,59	18016
<b>1973</b>	---	---	---	---	---	---	---	---	17029
<b>Total</b>	<b>15025</b>	<b>11,11</b>	<b>87142</b>	<b>64,41</b>	<b>3725</b>	<b>2,75</b>	<b>8153</b>	<b>6,03</b>	<b>135289</b>

Fonte: Carreira, 1983: 126 (adaptado).



Num período de 20 anos (1953-1973) mais de 64% das saídas eram feitas pelos naturais das ilhas de Cabo Verde. Em relação à re-emigração, cerca de 11% era representada pelos naturais da metrópole, aproximadamente 3% pelos naturais de outras províncias e cerca de 6% pelas pessoas consideradas estrangeiras. Portanto, estamos a falar de 26903 pessoas não naturais do arquipélago, que nesse período regressavam ao país de origem ou seguiam em direção a países terceiros.

Verificamos mais uma vez que o grande fluxo migratório de Cabo Verde terá ocorrido a partir da década de 1960, correspondente à emigração livre, na sua maioria para a Europa (*cf.* Carreira, 1983: 132). Do início do século XX até ao ano de 1973 foram contabilizadas 179978 pessoas num plano de emigração espontânea em Cabo Verde. Se juntarmos os 87385 cabo-verdianos que foram forçados a emigrar para as roças dos territórios outrora colonizados por Portugal, então, nesses setenta e três anos 267363 pessoas, de ambos os sexos, migraram, embora este seja um valor bem inferior à realidade (Carreira, 1983: 247).

Os últimos vinte e cinco anos do século XX registam um considerável declínio da emigração cabo-verdiana. Há um resultado gradual das medidas restritivas da imigração sobretudo nos EUA e na Europa. As mudanças nas políticas de imigração e algumas restrições económicas na Europa marcam uma forte contenção frente às migrações a partir do “Sul”. Com a independência de Cabo Verde em 1975 a emigração para Portugal sofre uma redução drástica (*cf.* Carling, 2004: 115), com impacto noutros destinos europeus. A título de exemplo, a nova legislação em 1994 contra casamentos fictícios na Holanda e em 2001 com o fim da regularização de indocumentados em Portugal, tais mudanças políticas significativamente impactaram a redução de oportunidades migratórias. Mediante essas mudanças nas políticas de imigração, quer na América do Norte quer na Europa, autores como Jørgen Carling (2002) consideram que se trata de uma era da “involuntary immobility”. Contudo, um século de emigração conduziu os cabo-verdianos a vários pontos do mundo. Ao longo desse período e das conexões estabelecidas construiu-se uma rede transnacional capaz de se sustentar por meio de uma rede social ligada pelas várias correntes que a história migratória cabo-verdiana construiu. Apesar do contexto de controlo da imigração, os dados do Censo de 2000, em Cabo Verde, apresentados no relatório da IOM (*cf.* Carvalho, 2009: 47) revelam que entre 1995 e 2000 emigraram 12206 cabo-verdianos, a maioria do sexo masculino (54%) e Portugal aparece como o principal destino, tendo recebido cerca de 54% dos emigrantes seguido dos Estados Unidos, para onde se dirigiu 19% dos cabo-

verdianos. Ainda segundo a mesma fonte teriam seguido 8% para a França, 5% para Holanda, 2,2% para a Itália 2% para a Espanha e 1,3% para a Suíça. Mais uma vez ficamos aquém de uma compreensão mais fiel da realidade, em particular porque a representação das estatísticas não tem revelado outros destinos e outras experiências migratórias também históricas e muito importantes, nomeadamente Senegal e Angola, dois grandes palcos da emigração cabo-verdiana em África. Hoje levanta-se a pertinente nota para estudos que tragam mais informações e uma compreensão geral sobre a realidade de trabalhadores, jovens recém-formados, estudantes, deslocações com carácter permanente por motivos de saúde e tantas outras experiências que também fazem ligar pessoas do arquipélago a vários países do continente africano.

## **5. Conclusão**

Neste capítulo procurei fazer uma viagem pela história destacando as circulações humanas e os contextos que foram ditando, de certa forma, os fluxos migratórios para e de Cabo Verde. Procurei demonstrar que todos os cenários relativos aos cruzamentos de povos neste ponto do Atlântico constituíram-se em rotas e dinâmicas migratórias resultantes de fenómenos sociais que se têm produzido e reproduzido no conjunto dessas ilhas. Essa leitura permite-nos considerar que todas as dimensões do social se encaixam como peças de uma totalidade. É desta forma que sugiro a noção de Marcel Mauss (2008) de “facto social total”.

Percebamos esta totalidade em múltiplos sentidos. Primeiro, totalidade na compreensão espaço-temporal e o percurso histórico de formação da sociedade cabo-verdiana no contexto Atlântico, ligando-se a vários outros pontos do mundo. Segundo, totalidade no sentido de inclusão e do cruzamento dos fenómenos sociais, económicos, políticos, culturais, religiosos, entre outros, no âmbito geral das relações humanas em Cabo Verde. Também totalidade porque o sentido daquilo que pode representar o real na sociedade cabo-verdiana hoje corresponderá à produção das múltiplas comunicações materiais e simbólicas de povos que se cruzaram neste (ou a partir deste) ponto do Atlântico. Uns chegando, outros partindo, em trânsito, circulações múltiplas que revelam a complexidade dos fenómenos, inclusive, as migrações contemporâneas de e para Cabo Verde. Esses fenómenos complementam-se de forma transversal nas estruturas sociais ligadas ao arquipélago. Logo, a compreensão desses fenómenos só

terão maior evidência mediante o cruzamento das perspectivas e das ferramentas de análise apresentadas no âmbito geral das ciências sociais.



## **Capítulo III**

**Agora falamos de imigração como um fenómeno novo?**



## **1. Migrações e o desenvolvimento do Porto Grande**

Como procurei apresentar no capítulo anterior, os movimentos migratórios para Cabo Verde, desde sempre, apresentaram-se com características diferenciadas, quer em termos da sua origem, quer das razões que conduziram as deslocações de pessoas para este arquipélago do Atlântico. Em qualquer dos grandes períodos que marcaram processos de dinamização social, económica e cultural do arquipélago de Cabo Verde – desde o século XVI na Ribeira Grande de Santiago, no século XVIII em Sal Rei da Boa Vista, ou nos finais do século XIX em Mindelo, na ilha de São Vicente (*cf.* Correia e Silva, 2003; Loude, 1999) – revelou-se a mobilização de grupos distintos com destino às ilhas de Cabo Verde. Aproximando-nos um pouco mais no tempo do crescimento da cidade do Mindelo, situamo-nos de novo num período estratégico das rotas do Atlântico. Período que em meados do século XIX novas rotas transatlânticas de transporte e de comunicação se firmavam em Cabo Verde. Desta vez, com o domínio naval, industrial e comercial dos ingleses, no primeiro quartel do século XIX lançaram-se as primeiras tentativas de povoamento da ilha de São Vicente, com a chegada imediata de hidrógrafos ingleses à procura de um porto que servisse ao tráfico comercial no Atlântico, de ligação entre a Europa, a África, a América do Sul e a Ásia (Fundo de Desenvolvimento Nacional, 1984: 13).

Através da abertura dos portos das colónias ultramarinas da Monarquia Portuguesa à navegação e ao comércio internacionais, navios de diferentes proveniências começaram a escalar o Porto Grande do Mindelo, numa linha cruzando o Atlântico, para o abastecimento de carvão de pedra, de urzela, de peles e outros mantimentos para os barcos. Com efeito, através do Tenente da Marinha, o inglês John Lewis, foi concedida licença à Companhia das Índias Inglesas para estabelecer no Porto Grande um depósito flutuante de carvão de pedra, de modo a abastecer os navios que circulavam nessa rota (Ramos, 2003: 91). Em poucos anos várias outras companhias inglesas estabeleceram-se na cidade do Mindelo, todas com monopólio ou controlo do comércio de carvão de pedra no Porto Grande (*idem*).<sup>33</sup>

A corrida à exploração e comercialização do carvão continuava a crescer, atraindo novos habitantes para a ilha de São Vicente, quer vindos das outras ilhas do arquipélago, como de outras paragens. Numa altura em que a navegação afluía ao Porto Grande do Mindelo, a cidade ganhava proporções que dinamizava outros ramos de negócio como a importação de géneros alimentícios para abastecimento dos navios, importação de produtos para distribuição nas outras ilhas, tendo os ingleses ocupado de grande parte das atividades comerciais. Falamos de um período onde um conjunto de factos políticos (*cf.* Correia e Silva, 2003: 174-178) irão favorecer as relações comerciais, especialmente no cruzamento entre a Inglaterra e a América do Sul. Especialmente a repressão do tráfico de escravos que irá proporcionar um mercado de trabalho livre, recorrendo-se à mão-de-obra assalariada originária da Europa. Assim, há um novo dinamismo no sector da marinha mercante imposta por correntes migratórias, em especial de italianos, portugueses, alemães rumo ao oeste-sul. É muito certo que nesse contexto de correntes migratórias de europeus com destino à América do Sul tenha-se escalado (em trânsito) em Mindelo. Correia e Silva (2003: 169-202), no seu estudo sobre “As Especificidades do Mindelo no Contexto das Cidades Cabo-verdianas”, afirma que, por razões que se prendiam com a gestão dos provimentos e combustíveis a bordo, quando os vapores saíam das cidades europeias (Londres, Liverpool, Bremen) rumo a Buenos Aires, Santos, Rio de Janeiro, Montevideu ou mesmo à cidade do Cabo, a escala no Porto Grande do Mindelo revelava-se muito mais fundamental do que nas Canárias ou na Madeira.

---

<sup>33</sup> Na década de 1860 contava-se como as principais companhias carvoeiras no Porto Grande de São Vicente a Royal Mail Steam Packet, a Visger & Miller, Miller & Nephew, a Mac Lead & Martin, a Companhia de St. Vicente de Cabo Verde, a Wilson & Sons C.<sup>a</sup> LTD, a Cory Brothers, etc.



A influência inglesa também notou-se ao nível das comunicações, trazendo através da companhia Brazilian Telegraph, em Março de 1874, o primeiro cabo telegráfico submarino ligando São Vicente ao Brasil. A cidade do Mindelo, que se levanta aberta ao mundo, é palco de modernização das relações sociais a modo dos padrões dos meios urbanos europeus (Correia e Silva, 2003: 180), e influi no todo do território cabo-verdiano. A dinâmica que se vai impondo na pequena urbe insular mindelense resulta numa forte atração migratória da população das outras ilhas do arquipélago. Também os negócios carvoeiros e da telegrafia submarina justificaram uma presença notável de nacionais britânicos na cidade do Mindelo. Na altura certamente estes formavam a maioria dos estrangeiros a residir no arquipélago de Cabo Verde (*cf. idem*: 186). A influência britânica na ilha de São Vicente revelava-se não apenas aos níveis económico e político, mas também ao nível demográfico ou mesmo no vocabulário mindelense (*cf. Santos Trigueiros*, 2010). No ano de 1879 residiam 86 britânicos em São Vicente, portanto, representavam 2,7% dos 3171 habitantes da ilha, tendo poucos anos mais tarde atingido mais de uma centena de nacionais ingleses residentes nesta ilha (Ramos, 2003: 92).

**Tabela 4 – Número de passageiros em trânsito no Porto Grande, por nacionalidade**

Nacionalidade	Nº de passageiros
Alemã	13.544
Francesa	36.076
Inglesa	17.120
Italiana	94.542
Portuguesa	2.904
Outras	5.245
Total	169.440

Fonte: Direção Geral do Ultramar – Estatísticas, AHU, 2ª secção. A partir de Correia e Silva, 2003: 188

As promessas que advinham da cidade conduziram à ilha vários outros grupos de comerciantes estrangeiros, nomeadamente, provenientes das ilhas dos Açores e da Madeira, de Marrocos, da Itália... para além de se referir que o Porto Grande se tornara num ponto de forte presença de pessoas em trânsito. No ano de 1888, como podemos verificar na tabela 4, registou-se mais de 169 mil passageiros de diferentes nacionalidades em trânsito no Porto Grande do Mindelo. Na verdade trata-se de um momento auge da emigração europeia, especialmente para a América do Norte. Mas

também com uma massa considerável de migrantes europeus rumo a vários portos da América do Sul, numa rota Atlântica onde muitos fizeram escala em São Vicente.

Não temos dados estatísticos concretos que nos demonstrem com maior evidência todo o complexo migratório em Cabo Verde nesse período e ao longo de todo o século XX. Contudo, é impossível excluir a ideia de que o arquipélago cabo-verdiano foi sempre um espaço de circulação, de trânsitos, lugar de encontros e desencontros, de chegadas e de partidas. Os dados mais clarividentes sobre a imigração que podemos retirar do estudo de António Carreira (1983: 260), até as vésperas da independência, referem-se ao período entre 1953 a 1973 delimitando dois grandes grupos: a) os “portugueses” onde possivelmente se incluíam os funcionários, civis e militares em serviço no arquipélago, negociantes, caixeiros-viajantes, e outros; b) e os “estrangeiros”, alguns eram cabo-verdianos naturalizados americanos ou holandeses que chegavam de férias, outros eram tripulantes japoneses e coreanos dos navios de companhias pesqueiras, e outros chegavam em viagem de estudo.

**Tabela 5 – Imigração em Cabo Verde de 1953 a 1973**

Períodos	Portugueses	Estrangeiros	Total
1953-1962	30336	2145	32481
1963-1973	62555	10573	73128
Total	92891	12718	105609

Fonte: Carreira, 1983: 260

Considerando a população cabo-verdiana em 1960, por altura da realização do primeiro recenseamento da população em Cabo Verde, esta chegava a 201.549 habitantes.<sup>34</sup> Uma leitura superficial desses números é suficiente para percebermos a dinâmica migratória que atribui ao arquipélago uma característica cosmopolita desde os primórdios da colonização europeia.

Na transição do século XX para o século XXI o arquipélago de Cabo Verde é marcado pela presença de alguns milhares de migrantes que chegam de outros lugares. Especialmente tem-se dado ênfase à imigração que chega dos países da Costa Ocidental Africana, com o argumento de que se trata em grande parte de uma migração de trânsito. Nesta tese procuro apresentar a complexidade existente no quadro das múltiplas experiências migratórias. Mais uma vez, as ilhas do arquipélago de Cabo

---

<sup>34</sup> “Como em todo o mundo, população de Cabo Verde ultrapassou o dobro em 50 anos”: Notícia da Inforpress, do dia 11 de Julho de 2011 em - <http://noticias.sapo.cv/inforpress/artigo/33015.html>

Verde não ficam de fora nesse complexo quadro global das migrações humanas. E aqui, também procuro revelar aquelas experiências que constituem uma migração de fixação, ou com um carácter relativamente permanente. Sem dúvida que, o país poderá servir como placa de trânsito para outras regiões de destino migratório mas, como pudemos perceber do capítulo anterior, não se trata particularmente de um novo fenómeno que chega ao arquipélago. O que temos, na verdade, são novas configurações resultantes de mudanças políticas, económicas e sociais ao nível global e que vão dar lugar a novas rotas migratórias. Por outro lado, do início do século XX até bem próximo da independência de Cabo Verde a emigração de muitos cabo-verdianos para Dacar apresentou exatamente experiências de trânsito para a América do Norte, para a Europa e para outros países da região da África Ocidental. Uma boa parte dessa emigração para Dacar só veio a seguir rumo à Europa décadas mais tarde após as mudanças políticas e económicas ocorridas na década de 1970. Nessa altura seguiram de Dacar para várias cidades francesas. Mas, nos anos 1970, particularmente, os cabo-verdianos desempenharam um papel importante no registo das migrações em Portugal, e a partir deste país distribuindo-se para vários pontos do continente europeus (Baganha, *op. cit.* p. 75). Aqui temos a representação clara de um caso ilustrativo daquilo que hoje são as características e as dinâmicas nos processos migratórios situados num contexto contemporâneo pós-colonial.

No próximo capítulo entrarei em mais pormenores sobre este aspeto das migrações de trânsito em Cabo Verde. Mas, revela-se desde já que é possível darmos conta de um conjunto variado de práticas e trajetórias que implicam esforços redobrados na compreensão dos fenómenos migratórios. Esforços que influenciem as abordagens sobre a imigração, que revisitem determinados conceitos e categorias para dar lugar às experiências e às ações discursivas dos sujeitos migrantes.

Efetivamente, desde o início da década de noventa tem-se observado um novo cenário de intensificação do número de migrantes para o arquipélago de Cabo Verde, desta vez, na sua maioria com origem nos países da Costa Ocidental Africana. O relatório apresentado em Cabo Verde pela Comissão Nacional para Direitos Humanos e a Cidadania afirma que “a quantidade de imigrantes oriundos de outros países africanos como Guiné-Bissau, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, Gana, Guiné-Conacri e outros, aumentou perceptivelmente”.<sup>35</sup> Sobretudo, na década de 1990 os cabo-verdianos são

---

<sup>35</sup> Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania - “Problemática da Migração Clandestina ou Irregular: Recomendações”. CNDHC/Rec/GTPMR/01/2006.

confrontados com uma série de notícias em relação à imigração recém-chegada dos países vizinhos da costa africana. Tais constatações deram títulos a um conjunto de notícias e reportagens como a “aventura em terra de aventureiros”, pela chegada de novos “imigrantes do continente africano”.<sup>36</sup> Portanto, levou a constatações de que se trata, agora, de uma nação que para além de emigração é também de imigração e de trânsitos. Entretanto, estamos a falar de um período de consolidação da integração de Cabo Verde ao nível da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), logo, uma condição óbvia para desenvolvimento de relações entre os países-membros.<sup>37</sup> Por conseguinte, as migrações na região desafiam a autonomia dos Estados-nação, bem como um conjunto de fronteiras tradicionais como as línguas, as tradições culturais, a identidade nacional e as instituições políticas (Castles, 2005: 16).

Contudo, várias experiências e situações de emergência de acolhimento de migrantes e a preocupação quanto ao aumento da “imigração clandestina” conduziram o governo à abertura de um novo processo que resultou no Decreto-Legislativo n.º 6/97, de 5 de Maio com o propósito de regular a situação jurídica do estrangeiro no território nacional. Isto é, o Decreto-Legislativo, concretamente, visa disciplinar o regime jurídico do estrangeiro em território nacional procurando dar o máximo de celeridade aos processos relativos a estrangeiros não residentes que tenham entrado irregularmente no país. Entretanto, permanecem os desafios, como revelam os entraves colocados à resolução das situações não obstante os tratados internacionais ratificados pelo país e um conjunto de legislação de âmbito nacional.

## **2. Atuais factores impulsionadores das migrações internacionais para Cabo Verde**

As expectativas de emigração cabo-verdiana com destino ao “Norte Global” ainda se mantêm, embora, cada vez mais, as possibilidades se tornem limitadas em função das políticas restritivas de controlo de contingentes migratórios adoptados pelos países europeus e pelos EUA. A esse factor acresce nos últimos anos novos ciclos de imigração, enquanto resultado de factores diversos, nomeadamente o desenvolvimento

---

<sup>36</sup> Jornal semanário A Semana, n.º 197 de 06 de Março de 1995.

<sup>37</sup> A CEDEAO integra 15 países: Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Guiné-Conacri, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo. O tratado da CEDEAO foi assinado a 28 de Maio de 1975 e o Protocolo da Livre Circulação de Pessoas e o Direito de Residência e Estabelecimento, no quadro da CEDEAO foi concluído em Dakar, a 29 de Maio de 1979, e validado por Cabo Verde pela lei n.º 18/II/82.

económico dos últimos anos, a relativa estabilidade do país e às eventuais condições enquanto território de trânsito para outros destinos migratórios, mormente a Europa ou os EUA. Mas não podemos nos despegar de todo o contexto global das migrações, com a modernização e o avanço das tecnologias de comunicação e transportes, e as forças económicas globais desiguais que, logicamente vão impulsionando a aceleração das migrações internacionais, a despeito de todo um contexto de controlo das fronteiras nacionais. As redes transnacionais que se vão tornando mais densas e eficazes, ligam as sociedades na origem e no destino, vão ajudando à redução dos riscos e dos custos nos projetos migratórios, facilitando percursos de maior distância e o cruzamento das fronteiras.

Como poderemos confirmar mais adiante, a origem do contingente de imigrantes em Cabo Verde tem várias proveniências e não se esgota nos países vizinhos da África Ocidental. Igualmente abarca um número crescente de nacionais de países europeus, particularmente portugueses, nacionais de países asiáticos, em especial chineses, bem como da América do Norte e do Sul.

Como vimos no capítulo anterior, a história de Cabo Verde apresenta uma imediata ligação migratória desde os primórdios da colonização. Com o tempo, as migrações em Cabo Verde foram ganhando outros contornos. Desde a última década do século passado tem-se verificado o despertar das atenções para o fenómeno da intensificação de várias correntes migratórias para o arquipélago de Cabo Verde. Este fenómeno tem despertado, cada vez mais, a atenção das autoridades cabo-verdianas, dos *media* e da população em geral. Esta concepção vem sendo diretamente relacionada à ideia das migrações clandestinas e, por conseguinte, Cabo Verde enquanto um país de trânsito para migrantes de origem de vários países da Costa Ocidental Africana com destino final a Europa ou a América do Norte. Mas a questão da migração de trânsito (“*transit migration*”) também vem atraindo grande atenção da parte de académicos e de um conjunto de abordagens de nível mais administrativas. Nessas abordagens sobre a imigração “ilegal”, neste caso de África para a Europa, o trânsito supõe uma pequena escala num primeiro país, em transição para o continente europeu Duvell (2006). Embora não descartando de todo eventuais situações de trânsito, um dos meus argumentos nesta tese vem sendo no sentido de se atender por uma diversidade e complexidade de séculos de experiências migratórias envolvendo o arquipélago de Cabo Verde com o mundo, mas particularmente na região ocidental africana. Por outro lado, é necessário mencionar o facto de que as “migrações clandestinas” acontecem quando o

sistema social (ou ideológico) aprisiona vidas e a alma de pessoas, não dando a verdadeira atenção e valor à vida humana. Nisto, revela-se pertinente compreender as experiências e situações dos migrantes e não cair em interpretações imaturas e juízos imprudentes que reforçam o rótulo de “clandestino”. Neste aspeto, importa atender que, muitas vezes, em nome da defesa da moral ou da ética social, podemos ditar a vida de pessoas (Cury, 2012: 114). A análise dos fenómenos sociais obriga-nos a esse compromisso de liberdade de pensamento menos convencional, mais soltos das categorias instituídas como nos sugere Haward Becker (1991) no seu tão conhecido estudo sobre os “outsiders”.

Alguns factores mais óbvios têm revelado uma certa pertinência na compreensão de determinados aspetos que vêm impulsionando algumas correntes migratórias para o arquipélago de Cabo Verde. Poderão apresentar uma estreita relação com as correntes migratórias para Cabo Verde desde os dois últimos decénios do século XX (Barbosa, 2011). Contudo, deve-se realçar que o país está longe de uma inversão do índice enquanto país de emigração (*cf.* Carvalho, 2009), mesmo perante um contexto de uma certa dinâmica de retorno de uma parte da emigração cabo-verdiana (*cf.* Carling, 2004). Entretanto, como tenho mencionado, a novidade reside no facto de ter havido uma relativa intensificação da imigração para as ilhas.

i) O arquipélago de Cabo Verde ocupa uma posição geográfica estratégica no Atlântico. A sua relativa proximidade, aproximadamente 500 km do promontório africano, pode ser analisada como um importante factor no sentido das circulações humanas na região. Haverá, eventualmente, uma ligação com a redução dos custos de transporte e as facilidades na comunicação, reduzindo relativas dificuldades de circulação. Mas, particularmente, o arquipélago surge neste contexto como mais um potencial espaço de desenvolvimento de atividades económicas. Com isso quero dizer que as migrações apresentam-se bem mais complexas do que a mera ideia centralizada no trânsito com a finalidade de se chegar à Europa ou à América do Norte. Elas poderão apresentar-se, no contexto regional da Costa Ocidental Africana, numa dinâmica bem maior ao nível das circulações e dos trânsitos “Sul/Sul”. Entretanto, tem-se registado, também, outras correntes migratórias que chegam de vários pontos do mundo, particularmente, da Europa e da Ásia. Devo destacar que, segundo os dados apresentados do Censo de 2010 em Cabo Verde, em relação aos estrangeiros residentes no arquipélago, estão representadas 116 nacionalidades diferentes. O que presenciemos, mais uma vez, é que este espaço geográfico surge como uma potencialidade comercial

ou mesmo uma plataforma de ligação entre o mundo e o contexto regional da África Ocidental.

ii) Estrategicamente o arquipélago ganhou um conjunto de orientações viradas para o mercado global. No início da década de noventa registaram-se mudanças estruturais em Cabo Verde, mudanças que ditaram a sua maior abertura aos processos de globalização económica. As reformas políticas que se seguiram às eleições multipartidárias em 1991 determinaram um certo impulso da economia do país para o mercado globalizado. Essa fase da “abertura política” é acompanhada de um conjunto de processos de privatização de empresas estatais, promovendo a ampliação do sector privado em diversas áreas da economia do país. De certa forma, após 15 anos de independência, Cabo Verde vai assistir a uma relativa decomposição do Estado sob o auspício neoliberal. A década de 1990 marca não apenas uma abertura política, mas também uma “era do consumo” (Fiedler, 2008), que absorve este pequeno país insular, reforçando a sua inserção no curso da modernidade. Com efeito, nas últimas décadas e, particularmente, a partir do novo milénio, Cabo Verde ganhou uma relativa atratividade, “não só como rota para grupos migratórios atingirem mais facilmente a Europa e a América do Norte, mas também como destino por se tratar de um país democrático, sem conflitos e economicamente promissor”.<sup>38</sup> Apesar de o país depender fortemente das remessas dos seus emigrantes e do comportamento do sector externo, paulatinamente Cabo Verde vai ganhando referências de boa governação e uma percepção positiva ao nível das instituições internacionais, quanto ao desenvolvimento da sua democracia e da sua economia. Normalmente, quem chega a Cabo Verde, seja ele(a) imigrante ou turista, traz consigo esta imagem. Deste modo, reforçou-se o reflexo de um país que apresenta uma atração exótica, “quase África, quase Europa” (Moassab, 2013: 2). Tal imagem também tem conduzido a uma migração com o intuito de aproveitar as oportunidades dadas pela presença de turistas, por exemplo, através da prática do comércio ambulante na mira de melhores condições de vida, num “país aprazível, sem conflitos”. Mas há uma janela que se abre na mente de muitos jovens, por exemplo, quando têm informações sobre Cabo Verde. “Muitos jovens querem viajar” – diz-me o Vicent, um comerciante de origem nigeriana, na ilha do Sal. Por vezes, uma ilusão; “por isso

---

<sup>38</sup> Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania - “Problemática da Migração Clandestina ou Irregular: Recomendações”. CNDHC/Rec/GTPMR/01/2006: 2.

alguns, quando chegam cá, dizem: mas afinal!” De todo, as pessoas vão encontrar uma complexidade de razões onde “cada um tem o seu motivo”.<sup>39</sup>

iii) Os motivos poderão ser diversos, mas existe uma causalidade em relação ao posicionamento do país ao nível internacional. Nas últimas décadas tem-se assistido à proliferação de fluxos de várias origens, combinando causas bem distintas. No início da década de 1980, houve uma migração de médicos da ex-União Soviética e cubanos, que se fixaram, particularmente, nas cidades da Praia e do Mindelo. As reformas nas políticas migratórias na China orientadas em 1985 incentivaram um grande número de trabalhadores chineses a emigrar, e África foi o grande palco de penetração de empresas estatais chinesas (construção civil, infraestruturas, minas, etc.). Na generalidade são empresários ou comerciantes à procura de oportunidades de negócio e, cada vez mais, crescendo o número dos seus familiares, que se juntam a eles (Cissé, 2013). Em Cabo Verde, mesmo antes da década de 1980, barcos chineses, japoneses e coreanos têm passado pelas ilhas, em especial devido ao Porto Grande do Mindelo e ao estaleiro naval, situado na mesma cidade. Entretanto, é a partir da década de 1990 que se verifica um aumento considerável de chineses que fixam residência em Cabo Verde. Na década de noventa, mediante as iniciativas do governo da II República, de atrair investimento para o país, começa a chegar um considerável número de chineses, vindos principalmente da região de Wenzhou, da parte sudeste da província de Zhejiang, que se situa a sul de Shanghai (Hougen e Carling, 2005: 641). Poderão representar parte da expansão do mercado chinês na África Ocidental, descobrindo as ilhas de Cabo Verde como mais um destino que oferece condições de estabilidade política, segurança, preços mais elevados e algum poder de aquisição (Carling e Åkesson, 2009). As oportunidades de mercado encontradas por pequenos comerciantes, numa conjuntura de forte emigração chinesa, resultaram numa dinâmica comercial, praticamente em todos os centros urbanos do país. Europeus, sobretudo portugueses e italianos, também têm chegado em número significativo desde 1990. Uns acompanhando diversas empresas, outros, para desenvolver atividades privadas, à luz da exploração de um novo mercado numa atmosfera de liberalismo económico. O campo promissor do mercado do turismo tem atraído desde então migrantes provenientes de vários países da Europa para as duas ilhas de grande destino turístico (Sal e Boa Vista), também para as duas maiores cidades do país, Praia e Mindelo, respetivamente. Entretanto, tem havido uma migração

---

<sup>39</sup> Entrevista com Vincent, a 22 de Setembro de 2011, Espargos, Sal.



emergente de reformados europeus que procuram o clima ameno e atrativo em Cabo Verde, constituindo nas ilhas a sua segunda casa. Este tipo de migração, muito facilitada pelas melhores ligações de transporte e de comunicação atuais, igualmente vem produzindo um certo impacto ao nível do turismo e na constituição de novos serviços.

iv) A mobilidade de trabalhadores migrantes, muitas vezes, pode ser definida pela demanda e pela oferta de grupos ocupacionais (Petras, 1981: 57), resultando, assim, no avigoramento de categorias profissionais e salariais distintas nos países de destino. Da política do país no sentido de inserção da sua economia no mercado global destaca-se a estratégia de atração do investimento externo, sobretudo, através da orientação e promoção do país como um destino turístico alternativo e promissor. O III PND (1992) considera o turismo um sector estratégico para o desenvolvimento social e económico do país. A mesma perspectiva foi reforçada no PND de 2002 a 2005 na convicção de que o sector poderá mobilizar e atrair recursos que beneficiarão, a longo prazo, outros sectores estratégicos no desenvolvimento. Com efeito, cada vez mais, o país tem-se traduzido como um ponto de atração para trabalhadores nacionais de outros países e para um crescente número de turistas, empreendedores e comerciantes estrangeiros. Concretamente, o investimento no turismo e na concretização das estruturas hoteleiras, assim como o enraizamento de empresas construtoras, tem criado a necessidade de mão-de-obra, nomeadamente no sector da construção civil. Este é um facto que se tem registado um pouco por todo o arquipélago, certamente, com maior visibilidade nas ilhas orientais, Boa Vista e Sal. Particularmente, a ilha da Boa Vista dá-nos uma imagem do cruzamento direto entre o investimento no turismo e a dinâmica migratória para a ilha. O seu pendor fortemente migratório revela-se perante a chegada de milhares de “habitantes das outras ilhas”, sobretudo da ilha de Santiago, e de “estrangeiros, tanto europeus como africanos, que descobriram as maravilhas e as oportunidades que a ilha das dunas lhes oferece”.<sup>40</sup> Efetivamente, a discussão acerca do cruzamento de fronteiras nacionais por parte de trabalhadores migrantes não está dissociada do contexto da globalização com a particularidade da divisão do mercado de trabalho na base do sistema-mundo moderno (Wallerstein, 1974). Rever a ideia relativa a tal hierarquia no sistema de divisão internacional de trabalho é importante para o entendimento dos processos de transformação entre os países centrais e os periféricos, assim como dos novos cursos migratórios. As reconfigurações impostas pelos processos de globalização,

---

<sup>40</sup> Jornal semanário A Semana, n.º 596 de 14 de Fevereiro de 2003, Boa Vista ilha de imigração.

ou as globalizações, quer através do colonialismo caracterizando a ocupação territorial, quer pela globalização neoliberal alvorando a fragmentação dos espaços, têm definido ondas humanas em busca de oportunidades que se escasseiam nos países de origem.

v) As mobilidades humanas passaram a ter uma nova característica com o início da expansão europeia, a partir do século XV. Elas se tornaram muito mais intensas como resultado de mudanças políticas e culturais, bem como do desenvolvimento dos meios de transportes e das tecnologias. Hoje, a partir de uma leitura que inspire um certo aproveitamento das dinâmicas da globalização, as novas tecnologias de informação e comunicação, incluindo a internet, melhores ligações telefónicas e os custos mais acessíveis das viagens aéreas (Castells, 1996), obviamente reforçando o lugar de Cabo Verde nessa rede de comunicação global, tornam-se ferramentas muito importantes na intensidade dos fluxos migratórios. Assim, perante as contradições relativamente às reservas dos Estados-nação e o controlo de determinados grupos ou categorias de migrantes, mais uma vez, obriga-nos a confrontar com a problemática das migrações com características de “trânsito”, de “irregularidade” ou de “clandestinidade”. Consequentemente, a intensificação das mobilidades internacionais têm reflexos no arquipélago de Cabo Verde. Nessa relação em rede, determinados factores na origem como os conflitos armados e guerras civis, problemas ambientais, etc., têm sustentado probabilidades de partida para aqueles que conseguem reunir um certo nível de recursos que lhes permitam chegar a Cabo Verde. A médio / longo prazo, torna-se muito provável a constituição de redes migratórias que intensificam as linhas de comunicação internacionais, de modo que passa a haver um maior envolvimento nas prelações económicas, sociais, políticas e culturais entre os países envolvidos (Basch *et al.*, 1994). Não será diferente a experiência do músico senegalês Mamadou, residente em Mindelo, que constrói um projeto a partir de estreitas relações construídas com outros músicos cabo-verdianos e entre Senegal e Cabo Verde, com resultado no CD Mamadou & Sulabanku, intitulado “Arte Negra”. Há um aumento, conseqüente, do capital cultural e social entre os potenciais migrantes. Isto é, por um lado, um conhecimento maior relativo à sociedade cabo-verdiana e às oportunidades que possam surgir no arquipélago, igualmente à informação mais concreta do modo como se deslocar e como procurar trabalho, ou garantir a prática das suas atividades económicas no país de destino. Por outro lado, os relacionamentos criados dão melhores condições de segurança e eficácia relativamente aos riscos. Portanto, as redes expressam a sua força e importância na consolidação e transformação das migrações, enquanto “factor

adicional que ajuda a manter e a transformar as migrações, mesmo quando a causa original do movimento já desapareceu” (Castles, 2005: 56-57).

vi) Um outro aspeto que nos proporciona uma visão mais abrangente das atuais correntes migratórias para Cabo Verde diz respeito às relações políticas e económicas entre os Estados. Cabo Verde é um país que integra a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), sujeitando-se ao regime de facilidades de circulação de pessoas nacionais dos países-membros dessa comunidade.<sup>41</sup> No contexto específico dos Estados-membros da CEDEAO, as migrações têm-se caracterizado por uma densidade de movimentos, também facilitada em grande parte, graças ao acordo da livre circulação. A leitura do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) destaca este fenómeno de forma elucidativa quanto às ligações políticas que têm conduzido ao fenómeno das migrações para Cabo Verde:

“A partir da década de noventa, registaram-se em Cabo Verde fluxos migratórios originários de alguns países do Continente Africano ao abrigo do parágrafo 1º do artigo 2º do Protocolo sobre a livre circulação de pessoas, o direito de residência e de estabelecimento da CEDEAO, assinado em Dacar em 1979 e ratificado por Cabo Verde através da Lei n.º 18/II/82. Tem-se registado também fluxos migratórios originários dos Estados membros da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa, ao abrigo da Lei n.º 36/V/97, que define o Estatuto do Cidadão Lusófono no país e reconhece a esses indivíduos com domicílio em Cabo Verde a capacidade eleitoral ativa e passiva nas eleições autárquicas, o direito a nacionalidade cabo-verdiana aos filhos de pai ou mãe lusófono nascidos em Cabo Verde, o direito a nacionalidade cabo-verdiana sem exigência de perda da sua anterior nacionalidade, direito de investir nas mesmas condições que o investidor nacional, direito de receber e transferir rendimentos para qualquer estado da CPLP e direito a Cartão Especial de Identificação. Esses cidadãos atestam, paradoxalmente, a vocação imigratória que, ao mesmo tempo, ocorre num contexto difícil para o país.”<sup>42</sup>

Outros exemplos bem concretos também poderão ser apresentados aqui, e vão de encontro a dois aspectos importantes: a) As ligações económicas e legais (como a Resolução n.º 151/V/99, de 28 de Dezembro), que aprova, para efeitos de ratificação, a Convenção sobre a Livre Circulação de Pessoas e Bens, assinada entre o Governo da

---

<sup>41</sup> A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental integra 15 países: Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Guiné-Conacri, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo. O tratado da CEDEAO foi assinado a 28 de Maio de 1975 e o Protocolo da Livre Circulação de Pessoas e o Direito de Residência e Estabelecimento, no quadro da CEDEAO foi concluído em Dakar, a 29 de Maio de 1979, e validado por Cabo Verde pela lei n.º 18/II/82.

<sup>42</sup> Instituto Nacional de Estatística, Censo 2000: 35.

República de Cabo Verde e o Governo da República do Senegal. A resolução considera os laços de amizade existentes entre os dois países, a consistência dos laços seculares, geográficos e culturais que unem os seus dois países, bem como o desejo de assegurar aos seus respectivos nacionais no território de um ou de outro um estatuto especial em conformidade com os laços de fraternidade existentes entre os dois países numa base de reciprocidade, de igualdade e de interesse mútuo. Citando o Artigo 3º da referida Resolução:

“Os cidadãos duma das Partes legalmente residentes no território da outra, usufruem do mesmo tratamento que os cidadãos do país de acolhimento quanto à criação ou exploração de qualquer estabelecimento de carácter industrial, comercial, agrícola ou artesanal bem como quanto ao exercício de quaisquer atividades profissionais, segundo a legislação de cada Estado, salvo se a atividade exercida pelo cidadão de outro país perturbar gravemente a situação económica e social da dita Parte.”

b) As ligações com base na língua em comum, servindo como um dos canais facilitadores no plano decisional de migrantes (como no caso entre Cabo Verde e a Guiné-Bissau). Entretanto, o Estado cabo-verdiano vem-se debatendo relativamente à possibilidade de limites à liberdade de circulação no espaço da CEDEAO. Um dos principais critérios apontados vai no sentido das medidas de segurança interna e de controlo de fluxos migratórios para o arquipélago. Assim, um dos requisitos exigidos para entrada no território nacional advém da prova de meios económicos de subsistência.<sup>43</sup> No segundo ponto do capítulo IV poderei ainda mencionar mais alguns aspetos respeitantes aos protocolos assinados no quadro da livre circulação de pessoas, do direito de residência e de estabelecimento para os nacionais dos países-membros da CEDEAO.

vii) Convém ainda destacar a importância das ligações históricas na mobilidade de pessoas, o qual desempenhou um papel fundamental de contactos e difusão de informações entre as sociedades pré-coloniais, bem como as implicações do processo colonial europeu nas dinâmicas migratórias no continente africano, com o traçado das fronteiras, através de políticas de recrutamento de mão-de-obra, ou por meio de estratégias de planificação e controlo político e administrativo das populações. Ao nível

---

<sup>43</sup> Ver Decreto-Legislativo n.º 6/97, de 5 de Maio – regula a situação jurídica do estrangeiro no território nacional; Decreto-Regulamentar n.º 10/99, de 9 de Agosto – estabelece a natureza e a quantidade dos meios económicos suficientes para a entrada e permanência temporária do estrangeiro no território nacional, os casos de dispensa e a forma de prova da sua posse.

dos movimentos migratórios da Costa Ocidental Africana para o arquipélago de Cabo Verde dois exemplos poderão ser aqui apresentados exprimindo uma ligação histórica muito clara: a) a relação colonial com reflexo no povoamento das ilhas e no estabelecimento de laços históricos, político-administrativos e culturais muito fortes, em especial com as regiões da Guiné-Bissau. Este foi precisamente um dos argumentos apresentados e que levaram o atual governo a estabelecer um processo especial para autorização legal de permanência aos nacionais da Guiné-Bissau, através do Decreto-Lei n.º 13/2010; b) Não podemos esquecer-nos dos fluxos de emigração cabo-verdiana para vários dos países vizinhos no continente africano, já desde o século passado. Este factor tem contribuído para a constituição de pontes e de redes migratórias como sustentáculos decisivos de migrar e no processo de fixação. Por exemplo, cabo-verdianos que constituíram família nesses países de emigração (Senegal, Guiné-Bissau, etc.) e que regressaram após algum tempo depois com as suas famílias. Vejamos que imediatamente a seguir à independência, mais especificamente no início da década de 1980, há uma migração de guineenses para Cabo Verde, preponderantemente professores e alfaiates. Muitos, rapidamente obtiveram a nacionalidade cabo-verdiana abrindo, assim, caminho para que as suas famílias e outros conterrâneos pudessem juntar-se a eles. Para alguns guineenses, as ilhas acabaram por se constituir num trampolim para Portugal e de Portugal para outros países europeus. Mais tarde, em 1998, devido à guerra civil na Guiné-Bissau, Cabo Verde recebeu mais de 800 pessoas entre refugiados e repatriados.<sup>44</sup>

viii) Como podemos ver, não existe uma relação simples e linear que justifique o modo e o tipo das migrações para Cabo Verde. Em seguimento à sugestão a partir da “teoria dos sistemas migratórios” (Kritz *et al.*, 1992) as ligações, em vários sentidos, ganham uma complexidade ao nível de vários aspetos, tais como contextos decorrentes de processos de colonização, trocas comerciais, influência política, relações culturais, mobilizações militares, etc. Com efeito, um conjunto de ligações prévias entre os países são factores iniciais muito importantes para a consolidação de redes assentes em laços familiares ou de conterraneidade, dando lugar a processos sociais autossustentados (Castles, 2005: 24). Portanto, uma vez iniciado este processo, conseqüentemente, será muito provável assistir-se a constituição do “nexo de causalidade cumulativa” (Massey *et al.*, 1998: 45-46). Outros fenómenos vão complexificando a explicação dos processos

---

<sup>44</sup> Jornal semanário A Semana, n.º 384 de 30 de Dezembro de 1998.

migratórios e, em Cabo Verde, assistem-se a dinâmicas que poderão revelar a transição de, por exemplo, trabalhadores que chegaram para se ocuparem na construção civil, posteriormente, os quais abriram caminho para o desenvolvimento de atividades comerciais. Essa mudança, eventualmente, poderá proporcionar o surgimento de novos migrantes (Castles, 2005: 57).

ix) Não podemos deixar de, no entanto, referir às possibilidades de trânsitos ou de circulações rumo a outros destinos, via Cabo Verde. Apresentarei mais argumentos a esse respeito no último ponto deste capítulo. Mas esse percurso tem-se tornado cada vez mais difícil perante as medidas de controlo dos fluxos migratórios, sobretudo, por parte dos Estados europeus. As tentativas nacionais e supra-estatais de controlo das migrações também têm um peso relevante na permanência de vários migrantes que chegam da região ocidental africana. Daí, muitos projetos iniciais de “trânsito” vão ganhando novas configurações, e a permanência em Cabo Verde vai-se tornando um facto cada vez mais evidente. Mas as vidas das pessoas, as suas relações e condições criadas revelam uma outra dinâmica e complexidade, tornando improvável uma leitura linear dos seus percursos. Por outro lado, também deve-se apresentar as possíveis linhas de trânsito que partem de outras direções. Vejam-se os casos de europeus e asiáticos, por exemplo, que têm cruzado o arquipélago com destino a vários países da CEDEAO, aos PALOP ou a outros pontos do continente africano. Neste caso, o arquipélago tem servido como uma plataforma de estabelecimento de ligações para a implementação de atividades económicas, culturais, políticas e vários outros objetivos são procurados neste país.

### **3. Caracterização da imigração em Cabo Verde**

Com base nos dados recolhidos a partir do Censo realizado em 2010 torna-se possível fazer algumas apresentações gerais sobre a população de nacionalidade estrangeira residente em Cabo Verde. Além disso, para podermos complementar esses dados e fazer uma breve análise numérica sobre a imigração no arquipélago, apresentam-se também aqui alguns dados provenientes do Departamento de Estrangeiros e Fronteira.

Em termos numéricos e segundo os dados apresentados pelo Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde, com base no Censo de 2010, o total da população de

nacionalidade estrangeira em Cabo Verde chega a 14373. Este número representa cerca de 3% do total da população cabo-verdiana, como podemos verificar na tabela 6.

**Tabela 6 – População residente em Cabo Verde, segundo a nacionalidade**

<b>Nacionalidade</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>Cabo-verdiana</b>	468487	95,28
<b>Dupla nacionalidade</b>	8116	1,65
<b>Estrangeira</b>	14373	2,92
<b>Apátrida</b>	115	0,02
<b>N/D</b>	592	0,12
<b>Total</b>	491683	100,00

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas – Cabo Verde, Censo de 2010

É importante fazer menção quanto ao número de pessoas com dupla nacionalidade que se aproxima dos 2% do total da população em Cabo Verde. Esse valor é revelador de relações estabelecidas ao nível transnacional. Pelo menos, encontramos-nos perante os dois casos: a) de cabo-verdianos que regressam com outras nacionalidades adquiridas; b) de estrangeiros que adquirem a nacionalidade cabo-verdiana. Nesta sequência, a tabela 7 demonstra que no período de 1977 a 2008 houve um total de 681 casos de aquisição de nacionalidade cabo-verdiana. Desse registo, a Guiné-Bissau, com 123 casos, é a origem mais representativa, um pouco acima dos 18%, seguido de Portugal e Senegal, ambos com 65 casos, cerca de 10%. Ainda, segundo os dados obtidos através da DGRNI<sup>45</sup> (cf. Carvalho, 2009: 33), verifica-se o aumento significativo da aquisição da nacionalidade cabo-verdiana a partir do ano de 2000, somando entre essa data até o ano de 2008 mais de 600 casos.

---

<sup>45</sup> Direção Geral de Registos Notariado e Identificação

**Tabela 7 – Aquisição de nacionalidade cabo-verdiana (1977-2008), segundo país de origem**

<b>País de origem</b>	<b>Nº de indivíduos</b>	<b>%</b>
Guiné-Bissau	123	18,06
Portugal	65	9,54
Senegal	65	9,54
Nigéria	64	9,40
Cuba	51	7,49
China	44	6,46
Itália	27	3,96
Guiné Conacri	21	3,08
França	20	2,94
Rússia	20	2,94
Outras	181	26,58
<b>Total</b>	<b>681</b>	<b>100</b>

Fonte: Carvalho (2009), organizado a partir de registos da DGRNI

Tem-se referido à década de 1990 como um marco de grande fluxo de imigração para Cabo Verde, altura em que se começa a dar uma maior atenção ao fenómeno da chegada de indivíduos de várias proveniências. Há, de facto, um crescimento visível de pessoas que chegam num ritmo contínuo, fazendo aumentar a presença de nacionais de outros países em todas as ilhas de Cabo Verde. O relatório final da Comissão Interministerial para o Estudo e Proposição de Bases da Política de Imigração (CIMI, 2010: 23) apresenta dados dos Censos desde 1980 quando o número de nacionais de outros países recenseados era apenas de 2199. Em 1990 a população estrangeira era quase o dobro do número apresentado no Censo anterior. Entretanto, o maior crescimento verifica-se na década de 2000 a 2010, com um aumento de 4661 para 14373 nacionais de outros países.

Numa primeira leitura sobre a população estrangeira apresentada em grandes grupos, confirmamos através da tabela 8 que a grande maioria dos nacionais estrangeiros em 2010 é proveniente dos países pertencentes à CEDEAO, um valor aproximado a 61% do total de estrangeiros residentes em Cabo Verde. Com um valor bem menor, mas ainda assim significativo, estão os europeus com cerca de 17%. Importa destacar aqui alguns aspetos muito importantes. O primeiro aspeto tem a ver com o aumento do número da imigração africana para o arquipélago na década de 2000 a 2010. Particularmente, a imigração com origem nos países pertencentes à CEDEAO duplicou ao longo deste período, passando de aproximadamente 31% para cerca de 61% do total da população com nacionalidade estrangeira em Cabo Verde. Especialmente,



esse aumento tem um maior peso por parte da imigração guineenses para Cabo Verde que, ao longo da primeira década do novo milénio, cresceu cerca de oito vezes mais em relação ao número apresentado em 2000. Este é o facto que mais se destaca em termos dos números apresentados. O segundo aspeto a destacar refere-se a um crescimento geral e considerável da imigração para Cabo Verde, embora se trate de um período distinto de outros que marcaram a história da imigração para o arquipélago. De todo o modo convém sempre salientar que os números não devem servir como referência comparativa. Contudo, se analisarmos o atual fenómeno em termos gerais dos grupos continentais os valores justificam uma crescente atratividade do arquipélago como destino migratório.

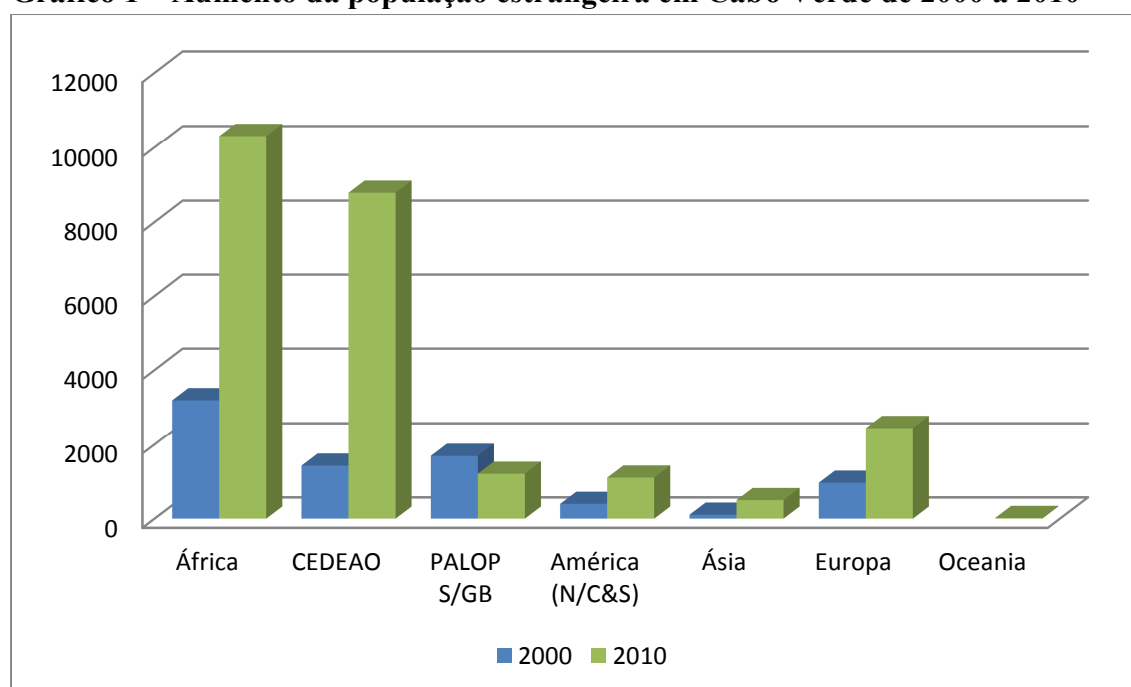
**Tabela 8 – Crescimento da população de nacionalidade estrangeira em Cabo Verde entre 2000 e 2010**

	2000		2010	
	Total	%	Total	%
<b>TOTAL</b>	<b>4661</b>	<b>100</b>	<b>14373</b>	<b>100</b>
<b>África</b>	3191	68,46	10307	71,71
CEDEAO	1427	30,62	8782	61,1
Benim			15	0,1
Burkina Faso			9	0,06
Costa do Marfim			24	0,17
Gâmbia	12	0,26	91	0,63
Gana	86	1,85	67	0,47
Guiné-Bissau	694	14,89	5543	38,57
Guiné-Conacri	77	1,65	456	3,17
Libéria			3	0,02
Mali	14	0,3	26	0,18
Níger			2	0,01
Nigéria	139	2,98	740	5,15
Senegal	373	8	1634	11,37
Serra Leoa	32	0,69	141	0,98
Togo			31	0,22
PALOP S/GB	1692	36,3	1209	8,41
Angola	670	14,37	409	2,85
Moçambique	23	0,49	28	0,19
São Tomé e Príncipe	999	21,43	772	5,37
Outros África	72	1,54	316	2,2
<b>América (N/C&amp;S)</b>	397	8,52	1104	7,68
Brasil	98	2,1	316	2,2
Cuba	80	1,72	95	0,66
EUA	186	3,99	388	2,7
Outros América	33	0,71	305	2,12
<b>Ásia</b>	106	2,27	498	3,46
China	51	1,09	426	2,96
Outros Ásia	55	1,18	72	0,5
<b>Europa</b>	967	20,75	2445	17,01
Alemanha	35	0,75	75	0,52
Espanha	24	0,51	157	1,09
França	105	2,25	223	1,55
Itália	150	3,22	451	3,14
Portugal	472	10,13	1281	8,91
Reino Unido			57	0,4
Outros Europa	181	3,88	201	1,4
<b>Oceania</b>			19	0,13

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas – Cabo Verde, Censos 2000 e 2010

Conforme esses valores apresentados, podemos ainda visualizar através do gráfico 1 que o terceiro elemento a destacar diz respeito a uma curiosa exceção relativamente ao quadro geral; Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe inverteram a tendência da imigração para Cabo Verde ao longo desse período de dez anos. Sem contar com a Guiné-Bissau entre os Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), esse grupo apresenta uma ligeira redução no intervalo entre os dois últimos recenseamentos da população realizados pelo INE. No conjunto desses três países há uma redução de 36% para 8% em relação ao total da população de nacionalidade estrangeira entre 2000 e 2010. Esse grupo é consideravelmente superado quer pelo conjunto dos países pertencentes à CEDEAO como pelo conjunto dos países europeus. Por exemplo, São Tomé e Príncipe deixa de representar a nacionalidade mais numerosa em Cabo Verde e dá lugar à Guiné-Bissau com uma forte corrente migratória para as ilhas de Cabo Verde ao longo desse período. Neste sentido, os santomenses passam a representar a 4ª nacionalidade mais numerosa em Cabo Verde a seguir aos portugueses que apresentam um valor percentual próximo dos 9%.

**Gráfico 1 – Aumento da população estrangeira em Cabo Verde de 2000 a 2010**



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas – Cabo Verde, Censos 2000 e 2010

Os dados do Censo de 2010 revelam que o segundo grupo mais representado corresponde aos nacionais senegaleses com cerca de 11% do total da população estrangeira em Cabo Verde, seguidos pelos estrangeiros de nacionalidade portuguesa

com cerca de 9%. A estratégia política de abertura da economia cabo-verdiana ao mundo num contexto em que os meios de transporte, de comunicação e informação vão criando mais e mais possibilidades, diretamente estreitaram as relações entre lugares, dinamizando a mobilidade de bens, ideias e, obviamente, de pessoas. Contudo, não podemos deixar de lado o conjunto das relações coloniais que hoje dão lugar a novos factores e dinâmicas migratórias na região da Costa Ocidental Africana. Em combinação com outros factores, como a língua e a proximidade geográfica, esses serão os aspetos centrais para que a imigração da Guiné-Bissau em Cabo Verde se represente em maior número. Também os senegaleses que apresentavam apenas 8% do total da população estrangeira em 2000, passa em 2010 para cerca de 11%.

Contudo, deve ficar claro que esses números não correspondem, de todo, à realidade atual do fenómeno migratório para Cabo Verde. Será, sem dúvida, bem maior e, na sua totalidade, supera largamente os 3% em relação ao total da população cabo-verdiana. Este facto tem levado à constatação generalizada de estrangeiros residentes em situação irregular, o que implica um conjunto de outros problemas envolvendo um grupo considerável de estrangeiros em condições precárias ao nível laboral, da habitação, da saúde, etc.

#### ***- Sobre os processos de autorização de residência***

Segundo dados obtidos no Boletim Oficial de 26 de Abril de 2010, o número de nacionais estrangeiros residentes em Cabo Verde em situação regular era de 6688. Desse valor 49,5% dizia respeito aos nacionais da Guiné-Bissau.<sup>46</sup> Conforme os dados do Departamento de Estrangeiros e Fronteira (DEF), o total de estrangeiros com autorização de residência em Cabo Verde em 2008 era de 6193, um número consideravelmente inferior ao do obtido no Censo de 2010. Dos dados apresentados pelo DEF cerca de 20% das autorizações de residência pertencem aos nacionais da Guiné-Bissau. A nacionalidade portuguesa representa o segundo maior grupo de estrangeiros com autorização de residência em Cabo Verde, seguido da nacionalidade chinesa, como podemos verificar na tabela 9. As cinco primeiras nacionalidades que

---

<sup>46</sup> Preâmbulo relativo ao Decreto-Lei n.º 13/2010, que estabelece um processo especial de regularização dos cidadãos originários da Guiné-Bissau que se encontrem no território nacional sem autorização legal de permanência. Boletim Oficial, I Série, n.º 16, 26 de Abril de 2010, pp. 382-384.

aparecem na lista (Guiné-Bissau, Portugal, China, Senegal e Nigéria) acumulam cerca de 70% das autorizações de residência.

**Tabela 9 – Autorizações de residência por nacionalidade, 1976-2008**

Nacionalidade	Nº imigrantes	%
Guiné-Bissau	1229	19.84
Portugal	856	13.82
China	850	13.73
Nigéria	710	11.46
Senegal	701	11.32
Itália	220	3.55
Brasil	192	3.10
França	144	2.33
Cuba	125	2,02
Alemanha	116	1.87
Gana	116	1.87
Serra Leoa	85	1.37
Espanha	84	1.36
Angola	71	1.15
Rússia	62	1,00
Guiné Conacri	62	1,00
S. Tomé	47	0.76
Bélgica	41	0.66
EUA	40	0.65
Outros	442	7.14
<b>TOTAL</b>	<b>6193</b>	<b>100</b>

Fonte: Carvalho (2009), cálculos a partir da base de dados da DEF

Segundo os dados de 2000 a 2010 recolhidos junto do DEF os países da CEDEAO representaram cerca de 50% das 7287 autorizações de residência concedidas até à data. No conjunto dos países europeus foram emitidas cerca de 26% desse total e 13% são referentes aos chineses. Verifica-se um aumento de 1094 autorizações de residência no período compreendido entre 2008 a 2010. Verifica-se uma maior preocupação por parte das autoridades no sentido do controlo em relação à situação da irregularidade na imigração em Cabo Verde. Particularmente, tal preocupação centra-se em torno das populações de origem do espaço da CEDEAO, o que induz, de um modo ou de outro, ao entendimento de uma atenção exacerbada sobre essas populações. Essa leitura levanta um entendimento crítico relativamente às interpretações ocidentais dos contextos africanos. Ao mesmo tempo, nesta base crítica, aponta-se para factos

contraditórios existentes, tais como no conceito ocidental de “desenvolvimento” que define dicotomias e hierarquias ao nível global, e, ao mesmo tempo, tem seduzido os povos, também (particularmente) os africanos, ao ideário ocidental moderno.

Ainda assim, a diferença numérica existente entre o número de autorizações de residência emitidos e o total de população estrangeira obtido no Censo de 2010 revela uma larga presença de migrantes em situações menos favoráveis quanto ao seu estatuto jurídico. Podemos deduzir, conseqüentemente, um número razoável daqueles que não são visíveis, por conseguinte, podendo encontrar-se em condições menos favoráveis – se não estamos a falar de uma espécie de *damné*, ao modo da interpretação de Frantz Fanon (1961).

**Tabela 10 – Número concedido de autorizações de residência e de processos pendentes entre 2000 e 2010, segundo a nacionalidade e o continente de origem**

Nacionalidade	Emissão de autorização de residência		Processos pendentes		Autorizações e processos pendentes	
	Nº autorização concedida	%	Nº processos pendentes	%	Total	%
<b>Total</b>	<b>7285</b>	<b>100</b>	<b>2297</b>	<b>100</b>	<b>9582</b>	<b>100</b>
<b>ÁFRICA</b>	3876	53,21	2005	87,29	5881	61,38
<b>CEDEAO</b>	3663	50,28	1984	86,37	5647	58,93
<b>Burkina Faso</b>	5	0,07	0	0,00	5	0,05
<b>Benim</b>	8	0,11	0	0,00	8	0,08
<b>Costa do Marfim</b>	15	0,21	3	0,13	18	0,19
<b>Gâmbia</b>	38	0,52	12	0,52	50	0,52
<b>Gana</b>	124	1,70	20	0,87	144	1,50
<b>Guiné-Bissau</b>	1485	20,38	723	31,48	2208	23,04
<b>Guiné-Conacri</b>	99	1,36	95	4,14	194	2,02
<b>Nigéria</b>	844	11,59	534	23,25	1378	14,38
<b>Senegal</b>	890	12,22	555	24,16	1445	15,08
<b>Libéria</b>	1	0,01	2	0,09	3	0,03
<b>Togo</b>	19	0,26	2	0,09	21	0,22
<b>Serra Leoa</b>	112	1,54	32	1,39	144	1,50
<b>Mali</b>	23	0,32	6	0,26	29	0,30
<b>Outros África</b>	213	2,92	21	0,91	234	2,44
<b>EUROPA</b>	1915	26,29	179	7,79	2094	21,85
<b>AMÉRICA</b>	467	6,41	33	1,44	500	5,22
<b>China</b>	968	13,29	26	1,13	994	10,37
<b>Outros ÁSIA e OCEANIA</b>	59	0,81	54	2,35	113	1,18

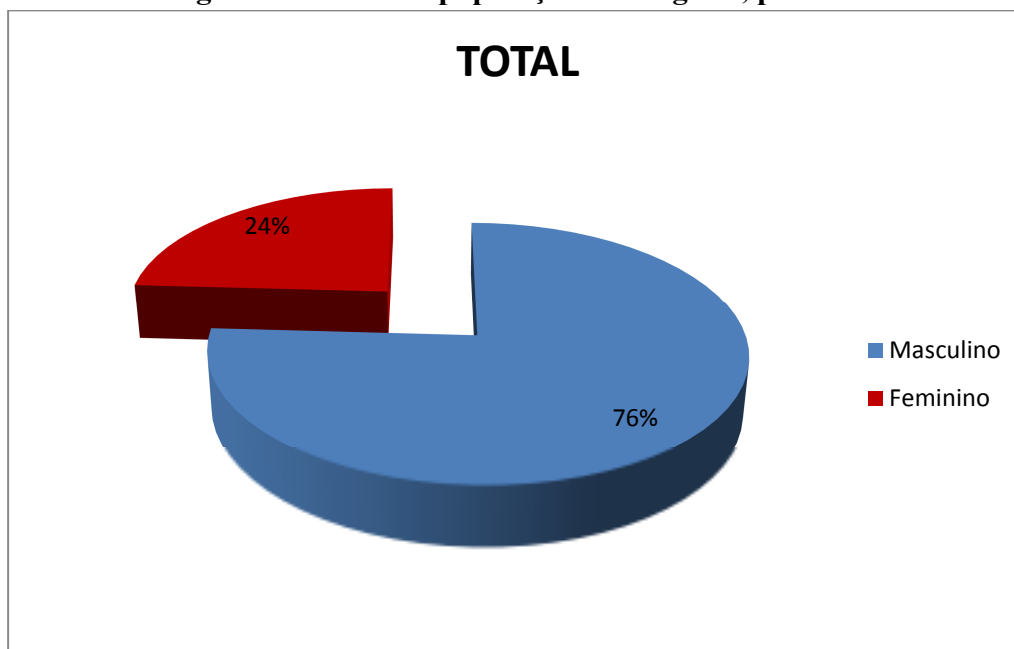
Fonte: CIMI (2010), cálculos a partir da base de dados da DEF

Curiosamente, em 2010, o número apresentado pelo DEF de nacionais chineses é bem superior (ultrapassa o dobro) ao número obtido no Censo de 2010 dado pelo INE. Observamos através da tabela 10 que houve um total de entrada de 994 processos, dos quais foram concedidas 968 autorizações de residência. A tabela 10 também nos apresenta o número dos pedidos de autorização pendentes que chegam a 2297 casos. Somados ao número das autorizações de residência emitidos até o ano de 2010 dá um total de 9584 estrangeiros em Cabo Verde, segundo os dados do DEF. Desse total, aproximadamente 59% representa os cidadãos nacionais dos países membros da CEDEAO, dos quais cerca de 23% são de origem da Guiné-Bissau. Mais adiante voltaremos a analisar alguns dos resultados que aparecem nesta tabela. Para já, fiquemos com os dados do Censo de 2010 para identificarmos algumas das características da população estrangeira residente em Cabo Verde.

***- Uma população de nacionalidade estrangeira predominantemente masculina***

À semelhança de outros contextos migratórios, em Cabo Verde também a presença da população com nacionalidade estrangeira apresenta-se na sua grande maioria masculina. Observamos na figura 3 que do total desta população, segundo o Censo de 2010, cerca de 76% são do sexo masculino e apenas 24% do sexo feminino. Esta tendência é praticamente generalizável a todas as nacionalidades representadas em Cabo Verde, com exceção da brasileira, da angolana, da moçambicana e da santomense.

**Figura 3 – Total da população estrangeira, por sexo**



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas – Cabo Verde, Censo de 2010

De seguida passemos a analisar algumas das informações que a tabela 11 nos apresenta de forma mais detalhada em termos das nacionalidades representadas, segundo o sexo.



**Tabela 11 – População estrangeira em Cabo Verde, segunda a nacionalidade, por sexo em 2010**

	<b>Masculino</b>	<b>%</b>	<b>Feminino</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>
<b>TOTAL</b>	<b>10906</b>	<b>75,88</b>	<b>3467</b>	<b>24,12</b>	<b>14373</b>
<b>África</b>	<b>8486</b>	<b>82,33</b>	<b>1825</b>	<b>17,71</b>	<b>10307</b>
<b>CEDEAO</b>	<b>7658</b>	<b>87,20</b>	<b>1124</b>	<b>12,80</b>	<b>8782</b>
<b>Benim</b>	13	86,67	2	13,33	15
<b>Burkina Faso</b>	6	66,67	3	33,33	9
<b>Costa do Marfim</b>	19	79,17	5	20,83	24
<b>Gâmbia</b>	84	92,31	7	7,69	91
<b>Gana</b>	53	79,10	14	20,90	67
<b>Guiné-Bissau</b>	4940	89,12	603	10,88	5543
<b>Guiné-Conacri</b>	390	85,53	66	14,47	456
<b>Libéria</b>	2	66,67	1	33,33	3
<b>Mali</b>	22	84,62	4	15,38	26
<b>Níger</b>	1	50,00	1	50,00	2
<b>Nigéria</b>	609	82,30	131	17,70	740
<b>Senegal</b>	1386	84,82	248	15,18	1634
<b>Serra Leoa</b>	111	78,72	30	21,28	141
<b>Togo</b>	22	70,97	9	29,03	31
<b>Palop S/ GB</b>	<b>576</b>	<b>47,64</b>	<b>633</b>	<b>52,36</b>	<b>1209</b>
<b>Angola</b>	198	48,41	211	51,59	409
<b>Moçambique</b>	12	42,86	16	57,14	28
<b>São Tomé e Príncipe</b>	366	47,41	406	52,59	772
<b>Outros África</b>	252	79,75	68	21,52	316
<b>América (N/C&amp;S)</b>	<b>573</b>	<b>51,90</b>	<b>531</b>	<b>48,10</b>	<b>1104</b>
<b>Brasil</b>	124	39,24	192	60,76	316
<b>Cuba</b>	49	51,58	46	48,42	95
<b>EUA</b>	214	55,15	174	44,85	388
<b>Outros América</b>	186	60,98	119	39,02	305
<b>Ásia</b>	319	64,06	179	35,94	498
<b>China</b>	260	61,03	166	38,97	426
<b>Outros Ásia</b>	59	81,94	13	18,06	72
<b>Europa</b>	<b>1520</b>	<b>62,17</b>	<b>925</b>	<b>37,83</b>	<b>2445</b>
<b>Alemanha</b>	39	52,00	36	48,00	75
<b>Espanha</b>	118	75,16	39	24,84	157
<b>França</b>	122	54,71	101	45,29	223
<b>Itália</b>	293	64,97	158	35,03	451
<b>Portugal</b>	802	62,61	479	37,39	1281
<b>Reino Unido</b>	29	50,88	28	49,12	57
<b>Outros Europa</b>	117	58,21	84	41,79	201
<b>Oceania</b>	<b>11</b>	<b>57,89</b>	<b>7</b>	<b>36,84</b>	<b>19</b>

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas – Cabo Verde, Censo de 2010

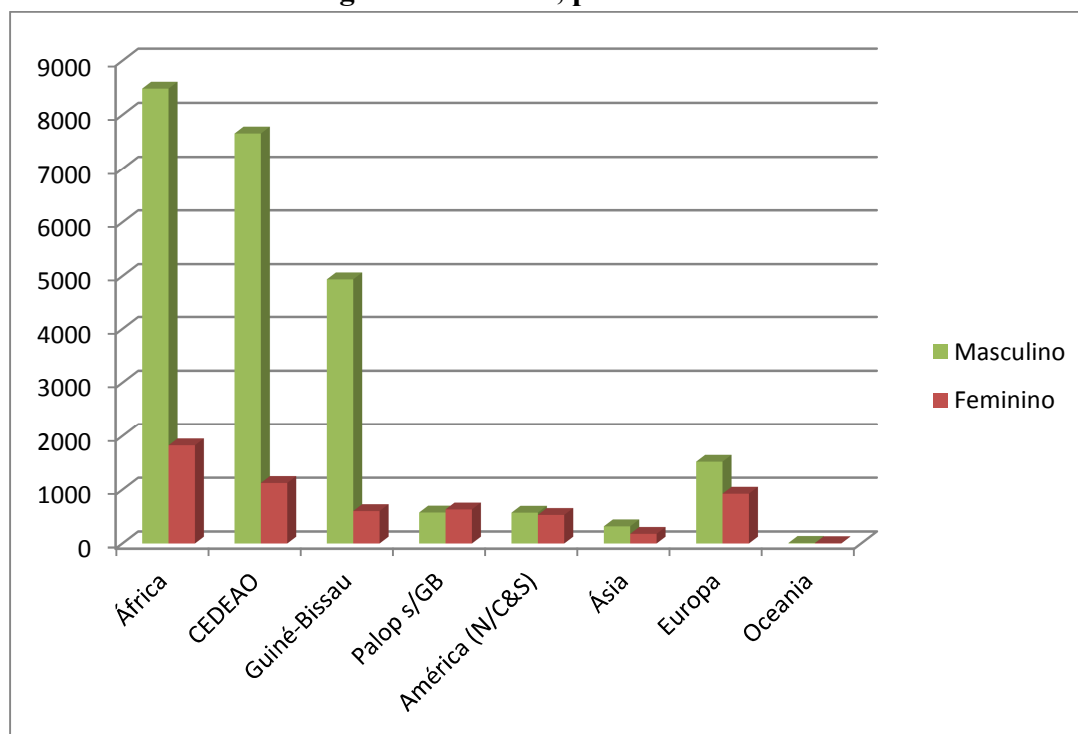
Os nacionais que chegam do continente africano no total ultrapassam os 82% de homens enquanto as mulheres apresentam apenas cerca de 18%. De modo semelhante, a imigração com origem nos países-membros da CEDEAO apresentam valores entre 87% e 13%, respetivamente. A diferença numérica entre homens e mulheres de nacionalidade guineense em Cabo Verde é a que apresenta maior saliência entre todas as outras nacionalidades representadas no país, com valores entre os 89% do sexo masculino e aproximadamente 11% do sexo feminino. Obviamente, este rácio de masculinidade pode ser interpretado em função da apresentação de uma forte relação com uma imigração laboral que procura uma orientação no sentido de maximizar os rendimentos para a sustentabilidade das famílias que permanecem na origem. Trata-se, no caso de um grande grupo dos guineenses residentes em Cabo Verde, muitos com base em estratégias familiares, com o objetivo de rentabilizar possibilidades de sustentabilidade da família, através daquilo que vão conseguindo amealhar no país de destino migratório.

O elevado número de homens em relação ao número de mulheres possibilita-nos ainda estabelecer alguma consideração. Em primeiro lugar, é um sinal revelador do impacto que houve, no início do novo milénio, da necessidade especial da força de trabalho. Assiste-se, particularmente, a uma presença marcante de trabalhadores, na maioria guineenses e de alguns dos outros países da CEDEAO, na construção e no incremento das infraestruturas. Em especial se se tiver em consideração o investimento canalizado para as infraestruturas do turismo em Cabo Verde. Em segundo lugar, esta diferença é reveladora da expressão de uma imigração jovem, como poderemos ver mais adiante, estimulada a alcançar recursos possíveis pelo modo como a globalização vai seduzindo expectativas e visões do mundo, impondo padrões de vida ou criando necessidades básicas de subsistência.

Importa considerar neste domínio alguns dos contextos familiares com um certo enraizamento a determinados padrões tradicionais. Por exemplo, em determinados contextos africanos, entre os membros da família o filho mais velho é geralmente designado para migrar como forma de auxiliar a subsistência da família. Daí justificar-se a imigração feminina acontecer, em grande parte, em situações de reagrupamento familiar. Este padrão relaciona-se a um terceiro aspeto, atendendo aos valores religiosos, enquanto factor de importância relevante no modo de organização social. Entre as famílias islâmicas, por exemplo, uma das suas referências assenta-se na “partilha de responsabilidades”. Nesse sentido, “cabe ao homem, enquanto pai e marido,

sustentar a família e cobrir financeiramente todas as despesas e responsabilidades da casa”. À mulher “cabe a função de educar os filhos e de governar a casa”.<sup>47</sup> Particularmente, tratando-se dos países da Costa Ocidental Africana, em que uma parte considerável da população desta sub-região cultua o islão, há uma forte ligação aos valores estruturais da família. Assim, a distinção das funções identificadas no seio das famílias leva com que o homem emigre de modo a garantir meios necessários de concretização dos projetos da família, enquanto a mulher responsabiliza-se pela gestão da casa e da educação dos filhos. No entanto, como consequência da imigração masculina começam a registar-se casos de reagrupamento quando as mulheres migram sozinhas ou acompanhadas dos filhos para se juntarem aos seus maridos no país de destino. Por outro lado, no terreno, em número bem reduzido percebemos a presença de mulheres solteiras, portanto, estamos a falar ainda de casos residuais.

**Gráfico 2 - População de nacionalidade estrangeira em Cabo Verde, segundo origem continental, por sexo em 2010**



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas – Cabo Verde, Censo de 2010

No gráfico 2 apresento os grupos continentais realçando o grupo dos países-membros da CEDEAO, os PALOP e como exceção a Guiné-Bissau por representar a nacionalidade que estatisticamente mais se destaca no quadro da imigração em Cabo

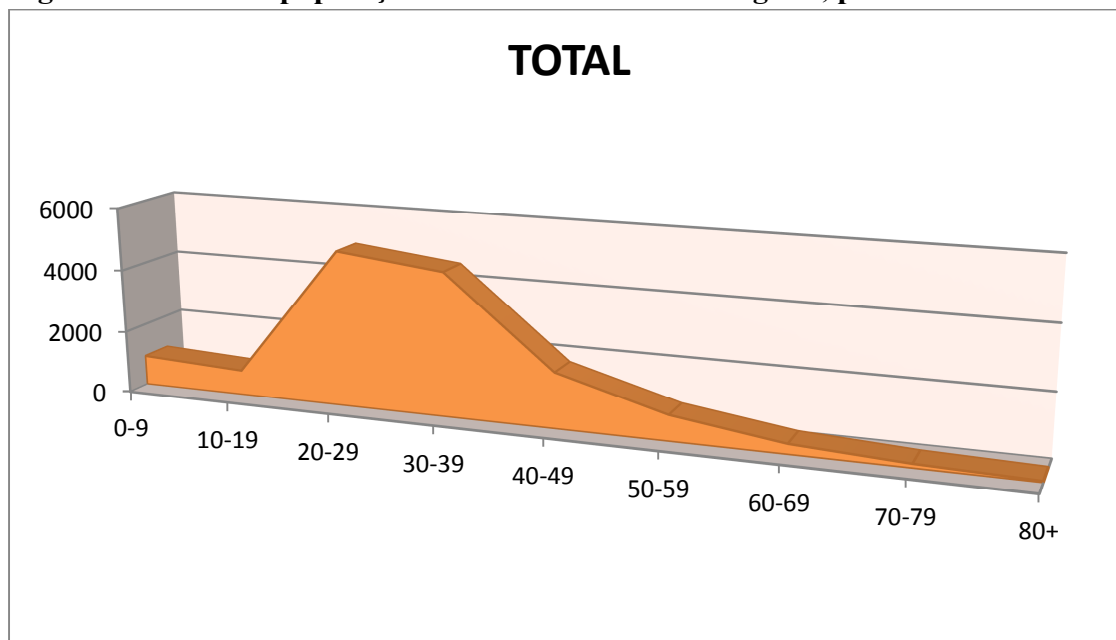
<sup>47</sup> Em conversa com um membro da comunidade islâmica em Mindelo, São Vicente.

Verde. Assim, temos uma relação visível da diferença entre a imigração masculina e a feminina em Cabo Verde. Mas contrariando a tendência de representação fortemente masculina, o grupo dos países de Língua Oficial Portuguesa, com exceção da Guiné-Bissau e de Portugal, invertem essa relação. Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe apresentam uma maior presença feminina no arquipélago. Desse pequeno grupo excepcional, podemos ainda confirmar, olhando de novo para a tabela 11 *supra*, que a nacionalidade brasileira é aquela que revela um peso bem mais acentuado de presença feminina, com uma diferença que se aproxima dos 22% do sexo feminino em relação aos do sexo masculino.

#### ***- Uma população particularmente jovem***

A estrutura etária da população de nacionalidade estrangeira em Cabo Verde apresenta um padrão com características de imigração laboral. O predomínio de uma população jovem e em idade ativa, encaminham-nos para uma relação laboral.

**Figura 4 – Total da população de nacionalidade estrangeira, por idade**

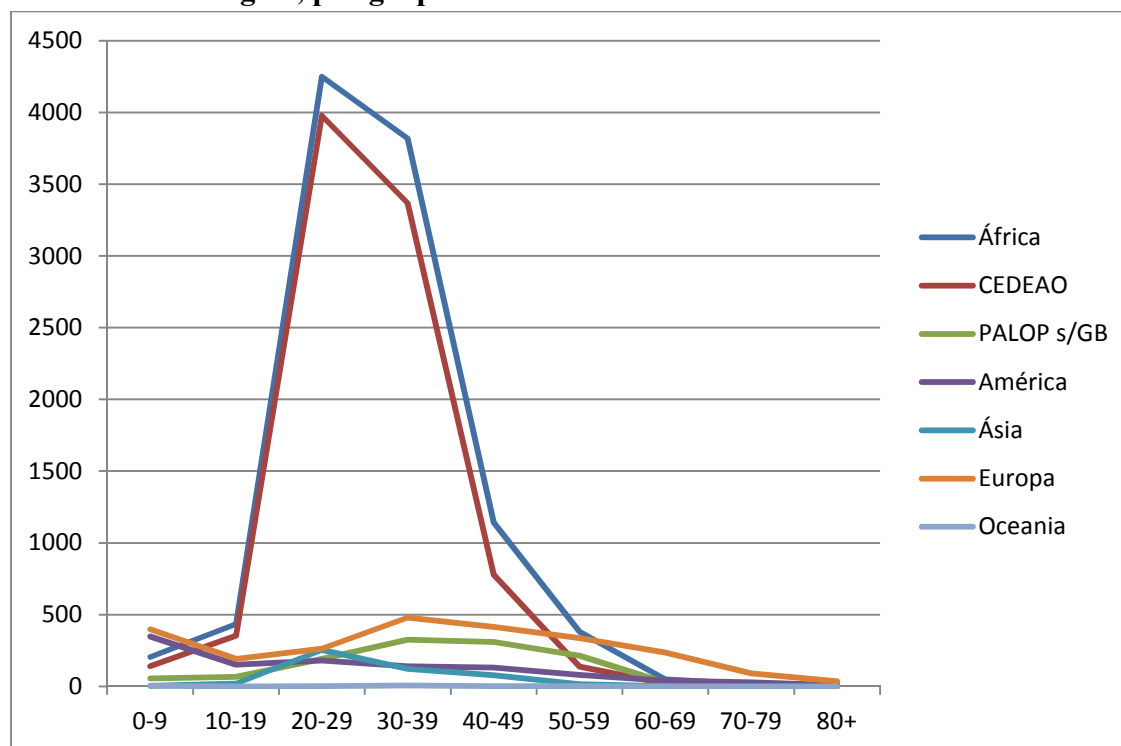


Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas – Cabo Verde, Censo de 2010

A figura 4 apresenta-nos no total uma população especialmente jovem, na sua grande maioria representando os grupos etários com idades compreendidas entre 20

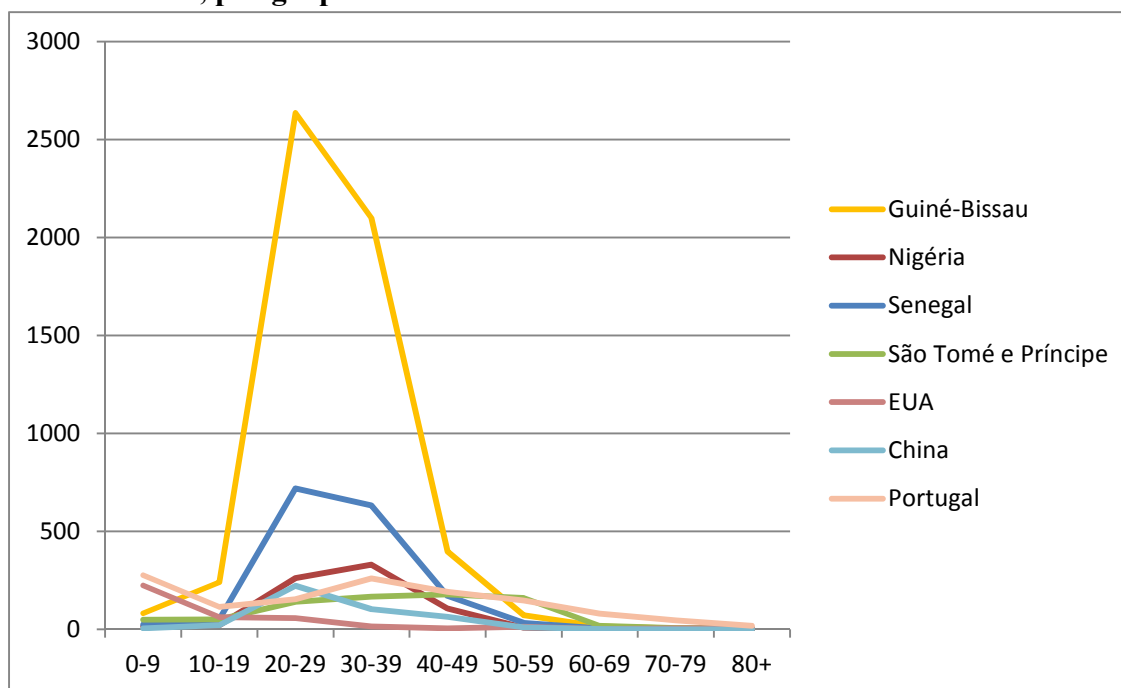
anos a 40 anos. Sem perder de vista a figura 4, no geral os pontos mais altos de cada um dos grupos da população de nacionalidade estrangeira em Cabo Verde aparece entre 20 anos a 50 anos. Verificamos ainda na mesma figura que existem algumas diferenças, mas não muito significativas, entre a população que chega da região da CEDEAO em relação aos outros grupos. Por exemplo, a população de origem dos países-membros da CEDEAO revela um valor acentuado entre 20 a 40 anos. Curiosamente, entre os nacionais dos PALOP, com exceção da Guiné-Bissau, realça-se a faixa etária compreendida entre 30 a 50 anos, apresentando uma curva que acompanha relativamente o grupo dos nacionais dos países europeus, como verificamos na figura 5.

**Figura 5 - População de nacionalidade estrangeira em Cabo Verde, segundo continente de origem, por grupos etários**



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas – Cabo Verde, Censo de 2010

**Figura 6 - População de nacionalidade estrangeira em Cabo Verde, segundo nacionalidade, por grupos etários**



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas – Cabo Verde, Censo de 2010

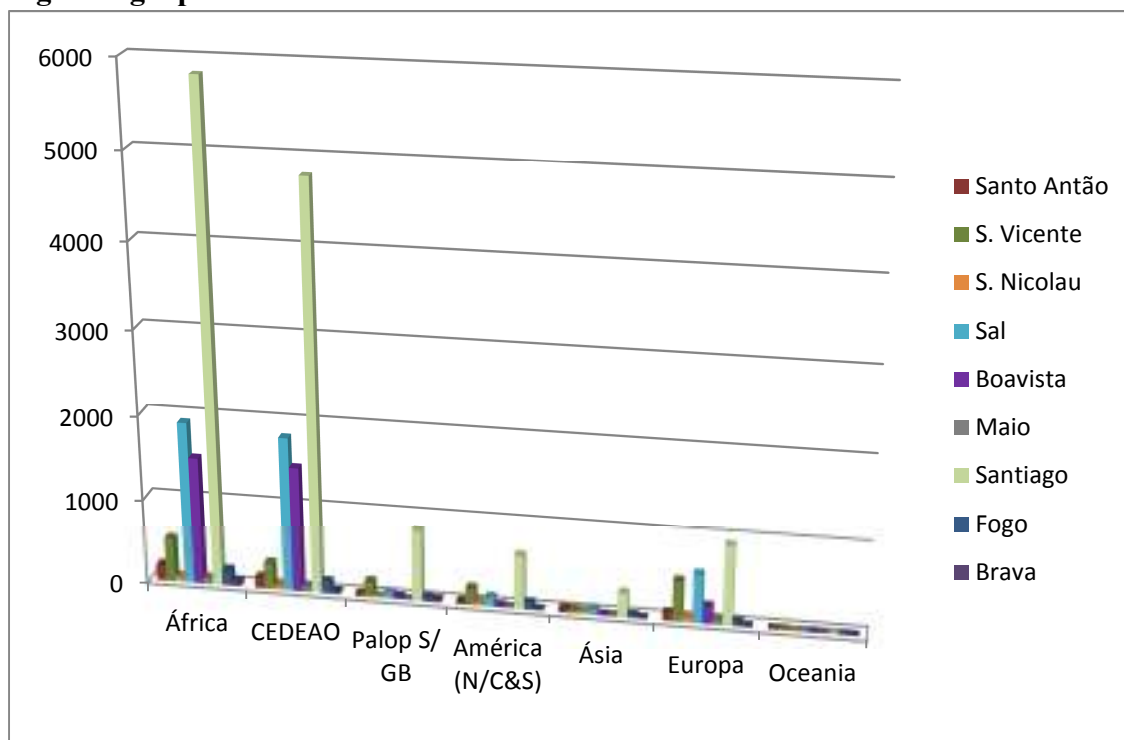
Convém, mesmo assim, fazer uma apresentação dos grupos etários em relação às nacionalidades (pelo menos as mais numerosas) uma vez que a população de nacionalidade guineense representa a grande maioria da população de nacionalidade estrangeira em Cabo Verde, marcando uma enorme diferença. Observa-se na figura 6 que apesar de a nacionalidade senegalesa se encontrar bem mais abaixo em termos do total as suas configurações são muito semelhantes em relação à população da guineense, relativamente à distribuição dos grupos etários. Um dado curioso que a figura 6 nos revela encontra-se nas linhas que representam a nacionalidade portuguesa e em particular a dos Estados Unidos da América, com valores mais elevados na faixa etária compreendida entre os 10 primeiros anos de vida.

#### ***- Segundo a distribuição geográfica***

Em termos da distribuição geográfica da população de nacionalidade estrangeira em Cabo Verde, destaca-se o facto de ela se achar presente em todas as ilhas do arquipélago. Por razões óbvias a grande maioria encontra-se centrada na ilha de Santiago. Concretamente, no município da Praia é onde a maioria dessa população se

concentra. Por ser a capital e se localizar na maior ilha do arquipélago, quer em termos geográficos como em termos populacionais, mas também pela sua ligação internacional, em particular ao nível do continente africano. O gráfico 3 demonstra-nos que os pontos de maior concentração de população de nacionalidade estrangeira a seguir a Santiago são as ilhas do Sal e da Boavista, respetivamente. Ainda com alguma expressão numérica podemos visualizar através do mesmo gráfico a ilha de São Vicente em 4º lugar. Mas esses são os valores apresentados em termos do total. Olhando melhor para o mesmo gráfico detetamos ligeiras diferenças. Claramente as populações de origem dos países-membros da CEDEAO se encontram em maioria nas ilhas de Santiago, Sal e Boavista. No entanto, se focarmos para aqueles que chegam dos PALOP e América, a segunda ilha de maior presença estrangeira a seguir a Santiago é São Vicente. Quanto aos europeus, encontram-se em maior grupo na ilha de Santiago, na ilha do Sal, em São Vicente, e só a seguir na ilha da Boavista.

**Gráfico 3 – Distribuição da população de nacionalidade estrangeira por ilhas, segundo grupo continental**

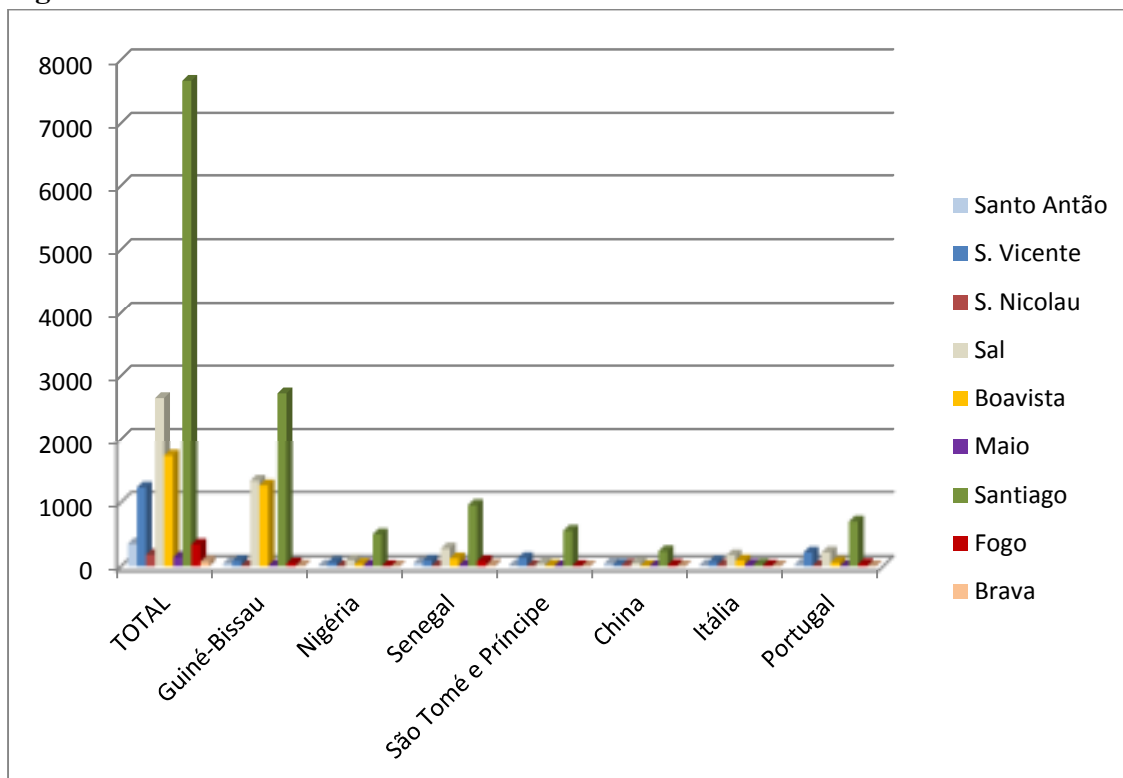


Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas – Cabo Verde, Censo de 2010

Em termos da distribuição da população de nacionalidade estrangeira segundo a nacionalidade (gráfico 4), praticamente, percebemos o reflexo daquilo que se vê no gráfico anterior. Contudo, atendendo a essa distribuição geográfica, segundo os dados

apurados no Censo de 2010, há uma distribuição generalizada da população estrangeira em todas as 9 ilhas habitadas do arquipélago. Embora com um significativo destaque em relação aos nacionais dos países-membros da CEDEAO, contudo, identificamos a composição de paisagens cosmopolitas, particularmente na Praia, em Santa Catarina, nos Espargos, em Santa Maria, em Sal Rei e no Mindelo.

**Gráfico 4 – Distribuição da população de nacionalidade estrangeira por ilha, segundo a nacionalidade**



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas – Cabo Verde, Censo de 2010

Centremos a nossa análise sobre a migração de origem da CEDEAO para observarmos, um pouco mais de perto, a sua distribuição pelas ilhas do arquipélago de Cabo Verde.



**Tabela 12 – População residente em Cabo Verde de origem da CEDEAO**

<b>Ilhas</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>Santo Antão</b>	131	1,49
<b>São Vicente</b>	309	3,52
<b>São Nicolau</b>	38	0,43
<b>Sal</b>	1812	20,63
<b>Boavista</b>	1469	16,73
<b>Maio</b>	67	0,76
<b>Santiago</b>	4785	54,49
<b>Fogo</b>	141	1,61
<b>Brava</b>	30	0,34
<b>Total</b>	8782	100

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas – Cabo Verde, Censo de 2010

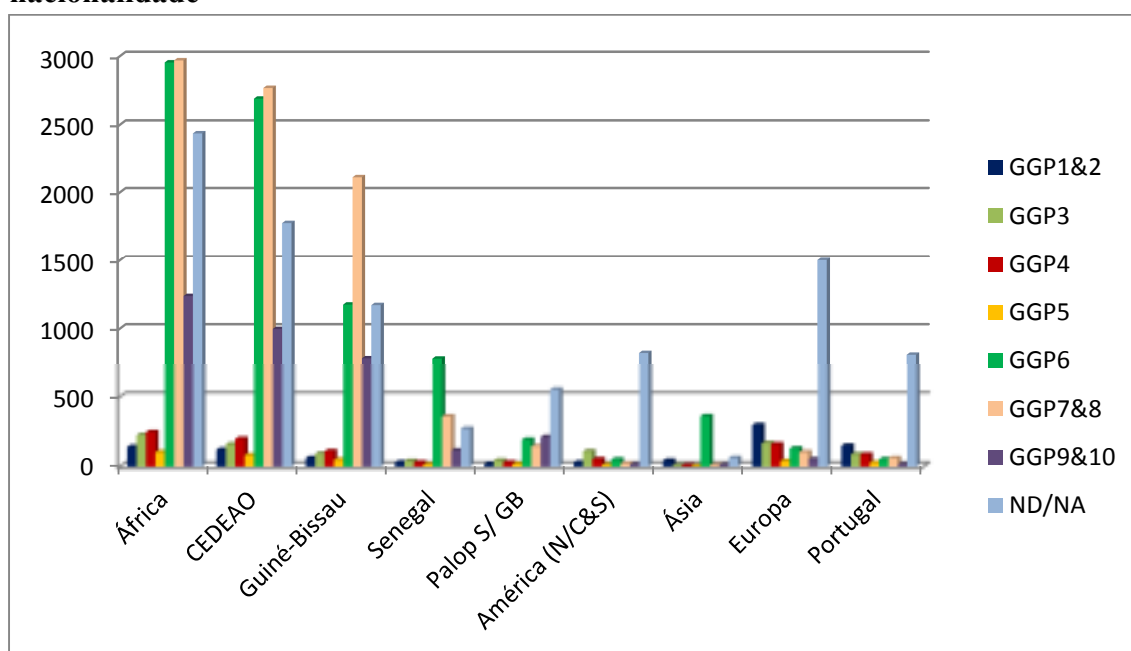
A tabela 12 nos apresenta a distribuição do total dos nacionais dos países membros da CEDEAO em Cabo Verde. Mais uma vez damos conta de que a larga maioria se encontra a residir na ilha de Santiago, cerca de 54% do total de 8782 nacionais dos países da CEDEAO. É expressão reveladora da presença da imigração na maior ilha e a mais populosa do arquipélago. Também existe uma forte relevância em relação às estruturas para o desenvolvimento das atividades turísticas. Nomeadamente as ilhas do Sal e da Boavista apresentam valores aproximados a 21% e 17% respectivamente, reflexo da atração exercida pela dinâmica do turismo sobre muitos dos imigrantes que se fixaram nessas duas ilhas. Contudo, devo destacar o facto de que a ilha de São Vicente, particularmente, embora apareça apenas cerca de 4%, no quotidiano a cidade do Mindelo verifica-se visivelmente uma dinâmica de circulação e uma forte presença dos migrantes oriundos da região da CEDEAO. Residentes nas outras ilhas, frequentemente param na cidade do Mindelo, especialmente quando se trata daqueles que desenvolvem atividades comerciais, quer de venda ambulante, como também de alguns que tentam criar as bases do comércio formal nesta cidade. Assim, Mindelo revela-se nesse cenário, enquanto espaço de forte mobilidade e de trânsitos internos, servindo de ligação principalmente entre as ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Sal e Santiago.

#### ***- Segundo a atividade económica***

Numa breve e superficial caracterização relativamente às atividades desenvolvidas pelos grupos migratórios em Cabo Verde, encontramos ligeiras distinções em função da

origem dos mesmos. Se olharmos para os dados representados no gráfico 5, notamos logo à primeira vista o destaque referente à categoria do pessoal dos serviços e vendedores, respectivamente para os grupos com origem nos países africanos e asiáticos. Traduz-se numa migração bastante direcionada para o comércio. De facto, as principais artérias dos espaços urbanos em Cabo Verde revelam uma forte marca das lojas chinesas, principalmente no centro das cidades da Praia e do Mindelo. Em Santa Maria e em Sal Rei há uma forte presença das lojas africanas predominando a venda do artesanato, do vestuário africano e *souvenirs* focalizando particularmente os turistas. Também, em relação à imigração que chega do continente africano há algum realce para aqueles que exercem atividades ligadas à agricultura ou aos operários, artífices e trabalhos similares.

**Gráfico 5 – Grandes Grupos Profissionais, segundo continente de origem e nacionalidade<sup>48</sup>**



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas – Cabo Verde, Censo de 2010

Entretanto, há uma grande atenção geralmente canalizada para os “africanos” ou ao modo como muitas vezes os nacionais dos países da região da Costa Ocidental

<sup>48</sup> Grandes Grupos de Profissão (GGP) segundo categorias definidas pelo INE no Censo de 2010. Legenda: GGP1= Profissões especialmente militares; GGP2= Representantes dos poderes legislativos e executivo, Diretores; GGP3= Especialistas das atividades intelectuais e científicas; GGP4= Técnicos e profissionais de nível intermédio; GGP5= Pessoal administrativo; GGP6= Pessoal dos serviços e vendedores; GGP7= Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura; GGP8= Operários, artífices e trabalhadores similares; GGP9= Operadores de instalações de máquinas e trabalhadores de montagem; GGP10= Profissões elementares.

Africana pejorativamente são chamados de “*mandjacos*”. É certo que tal ideia generalista pode levar em determinadas situações à associação imediata dos migrantes oriundos dos países-membros da CEDEAO à imigração “ilegal” ou “clandestina”. De qualquer modo, os fluxos migratórios com origem nos países da Costa Ocidental Africana, em especial da Guiné-Bissau, do Senegal ou da Nigéria, que constituem os maiores grupos migratórios do continente neste arquipélago africano, acabam por ocupar a base da estrutura socioprofissional, como trabalhadores manuais, em especial na construção civil, ou muitas vezes, como é de fácil percepção, dedicando-se à venda ambulante<sup>49</sup>. Mas tal imagem deve ser devidamente contextualizada. Por exemplo, o ramo dos *cybers*, fortemente impulsionado em todo o arquipélago pelos migrantes nigerianos desde a década de 90, foi abrindo espaços e novos horizontes de atividades económicas, também para os nacionais cabo-verdianos.

Quanto aos nacionais dos países europeus destacam-se, segundo os resultados do último Censo realizado em Cabo Verde, os representantes dos poderes legislativos e executivos, especialistas das atividades intelectuais e científicas e os técnicos e profissionais de nível intermédio. Mas nos últimos anos vai-se instalando um grupo considerável de empresários e comerciantes, sobretudo tratando-se de portugueses e italianos, que têm procurado neste país condições de fazer desenvolver os seus projetos.

#### **4. Conclusão**

Mesmo apresentando um número considerável de crescimento da imigração nas duas ou três últimas décadas, não se justifica falar de uma viragem. Isto é, de um país de emigração para um país de imigração. Apesar desse aumento do fluxo de chegada, do fechamento das fronteiras noutras regiões de emigração cabo-verdiana como os EUA e a Europa, e os atuais processos de retorno a Cabo Verde de pessoas de nacionalidade cabo-verdiana ou com dupla nacionalidade, ainda assim, de longe, supera o peso dos cabo-verdianos a residir noutras partes do mundo.

Em reforço às propostas do capítulo anterior, o que se pretende aqui é intensificar as leituras mais abrangentes, tentando romper as dicotomias existentes que hierarquizam os espaços de imigração em relação aos de emigração. Vemos,

---

<sup>49</sup> Quanto às hierarquias que se estabelecem em relação às populações migrantes ver Portes e Rumbaut, 1996.

claramente, neste estudo quão amplas se tornam as condições de um lugar onde as linhas de chegada e de partida, por vezes, até se confundem.

Assim, como inúmeros trabalhos têm sugerido múltiplos destinos da emigração cabo-verdiana, do mesmo modo, pessoas de várias origens também têm chegado a este país. E essa diversidade não se limita aos contextos africanos. Também, e cada vez mais, tem-se alargado a outros espaços, justificando o conjunto de fatores impulsionadores das migrações internacionais apresentados no segundo ponto deste capítulo. A conjugação desses fatores permite explicar quer a intensidade dos fluxos, quer a sua direção para Cabo Verde. Ainda outros fatores podem ser associados; tanto a dimensão migratória na região da Costa Ocidental Africana como o valor de câmbio monetário em relação ao escudo cabo-verdiano são situações que vão estimulando a circulação e a ligação às ilhas de Cabo Verde.

Em paralelo a esta demonstração das migrações contemporâneas para este arquipélago, que se apresentam com origens diversas, bem como de motivações distintas, também verifica-se uma relativa precariedade ao nível do estatuto jurídico de uma boa parte da imigração no país. Maioritariamente, uma imigração jovem, masculina e proveniente dos países da CEDEAO, tem evocado algumas preocupações e, de certo modo, imagens menos abonatórias em relação a essas populações migrantes. Precisamente, no capítulo seguinte, apresentarei, para além de um quadro mais formal das migrações para Cabo Verde, alguns dos desafios que se levantam para este pequeno estado insular, como o desafio de determinadas reações em relação aos imigrantes da Costa Ocidental Africana. Particularmente porque se prende à relação geopolítica e à problemática que se levanta em torno da noção de migrações de trânsito com destino aos espaços considerados tradicionais de imigração, neste caso, os EUA e a Europa.

## **Capítulo IV**

### **Estado, Migrações e Desafios Contemporâneos**



## **1. A abordagem administrativa sobre as migrações para Cabo Verde**

Na busca de uma maior compreensão sobre a complexidade do fenómeno migratório em Cabo Verde, tenho procurado destacar a importância histórica que se prende com a mobilidade de pessoas neste arquipélago. Também é possível referir-nos ao facto das circulações históricas no continente africano que desempenharam um papel fundamental na divulgação de informações e contatos entre as sociedades pré-coloniais. Mais adiante, o processo colonial europeu implicou uma nova dinâmica migratória no continente africano com a delimitação das fronteiras, através do recrutamento de força de trabalho, ou por meio de estratégias na planificação e controlo político e administrativo das populações.

Os desafios de maior relevância que se assiste no quotidiano prendem-se com a abordagem em relação aos fluxos migratórios. Revela-se num jogo um tanto antagónico uma vez que os Estados enfrentam duas lutas: por um lado, o imperativo do acolhimento dos migrantes e promoção da sua inserção nos espaços sociais no país de destino; por outro lado, o impulso do controlo das fronteiras nacionais. O Estado cabo-verdiano não escapa a esses desafios, especialmente porque a) é membro da CEDEAO numa relação que define a livre circulação entre os Estados membros; b) as ações da política externa cabo-verdiana têm demonstrado uma viragem pragmática para a Europa

e para os EUA ancorada na noção de parceria estratégica (Costa, 2011: 113).

Concretamente, a parceria especial com a União Europeia tem resultado numa interpretação política das suas potencialidades geoestratégicas, dispendo-se ao nível de vários domínios de segurança e defesa e, particularmente, no combate à imigração ilegal, à criminalidade transnacional organizada, ao terrorismo internacional e ao narcotráfico.<sup>50</sup> Neste domínio assistimos a um exemplo concreto da evidente desterritorialização das fronteiras, através do controlo do espaço Schengen no combate dos fluxos migratórios, a partir dos países de origem e de trânsito, ou através da coordenação de campos de acolhimento de imigrantes fora do espaço comunitário. Este contexto justifica mais uma vez que não são apenas as pessoas que migram. É demonstrativo o facto de que as fronteiras também deslocam-se (Castles e Miller, 2009). O atual contexto migratório em Cabo Verde, particularmente tratando-se das migrações com origem nos países membros da CEDEAO, têm despoletado um conjunto de preocupações respeitantes à gestão dos fluxos migratórios, especialmente aqueles que poderão apresentar possibilidades de trânsito com destino à Europa ou aos EUA. Neste caso, o arquipélago abriga a condição de tampão dos fluxos rumo a esses destinos. Particularmente tratando-se do continente europeu os dispositivos de controlo da “imigração irregular” através de várias operações como a da Hera e Nautilus, da agência Europeia Frontex, ou sistema Sea Horse, do Governo Espanhol. Tais dispositivos expõem um consenso com políticas direcionadas às populações migrantes que se encontram tanto dentro das fronteiras europeias como fora, através da articulação com os países de origem e de “trânsito”.<sup>51</sup>

Ao nível das migrações da Costa Ocidental Africana para as vizinhas ilhas do arquipélago de Cabo Verde, dois exemplos podem expressar uma ligação muito clara entre as ilhas e o continente. Primeiro, importa considerar as condições do período colonial que se refletem na criação e no estabelecimento de relações históricas, políticas, administrativas e culturais muito fortes, entre as ilhas e, especialmente, as regiões da Guiné-Bissau. Em segundo lugar, voltamos a mencionar os fluxos de migração cabo-verdiana para as regiões vizinhas do continente, já desde o século passado. Isto contribui para a formação de pontes e redes migratórias como suportes de

---

<sup>50</sup> Sobre a Parceria Especial Cabo Verde – União Europeia: Quadro Orientador para Implementação, acesso a 04 de abril de 2009, disponível em [http://www.governo.cv/documents/Parceria\\_especial\\_UE.pdf](http://www.governo.cv/documents/Parceria_especial_UE.pdf)

<sup>51</sup> Commission of the European Communities, Priority actions for responding to the challenges of migration: First follow-up to Hampton Court, Brussels, 30.11.2005 COM (2005) 621 final, acesso a 20 de novembro de 2013, disponível em [http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/en/com/2005/com2005\\_0621en01.pdf](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/en/com/2005/com2005_0621en01.pdf)



decisão de migrar, bem como no processo de fixação nos pontos de destino. Por exemplo, cabo-verdianos que constituíram família nos países de destino (por exemplo, no Senegal e na Guiné-Bissau) e regressaram alguns anos mais tarde. Logo, encontram-se vários casos que possibilitam a constituição e a sustentabilidade de causalidade cumulativa.<sup>52</sup> Efetivamente, estes aspectos também terão favorecido o argumento que levou o atual governo ao estabelecimento do processo especial de regularização para os nacionais da Guiné-Bissau.<sup>53</sup> Mas bem antes deste processo é estabelecido um acordo bilateral entre o Estado de Cabo Verde e o Estado do Senegal, através da resolução n.º 151/V/99 de 28 de dezembro. Há uma relação relevante ao nível político e ao nível económico entre os Estados, com o reforço do Protocolo de Livre Circulação de Pessoas e do Direito de Residência e Estabelecimento, assinado em Dacar em 1979, no âmbito da CEDEAO, e validados pela lei n.º 18/II/82.

No contexto específico dos Estados-Membros da CEDEAO, as migrações têm sido caracterizadas pela densidade de mobilidades, também em grande parte facilitada pelo acordo de livre circulação. Exemplos concretos aqui apresentados vão de encontro a três aspectos importantes:<sup>54</sup> a) As relações jurídicas e económicas (como a Resolução n.º 151/V/99 de 28 de Dezembro); b) As ligações com base na linguagem comum; c) Cabo Verde ratificou, em Junho de 2003, a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias. Em 2008, o novo Código do Trabalho entrou em vigor e, desde então, introduziu-se a lei que só os estrangeiros em situação legal têm o direito de trabalhar. Embora, na realidade, não é isso que acontece e teoricamente contraria o espírito do protocolo.

A percepção do aumento da imigração em Cabo Verde tem gerado um conjunto de medidas que se tornam parte do corpo legislativo, a fim de regular e monitorar os fluxos migratórios para o arquipélago. No entanto, logo após a independência de Cabo Verde, em 1975, o Decreto-Lei n.º 17/76, no Boletim Oficial n.º 9/76 de 28 de Fevereiro apresenta os regulamentos que concedem aos estrangeiros vistos de entrada no território nacional. No mesmo ano foi criado o Decreto-Lei n.º 46/76 e 47/76, estabelecendo, respectivamente, as leis relativas aos estrangeiros residentes no país, e regulam a entrada e a permanência de estrangeiros no país.

---

<sup>52</sup> Massey *et al.*, *op. cit.* p. 97.

<sup>53</sup> Decreto-Lei n.º 13/2010 *op. cit.* p. 103.

<sup>54</sup> Ver *supra* no Capítulo III, ponto 2, tópico vi) pp. 95 e 96.

Em 1990 assinou-se o Decreto-Lei n.º 93/III/90 de 27 de Outubro que regula a situação jurídica dos estrangeiros no país, revogando o Decreto n.º 17/76 de 28 de Fevereiro de n.º 47/76 e o Decreto n.º 46/76 de 24 de Abril. Protocolos adicionais também têm sido ratificados, em especial no âmbito da promoção da integração através da mobilidade e livre circulação na CEDEAO. Por exemplo, a Lei n.º 34/IV/91 ratifica o protocolo A/SP1/6/89, modificando as disposições do artigo 7º do Protocolo A/P1/5/79 relativo à livre circulação de pessoas, ao direito de residência e ao estabelecimento no espaço da CEDEAO.<sup>55</sup> Por intermédio da Lei n.º 35/IV/91 de 30 de Dezembro é ainda ratificado o protocolo A/SP2/5/90 sobre a implementação da terceira fase (respeitante ao direito de estabelecimento) do Protocolo A/P1/5/79.<sup>56</sup>

Em resposta ao aumento da imigração para o território nacional, particularmente tratando-se da imigração que chega dos países-membros da CEDEAO, ainda na década de noventa, publica-se a Lei n.º 19/V/96, que estabelece o regime jurídico para autorização de residência de estrangeiros reformados. Mostrou-se alguma ineficácia e daí a reformulação do seu artigo 6º através do Decreto-Lei n.º 4/97, de 3 de Março.<sup>57</sup> Para dar uma resposta mais clara às novas exigências da imigração em Cabo Verde, justificou-se a necessidade de se fazer um reajuste relativamente à entrada, permanência e integração dos estrangeiros. Neste sentido, a 5 de Maio de 1997 entra em vigor o Decreto Legislativo n.º 6/97 que regula a situação jurídica dos estrangeiros em Cabo Verde, com via a dar maior celeridade aos processos relativamente aos estrangeiros não residentes com entrada irregular no país. Este decreto vem como proposta de atualização, conformação e adequação do texto da lei em vigor até à altura,<sup>58</sup> que era tida como documento orientador das entradas, permanências e saídas de estrangeiros no país, a expulsão e a extradição, bem como as taxas, as infracções e sanções. Na verdade, esse decreto é introduzido como proposta de fazer o refinamento formal, de algumas das suas disposições, esclarecer dúvidas decorrentes da aplicação da lei e novos aspectos regulares imposta pelo movimento de pessoas e gestão eficaz das fronteiras e de acesso ao território nacional.

Este revela-se um momento relevante na abordagem administrativa sobre a imigração em Cabo Verde, e dois aspetos importantes destacam-se perante este Decreto Legislativo: a) a possibilidade do direito político aos estrangeiros residentes, incluindo a

---

<sup>55</sup> Boletim I, n.º 52 de 30 de Dezembro de 1991/5º Suplemento.

<sup>56</sup> *Ibidem*.

<sup>57</sup> Boletim Oficial n.º 8 de 1997.

<sup>58</sup> Lei n.º 93/III/90, 27 de Outubro.

capacidade eleitoral ativa e passiva ao nível municipal;<sup>59</sup> b) Ainda, como tem sido *supra* referido, existe o facto de Cabo Verde pertencer à CEDEAO, com provisões específicas em termos da mobilidade de pessoas, o direito de residência e de estabelecimento. Contudo, cabe a cada Estado-membro a responsabilidade de regular os aspetos fundamentais, atendendo à prerrogativa em termos de questões de soberania. O Protocolo de Livre Circulação garante a entrada livre aos nacionais dos países-membros da CEDEAO e a permanência legal de 90 dias.<sup>60</sup> Não obstante, no artigo 4 do Protocolo fica a reserva a cada Estado-membro o direito de recusar a entrada nos seus territórios a qualquer nacional de um dos Estados da Comunidade como modo de se precaver em termos do poder de regulamentação sobre esta matéria. Assim, medidas no sentido de reforçar a segurança e controlar o acesso interno ao país têm sido consideradas com o imperativo de rever a concessão de licença e as medidas para facilitar o processo de recusa de entrada e expulsão de casos de entrada e de estadia em situação irregular no país.

Face aos desafios do fenómeno de imigração em Cabo Verde as autoridades governamentais têm levantado alguma preocupação com vista a colmatar as lacunas existentes pela ausência de uma política clara sobre esta matéria. Obviamente, esta ausência poderá em muitas situações suscitar algumas contradições e hesitações por parte de serviços que lidam com esta matéria. De um modo generalizado o posicionamento e a abordagem dirigida em relação às questões da imigração ou sobre populações migrantes em Cabo Verde apresenta também algumas ambiguidades. De forma transversal, em Cabo Verde, quer entre os representantes governamentais como noutros espaços, por exemplo nos *media*, a leitura sobre esta matéria divide-se entre a) as viabilidades económicas, culturais, etc. da imigração para o país; b) as inquietações em relação à especificidade da sociedade cabo-verdiana (*c.f.* CIMI, 2010: 50);<sup>61</sup> c) ou ainda em relação à condição socioeconómica e à dimensão do país, em especial com preocupações respeitantes ao mercado de trabalho.

---

<sup>59</sup> Note-se que neste aspeto o Estado de Cabo Verde, atendendo às dinâmicas e necessidades da emigração cabo-verdiana, assume uma posição de vanguarda desde 1996 (sobre este assunto ver por exemplo, Zobel e Barbosa, 2009; 2011; Ruivo *et al.*, 2013).

<sup>60</sup> Artigo 3 do Protocolo.

<sup>61</sup> Ainda sobre esta matéria ver a discussão mais alargada sobre a retórica nacionalista e manifestação de um discurso identitário de e para Cabo Verde (Barros, 2008), ainda um conjunto de obras que procuram esclarecer alguns indicadores sobre a questão identitária e a caboverdianidade (por exemplo, Anjos, 2002; Duarte, 1999; Fernandes, 2006; Brito-Semedo, 2006).

Sob a proposta para as bases de criação de uma política de imigração em Cabo Verde, foi engendrada em 2008 a Comissão Interministerial.<sup>62</sup> Esta Comissão, sob a coordenação do Ministro-adjunto do Primeiro-ministro e das Comunidades Emigradas, teve, desde o seu início, o objectivo de propor ao Governo, as bases de uma Política de Imigração atendendo para dois aspetos centrais: i) A gestão dos fluxos de entrada de imigrantes, o combate à imigração ilegal e a integração dos imigrantes na sociedade cabo-verdiana; ii) A referida Comissão é integrada por vários departamentos governamentais que, direta e indiretamente, estão envolvidos nas questões relativas à imigração.

Estas linhas revelam a tomada de consciência por parte das autoridades governamentais em função das interpelações presentes perante o crescimento da imigração para o país. Assim, este passo, rumo a uma política nacional de imigração, procura seguir valores e princípios como a liberdade, a dignidade humana, a amizade entre os povos, a paz e a inclusão social, a legalidade, a justiça, a equidade e a solidariedade, consagrados na Constituição da República de Cabo Verde, na Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, bem como noutros Tratados e Convenções internacionais subscritos e ratificados pelo Estado de Cabo Verde (*c.f.* CIMI, 2010: 24). Mas uma outra preocupação caminha lado a lado com estes primeiros aspetos mencionados. Também a mesma política nacional de imigração não excluirá as devidas atenções em relação às fragilidades e vulnerabilidades do país e as suas limitações em termos económicos, sociais ou mesmo territoriais (*idem*). O certo é que as forças governamentais (central e local) terão de responder ao grande desafio de fazer convergir políticas viradas para a imigração, orientadas na base de uma visão mais abrangente e de longo prazo. Será muito importante analisar os processos migratórios no seu todo, desde os movimentos iniciais, a fixação de grupos migrantes, à emergência das novas gerações descendentes de imigrantes no país.

Como tenho mencionado anteriormente, o contexto geográfico sempre favoreceu ao arquipélago a condição de ponto de cruzamento entre os quatro cantos do mundo. Isto, para além de dar ao Estado de Cabo Verde uma moeda de troca que pode servir com algum valor em determinados momentos de negociação, também atribui-lhe desafios acrescidos quanto à circulação de pessoas. Neste sentido, hoje a política de imigração da União Europeia enquadra Cabo Verde no âmbito da cooperação, como

---

<sup>62</sup> Resolução n.º 8/2008 de 3 de Março, Artigo 1º.

resultado do estreitamento das relações entre este pequeno país insular e a Europa. Assim, Cabo Verde tem desempenhado um importante papel de portão de controlo das migrações que projetam a Europa como destino final. Contudo, trata-se de um esforço de controlo das migrações que tem feito crescer as atenções perante as vulnerabilidades de um pequeno Estado insular, assim como em relação às ligações estabelecidas em particular com a CEDEAO.

**- Olhando os dados do DEF**

A questão que se coloca neste momento traduz-se na tentativa de perceber de que forma se joga a relação do quadro legal para a imigração em Cabo Verde e os números oficiais em termos da permissão de residência no país. Realçando a análise dos dados do Departamento de Estrangeiros e Fronteiras (DEF), sobre os titulares de autorizações de residência em Cabo Verde, percebemos que se trata apenas de uma parte do total da população imigrante em Cabo Verde. A tabela 13 apresenta-nos o número acumulado de pessoas de nacionalidade estrangeira com autorização de residência no país desde 1976 a 2008.

**Tabela 13 – Autorizações de residência em Cabo Verde em 2008, segundo a nacionalidade**

<b>Nacionalidade</b>	<b>Nº estrangeiros</b>	<b>%</b>
Total AR	6193	100.00
<b>Guiné-Bissau</b>	<b>1229</b>	<b>19.84</b>
Portugal	856	13.82
China	850	13.73
<b>Nigéria</b>	<b>710</b>	<b>11.46</b>
<b>Senegal</b>	<b>701</b>	<b>11.32</b>
Outros	1847	29.82

Fonte: Dados do Departamento de Estrangeiros e Fronteira, trabalhados pela IOM<sup>63</sup>

Tendo em conta estas informações, havia um total de 6193 pessoas com autorização de residência em Cabo Verde em 2008.<sup>64</sup> Deste total, 74% são do sexo masculino e cerca de 26% são do sexo feminino (*cf.* Carvalho, 2010). Também estes

<sup>63</sup> Carvalho, 2010.

<sup>64</sup> Ver mais adiante a tabela 14.

valores são apresentados considerando as principais nacionalidades representadas. Neste caso, os nacionais da Guiné-Bissau aparecem em primeiro lugar com um valor que se aproxima dos 20%, sendo os nacionais portugueses o segundo maior grupo com autorização de residência em Cabo Verde, com cerca de 14%. De seguida se encontram os chineses aproximando-se dos 14%, enquanto os nigerianos e os senegaleses apresentam um valor à volta dos 11%. Assim, estas cinco nacionalidades revelam um valor acumulado próximo dos 70% das autorizações de residência distribuídas ao longo do período em análise.

Como podemos ver, estes dados distinguem-se de um modo geral daqueles apresentados pelo INE. Indo, ainda, de encontro às informações obtidas no Boletim Oficial, o número de estrangeiros residentes em Cabo Verde em 2010 chegava a um total de 6688 e, deste total, 49,5% era de nacionalidade guineense (Guiné-Bissau).<sup>65</sup> Todavia, estes dados oficiais aqui apresentados revelam o problema que temos em mãos em relação ao atual fenómeno das migrações e evidência a clara discrepância entre o número de Autorizações de Residência em relação à dimensão geral da imigração em Cabo Verde.

Mais uma vez, se tentarmos usar os aspectos quantitativos na regulação dos fluxos migratórios para o arquipélago de Cabo Verde, encontraremos alguma ausência de dados estatísticos devidamente sistematizados. No entanto, recorrendo-nos aos dados do INE apresentados no relatório da Comissão Interministerial para o Estudo e Proposição das Bases da Política de Imigração (CIMI, 2010), torna-se possível fazer uma breve análise a partir dos dados coletados a partir de DEF.

---

<sup>65</sup> Boletim Oficial n.º 16, I SÉRIE de 26 de Abril de 2010.

**Tabela 14 – Emissão e processos pendentes de autorizações de residência entre 2000 a 2010, por nacionalidade e grupos continentais**

Nacionalidades	Emissão de autorizações de residência		Processos pendentes		Total	
	N	%	N	%	N	%
<b>África</b>	3876	53,2	2005	87,3	5881	61,4
<b>CEDEAO</b>	3663	50,3	1984	86,4	5647	58,9
<b>Benim</b>	8	0,1	0	0,0	8	0,1
<b>Burkina Faso</b>	5	0,1	0	0,0	5	0,1
<b>Costa do Marfim</b>	15	0,2	3	0,1	18	0,2
<b>Gâmbia</b>	38	0,5	12	0,5	50	0,5
<b>Gana</b>	124	1,7	20	0,9	144	1,5
<b>Guiné-Bissau</b>	1485	20,4	723	31,5	2208	23,0
<b>Guiné-Conacri</b>	99	1,4	95	4,1	194	2,0
<b>Libéria</b>	1	0,0	2	0,1	3	0,0
<b>Mali</b>	23	0,3	6	0,3	29	0,3
<b>Níger</b>		0,0		0,0		0,0
<b>Nigéria</b>	844	11,6	534	23,2	1378	14,4
<b>Senegal</b>	890	12,2	555	24,2	1445	15,1
<b>Serra Leoa</b>	112	1,5	32	1,4	144	1,5
<b>Togo</b>	19	0,3	2	0,1	21	0,2
<b>Outros África</b>	213	2,9	21	0,9	234	2,4
<b>Europa</b>	1915	26,3	179	7,8	2094	21,8
<b>América</b>	467	6,4	33	1,4	500	5,2
<b>China</b>	968	13,3	26	1,1	994	10,4
<b>Outros Ásia e Oceania</b>	59	0,8	54	2,4	113	1,2
<b>Total</b>	7287	100	2297	100	9584	100

Fonte: CIMI

De acordo com os dados apresentados na tabela 14, foram concedidas 7287 Autorizações de Residência num total de 9.584 pedidos. Das autorizações emitidas cerca de 50% foram atribuídas aos nacionais dos países-membros da CEDEAO. Contudo, se olharmos de novo para os dados fornecidos pelo INE (ver também *supra* tabela 13 e 14), encontramos uma diferença considerável em termos de presença em Cabo Verde de pessoas de outras nacionalidades. A comparação feita entre os dados provenientes destas duas instituições revelam que mais de 50% da população imigrante não se encontra em condição regular de residência em Cabo Verde.

Perante o quadro legal cabo-verdiano (Decreto n.º 6/97 de 5 de Maio) os estrangeiros devem cumprir a exigência de apresentação de prova dos meios de subsistência e económica para entrada no país. Entretanto, tem-se revelado evidências de bloqueio para uma boa parte de pessoas e uma certa contradição ou vazio na Lei dos Estrangeiros e do Código do Trabalho. Por exemplo, para se obter a permissão de estadia para além dos 90 dias é necessário um contrato de trabalho e, nesse caso, é preciso a Autorização de Residência a fim de ter esse contrato de trabalho. Por isso, muitos nacionais estrangeiros encontram-se presos num círculo vicioso que tem ditado a insegurança jurídica para uma grande percentagem da imigração em Cabo Verde. Portanto, são situações que têm limitado a sua integração quer no mercado de trabalho formal, bem como noutros espaços sociais no país.

Efetivamente, tais condições enfrentadas pelos grupos migrantes em Cabo Verde, particularmente a imigração de origem dos outros países-membros CEDEAO, acabam por reforçar os desafios e um conjunto de situações por resolver. Um desses desafios vai no sentido das condições de acolhimento das populações migrantes que poderão ser ainda deficitárias.<sup>66</sup> Atendendo à questão da melhor integração dos imigrantes em Cabo Verde, a coordenadora da Unidade de Coordenação de Imigração (UCI) afirma que, para que essa integração se faça de forma mais completa, “é preciso que a sociedade, o indivíduo e o próprio Estado estejam preparados para o acolhimento de culturas, histórias e de línguas diferentes”. Por outro lado, a percepção do aumento do fluxo migratório para o país tem impactado ao nível da regulação desses fluxos exprimindo a morosidade e alguma dificuldade por parte das instituições que, em geral, vão tentando reagir, a um passo bem mais lento, a toda essa dinâmica atual de circulação internacional de pessoas.

## **2. Estado, modernidade e geopolítica das migrações**

Como foi referido anteriormente, a imigração para Cabo Verde, embora não sendo um fenómeno novo, tem-se intensificado nas últimas décadas. Podemos dizer que até meados da década de 90 do século XX este tema manteve-se, em grande medida,

---

<sup>66</sup> A 27 de agosto de 2013 o jornal ExpressodasIlhas publicava no seu espaço virtual o seguinte tema: “Sociedade Cabo-verdiana não está preparada para receber imigrantes”. Acesso a 29 de agosto de 2013, disponível em <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/sociedade/item/39426-sociedade>.



ausente do discurso político e do discurso público. Contudo, o crescimento da imigração para as ilhas de Cabo Verde e o seu quadro geopolítico, em particular as suas relações estabelecidas com a União Europeia, são factores determinantes na politização da imigração no arquipélago. Verificamos algumas orientações nesse sentido através da publicação da Resolução n.º 16/2006 do Conselho de Ministros<sup>67</sup>, acolhendo a noção de Cabo Verde como um país de imigração. Quatro anos mais tarde, assume-se que a “imigração é uma realidade incontornável em Cabo Verde” e inclui-se um primeiro item sobre a política de imigração que se encontra no Decreto-Lei n.º 13/2010, de 26 de Abril, como havia *supra* indicado, para estabelecer um processo especial de regularização aos cidadãos originários da Guiné-Bissau, que se encontrem no território cabo-verdiano sem autorização legal de permanência.<sup>68</sup>

No tocante às dinâmicas de identidade nacional, de um modo ou de outro, o fenómeno migratório actual vem relançar o debate sobre a questão identitária. Trata-se de um momento de ressurgência de alguns factores que nos fazem reportar à história das relações de intermediação entre o arquipélago, a metrópole e os outrora chamados “Rios da Guiné”. Com efeito, acaba-se por representar uma condição diferenciada nas relações existentes em função dos grupos migrantes, de familiaridade ou de um olhar mais negativo (*cf.* Marcelino: 2011: 4), senão com indicações discriminatórias ao nível das relações laborais (Furtado, 2011) e socialmente designando de “mandjacos” aos migrantes que chegam dos países vizinhos da Costa Ocidental Africana (Rocha, 2009).

O imaginário de proximidade ao “centro” parece, neste contexto, lançar redefinições de pertença e de constituição do “outro”. Nesses parâmetros, esse “outro” revela, paradoxalmente, aqueles com quem Cabo Verde mantém ligações históricas, culturais, políticas, geográficas e até linguísticas, nomeadamente as outras populações vizinhas da Costa Ocidental Africana. De outro modo, o princípio de “morabeza”, sobejamente pronunciado na cultura musical e popular cabo-verdiana, pode apresentar-se reservada a um grupo seletivo de pessoas (*cf.* Marcelino, 2011), portanto, revelando-se um relativo nível de discriminação, dependendo de determinados grupos migrantes.

Mais uma vez o conceito de nação na perspectiva de uma “comunidade imaginada” (Anderson, 1983) ainda se prende aos horizontes de dinâmicas enraizadas historicamente em todo o seu processo de formação, e que atinge o seu clímax na

---

<sup>67</sup> Boletim Oficial, I Série, n.º 14, 22 de Maio de 2006.

<sup>68</sup> Boletim Oficial, I Série, n.º 16, *op. cit.* pp. 103.

Clareza, enquanto movimento que procura aprofundar a reflexão sobre a cabo-verdianidade.<sup>69</sup> Contudo, a formação desta noção apresenta, por um lado, alguma ambivalência em função dos seus contextos, enquanto sociedade escravocrata e de origens múltiplas até à concepção atual de uma nação global devido à sua diáspora. Por outro lado, aponta para a marca de uma consciência dual, para a forma como se foi constituindo uma ideologia vinculada essencialmente a partir de uma elite arquipelágica. Ambivalente porque, desde o início da colonização das ilhas de Cabo Verde, registou-se através de um conjunto de especificidades nas relações coloniais, enquanto agente intermediário da colonização portuguesa noutros espaços coloniais. E esse papel herdado do Estado colonial tende a persistir no cenário cabo-verdiano pós-independência (Varela, 2013). A singularidade da colonização das ilhas de Cabo Verde camufla uma série de contradições (Fernandes, 2006) tais como nas situações intermédias em que cabo-verdianos podiam encontrar-se (nem cidadãos portugueses nem indígenas africanos). Deste modo, acabou por favorecer a sua condição de agente intermediário nos outros espaços da colonização portuguesa. De todo modo, da maneira como se processou a configuração colonial no arquipélago, o contexto das relações estabelecidas no quadro de uma sociedade de origem escravocrata foi fundamental para influenciar a consciência e a cultura política cabo-verdiana ao longo de todo o processo colonial, e que tem os seus reflexos após a independência de Cabo Verde. A esse nível, Susano Costa (2011) apresenta a postura reivindicativa das múltiplas ancoragens identitárias, políticas e geográficas apregoadas a partir desse espaço insular. Este aspeto surge enquanto um recurso estratégico. Assim, o que se tem verificado mais recentemente, em termos das ações de política externa cabo-verdiana, tem sido uma maior atenção direcionada para a Europa e para os EUA, pretendendo realçar a noção de “parceria estratégica”, bem como reivindicando a sua “utilidade política” a nível internacional (*idem*: 113).<sup>70</sup>

---

<sup>69</sup> Sobre este tema reportamo-nos a trabalhos mais detalhados, *cf.*, entre outros, Anjos (2002), Fernandes, (2006), Duarte (1999), Brito-Semedo (2006).

<sup>70</sup> Ainda assim, é de referir a relevo da emigração na política externa cabo-verdiana, destacado noutros estudos, ver Cardoso (2008); Costa (2011; 2012).

### **- *Atuais desafios para um Estado Insular***

Convém realçar, mais uma vez, o facto de que nas últimas duas décadas tem-se verificado a aceleração de fluxos migratórios para o arquipélago, mas isso não se resume apenas a uma rota de “trânsito” mais facilitado rumo à Europa e à América do Norte. Também regista-se a continuidade de relações migratórias e que, em simultâneo a um conjunto de outros factores, nos últimos anos tem proporcionado o aumento dos fluxos para Cabo Verde. No entanto, assinala-se uma grande preocupação em torno das possibilidades de “trânsito” e um exacerbar das estratégias de controlo às potenciais migrações que partem deste “outro lado da linha” e que devem permanecer fora das “zonas civilizadas”, exterior à luz do pensamento abissal moderno (Santos, 2007). Este pensamento moderno ocidental, enquanto pensamento abissal, reproduz a distinção entre um lado (ocidental) da linha, conduzindo, conseqüentemente, à invisibilização ou tornando inexistente esse outro lado. Portanto, está-se a falar de uma forma de exclusão desse “outro”, anulando qualquer forma de compreensão dos fenómenos que fazem parte desse outro lado (*idem*). Assim, deparamo-nos perante uma reprodução de invisibilidades no modo como o padrão ocidental orienta um pensamento que continuamente vai impondo determinadas normas, impondo conceitos, nomeando e categorizando “outros”. Nesse paralelo, os referenciais às “migrações de trânsito” encaixam-se na lógica do controlo e numa perspectiva diretamente ligada às determinantes do direito moderno, que delimita aquilo que conta como legal e como ilegal, de acordo com o direito oficial do Estado, ou com o direito internacional (Santos, 2002). A meu ver, a plasticidade das fronteiras europeias e os padrões de controlo da imigração, em toda a orla costeira no norte e na costa ocidental do continente africano, adequa-se a esse marco cartográfico de divisão (fisicamente representado). Com efeito, cola-se muito mais facilmente à imagem do imigrante clandestino, em trânsito, um não-cidadão e o perigo da invasão estrangeira como potencialmente ameaçadora à integridade nacional. Entretanto, temos vindo a assistir, ao longo dos últimos séculos, a mecanismos que praticamente fazem deslocar pessoas mediante correntes de exclusão económica, social, política e cultural originada pelo capitalismo global. E, de facto, as políticas migratórias acabam por revelar-se numa das importantes variáveis que interagem na produção de tipos, canais e resultados diferenciados de migrações (Vertovec, 2007). E deve-se ter em conta o facto de persistentes discursos sobre África reconfigurarem uma noção do real sobre o continente, invisibilizando um conjunto de

outros aspetos das experiências quotidianas vividas nos seus vários contextos. Assim, convertendo-se num espaço ou num objeto de conhecimento, enquanto discurso sobre África (*cf.* Zobel, 2011).

Em Cabo Verde o panorama sobre as migrações apresenta-se numa aparente harmonia mas, na verdade, vamos assistindo algumas incoerências em função do rigor na contenção da imigração proveniente da região da África Ocidental (Pina Delgado 2013). Por exemplo, neste ponto percebemos de imediato algumas situações contraditórias: a) a falta de eficiência na concretização da renegociação da Livre Circulação no espaço da CEDEAO; b) as contrapartidas dadas à União Europeia na expectativa de manutenção das possibilidades de emigração (que, no entanto, se vislumbram cada vez mais ténues); c) uma imigração potencialmente descontrolada (nesta zona convertida num tampão migratório para lá do espaço da União Europeia). O elemento central que se apresenta aqui diz respeito à construção política fortemente relacionada ao crescimento e imposição de um regime de controlo e de segurança sobre as migrações por parte dos países ocidentais. Com efeito, tem-se assistido, nas últimas décadas, a um investimento crescente na proteção e patrulhamento das fronteiras externas, precavendo-se das migrações indesejadas. Este tem sido um dos pontos-chave da agenda de segurança quer por parte da União Europeia, quer por parte dos EUA. Daí a última cimeira Europa-África, realizada em Abril de 2014 se centrar em torno desta questão. Este aspeto vai condicionar diretamente todos os espaços para lá das fronteiras europeias ou dos EUA, influenciando assim a novos desafios nas zonas de bloqueio aos potenciais fluxos migratórios. Ao se estabelecer as categorias de “país de trânsito” e de “migrante em trânsito” o que se verifica, de facto, é a legitimação da pressão em persuadir os governantes desses países a colaborarem no sentido de filtragem desses fluxos migratórios, e na readmissão de migrantes irregulares interceptados.

Para além da apresentação da relativa estabilidade económica, social e política, que permitiu a atribuição a Cabo Verde do estatuto de “país de nível de desenvolvimento médio”, todo o quadro das relações e de política externa tem exercido um grande impacto no atual cenário das migrações e na vida de muitos migrantes em Cabo Verde. E fica, mais uma vez, claro que a maioria dos potenciais “migrantes de trânsito” não chega a materializar a ideia inicial de chegar à Europa ou aos EUA, passando por Cabo Verde. Podemos falar de algumas hipóteses de extensão e diversificação de rotas, chegando a Cabo Verde, em casos mais prováveis, via aérea, para uma segunda etapa do percurso via marítima até às ilhas canárias, ou via aérea

através de obtenção de documentação após algum tempo. Mas há todo um conjunto de barreiras e de controlo que mudam o destino desses projetos. Mesmo sabendo da possibilidade da existência dessa perspectiva, ou ela poderá formar-se com o passar do tempo; certo é que ninguém pode ficar confinado a um espaço onde as condições de sobrevivência se escasseiam, ou quando os sonhos deveriam fazer parte integrante de cada ser humano. Como resultado das condições presentes temos assistido ao crescimento do número daqueles que, sem as devidas condições de aquisição de autorização de residência (como vimos no capítulo anterior), vão ficando enclausurados nas categorias dos “ilegais” ou dos “clandestinos”.

### **- Cabo Verde e o quadro da *Parceria Especial para Mobilidade***

Segundo a abordagem que Franck Duvell (2006) faz sobre a imigração “ilegal” do continente africano com destino à Europa, o trânsito supõe uma pequena escala num primeiro país, em transição para o continente europeu. Privilegiando uma óptica de análise formal, obviamente, os Estados designados de “trânsito” têm sido chamados a participar, cada vez mais, ativamente na regulação e no controlo destes fluxos. Assim, têm sido dirigidas fortes ações de controlo de fluxos migratórios da região subsariana, por exemplo, através das *supra* citadas operações Hera e Nautilus, da Agência Europeia de Fronteiras Externas (Frontex), e o sistema Sea Horse, do Governo Espanhol. À luz dos acordos e parcerias estabelecidos com a União Europeia, Cabo Verde fica inserido neste quadro de participação na luta contra a “imigração ilegal”.<sup>71</sup> Fica aqui expresso um exemplo claro da evidente desterritorialização das fronteiras, através do controlo do espaço Schengen no combate aos fluxos migratórios a partir dos países de origem e de “trânsito”, ou através da coordenação de campos de acolhimento de imigrantes fora do espaço comunitário.

A elasticidade das fronteiras europeias para outras regiões, nomeadamente o mediterrâneo e a Costa Ocidental Africana leva a que, simultaneamente, se transfira uma boa parte das preocupações relativamente às questões que dizem respeito às migrações para essas regiões. Concretamente, o Estado cabo-verdiano, ao assinar

---

<sup>71</sup> Sobre a Parceria Especial Cabo Verde – União Europeia: Quadro Orientador para Implementação. Acesso a 04 de Abril de 2009, disponível em [http://www.governo.cv/documents/Parceria\\_especial\\_UE.pdf](http://www.governo.cv/documents/Parceria_especial_UE.pdf).

acordos de controlo e de segurança com instâncias europeias para vigiar a sua extensa Zona Económica Exclusiva assume a sua posição pragmática nesta matéria, bem como ao nível das estratégias de estreitamento das ligações com a Europa. Contudo, sujeita-se a se transformar num portão de ferro para as potenciais migrações africanas rumo ao continente europeu. Este facto obriga a ter em conta o acelerar do processo de implementação de uma política sobre migrações, coerente e complexa.

Evidencia-se a particularidade do facto de o arquipélago de Cabo Verde se enquadrar nos princípios e nas abordagens da União Europeia sobre os aspetos que dizem respeito à imigração. Particularmente pela pertinência da tentativa de aproximação e mobilização de linhas que suportem a manutenção da emigração cabo-verdiana. Entretanto, para o caso cabo-verdiano ainda é apresentada uma imagem muito turva sobre a facilitação de entrada dos seus nacionais no espaço Schengen. Para os representantes políticos cabo-verdianos, “O Acordo de facilitação de vistos representa para Cabo Verde um ganho efetivo no tocante à mobilidade dos seus cidadãos, não só em termos de acesso ao espaço Schengen, como também na facilitação que representa na atribuição dos vistos aos cidadãos cabo-verdianos que pretendam viajar para a União Europeia”.<sup>72</sup> Contudo, estas vantagens ainda estão longe de representar um facto palpável para a grande maioria dos nacionais cabo-verdianos. Pontualmente, o acordo de facilitação de vistos limita-se a um reduzido grupo de potenciais beneficiários, integrando uma pequena elite política, académica, económica ou cultural. Em contrapartida, para além de um conjunto de outros compromissos, Cabo Verde está envolvido na árdua tarefa do reforço no controlo da “imigração ilegal” africana para a Europa. Na base das parcerias entre o Estado de Cabo Verde com a União Europeia e vários dos seus países-membros visualizam-se alguns aspetos que poderão encarecer os desafios para o Estado cabo-verdiano, ou mesmo levantar um conjunto de riscos (Pina Delgado, 2013). Concretamente, algumas situações incomuns entram no quadro das possibilidades em Cabo Verde. Particularmente, porque é transposto para o espaço arquipelágico o campo de intensidade das batalhas no controlo da imigração.<sup>73</sup>

---

<sup>72</sup> Comunicado: Governo de Cabo Verde e a União Europeia concluíram recentemente a negociação de um acordo sobre a circulação de pessoas entre o nosso país e o Espaço Schengen’, Praia, Mirex, 9 de Abril de 2012, disponível em <http://www.mirex.gov.cv>, acedido a 14 de Julho de 2012. Ver também as posições do antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros, José Brito, na entrevista concedida a José Vicente Lopes a 1 de Abril de 2010, no *A Semana*, p. 17 e, mais recentemente, José Luís Rocha, numa entrevista ao *Expresso das Ilhas*, n. 561, 29 de Agosto de 2012, pp. 15-19.

<sup>73</sup> Sandro Mezzadra (2012: 16) sugere este conceito de “batalha” num sentido metafórico, e assim também o utilizo, mas enquadra veementemente o confronto e a luta pela realização e o sonho de participação na modernidade através da tentativa de entrada no espaço Schengen. Assim, as batalhas

Particularmente as questões relativamente aos acordos de readmissão com a União Europeia têm-se exibido controversas. O acordo de readmissão proposto por Bruxelas obriga os Estados não só a aceitar a repatriação dos seus nacionais, mas também de estrangeiros que tenham passado; presumivelmente tenham transitado no seu espaço físico, ou que tenham um direito de entrada no território nacional (*idem*). Assim, devido aos acordos estabelecidos com países como Portugal, Espanha, França e Estados Unidos, Cabo Verde sujeita-se a assumir a carga da readmissão de nacionais expulsos desses países. Apesar de a lei internacional impelir os Estados a aceitarem a repatriação dos seus nacionais expulsos de outros países, Cabo Verde apresenta-se também vinculado a um acordo de readmissão que abarca nacionais de Estados terceiros (*cf. idem*). Por outro lado, ainda integram neste pacote acordos de fiscalização conjunta de fronteiras, celebrados entre Cabo Verde e Portugal, Espanha e a Frontex, com o intuito de impedir a entrada, por via marítima, de imigrantes irregulares no território da União Europeia.

Portanto, numa tentativa de preservação das linhas de emigração cabo-verdiana para a Europa ou para os EUA, o Estado cabo-verdiano, mantendo a sua postura de pragmatismo da política externa (*cf. Costa, 2011*), vincula-se a uma suposta definição do seu estatuto relacional com a União Europeia e os seus membros (Pina Delgado, 2013). Perante tais condições e a presença das novas vagas de imigração que chegam ao arquipélago a partir dos outros países da CEDEAO, surgem situações denunciadas, por um lado, da capacidade do Estado em lidar com esta situação e, por outro lado, alguns receios e reações sociais. Por conseguinte, as possibilidades de adoção de políticas migratórias requerem que se leve em consideração e se encontre o ponto de equilíbrio neste arquipélago que apresenta esta “tríplice face” (*idem*), isto é, por se tratar de um país onde as migrações revelam as suas complexas dinâmicas conjugando a emigração, a imigração e os trânsitos. Ou melhor, como desde a sua génese se ditou, um natural espaço no Atlântico de constantes e ativas mobilidades humanas. Por outro lado, o enquadramento das suas atuais relações externas revela-se numa multiplicidade que encarrega o Estado cabo-verdiano a organizar um conjunto de respostas que coadunem com os mais recentes desafios.

---

intensificam-se objetivamente no confronto com o imperativo de controlo dos fluxos contrariado pelo mercado internacional do trabalho e pelas lógicas capitalistas à escala global.

### **3. Imigração, Estado-nação e os seus impasses: alguns sinais de alerta**

Os movimentos migratórios impelem constantemente os Estados a novas experiências e à reorganização do seu princípio de soberania. Mediante o entendimento prático de sedentarização, a ideia de Estado encontra-se imediatamente ligada à da circunscrição territorial, daí apresentar uma noção de fixação e homogeneização cultural de uma população num determinado território. Por esta via, assiste-se, cada vez mais, e de forma mais asseverada, a expressão da pertinência do controlo das pessoas que entram e que saem de um delimitado território nacional, como forma de preservação de uma determinada identidade imaginária (Anderson, 1983) e da sustentabilidade de um compromisso social ao nível nacional. Então, a fronteira institui uma verdadeira distância psicológica, cultural e simbólica entre as populações (Sindjoun, 2004: 7). Perante este cenário, a ideia das migrações entra em confronto com a noção de Estado, apresentando-se como prática patente de erosão da soberania territorial do Estado. É verdade que as migrações internacionais subvertem as normas dos Estados-nação ao revelarem brechas, a porosidade e a transgressão ao nível do controlo das fronteiras nacionais. Contudo, a relação que se estabelece neste campo onde se apresentam as figuras do migrante e do Estado é uma relação “dramática”. Como afirma Luc Sindjoun (2004: 9) a passagem pela fronteira revela a forma de um ritual de dramatização à saída ou à entrada de um determinado território nacional. Este cenário sempre revela situações antagónicas num perfeito jogo de poder: a) de um lado, a afirmação da soberania do Estado; b) do outro lado, a subjugação da pessoa que atravessa a fronteira. Esta forma moderna de relação que se impõe ao nível global, na prática, e como vimos no ponto anterior, tem constituído alguns Estados (periféricos) enquanto zonas tampão. Posso emprestar o termo de “agente intermediário” a Odair Varela (2013) como forma de definir a situação do Estado cabo-verdiano como um exemplo desta relação. Mais uma vez, a sua conexão geopolítica reestabelece um conjunto de idiosincrasias inerentes ao carácter de um país insular e que desde sempre participou nas relações políticas, económicas e culturais que ligaram o Atlântico.

Um conjunto de questões poderá estar relacionado a vários factores em que a sua exploração ganha pertinência. Neste momento elas surgem visualizando a participação do Estado cabo-verdiano nas mais atuais políticas europeias de controlo das migrações. De que forma estarão a influenciar comportamentos migratórios regionais e, em particular, uma presença mais acolhedora dos grupos migrantes em Cabo Verde? Tais



relações estarão a influenciar de alguma maneira formas de estereotipificação dos fluxos migratórios da África Ocidental em Cabo Verde e a sua associação a efeitos negativos? Estarão na agenda dos destaques dos *media* e das classes políticas? De que forma são desencadeadas ações que influenciam o todo social?

Tem-se tornado comum assistir-se à representação dos grupos migrantes vinculados a imagens de conflito, de violência, de pobreza ou mesmo de grupos sem uma intervenção ativa na política do país de residência. Devemos reconhecer que o simples facto de se apresentar esta discussão em torno das populações oriundas dos países vizinhos da Costa Ocidental Africana, por si, apresenta o peso de construções que dão cor e feição a um determinado corpo (expressa no sujeito migrante).

Cabo Verde, enquanto um Estado de Direito Democrático, tem por base a separação entre religião e o Estado, bem como abona o padrão pelo qual condena a discriminação de pessoas pela raça ou pela etnia. A Constituição da República de Cabo Verde assegura que “com exceção dos direitos políticos e dos deveres reservados constitucional ou legalmente aos cidadãos nacionais, os estrangeiros e apátridas que residem ou se encontrem no território nacional gozam dos mesmos direitos, liberdades e garantias e estão sujeitos aos mesmos deveres dos cidadãos cabo-verdianos”.<sup>74</sup> Contudo, existe uma tendente reconstrução da imagem relativamente aos grupos migrantes da Costa Africana que esboça a sua dificuldade de inserção no país, ou mesmo, relativamente aos grupos sociais que apresentam situações mais elevadas de privação, são associados a imagens de desorganização social, podendo reforçar a condição de espaços segregados, marginais e sem uma relação formal com o Estado.<sup>75</sup> Até porque nesses casos poderemos nos encontrar perante um conjunto de sujeitos enquadrados nas categorias de “ilegais” ou em “trânsito”, daí não haver nenhuma marca consubstancial com o princípio de Estado-nação. O cenário apresentado na foto 1 revela um dos exemplos mais marcantes sobre modos de segregação e de ausência de vínculos com o Estado. Consequentemente, todo um conjunto de modos de exclusão e de segregação fica muito mais saliente envolvendo o quotidiano das pessoas, deixando-as cada vez mais à margem deste princípio de relação com o Estado. Por outro lado, ficam facilitadas diversas condições do desenvolvimento da informalidade. O exemplo do

---

<sup>74</sup> Constituição da República de Cabo Verde, Art. 23, alínea 1.

<sup>75</sup> Veja-se as condições e o modo como socialmente é visto o bairro Boa Esperança (Barraca) em Sal Rei, ilha da Boa Vista, essencialmente povoado por migrantes, com um número impreciso de estrangeiros e, logo, visto como um problema social sério, perante um outro cenário completamente díspar e que se expressa na paradisíaca presença dos *resorts* que alimentam o turismo na ilha.

bairro da Boa Esperança, ironicamente e numa análise mais extremada, pode induzir a uma caracterização que se traduz numa “ilha” no interior de uma ilha. Isto é, um dos exemplos preocupantes de expressão de marginalização e de vulnerabilidade social.

**Foto 1 – Parte interior do bairro Boa Esperança, Sal Rei – Boa Vista**



- Fonte própria

Na análise feita por Boaventura de Sousa Santos (2006) a referência ao pressuposto do espaço-tempo nacional estatal, se define à obrigação política dos cidadãos perante o Estado e deste perante os cidadãos. Como o espaço-tempo nacional estatal está vinculado aos valores da cultura, os dispositivos identitários vão estabelecer o regime de pertença e legitimar as normas que referenciam as relações sociais confinadas no território nacional. Então, as fricções são reforçadas pela situação de segregação que legitima determinadas hierarquias sociais. Deste modo, pergunto de que forma a experiência da imigração se estará a refletir no espaço territorial cabo-verdiano? Enquanto país de emigração, muitos cabo-verdianos também foram e têm sido alvos de situações seletivas, como acontece, por exemplo, em vários bairros periféricos da Área Metropolitana de Lisboa (*cf.* Barbosa, 2011a; Barbosa e Ramos, 2008). A crítica central sobre tais experiências focaliza o modo como eventualmente se procura garantir bases essencialistas e generalizadoras nos casos de imigração, colocando-a em condição de

vulnerabilidade e podendo gerar a políticas ou reações menos abonatórias em relação à imigração.

Perante o contexto da livre circulação, os nacionais dos países-membros da CEDEAO e dos PALOP podem entrar livremente no território cabo-verdiano com direito a uma estadia de noventa dias. Entretanto, este facto tem levantado alguma preocupação com o argumento da dimensão demográfica do arquipélago perante um contexto populacional regional com centenas de milhões de pessoas.<sup>76</sup> Em particular porque se admite a hipótese de o número da população estrangeira em Cabo Verde tende a ser superior ao estipulado ou que tem havido um crescimento exponencial nos últimos anos, levando o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros a admitir que “Cabo Verde em pouco mais de uma década, passou de país de emigração para uma situação de país de trânsito de imigração”.<sup>77</sup> Mais um dos potenciais desafios vislumbra-se ao nível de preocupações reiteradas por vários atores cabo-verdianos e que expressam algum sentimento de rejeição. Como demonstra Aderanti Adepoju (2004), particularmente nos períodos de resseção económica, os estrangeiros são vistos como potenciais competidores no mercado de trabalho<sup>78</sup> ou são estigmatizados como criminosos, traficantes e perigosos.<sup>79</sup> Particularmente por se tratar de uma ideia generalizada de migrantes africanos, portanto, rotulados como indivíduos pobres e que chegam de contextos subdesenvolvidos. Com agravante, depreende-se que a imigração da Costa Ocidental Africana em Cabo Verde está ligada a certos contextos étnicos e religiosos (islamismo) que se diferem da realidade cabo-verdiana enquanto país cristão (Delgado, 2013) e de uma particularidade cultural mestiça (Anjos, 2000). Com efeito, vão surgindo especiais alertas, particularmente no que se refere ao islamismo<sup>80</sup> enquanto

---

<sup>76</sup> Encontramos numa publicação de 09 de Agosto de 2006, da Visão News, uma citação ao jornal ASemana Online a respeito do aumento do número de imigrantes da África Ocidental em Cabo Verde suscitando hipótese de solicitação da suspensão da cláusula que regula a livre circulação de pessoas e bens na comunidade, referindo-se ao Ministro da Administração Interna na altura ao admitir que “cabo-verdianos podem vir a ser minoria no arquipélago”. Acesso a 26 de novembro de 2012, disponível em [http://old.visaonews.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1938:%E2%80%9Ccaboverdianos-podem-vir-a-ser-minoria-no-arquip%C3%A9lago%E2%80%9D-%E2%80%93-ministro-j%C3%BAlio-correia&catid=71:cabo-verde&Itemid=124](http://old.visaonews.com/index.php?option=com_content&view=article&id=1938:%E2%80%9Ccaboverdianos-podem-vir-a-ser-minoria-no-arquip%C3%A9lago%E2%80%9D-%E2%80%93-ministro-j%C3%BAlio-correia&catid=71:cabo-verde&Itemid=124).

<sup>77</sup> Ver A Semana, n.º 960 de 20 de Novembro de 2010, acesso a 11 de outubro de 2011, disponível em [http://www.rtc.cv/index.php?paginas=21&id\\_cod=1681](http://www.rtc.cv/index.php?paginas=21&id_cod=1681).

<sup>78</sup> Ver A Nação, n.º 276 de 13 de Dezembro de 2012, “Artesanato cabo-verdiano face à concorrência da Costa Africana”, com queixas dos artesãos da ilha do Sal de haver concorrência desleal por parte dos senegaleses e nigerianos residentes em Cabo Verde.

<sup>79</sup> Expresso das ilhas, n.º 405 de 02 de Setembro de 2009, com destaque na manchete encontramos um artigo sobre a imigração em Santa Maria, ilha do Sal com título “assédio e insegurança ensombram turismo”.

<sup>80</sup> Dom Arlindo acusa o alerta sobre o avanço do islamismo em Cabo Verde, ver *A Semana Online*, 3 de Abril de 2012, acesso a 26 de novembro de 2012, disponível em

factor de risco para a ordem social e estabilidade cultural no país, ou à imigração da CEDEAO potencialmente associada a organizações criminosas.

O desenvolvimento contemporâneo dos discursos políticos passando para o espaço da discussão pública evidencia a natureza dos imaginários e desafios lançados pelas fronteiras. Os recentes discursos vibrantes contra o perigo muçulmano não soam a uma espécie de reafirmação de pureza ocidental contra um mundo “bárbaro” africano e muçulmano? Temos aqui bem presente um desafio de descolonialidade, impondo o compromisso de orientações pós-abissais (Santos, 2007), de modo a contrariar os factos retóricos apontando para os corpos dos sujeitos migrantes como objeto fora do lugar, subordinado a uma divisão internacional do trabalho e dos estímulos que a modernidade apresenta. Atentemos para o quanto de tirânico há na ausência de tolerância e de solidariedade. Pode parecer ironia mas a rejeição do islamismo depõe contra os princípios fundamentais do cristianismo e vice-versa.

**Foto 2 – Uma sexta-feira às 13h, comunidade islâmica no bairro Boa Esperança, Sal Rei – Boa Vista**



- Fonte própria

---

<http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article62854>. Ainda encontramos as seguintes notas, entre outras: No *A Nação*, n.º 219 de 07 de Novembro de 2011, “Tabligh Jamaat lança mais uma ofensiva”; *A Nação*, n.º 240 de 5 de Abril de 2012, “Organização islâmica radical ganha terreno em Cabo Verde”.

A relação que se visualiza em termos das abordagens que vão ganhando corpo em relação à imigração traduz-se nas estratégias que vão orientando a geopolítica atlântica. A demonstração da necessidade do controlo e da segurança relativamente à imigração ilegal, conduzidas pela União Europeia, inclui uma barreira que deve fazer frente ao islão imediatamente associada a práticas terroristas. A questão que se levanta perante este quadro é se não será esta uma forma de alienar as visões comuns de uma persistente mostra do passado colonial aplicado à contenção e controlo do movimento das pessoas. A presença do islão fica diretamente ligada aos fluxos migratórios subsaarianos, daí presos ao “mito da invasão” (de Haas, 2007) através do sul da Espanha, a ilha de Lampedusa ou pela costa das ilhas Canárias. Conforme o argumento de Pedro Marcelino (2011: 119), o carácter de trânsito das migrações no contexto da África Ocidental em Cabo Verde deve-se particularmente à proximidade deste arquipélago às ilhas Canárias. Todo este cenário apresenta-se no contexto nacional cabo-verdiano de forma complexa e criando uma dupla classificação: do “ilegal” e do “perigo”. Um dos grandes desafios se encontra no seio da implementação das notícias, dos comentários, da repetição e noções que vão conferindo substância e dando corpo ao imigrante-ilegal-muçulmano-terrorista. Como nos diz Cristiana Bastos (2009: 129), aqui o que se retrata é o ato físico da travessia, o seu carácter ilegal e, automaticamente, o seu estatuto de criminoso. Portanto, aqui não são os sonhos de quem migra, ou um conjunto complexo de outras razões que são retratados ou descritos. Daí, a pertinente argumentação metodológica presente no trabalho editado por Mohamed Berriane e Hein de Haas (2012) revela, para além da descentralização dos estudos sobre as migrações em África, o valor da captação da sua complexidade, dos seus desafios, das suas dinâmicas, mais que a simples empolgação do fenómeno do “trânsito”. Trata-se aqui, efetivamente, de um cruzamento de linhas que desmontam os discursos essencialistas e visões singulares dos fenómenos e das experiências das pessoas e dos povos. A vida das pessoas, neste caso exclusivo examinando as experiências dos povos africanos e os múltiplos factores que levam à migração, não se particulariza em simulacros criados e atribuídos às zonas periféricas não coincidentes ao espaço central da produção da modernidade ocidental.

O quadro acima apresentado envolve o Estado cabo-verdiano não somente perante o embaraço da responsabilidade da admissão e do acolhimento de pessoas que chegam de outras localidades, como da falta de capacidade em controlar o crescimento da situação do crescimento da população indocumentada no seu território. Colocando a

questão de forma mais abrangente, trata-se de enfrentar ao complexo dicotómico produzido no quadro da modernidade ocidental, e saber lidar com um conjunto de desafios contemporâneos. Estaremos a dar conta, evidentemente, de uma dificuldade crescente em garantir a estabilidade real da relação entre o “Estado” e o “cidadão” ao assistirmos o cenário contraditório de aumento do registo (ou não registo) de indocumentados no país. Veja-se que, para além disso, o colossal desafio de uma população crescente sem documentação pode fazer incidir na desvinculação das estruturas formais de governo e, em certos casos, subverter a deliberação dos agentes governamentais (Darshan Vigneswaran, 2012). Tenhamos em linha de conta que uma das principais causas da situação e do crescimento do número de pessoas sem documentação em Cabo Verde está na falta ou num indevido acesso à informação, nas dificuldades em reunir toda a documentação devida para a regularização da sua residência no país, ou mesmo nos modos, por vezes, menos propícios de atendimento a nacionais de outros países. Todo este cenário que pude presenciar e obter nos trabalhos de recolha de dados para este estudo conduz-nos a novos caminhos que problematizam todo um complexo de relações institucionais com as migrações neste espaço arquipelágico. Veja-se que para além de todo um enquadramento sobre possibilidades de reforço (policial) no controlo das migrações clandestinas, direta ou indiretamente estará a contribuir de forma a crescer os estereótipos em relação aos grupos migrantes. Mas também podemos colocar a questão noutros termos e problematizar a informalidade das migrações, quer ao nível da condicionante do mercado “informal”, como nos possíveis incentivos ao crescimento dos níveis de informalidade nas estruturas governamentais e na produção de documentos falsos. À medida que estas situações vão se despoletando os níveis de desconforto aumentam possibilitando sentimentos anti-imigrantes.

É preciso levar em consideração que os sucessivos fluxos internacionais de homens e mulheres traduzem o “imigrante”, num sentido pós-colonial, enquanto produto de uma construção peculiar que tem sido fundamentado em torno da ideia de identidade nacional (Sayyid, 2006). Com efeito, verifica-se simultaneamente um impacto ao nível das apreciações estéticas e das categorias de apreensão da diferença como categorizações que amalgamam realidades heterogéneas, num quadro que visiona a “marginalização das populações estrangeiras” (Seabra, 2005). Um exemplo muito concreto da realidade que se vive nas ilhas de Cabo Verde, a alteração da designação “mandjaco” para “amigo”, que se veio presenciando entre as populações das ilhas,

parecem reproduzir outros contextos através da indução da “culturalização das diferenças” (Vermeulen, 2001), como acontece em Portugal através da utilização da designação “africanos” (Marques, 2006: 306-308). Neste sentido, é possível recorrer à ilustração de Dhooleka Raj (2003) quando aponta para a reinscrição do imigrante em identificações fixadas no tempo e no espaço, levantando interrogações sobre a noção de “pertença” quando ela assume a alteridade enquanto evidência do retorno futuro. Nesses termos, as expressões “mandjaco” ou “amigo”, mais do que identificar alguém de modo diferencial em termos étnicos ou raciais, marcam a pessoa, enquanto imigrante, um estrangeiro, alguém de outro lugar. A alusão a Dhooleka Raj é pertinente, no sentido em que parece: i) afirmar, mesmo que de modo inconsciente, “és do continente” (África), induzindo ideias ligadas à categoria da nacionalidade como língua, religião, território e sangue que se confrontam com a dualidade pertença/integração; ii) e, possivelmente, questionar “até quando ficas cá?” Outrossim, a trajetória de muitos migrantes em Cabo Verde demonstram precisamente uma relativa dificuldade de entrosamento social.

Contudo, as conexões transnacionais suscitam novas formas de concepção do quotidiano (Appadurai, 1996), e questionam o sentido de lugar por meio dos “interstícios de identificação” (Raj, 2003: 206). No contexto dos migrantes em Cabo Verde, que relações são estabelecidas com o local de origem a partir deste ponto? E como são estabelecidos? Muitos poderão encontrar-se perante uma condição hostil, provavelmente querendo partir para outros destinos e refazer os seus projetos, mas vendo essa hipótese esvair-se e, simultaneamente, perante a impossibilidade de regresso. Mas não podemos deixar de lado todo um conjunto de elementos que contribuíram para a constituição de histórias que se desenrolaram e desenrolam à margem de leituras dominantes. Isto é, teremos lugar para vislumbrar outras histórias que se desenrolam e que, sem dúvida, também farão parte da realidade cabo-verdiana. A dinâmica dos espaços urbanos nas principais ilhas de maior concentração de população migrante em Cabo Verde constitui um bom exemplo do modo como esta parte da população tem contribuído, dando novas dinâmicas nos últimos trinta anos, particularmente, aos níveis social, cultural e económico. Entretanto, muitos elementos dessa realidade acabam por ficar à sombra, desenraizados, errantes, sem reconhecimento de qualquer pertença em terra estrangeira. Reproduzem-se os cenários de outros contextos, inclusive da emigração cabo-verdiana. Situações de uma parte consideráveis de pessoas sem o devido reconhecimento das suas referências. Quando muito são vistas meramente como “estrangeiras” ou rotuladas como “clandestinas”,

“ilegais”, “em trânsito”, o que reforça o paradigma da exclusão política e social. Por conseguinte, ficam facilitadas as linhas de exploração de mão-de-obra estrangeira pela vulnerabilidade que carregam e um conjunto de outros problemas emergentes dessa situação.

#### **4. Trânsito bloqueado ou projetos desconhecidos?**

Como vimos no ponto 4 do capítulo I, a questão das “migrações de trânsito” vem recentemente atraindo grande atenção, da parte de académicos e de políticos. Mas este fenómeno levanta um conjunto de problemas quando abordado de uma perspectiva unilateral, ocultando possibilidades de compreensão relevante de padrões que impulsionam determinadas dinâmicas migratórias. Particularmente, este ponto vem no sentido demonstrativo de que o contexto arquipelágico cabo-verdiano merece ser visto em múltiplas perspetivas que ancorem experiências várias que podem fazer cair o molde do trânsito enquanto categoria enraizada no paradigma de controlo das migrações africanas rumo à Europa. A história da relação colonial, bem como da emigração cabo-verdiana demonstraram a complexidade dos trânsitos noutros pontos da África, da Europa ou mesmo das Américas. No contexto atual, deparamo-nos perante novas situações. Pedro Marcelino (2011), no seu estudo, “The New Migration Paradigm of Transitional African Spaces”, examina o papel do arquipélago de Cabo Verde como um ponto de escala na rota dos africanos que chegam do continente em direção à Europa. Entretanto, medidas de políticas de imigração da União Europeia cada vez mais rígidas têm bloqueado potenciais imigrantes de chegarem à Europa e, por conseguinte, acabam por alongar o seu tempo de escala em Cabo Verde. Perante tal ansiedade por parte dos Estados no que se refere às políticas de imigração e ao controlo e seleção de migrantes, tem suscitado situações em que muitas pessoas acabam por planear rotas informais no cruzamento de fronteiras. Com efeito, intensificam-se os desafios políticos e sociais nos países receptores no que diz respeito aos diálogos e à compreensão dos fenómenos migratórios.

A relação mais dramática e que confronta diretamente com a condição humana expressa-se no termo “barça ou barzakh”, que tem-se traduzido literalmente em “Barcelona ou morte”. Distintamente aqui encontra-se o espelho daquilo que é a disparidade desenvolvida ao nível global e que obriga a ações extremas, colocando



vidas em risco; vidas fugindo da “morte”. Aplicação atribuída à imigração clandestina vislumbra o sonho do “*el dorado*” europeu, procurando simplesmente abandonar o fado que espezinha uma boa parte das populações africanas, pelas condições que lhes são expostas no dia-a-dia. Contudo, são jovens que se arriscam a reivindicar o direito de um trabalho, de educação, do conforto que a modernidade exhibe, procurando ter acesso ou concretizar um conjunto diverso de sonhos. Por isso, não podemos deixar de ler esta expressão enquanto uma denúncia às barreiras que limitam a concretização desses sonhos ou que obstam a simples condição natural humana: viver. Algumas ideias não podem deixar de ser mencionadas uma vez que dão lugar a vidas expostas ao risco e o peso da relação à escala global. Somos consumidores do mundo (Appadurai, 1996), ao nível do emprego, de referências culturais, dos valores, configurados por lógicas planetárias. Muito claramente se destacam as condições objetivas que impulsionam a origem de determinadas decisões migratórias como são os casos de projetos de trânsito, que poderão estar profundamente marcados por condições de privação material, simbólica, por dinâmicas de exclusão, por processos de exploração ou por situações de instabilidade política e de dominação social. Trata-se de uma mera reação de “fuga” (Mezzadra, 2012) a impactos dramáticos, instáveis e contraditórios que fazem imperar sobre suas vidas. A turbulência se dá no ponto de intersecção entre os movimentos migratórios determinados pela instância da liberdade e o peremptório controlo das fronteiras nacionais. Contudo, esta reação de confronto pode evidentemente representar-se enquanto ação revolucionária e crítica ao sistema capitalista global, procurando contornar as políticas do controlo de mobilidade da população e do trabalho. Procuram contornar fronteiras fortificadas num quadro contraditório entre perspetivas globais que parecem ameaçar integridades pessoais e possibilidades autónomas de projeção e criatividade em direção ao futuro (Wieviorka, 2010: 9).

Devido a diversos fatores e a aspetos ligados a um certo nível de inserção no contexto do desenvolvimento da economia global, por exemplo, o crescimento do investimento no turismo nas ilhas, um número maior de migrantes dos países da Costa Ocidental Africana tem chegado a Cabo Verde, um país tipicamente reconhecido por sua longa história de emigração. É certo que alguns desses imigrantes têm permanecido no arquipélago, na expectativa de uma oportunidade certa para migrar para a Europa. No entanto, devido às restrições e ao controlo das fronteiras europeias, cada vez mais asseverado, o país tornou-se para alguns desses migrantes num destino involuntário, assinalando um fim na jornada migratória inicialmente programada. Por isso, num

contexto marcado pela existência de milhares de imigrantes, podemos afirmar que Cabo Verde também deve ser considerado como um destino com uma natureza relativamente permanente (Barbosa, 2011b). Até porque se trata de um destino migratório com diversas origens. Assim, as migrações para este país revelam-se significativamente complexas, por isso, é redutora a apresentação de abordagens meramente centralizadas na exclusividade do trânsito migratório.

Vejamos a situação de Baio, um ex-comerciante na Guiné-Bissau que, perante a condição da guerra, viu tudo aquilo que tinha construído a “desvair-se”. Perante estas condições, Baio reuniu os recursos que possuía e projetou um percurso de emigração (“clandestina”) para a Europa, via Cabo Verde. Acontece que chegado a Cabo Verde todo o plano desmoronou-se e o destino à Europa tornou-se numa miragem a desvanecer-se. Como bem refere este migrante que acabou por optar por se fixar em Mindelo, “un odja cusas dja ka straga” – referindo-se ao seu plano inicial de chegar à Europa.<sup>81</sup> Este é um exemplo entre muitos que, após chegada a Cabo Verde, permanecem neste país por largos anos, alguns transitando entre as ilhas com pequenas vendas que vão dando o seu sustento, ou conseguindo enquadrar-se profissionalmente, outros fazendo desenvolver práticas comerciais que chegam a ganhar uma dimensão transnacional. O que temos aqui é provavelmente um espaço que se constitui numa prisão aberta para aqueles menos afortunados, sem autorização de residência e sem condições financeiras de regresso ou casos em que a ideia do regresso já não se coloca. Para outros, vidas que assistiram outros rumos, criando ligações fortes e pragmáticas nestas ilhas do Atlântico, e agora começamos a assistir a chegada dos seus familiares e outros conterrâneos.

Se atendermos para os dados estatísticos do último Censo da população em Cabo Verde em 2010 constatamos que neste ano houve um número considerável de pessoas de outras nacionalidades, que entraram no território cabo-verdiano mas, sem dúvida, com valores acumulados consideráveis acima dos dois anos de permanência da população de nacionalidade estrangeira no país. Em 2010 mais de metade da população de nacionalidade estrangeira encontrava-se no país há mais de cinco anos. Centremos a nossa atenção para o caso específico dos países da CEDEAO, para verificarmos que esta tendência mantém-se. Embora não devamos ficar limitados a esses dados estatísticos, no

---

<sup>81</sup> “un odja cusas dja ka straga” / “vi tudo a estragar”. Em conversa na cidade do Mindelo a 05 de Abril de 2012. Baio veio pela primeira vez a Cabo Verde na altura de 1998/1999. Após dois anos voltou para a Guiné, esteve uns tempos em Angola e desde 2009 reside na cidade do Mindelo, ilha de São Vicente.

entanto, os dados da tabela 15 dão-nos indícios da complexidade dos planos e das experiências migratórias em Cabo Verde. Até possibilita anotações contrárias aos possíveis projetos de trânsito migratório, particularmente pela dimensão temporal que apresenta.

**Tabela 15 – Tempo de permanência de nacionais estrangeiros em Cabo Verde**

	<b>Menos de 1 ano</b>	<b>1 ano</b>	<b>2 anos</b>	<b>3 anos</b>	<b>4 anos</b>	<b>5 anos</b>	<b>6 a 10 anos</b>	<b>11 anos ou +</b>
<b>TOTAL</b>	1854	1908	2240	1495	978	853	2027	1245
<b>África</b>	1185	1498	1747	1140	734	645	1404	916
<b>CEDEAO</b>	1051	1373	1658	1056	678	602	1278	340
Benim	2	4	1	0	1	0	5	2
Burkina Faso	3	1	1	0	1	0	1	0
Costa do Marfim	6	1	3	2	1	1	6	2
Gâmbia	16	19	12	4	14	7	10	4
Gana	3	7	9	14	7	5	9	9
Guiné-Bissau	608	936	1187	739	376	344	739	201
Guiné-Conacri	59	57	96	38	35	46	81	11
Libéria	0	1	0	0	0	0	1	1
Mali	4	3	4	5	1	1	3	4
Níger	1	0	0	0	0	0	0	0
Nigéria	101	87	93	94	79	52	113	44
Senegal	221	238	217	148	150	141	281	56
Serra Leoa	19	17	28	11	12	5	23	6
Togo	8	2	7	1	1	0	6	0
<b>PALOP - S/GB</b>	96	93	58	55	38	22	68	536
Angola	25	10	18	18	15	3	33	214
Moçambique	15	0	3	2	0	1	0	3
São Tomé e Príncipe	56	83	37	35	23	18	35	319
<b>Outros África</b>	38	32	31	29	18	21	58	40
<b>América (N/C&amp;S)</b>	220	93	135	59	46	40	102	62
Brasil	95	40	40	20	16	11	34	24
Cuba	14	7	23	7	2	9	15	9
EUA	70	29	44	20	15	10	27	13
<b>Outros América</b>	41	17	28	12	13	10	26	16
<b>Ásia</b>	66	49	68	62	43	47	95	18
China	44	41	62	57	38	41	91	14
<b>Outros Ásia</b>	22	8	6	5	5	6	4	4
<b>Europa</b>	380	268	288	230	155	121	423	246
Alemanha	6	2	12	8	6	4	19	13
Espanha	29	17	30	12	6	12	28	7
França	25	31	39	19	17	9	45	15
Itália	61	42	45	22	36	48	107	53
Portugal	220	155	113	135	67	36	196	121
Reino Unido	8	5	22	10	9	0	1	0
<b>Outros Europa</b>	31	16	27	24	14	12	27	37
<b>Oceania</b>	3	0	2	4	0	0	3	3

Fonte: INE, Censo de 2010

No bairro Boa Esperança em Sal Rei, ilha da Boa Vista, espelha de forma visível e o exemplo mais evidente do reflexo depreciativo que a noção de “trânsito” pode trazer. É a tradução física e a incorporada na figura do “*alien*”, do estranho nos confins da cidadania, fechados num quadrado de segregação espacial, social e política. Por um lado, é notória a separação física do bairro aos outros espaços de Sal Rei. Por outro, regista-se, para além da ausência de estruturas de organização urbanística e as parcas condições de habitabilidade, o nível de informalidade enquanto um dos fortes factores que imperam nesse espaço.

**Foto 3 – Parte interior do Bairro da Boa Esperança**



Fonte própria

A presença de migrantes ali tem a ver particularmente com a procura de mão-de-obra para a construção das grandes estruturas hoteleiras, um momento de oportunidade de emprego. Atualmente assiste-se a uma quebra de investimentos e consequentemente um aumento considerável da população do bairro no desemprego. Assim, é óbvio aparecer um novo cenário potencializador de projeções para a re-emigração. Acontece que esses projetos não se realizam para uma grande parte, condicionando situações de maior privação e precariedade no local. As mulheres que chegaram um pouco mais tarde têm tido um papel importante na minimização de algumas situações mais dramáticas. Vão garantindo algum sustento a partir dos salários ganhos nos hotéis ou

dos negócios criados no bairro como cabeleireiras, pequenas mercearias, venda de peças de vestuário, etc. Desta forma elas vão garantindo linhas de solidariedade e o suporte de sustentabilidade traduzindo, de forma evidente, a expressão frequentemente pronunciada entre os habitantes do bairro de “está na luta pa vida”.<sup>82</sup>

Mas é interessante notar que mediante condições visivelmente inóspitas à imigração o elemento criativo se joga com o senso de oportunidade, e do pouco, numa relação material, que a ilha poderia dar a alguém que chega, pode se transformar em possibilidade. Percorramos até a pequena aldeia de Povoação Velha, mais a sul da ilha da Boa Vista. Ali vamos encontrar não somente um reflexo daquilo que acontece por todo o arquipélago, a circulação das populações migrantes, e a fixação de pessoas que chegam de outros países.

**Foto 4 – Loja de artesanato em Povoação Velha, ilha da Boa Vista**



Fonte própria

Neste caso, trata-se concretamente da percepção referente a mais um dos circuitos turísticos na ilha, a caminho da praia de Santa Mónica – dita a mais visitada pelos turistas europeus. Portanto, uma possibilidade de dinamização económica. Nas poucas ruas da pequena Povoação Velha vamos muito facilmente encontrar lojas de

---

<sup>82</sup> “Estar a lutar pela vida”.

*souvenir*, residência e *atelier* de artesanato (pinturas, quadros de areia, bonecos de madeira...) produzido por senegaleses que ali se fixaram.

Este exemplo, que apresenta uma relação fortemente global, corta radicalmente com afirmações essencialistas, ou que farão construir uma noção virada para as migrações de trânsito, clandestinas e com um foco exclusivo em pisar o solo europeu. Falamos de projetos que vão sendo construídos e que também podem ser encontrados bem lá nos recônditos das ilhas de Cabo Verde. Projetos desconhecidos, casos exemplares, outras histórias que denunciam as generalizações fixas nos modos como as complexas dinâmicas migratórias poderão ser padronizadas e definidas.

## 5. Conclusão

O que se tem verificado em termos das relações da Europa com outros lugares do mundo acaba por justificar que o seu presente caracteriza uma construção histórica colocando em cena essas relações e que, como refere Seeley (1883: 9-13 *apud* Mezzadra, 2012: 125), a sua história tenha decorrido noutros lugares. Na verdade, comprova-se que a presença africana neste cenário não é um facto novo, mas representa parte daquilo que Paul Gilroy (1993) designa de uma constelação do “Atlântico Negro”. Contudo, estamos perante a experiência colonial que terá favorecido a constituição de uma identidade europeia e ocidental comum, através de um projeto colonial que produziu efeitos relevantes em termos epistemológicos (Said, 1978; Grosfogel, 2006; Maldonado-Torres, 2006). Não será por isso o facto de se persistir em referências e categorias que se apresentam neutras (*cf.* Jerónimo e Neves, 2012)? Esse processo não deixou de ter implicações na história do colonialismo ocidental (Amselle e M’Bokolo, 2014). Hoje, como no caso da utilização do termo “etnia”, frequentemente, é aplicada à definição de identidades aos imigrantes no ocidente, que acaba por se generalizar a outros contextos.<sup>83</sup> Estamos a falar da construção de adjetivos que podem, inclusive, induzir à persistência de modos de colonialismo, o que faz levantar um conjunto de abordagens extremamente pertinentes ao nível das ciências sociais, tais como o da

---

<sup>83</sup> A esse propósito ver por exemplo o texto “Racismo, etnicidade e nacionalismo” de João Filipe Marques (2001), também a tese de mestrado de Eufémia Rocha (2009), “Mandjacos são todos os africanos, todas as gentes pretas que vêm de África: xenofobia e racismo em Cabo Verde”.

ecologia de saberes (Santos, 2007), ou o pensamento de fronteira (Grosfogel, 2008), entre outros.

Por outro lado, o que se assiste hoje em dia, e aquilo que, de certo modo, conduziu à discussão presente neste capítulo é o fechamento do Ocidente em relação às migrações e à assimetria “cidadão” “não cidadão”. Essas assimetrias podem ser consideradas como formas de reprodução de lógicas coloniais e de dominação espacial. Vêm, conseqüentemente, acompanhando historicamente a construção do liberalismo enquanto sistema de pensamento hegemônico na modernidade (Cole, 2000: 192). Também revela-se no peso das determinações presentes nas políticas europeias em relação à imigração (Balibar, 2004).

Aquilo que procuro apresentar tem a ver com o modo como as pessoas falam e agem em nome próprio, numa proposta de sentido biográfico, o que implica um conjunto de categorias criadas em torno delas. Quando muito, falando através dos seus percursos migratórios. Em menção ao antropólogo James Clifford (1988: 18), torna-se difícil manter as pessoas nos seus lugares, uma vez que para elas é tão importante reavivar oportunidades de entrar na carruagem da modernidade, realizando projetos de vida bem distintos uns dos outros. E desta forma construiu-se a imagem desigual através da definição geopolítica de “trânsito”. Isto quer dizer que há pessoas que, consideradas como estando “fora do lugar”, e através desta retórica do “trânsito”, acabam por ser incluídas na categoria do “clandestino”. Então, a intensão latente é relocalizá-las, submetendo-as a espaços sociais, culturais e territoriais não ocidentais. Mas a sugestão que percursos migratórios diferentes apresentam são construções de histórias e trajetórias que vão ligando pontos e contextos sociais diferentes, ganhando uma dimensão transnacional, como veremos nos pontos que se seguem no próximo capítulo.



## **Capítulo V**

### **Histórias cruzadas: laços transnacionais, religiosidade e família**



## **1. Vidas dirigidas para um espaço de interseção transnacional**

Para a análise sobre práticas transnacionais é fundamental reconhecer o modo como o sistema capitalista global acaba por confinar as sociedades entre si (Glick Schiller *et al.*, 1999). Tal relação se assenta na lógica dos fluxos migratórios expostos no sentido das periferias para o centro do sistema-mundo. Elizabeth Petras (1981) aponta, como modalidades distintas dessa circulação, as transferências coercivas, os movimentos de colonização, as transplantações de grupos de trabalhadores e a exportação e importação de reservas de trabalho. Assim se destaca um mercado global de trabalho altamente regulado (Petras, 1981) e onde, geralmente, os Estados centrais têm maior poder de regulamentação e de permeabilidade das suas fronteiras. Esta lógica de relação centro/periferia favorece, no destino, a segmentação do mercado de trabalho (*c.f.* Baganha, 2000; 2001) muito centrada na constituição do estatuto jurídico estabelecido dos Estados nacionais.

Contudo, cada vez mais vem se colocando a discussão sobre uma certa fragilidade, ou a narrativa de reorganização do imaginário nacional, das divergências e da erosão das fronteiras dos Estados-Nação (Westwood, 2000). A experiência atual da circulação de pessoas no arquipélago de Cabo Verde, de certo modo, revela a existência de tensões e de contradições entre o mundo de economia globalizada e a persistência no

controlo dos movimentos migratórios. Nesse sentido, tais contradições conferem uma dimensão de exclusão num duplo sentido: a) globalização/ modernidade; b) as atribuições determinadas pelo Estado que resumem a posição de um sujeito à relação dicotómica: ou “cidadão” ou “estrangeiro”.

Entretanto, elos criados e que constituem contactos múltiplos possibilitam a valorização do sujeito num processo de realização pessoal e de uma certa autonomia ao resistir e contrariar as normas de categorização e condições circunscritas a determinados grupos sociais. Trata-se, em primeiro lugar, de uma condição defensiva e de luta pela sobrevivência face a pressões económicas, à cultura de consumo ou mesmo ao comunitarismo. Em segundo lugar, representa-se como sujeito de ação, em condições suficientes de construir uma experiência pessoal. O que é de realçar aqui é que não se trata de uma exterioridade em relação à vida social, mas sim, a revelação, como afirma Michel Wieviorka (2010: 28) da “capacidade do sujeito em participar na vida moderna operando escolhas, tomando decisões, sendo responsável pelos seus atos”. Estas duas noções sobre o sujeito revelam precisamente a pertinência de se pensar o social a partir de experiências pessoais que demonstram o desejo de participar no mundo contemporâneo, de ter acesso ao dinheiro, ao trabalho, à educação, à saúde, à segurança, de participar no mercado de consumo, enfim, de construir as suas vidas à luz das expectativas criadas sobre cada indivíduo. Fala-se aqui da pessoa, enquanto construtora da sua trajetória e, com isso, fazendo parte do lugar onde se encontra ou por onde circula. Mesmo que em muitos casos possamos encontrar afirmações, como a de Cheikh, um jovem senegalês residente na cidade do Mindelo em São Vicente, no sentido de migrar como forma de superar na vida, e “quando regressar de férias eu possa levar o melhor presente para o meu pai”.<sup>84</sup> A síntese que fazemos desta afirmação simboliza a migração como um facto de melhoria das condições de vida, seguindo os percursos e as dinâmicas da economia global, não perdendo a relação com apoiar a família na origem. Torna-se muito comum o facto desta relação se manter também através das remessas de apoio à família na origem. Contudo, há também um enraizamento no local de destino, e regista-se pelo facto da relação ao espaço onde os projetos possam ser construídos. Em conversa com Barick, um nigeriano residente em São Vicente há mais de 10 anos, obtive o seguinte relato que revela uma percepção interessada em integrar-se num contexto mais vasto das dinâmicas globais:

---

<sup>84</sup> Cheikh (2012) Mindelo: 11 de abril.

“Já tinha estado na Praia em 1995 e lá fiquei cerca de 3 meses antes de seguir para Suíça. Depois regresssei para a Nigéria e de lá vim para Cabo Verde para iniciar o meu negócio em 2002 com um *cybergames*. [...] Eu já tinha o meu investimento na Nigéria. O problema é que lá, se não tens muito dinheiro o teu investimento é zero. Depende daquilo onde estás a investir. E lá, pensando numa coisa como este *cyber*, não tinha muitos meios como ir adiante. [...] Na Nigéria há muita competição. Na Europa as coisas correm muito depressa, enquanto na Nigéria as coisas são mais lentas. Por isso, comecei a pensar em que país africano poderia investir o meu dinheiro. Assim, resolvi vir para Cabo Verde.” E conclui mais adiante: “Qualquer lugar onde bô ta pô cabeça, lá é bô casa” (em qualquer lugar onde colocas a cabeça, lá é a tua casa).<sup>85</sup>

É nesse tipo de pragmatismo que se insere a afirmação de um outro nigeriano, comerciante residente há mais de vinte anos na cidade do Mindelo: “a minha casa é onde me sinto feliz”. Uma tradução imediata a respeito dessa afirmação corresponderá, sem dúvida, a um nível positivo de realização que vai para além da sujeição e da fidelidade exclusiva a um determinado Estado-nacional. A propósito, Arjun Appadurai (1996), referindo-se aos rápidos fluxos de imagens dos *mass-media*, sustenta a ideia de uma certa quebra do monopólio e da autonomia dos Estados-Nação. A complexidade das relações individuais, o interesse e as aspirações pessoais estarão a constituir uma inversão a normas de dependência ou de lealdade exclusiva a um Estado-Nação. Este fenómeno, alimentado pela dinâmica da globalização, tem por isso um potencial de crescimento que oferece várias alternativas às iniciativas individuais ou coletivas.

Neste ponto quero demonstrar, de um modo mais direto, a forma como várias pessoas são protagonistas de um conjunto de relações, aproveitando determinadas situações e construindo experiências quotidianas. Neste caso, o arquipélago de Cabo Verde, enquanto um dos palcos de vida dessas pessoas, vai servir-se como um arquipélago de interseção transnacional. Está-se a apresentar, concretamente, alguns aspetos que têm a ver com a construção de laços que sustentam práticas económicas, sociais e culturais, por parte de migrantes da Costa Ocidental Africana que residem em Cabo Verde.

---

<sup>85</sup> Barick (2012) Mindelo: 13 de abril.

Para compreendermos melhor esta noção em torno do arquipélago, enquanto espaço onde sujeitos migrantes estrategicamente o vão reafirmando como um contexto de interseção transnacional, importa destacarmos alguns elementos fundamentais:

a) A construção de uma prática de circulação relativamente frequente. É importante mencionar que se trata de um grupo específico de migrantes que se fixam (relativamente) num espaço – neste caso concreto numa das ilhas de Cabo Verde – mas as suas atividades exigem uma flexibilidade na mobilidade, na circulação a outros pontos do país e do mundo. Concretamente, o desenvolvimento das suas atividades se encontra numa dependência direta com a procura de oportunidades oferecidas no quadro da economia global. Por isso, a criação de laços a várias localidades torna-se essencial.

b) A existência de diversos pontos que se cruzam com o arquipélago de Cabo Verde. Assim, para aqueles que passam a fazer parte dessas redes acabam por se enquadrar numa constante rotina de circulação entre os vários pontos de conexão. Por vezes, são portadores de dupla nacionalidade, logo as fronteiras internacionais começam a perder alguma relevância perante a dinâmica das relações económicas e pessoais estabelecidas.

c) A existência de uma rede de contatos nos vários pontos, a captação de um conjunto de estratégias, um saber “rabidar”, um conjunto de mecanismos e de possibilidades oferecidas e apropriadas nesses vários pontos. Migrantes de origem de vários países da Costa Ocidental Africana, após algum período em Cabo Verde, têm-se juntado à atividades exercidas por um grupo de comerciantes, composto, sobretudo, por mulheres, as *rabidantes*<sup>86</sup>, destacadas em outros estudos (Marques *et al.*, 2001; Grassi, 2003). Circulam num espaço constituído por uma rede transnacional,

---

<sup>86</sup> “Designação que em Cabo Verde é atribuída, normalmente, a mulheres e homens que fazem negócios no espaço de mercado transnacional. São atores que circulam frequentemente entre os vários países onde se encontra, geralmente, um grupo de cabo-verdianos residindo, estabelecendo uma circulação de produtos tradicionais de Cabo Verde e mercadorias entre o arquipélago a esses pontos (por exemplo, Dacar, Lisboa, Boston, Roterdão, Luxemburgo, etc.).

movendo-se essencialmente num mercado transnacional, quer formal quer informal, trazendo produtos variados que alimentam oportunidades de uma dinâmica económica pessoal ou familiar em Cabo Verde.

d) O desenvolvimento de formas de envolvimento estratégico e em rede ao nível social, cultural, económico e político. Com efeito, estou a falar de um processo ativo de interação onde Cabo Verde torna-se, para um grupo de migrantes cabo-verdianos e nacionais de outros países, um centro dinâmico para pequenos comerciantes transnacionais. Através desse centro são intersetados vários pontos do mundo desde o continente africano chegando à Europa ou às Américas.

No quadro 1 podemos visualizar algumas das práticas transnacionais exercidas e os principais países onde, nos últimos anos, têm marcado as rotas desses pequenos comerciantes. Podemos enfatizar a importância do aproveitamento das tecnologias de comunicação e dos transportes pelos migrantes inseridos em redes sociais mais densas. Esse fenómeno de fluxos transnacionais de pessoas e de bens, consequentemente transportando conhecimentos para diferentes localidades induz-nos à reflexão sobre os contextos de reprodução da modernidade. Estes exemplos, que têm cruzado o arquipélago de Cabo Verde, fazem-se representar por uma dinâmica de articulação geográfica e social que abre espaços de emancipação. A flexibilidade dos sujeitos torna-se, de certo modo, transgressiva em relação às lealdades fixas e ao cânone do capitalismo ocidental que nega outras formas de participação na modernidade. Portanto, criam-se espaços de construção de um potencial emancipatório numa transformação do quotidiano através de lutas permanentes e das estratégias individuais criadas aspirando a consolidação de projetos pessoais e familiares. Um facto que se destaca é a instrumentalidade das condições que vão se apresentando no quadro das migrações transnacionais, servindo como plataforma ou suporte para as deslocações e realização dos projetos dos migrantes.

**Quadro 1 - Práticas transnacionais e ligações económicas entre pequenos comerciantes do espaço da CEDEAO, de origem ou com residência em Cabo Verde**

Espaços de circulação	Principais países de maior intensidade de circulação	Práticas económicas	
		Nos países de origem	Noutros espaços
Costa Ocidental Africana	Cabo Verde Senegal Gâmbia Guiné Conacri Gana Nigéria	- Viagens regulares para compra/venda de produtos/ visitas aos familiares - Viagens para atividades religiosas - Envio de remessas e investimento (habitação, terrenos, negócios...) - Conta poupança - Prática de comércio formal e informal - Envio de bens diversos e mercadorias - Envio dos filhos para formação no ensino superior, secundário ou religiosa	- Viagens regulares para compra/venda de produtos - Envio de bens diversos e mercadorias - Prática de comércio formal e informal - Viagens regulares em negócio - Visita aos familiares
Europa Ocidental	Portugal Holanda Espanha (Canárias) Luxemburgo		- Envio de bens diversos e mercadorias - Viagens regulares para compra de produtos
América do Norte	EUA		- Viagens regulares para compra de produtos
América do Sul	Brasil		- Viagens regulares para compra de produtos

Do quadro histórico apresentado a partir do arquipélago de Cabo Verde destaca-se a sua posição geográfica estratégica que ocupa no contexto do Atlântico. A sua relativa proximidade do promontório africano, ao longo da segunda metade do século XV e inícios do século XVI, permitiu que se tornasse numa importante praça financeira e de desenvolvimento do comércio de escravos. Hoje, pode ser analisada como uma importante placa no sentido das circulações humanas na região. Particularmente, o arquipélago surge neste contexto como mais um potencial espaço de desenvolvimento de atividades económicas e de microdinâmicas para o desenvolvimento de atividades comerciais individuais ou familiares. Poderá haver uma certa ligação com a redução dos custos de transporte e as facilidades na comunicação reduzindo relativas dificuldades de circulação. Com isso, mais uma vez, reforço a ideia de que as migrações aparentam-se



bem mais complexas do que a mera formulação centrada na noção do destino final: a Europa ou a América do Norte. Isto é, um modelo migratório padrão no sentido “Sul/Norte”. Eventualmente, elas poderão apresentar-se, no contexto regional da Costa Ocidental Africana, numa dinâmica bem maior ao nível das circulações e dos trânsitos intrarregionais, mesmo levando em consideração o forte impacto da globalização e do capitalismo liberal com consequências nas migrações. O que presenciamos, mais uma vez, é que este espaço geográfico (Cabo Verde) surge estrategicamente como uma potencialidade de negócios ou uma plataforma de contactos entre pequenos comerciantes, entre familiares, amigos e conterrâneos nesses vários pontos migratórios. Essa inversão de rotas aqui exemplificadas identifica Cabo Verde como uma zona potencial e dinâmica para pequenos comerciantes, pela sua maior inserção no âmbito da economia mundial, pela abertura ao turismo, pela sua dimensão diaspórica, ou pelas oportunidades identificadas de investimentos em pequenos negócios. Em relação a este último aspeto encontramos na cidade do Porto Novo na ilha de Santo Antão, o exemplo particular de um migrante ganês que, após dois anos a trabalhar na Arábia Saudita, e um pouco mais de um ano na Inglaterra, regressa para o seu país de origem com um único propósito: organizar um negócio e trabalhar por conta própria, aproveitando as experiências adquiridas no contexto familiar, na sua formação na área técnica e da emigração, bem como das potencialidades existentes na região africana.

“Quando regresssei [da Inglaterra], comecei a pensar em que fazer para a minha vida. Eu queria criar o meu estabelecimento. E quando vim para Cabo Verde [nos inícios da década de 90], não vim por causa de dificuldades em minha terra. Eu procurava um lugar onde pudesse estabelecer o meu negócio. [Logo, Prospe percebeu que] naquela altura era garantido trazer produtos e vendê-los rapidamente em Cabo Verde. Em Cabo Verde havia uma oportunidade de mercado; então, vi uma possibilidade de investimento. Então, Cabo Verde foi uma terra virgem que encontrei na minha área [de negócio – venda de peças para automóveis e criação de uma oficina de torno]. Por isso tenho de viajar sempre [várias localidades na região (Senegal, Nigéria, Gana) ou na Europa] para garantir os produtos de que o mercado necessita. Portanto, a minha vinda para

Cabo Verde deve-se à minha intenção e ambição em fazer desenvolver essa minha atividade de forma autónoma.”<sup>87</sup>

Nesse contexto, determinadas ferramentas são utilizadas como elementos extremamente importantes na circulação geográfica e social, bem como no desenvolvimento das suas atividades. Por exemplo, os participantes dessa rede transnacional, em geral, falam várias línguas, podendo cruzar três ou quatro línguas diferentes. Entretanto, para além de outras línguas nativas de determinados povos, aqui podemos considerar, basicamente, o cruzamento de cinco línguas nesses espaços de circulação: o cabo-verdiano, o wolof, o francês, o inglês e o português. É de se destacar o facto de a língua cabo-verdiana se tornar aqui um dos elementos centrais de mobilidade e de comunicação nesses vários pontos. A extensão dos espaços sociais e a inserção numa teia de ligações multiterritorial e que ultrapassa as fronteiras da nação e dos lugares de residência onde o campo de ação se insere (Itzigsohn *et al.*, 1999), revela-se enquanto uma das peças centrais de facilitação e de consolidação das atividades económicas de cada um dos elementos dessa rede. É interessante deparar-se com um tipo de relações sociais que extravasa os referenciais de uma “comunidade nacional”. Esta rede que envolve a comunicação e a partilha de informações, também se envolve num conjunto mais complexo de troca de serviços.

Vejamos como alguns migrantes vão se enquadrar na dinâmica do comércio transnacional, através da exposição de pequenos momentos que revelam a ligação das suas histórias em rede:

C1. Júlia nasceu em Dacar e é filha de pais cabo-verdianos que emigraram para Dacar nos anos 40. Hoje, para além de Júlia ter duas residências (uma em São Vicente, a outra em Dacar), é portadora de uma densa rede de contactos entre cabo-verdianos que fazem as suas vidas em Cabo Verde, no Senegal, em vários países da Europa como Portugal, Holanda e Luxemburgo. Em São Vicente é largamente conhecida entre os senegaleses, guineenses (de Conacri) e outros migrantes de origem dos países da Costa Ocidental Africana, que desenvolvem o seu comércio na Praça Estrela (Mindelo). Em Dacar Júlia recebe regularmente em sua casa

---

<sup>87</sup> Prospe (2012) Porto Novo: 23 de janeiro.

comerciantes que chegam de Cabo Verde, para além de enviar e trazer com frequência produtos para serem vendidos em Cabo Verde. Como é da expectativa dos cabo-verdianos em Dacar, Júlia costuma levar vários produtos tradicionais como bolacha de São Vicente, “queijo de terra”, latas de atum, etc. Esta prática está fortemente enraizada na tradição de “*sodade*”, num vínculo com a origem que se mantem (saudosamente) entre os cabo-verdianos lá residentes. De Dacar traz desde peças de vestuário, tecidos, bijutarias... e, para além da semente de calabaceira, é cada vez mais usual, entre a população em Cabo Verde, o consumo da flor de bissap que chega dessa localidade.

C2. Por intermédio da Júlia, conheci em Dacar o Sr. Nicolau, seu vizinho, de origem da ilha de São Nicolau. Casado com D. Ana (de Santo Antão), residem em Dacar há cerca de 30 anos. Sr. Nicolau era cozinheiro de bordo numa companhia espanhola que regularmente fazia escala em Dacar. Assim, Sr. Nicolau decidiu investir numa habitação própria e manter a família em Dacar. Sr. Nicolau e D. Ana também têm a sua casa preparada para receber hóspedes que chegam de Cabo Verde ou de outros países vizinhos (assim como vários outros cabo-verdianos que conheci em Dacar). Normalmente, vários comerciantes residentes em Cabo Verde que viajam regularmente para se abastecerem naquela cidade, param em casa do Sr. Nicolau. Vários comerciantes que vão de São Vicente recebem indicação da Júlia, quando ela não tem lugar em sua casa, para se instalarem em casa do Sr. Nicolau. Lá encontrei-me com Abdulai (da Guiné Conacri) e Timothy (da Nigéria) que residem em Cabo Verde há largos anos (comerciantes em São Vicente e em Santo Antão, respetivamente).

C3. Abdulai veio de Conacri para Cabo Verde no ano de 1995. A sua primeira atividade consistiu na venda ambulante de produtos diversos. Durante cinco meses Abdulai comprava os produtos no mercado de Sucupira (Cidade da Praia) que as *rabidantes* (cabo-verdianas) traziam de Dacar e de outras cidades da Europa e dos EUA; e aproveitava as viagens inter-ilhas dos navios Sotavento e Barlavento para revendê-los nos outros

pontos do arquipélago. A experiência consolidada através do contacto com as *rabidantes* alargou as perspetivas de negócio de Abdulai. Após os cinco primeiros meses em Cabo Verde, o lucro obtido das vendas ao longo das ilhas do arquipélago foi canalizado para uma viagem a Dacar, com a finalidade de comprar os produtos lá e trazê-los para serem comercializados, desta vez, de forma direta em Cabo Verde. Assim, Abdulai conseguiu expandir o seu negócio, hoje com um espaço fixo, formal e dinâmico na Praça Estrela, cidade do Mindelo. Desde esta altura viajou várias vezes para os EUA, para o Brasil e para Portugal como estratégia de fazer ampliar o seu negócio. Contudo, os dois pontos de frequentes viagens de reabastecimento têm sido Senegal e Gâmbia. Abdulai conheceu Júlia através de um amigo conterrâneo (de Conacri). Por meio da Júlia Abdulai chegou à casa do Sr. Nicolau onde ele fica instalado todas as vezes que viaja para Dacar, por um preço bem razoável, porque se sente relativamente à vontade nos dias em que lá tem de ficar, aproveitando para minimizar o desconforto das viagens frequentes.

Nesta forte ligação entre Cabo Verde e Senegal, com uma alta frequência de viagens de ida e volta, estão incluídos na bagagem os mais variados produtos “pa fazé negoce” (para vender). Inclui uma larga variedade de produtos que sustentam pequenos negócios, mas capazes de criar novas oportunidades de vida. Trata-se de um conjunto de projetos construídos com interesses muito individuais, mas, em simultâneo, constituindo-se numa densa rede que se vai tecendo através dessas ligações entre pessoas de nacionalidades diferentes. E os principais pontos dessas relações são Cabo Verde e Senegal. Com efeito, são reforçados os fluxos de informação, criando condições de circulação e, por conseguinte, alargadas as suas condições de crescimento económico ou consolidação de projetos de vida.

As possibilidades criadas de circulação conduzem essas pessoas a emergir na procura de interiorização do seu entendimento acerca de possibilidades de investimento, permitindo criar uma rede de negócios, auxiliada pelo desenvolvimento das tecnologias, dos transportes e dos laços de trocas e de solidariedade estabelecidos. Por vezes, mesmo que indiretamente, os migrantes vão servindo como mediadores nas trocas comerciais formais (Malheiros, 2001: 286). Com efeito, são vários os pontos de ligação

constituídos que suportam uma dinâmica económica transnacional, sustentando projetos de vida e garantindo a subsistência das suas famílias.

Vemos também que o sólido histórico da emigração cabo-verdiana para Senegal foi construindo uma relação causal de outros processos migratórios entre o arquipélago e este país vizinho. Com efeito, tem solidificado alguns laços sociais entre pessoas numa complexa rede, mantendo contactos transnacionais para além da noção da “comunidade” construída em torno do conceito da nação. Neste caso, podemos visualizar esta relação, de um modo mais apropriado, servindo-nos do conceito de “rede” que observa cada indivíduo como “a node linked with others to form a network” (Vertovec, 2001: 6). E nesta rede os limites que constroem as definições nacionais são muito ténues e, por vezes, ambíguos, perante os laços construídos perante interações transnacionais cada vez mais estreitos.

## **2. Vidas guiadas pela fé**

“O Senhor disse a Abrão: sai-te da tua terra, e da tua parentela, e da casa de teu pai, para a terra que eu te mostrarei. Assim partiu Abrão...” – Génesis, 12: 1 e 4

Existem várias segmentações que fazem com que nem todos os migrantes sejam considerados transnacionais, ou que uns sejam mais do que outros. Por exemplo, como a emigração exige recursos económicos significantes e um conjunto de outras condições para a deslocação e o acolhimento no destino, estando num outro país a capacidade em manter relações sociais com os familiares, amigos e instituições na origem exigem também recursos que revelam as condições de se ser transnacional. Faz todo o sentido sublinhar esta nota para não se cair em interpretações mais efusivas e celebratórias sobre o transnacionalismo migrante, silenciando agencialidades e estruturas ligadas ao capitalismo global (Mapril, 2008: 21). Contudo, a ideia central está na articulação que esses migrantes fazem com vários locais envolvendo trocas económicas, políticas e socioculturais. Mais recentemente se tem dado maior atenção à relação entre migrações transnacionais e a religião (Levitt, 2003; Levitt e Glick Schiller, 2004), e é precisamente este aspeto o foco central de discussão neste ponto. Mesmo em situações mais adversas que possam ocorrer nas migrações, devido ao permanente policiamento das fronteiras. Nota-se que este controlo e esta noção de fronteira penetra o seio das cidades e algumas

zonas vitais de circulação de populações migrantes. As situações que José Mapril (2008:20), por exemplo, descreve sobre algumas áreas urbanas de Lisboa, transferem-se para o quotidiano dos espaços urbanos em Cabo Verde, em operações de fiscalização, em especial aos designados “ilegais” ou “indocumentados”. Mesmo apresentando de forma concreta a existência das fronteiras nacionais, esta questão apresenta contornos bem mais complexos ao abordarmos a experiência religiosa na vida de migrantes. Antes de prosseguir, gostaria de transcrever parte do último parágrafo do importante trabalho de Peggy Levitt (2003: 870) sobre a religião e migrações transnacionais que deixa uma pertinente sugestão:

“Abraham began a journey, guided by his faith that millions have followed. The intensification of life across borders will only increase the numbers for whom social, political, and religious membership is decoupled from residence. It is time we put religion front and center in our attempts to understand how identity and belonging are redefined in this increasingly global world.”

Antes de apresentar alguns aspetos relativos às práticas religiosas migrantes em Cabo Verde, faz todo o sentido lançar aqui uma breve abordagem sobre a constituição da Igreja do Nazareno em Cabo Verde. Trata-se da primeira igreja evangélica a desenvolver a sua missão neste arquipélago, e a sua presença neste espaço tem uma relação direta com as migrações de e para Cabo Verde. Isto tem um impacto muito forte no todo social cabo-verdiano, até porque se trata de uma instituição religiosa de cariz transnacional. Porque apresenta-se como uma igreja missionária, procurando alcançar vários povos, daí os seus princípios também adotarem um alcance internacional ao assumir um dos mandamentos centrais do cristianismo “ide, ensinais todas as nações” (S. Mateus 28:19). A história da Igreja do Nazareno em Cabo Verde liga-se à história de um jovem emigrante nos EUA. João José Dias tornou-se membro da Assembleia das Igrejas Pentecostais<sup>88</sup> e, mediante o seu ardente desejo de pregar ao seu povo, foi enviado para Cabo Verde no ano de 1901, como presbítero. Após 12 anos fora da sua terra natal, João Dias regressa entusiasticamente como o pioneiro da missão da Igreja do Nazareno em Cabo Verde, com o propósito de ensinar as “Boas Novas” ao seu povo, o

---

<sup>88</sup> A Igreja do Nazareno resultou da união em 1904 de quatro congregações nos EUA, a Associação de Igrejas Pentecostais da América, a Igreja do Nazareno, a Igreja de Cristo de Santidade, além de outros evangélicos. Numa primeira assembleia organizada de 10 a 17 de Outubro de 1907 decidiu-se adoptar um nome único, a Igreja Pentecostal do Nazareno. Na Assembleia Geral organizada em 1919 ficou oficialmente organizada como Igreja do Nazareno. A designação de João José Dias para Cabo Verde fora a segunda ação missionária desse coletivo após o envio de missionários para a Índia (*cf.* Lima, 2013).

que ele considerava ser “o poder de Deus” (Parker *apud* Lima, 2013: 29) transformador da vida e da realidade quotidiana dos cabo-verdianos. Vejamos que se trata de um período colonial e que, para além da ausência de outras formas de liberdade, também era expressamente proibido a profissão de qualquer outra religião, a não ser a Católica Apostólica Romana. Somente após a proclamação da República em 1910 passou-se à liberdade de culto, embora com uma certa pressão social, que se estende até à beira da independência nacional, em 1975.

É, no entanto, a partir de 1936 que emerge um novo contexto migratório de missionários que se fixam particularmente na ilha de São Vicente, para o desenvolvimento da Igreja do Nazareno. No magazine cultural online “Esquina do Tempo” de Manuel Brito Semedo (2012), encontramos uma descrição do período dos missionários (1936 a 1991) com registo do Rev. Everett e a esposa D. Garnet Howard em 1936, seguida pelos missionários subsequentes – Rev. Samuel Clifford e D. Charlotte Gay, em 1939; o Rev. Earl e D. Gladys Mosteller, em 1946; o Rev. Ernest e D. Jessie Eades, em 1948; a Enfermeira D. Lydia Wilke, em 1949; o Rev. J. Elton e D. Margaret Wood, em 1953; o Rev. Roy Malcolm e D. Glória Henck, em 1958; o Rev. Paul e D. Nettie Stroud, em 1969; Rev. Duane e D. Linda Srader, em 1973; e Rev. Philippe e D. Paula Troutman, em 1991. Sem dúvida que a presença dos missionários vai impregnar uma prática litúrgica e uma certa postura social no seio das congregações em todas as ilhas. Uma vez coincidindo-se com uma forte presença de uma elite inglesa na ilha do Porto Grande, transfere-se, em especial nos primeiros tempos da presença missionária em Cabo Verde, alguns aspetos marcantes ao nível social e cultural de traços mais ocidentais. O certo é que a partir deste cenário deparamos com um conjunto de elementos que vão proporcionar conexões internacionais, quer através da disseminação do cristianismo, como da circulação de pessoas oferecendo dados muito interessantes sobre migrações de e para Cabo Verde. Assim, resulta naquilo que Max Ruben Ramos (2011) designa de uma cadeia de histórias paralelas, que ocorrem em Cabo Verde e noutros territórios, envolvendo cabo-verdianos e pessoas de outras nacionalidades. Percebemos aqui um conjunto variado de componentes que fazem parte das dinâmicas migratórias em Cabo Verde, entre elas a religiosidade. E apresenta simultaneamente a relevância da religiosidade, não só em termos do acompanhamento de fluxos migratórios, como na revelação da agencialidade dos migrantes. Esta agencialidade pode ser lida em várias vertentes. Contudo, podemos destacar aqui a vertente da expansão religiosa enquanto ação cívica e de solidariedade no seio dos

grupos migrantes no destino, e a forma como as pessoas se apropriam da sua fé e a religiosidade como elementos alternativos. Alternativos na criação de relações entre migrantes e o contexto de destino, bem como na construção de uma linha interpretativa quanto à construção de identidades menos territorializadas.

Feita esta breve apresentação histórica da Igreja do Nazareno em Cabo Verde, passaria, em primeiro lugar, para o enquadramento de uma entrevista realizada na ilha do Sal com o Rev. Luís Monteiro, Pastor da Igreja do Nazareno dos Espargos. O Rev. Monteiro fez uma afirmação que eu considero central no contexto desta entrevista: “a igreja tal como a sociedade (ela) é dinâmica”.<sup>89</sup> Isto prende-se com a sua condição de acompanhante das mudanças sociais que acontecem e acabam por ter o seu reflexo no seio das congregações. Em resultado das dinâmicas migratórias e do aumento dos fluxos para a ilha, estas impactaram diretamente a composição desta congregação. “Nos Espargos aconteceu um fenómeno que é a presença de estrangeiros, e acabámos por nos tornar numa congregação multinacional”.<sup>90</sup>

---

<sup>89</sup> Monteiro, Luís (2011) Espargos: 19 de setembro.

<sup>90</sup> *idem*.



**Foto 5 – Igreja do Nazareno dos Espargos, ilha do Sal**



Fonte própria

**Foto 6 – Rev. Luís Monteiro, Pastor da Igreja do Nazareno dos Espargos**



Fonte própria

A ilha do Sal, desde antes da independência de Cabo Verde, teve sempre uma forte presença estrangeira. Pela sua vocação turística, mas essencialmente pela presença

do aeroporto internacional, que atraiu a passagem e a estadia de europeus, de americanos e, particularmente, de sul-africanos que deixaram alguma marca pela sua presença durante anos. Nas últimas duas décadas o impacto imobiliário e turístico fomentou um considerável fluxo de migrantes da Costa Ocidental Africana para esta ilha. Com efeito, as igrejas, enquanto parte da vida social da ilha, tanto em Santa Maria como nos Espargos, começaram a assistir a chegada dessa imigração.<sup>91</sup> Na igreja dos Espargos, particularmente, houve um impacto considerável com uma forte presença de nacionais de países anglófonos. Podemos dizer que esses novos migrantes impactaram, inclusivamente, a estrutura e a orgânica da igreja. A que se deve essa aproximação espontânea de migrantes da costa africana à Igreja do Nazareno dos Espargos? Segundo o Rev. Monteiro, mesmo sendo parte de um processo que vem acontecendo há vários anos e desde a liderança de outros pastores nesta congregação, este é um facto que ganha verdadeiramente expressão devido à presença e ao dinâmico trabalho de Vincent junto aos imigrantes anglófonos residentes na ilha.

“Vincent é uma referência extraordinária na Igreja. Porque ele fala inglês, porque ele demonstra que tem uma chamada para fazer o ministério. Então ele tem estado a trabalhar com os seus patrícios. Se não tivesse o Vincent a fazer este trabalho árduo, metódico, mas compensador pela graça de Deus, não teríamos a presença de tantos estrangeiros de expressão inglesa na Igreja.”<sup>92</sup>

Vincent chegou na cidade da Praia em 1994, vindo de um contexto evangélico em Lagos, Nigéria. Após dois anos decide fixar-se na ilha do Sal em 1996 e, em 1997, manda buscar a sua esposa. Com apoio do pastor da igreja local (na altura o Rev. Silvino Medina), inicia uma classe de Escola Dominical em 2008 e um culto em inglês, às quartas-feiras, para a comunidade anglófona. Hoje, com nacionalidade cabo-verdiana e com a sua esposa e filhos a residir na ilha do Sal, conseguiu estabelecer-se em termos profissionais e ter um excelente entrosamento na igreja dos Espargos. Tanto é que é um dos oficiais da junta da igreja, e um membro muito respeitado na congregação.

---

<sup>91</sup> É de referir também a presença de um grupo considerável de guineenses nas congregações de Sal Rei na Boa Vista, em Tira Chapéu na cidade da Praia, bem como outros cristãos que se congregaram em igrejas noutras ilhas, como no caso de São Filipe, na ilha do Fogo.

<sup>92</sup> Monteiro, Luís *op. cit.* p. 169.

**Foto 7 – Irmão Vincent dirigindo a classe de Escola Dominical para anglófonos**



Fonte própria

**Foto 8 – Classe de Escola Dominical anglófona, igreja do Nazareno dos Espargos**



Fonte própria

Começamos por destacar um elemento especial que evidencia uma relação identitária, possibilitando aos migrantes estabelecer laços especiais com o contexto local. Para além de as práticas e identidades religiosas dos migrantes permitirem estabelecer ligações a várias localidades (Levitt, 2003), constatamos também que se trata de elementos de enraizamento no local de destino. Particularmente porque, neste

contexto evangélico, assim como noutros, a fé assume o carácter e as formas de pertenças que não se submetem a qualquer tipo de limites, fronteiras ou à ideia compartimentada de Estados-nação. O próprio Vincent entusiasticamente afirmou-me que “na igreja ka ta existe americano, cabo-verdiano, senegalês ou nigeriano. Na igreja tem é o povo de Deus. No ta vivi sabi. Li ka tem nacionalidade”.<sup>93</sup> Esta ideia revela uma identificação universal que inverte a noção dos Estados-nação, tal como é generalizadamente compreendida. Curiosamente, num dos cultos da comunidade anglófona que eu assisti na igreja dos Espargos, Vincent apresenta uma mensagem centrada no tema “cidadania celestial”.<sup>94</sup> O estudo apresentado por Vincent trazia uma ilustração comparando as cidadanias possíveis ao nível das várias nações no mundo e, possivelmente, com hipóteses diferentes de alcance em função das leis de cada Estado. Por outro lado, a “cidadania celestial” apresenta uma única via que é a identificação com Cristo. Trata-se sim de um espaço idealizado e, ao mesmo tempo, alternativo. Irá de encontro a um outro quadro de lealdade que não coincide com aquela que diz respeito aos Estados-nação, libertando-se de qualquer fixação ou limites de uma sociedade nacional, seja de origem ou de destino. O que percebemos aqui é um outro tipo de configuração daquilo que Benedict Anderson (1983) designou de “comunidade imaginada”, neste caso, totalmente desterritorializada.

Particularmente, tratando-se de um contexto migratório em que se propiciam vários casos de vulnerabilidade em termos legais, bem como formas de exclusão a outros níveis, esta abordagem ancorada na religiosidade é reveladora de situações possíveis para aquilo que Peggy Levitt e Nina Glick Schiller (2004) designam de “geografias alternativas”. Refere-se a espaços alternativos, possibilitando o alargamento das práticas religiosas e inscrevendo-as no espaço onde se estabeleceram, ou constituindo múltiplas conexões. Mas podemos percebê-la também, enquanto alternativas a um conjunto de situações menos favoráveis no destino. Aqui a igreja, ou melhor, a congregação que se constitui, começa por revelar-se como um espaço privilegiado de acolhimento, ou mesmo num modo mais pragmático, um contexto de auxílio em arranjar emprego, habitação, a regularizar a situação na imigração, etc. Podemos considerar que o facto da conversão ou da transferência, da igreja ou denominação local na origem para a nova congregação no destino, dá lugar à produção

---

<sup>93</sup> Vincent (2011) Espargos: 22 de setembro. “Na igreja não existe o americano, o cabo-verdiano, o senegalês ou o nigeriano. Na igreja existe o povo de Deus. Aqui nós vivemos bem. Aqui não existem nacionalidades.

<sup>94</sup> Culto de estudo bíblico em inglês numa quarta-feira, 21 de setembro de 2011.

de formas de pertença e de solidariedade que se articulam a níveis transnacionais e transdenominacionais. Por exemplo, podemos inclusivamente considerar as relações que são estabelecidas entre este grupo anglófono com duas congregações da Igreja Bíblica da Vida Profunda (Deeper Life Bible Church), uma localizada na cidade da Praia, liderada pelo pastor Salmon, e outra na cidade do Mindelo, liderada pelo pastor Alfred. Trata-se de uma Igreja que se classifica como não-denominacional, com origem na região de Lagos na Nigéria, por intermédio da ação e do ministério do professor universitário Kumuyi.<sup>95</sup> Nessas duas congregações que chegam a Cabo Verde diretamente por intermédio da imigração, nos cultos, em especial os devocionais realizados aos domingos, a pregação é feita em inglês, mas com tradução simultânea em português. A importância da tradução nos cultos é reflexo do propósito de evangelização também de alcance aos nacionais cabo-verdianos e pessoas de outras nacionalidades residentes em Cabo Verde. Coincidentemente, em Janeiro de 2011, quando conheci o pastor Alfred, em São Vicente, ele tinha acabado de chegar da Nigéria, do âmbito da Assembleia Geral anual que acontece por altura do final de ano na cidade de Lagos. Por esses dias o pastor Alfred preparava-se para uma campanha evangelística na ilha do Sal a convite desta congregação na Igreja do Nazareno dos Espargos. O destaque dessas experiências tem a ver com o contexto da complexificação e densidade das redes no seio das igrejas evangélicas, com multiplicação das interconexões que vão acompanhando as migrações e a vida de atores religiosos transnacionais. Com efeito, assiste-se à multiplicação dos centros de difusão do evangelho dando ênfase à “pregação da salvação a todas as nações”.

Mesmo que esta noção da “cidadania celestial”, em primeira mão, nos apresente uma mensagem que relega para segundo plano qualquer ligação de natureza política, cívica ou nacional, num segundo plano, ela não deixa de promover a participação, a solidariedade e a cidadania num modo mais abrangente do termo. Por exemplo, a classe de escola dominical dirigida por Vincent assume o papel de escola numa dupla vertente. Primeiro, no ensinamento dos valores espirituais e o enraizamento num campo social mais alargado de relacionamentos – a Igreja, enquanto espaço social global. Segundo, emergem todos os valores de conduta moral e cívica e de reforço às noções de direitos e deveres apresentados aos participantes da classe de Escola Dominical. Isto leva-nos a

---

<sup>95</sup> Acesso a 31 de maio de 2014, disponível em [http://en.wikipedia.org/wiki/Deeper\\_Christian\\_Life\\_Ministry](http://en.wikipedia.org/wiki/Deeper_Christian_Life_Ministry). Hoje a Igreja Bíblica da Vida Profunda associa-se a um dos grandes recursos da globalização para se apresentar num postura totalmente internacional com recurso ao seu espaço electrónico, <http://www.dclm.org/>.

revisitar, mais uma vez, a história do Rev. João José Dias que, após sua chegada ao arquipélago, não deixou de revelar o seu lado interventivo na vida cívica e política, enquanto um ativo defensor da implementação das leis republicanas em Cabo Verde (Brito-Semedo, 2006: 245). Entretanto, tratando-se de uma “cidadania celestial” refere-se a uma outra esfera de governação, transversal e desterritorializada. E um elemento de força enraizada na religiosidade corresponde à capacidade de promoção da solidariedade no seio das congregações, independentemente da nacionalidade, das origens sociais ou dos traços culturais de que as pessoas possam ser portadoras. Este é mais um elemento de menção em relação à igreja dos Espargos que, perante alguns traços na liturgia de influência americana, e o português, como língua de comunicação, agora vê-se envolvida num híbrido a vários níveis. Quanto à língua, hoje é praticamente necessário haver comunicação em português, na língua cabo-verdiana e em inglês. Mesmo havendo alguma resistência, particularmente ao nível geracional, a postura no louvor ganha outras dimensões e uma intensidade muito própria da maneira como os povos africanos costumam cultuar.

Num grupo com cerca de meia centena de fiéis, que chegaram de outras localidades do continente africano, transportaram consigo para esse novo espaço um conjunto de rituais e uma presença muito intensa na adoração. Um exemplo prático encontra-se nos momentos do ofertório. Quando saem dos seus lugares para depositarem as suas ofertas, acontece um momento único do culto devocional aos domingos. Acompanhados pela música, o cântico e a dança envolvem os seus corpos e todo o santuário, dando ênfase ao salmo de ação de graças (Salmo 100: 1 e 2) que diz: “Celebrai com júbilo ao Senhor, todos os moradores da terra. Servi ao Senhor com alegria; apresentai-vos a Ele com cânticos”. Este ato é também representativo da preservação de um passado vivido na origem, agora reproduzido no presente, no atual local de residência, criando práticas que podem ser consideradas transtemporais e transespaciais (Tweed, 1999 *apud* Levitt e Glick Schiller, 2004). Também ganha uma dimensão transcultural, porque esse processo de influência acaba por acontecer nos dois sentidos. Os nacionais cabo-verdianos, particularmente os mais jovens, vão adquirindo novas posturas e um estilo de adoração corporalmente mais expressivo. Do outro lado há um conjunto de novos elementos que passam a fazer parte daqueles que estão a congregar-se agora nesse novo espaço. Com efeito, trata-se de um contexto de negociação e de assimilação mútua, numa espécie de articulação de filiações, fazendo conciliar o aqui e o lá, ou mesmo, redesenhando uma configuração global.



**Foto 9 – Culto devocional dirigido por senhoras de origem anglófona - Espargos**



Fonte própria

Vejamos mais uma vez que, no caso da experiência migratória de Vincent, ele faz uma afirmação particularmente interessante relativamente a esse processo: “depois de cá estar e de ter aprendido a falar português, a hipótese de regresso tornou-se menos viável”. A relação da aprendizagem da língua portuguesa pode demonstrar alguns elementos importantes nesse processo de constituição deste novo laço, agora com o contexto de destino. Em primeiro lugar, dá-se a via da sua ligação com a própria instituição que no geral tem nos seus serviços de culto a língua portuguesa. Em segundo lugar, sendo o português língua oficial em Cabo Verde, esta acaba por caracterizar-se como um elemento importante de integração e de circulação nas várias esferas institucionais e sociais no país de acolhimento. Agora, Vincent tornou-se numa das pedras fundamentais da igreja dos Espargos, quer no processo da missão da igreja e do trabalho evangelístico no seio dos seus conterrâneos e outros migrantes falantes da língua inglesa, como pragmaticamente servindo enquanto ponte, assim como outros membros do grupo, no processo de inserção dos migrantes na congregação e nos espaços sociais salenses. Mais uma vez, a ação de pessoas como o Vincent leva-as a cumprir o princípio da “grande comissão” na extensão da “cidadania celestial”, mas também interagindo de forma alternativa na vida cívica. Para tal interação, o facto da

aprendizagem da língua portuguesa simboliza um significativo nível de inserção no novo meio, até porque, de um modo comum, é a língua cabo-verdiana que se encontra mais de perto no quotidiano cabo-verdiano, enquanto o português perpassa nos espaços institucionais. Portanto, a afirmação “depois de aprender a falar português” revela a construção de laços, um conjunto de aquisições e de raízes criadas no novo espaço social que traduzem a realização de um plano de vida construído na migração.

O que nós vimos até este momento também destaca um paralelo com relação a práticas económicas transnacionais. Em alusão à ideia de Alejandro Portes (1997) sobre a “globalization from below” (globalização a partir de baixo), nota-se um contexto marcado por lógicas de circulação, desta vez, não apenas de pessoas, mas também de bens e das ofertas depositadas pelos fiéis. Mais uma vez, a igreja dos Espargos revelou, no período de trabalho de campo, na ilha do Sal, um dado muito interessante. Um dos cultos devocionais de domingo foi programado a favor da “Operação Neemias” estando, desde o louvor à pregação, a cargo do grupo anglófono. Nesse culto um grupo de senhoras dirigiu o louvor, com coros em cabo-verdiano e em inglês, e a pregação ficou sob a responsabilidade do Vincent, que fez a pregação na língua cabo-verdiana.

O programa da “Operação Neemias” em Cabo Verde estende-se, há largos anos, com a presença dos missionários americanos em São Vicente, Rev. Roy Malcom e D. Gloria Henck. Segundo uma exposição do Rev. Barbosa Vasconcelos, ex-professor no Seminário Nazareno em Cabo Verde, que trabalhou por vários anos ao lado dos missionários Henck, temos a seguinte nota:

Os missionários Rev. Roy e D. Gloria Henck chegaram a Cabo Verde no ano de 1959, numa altura em que o Distrito realizava vários trabalhos de construção entre igrejas e residências pastorais. A fim de lançar desafio às congregações no sentido de contribuírem para tais obras, o Rev. Roy Henck instituiu a oferta designada “Operação Neemias” em memória ao judeu Neemias que, servindo ao rei em Babilónia, conseguiu obter licença para ir a Israel ajudar na recuperação dos muros destruídos durante as invasões de inimigos vizinhos. Neemias desafiou os israelitas a comparecerem na reparação das muralhas destruídas, deixando os sepulcros das famílias expostos aos animais que entravam livremente, enquanto tudo ficava deteriorado. As ofertas obtidas por estes fundos: “Operação Neemias”, aproveitadas por nazarenos em outros países,



continuam beneficiando templos e residências na manutenção da obra do Senhor.<sup>96</sup>

Aqui nós observamos alguns aspectos interessantes no modo como de pontos diferentes e contextos que levaram a projetos migratórios bem distintos acabam por se cruzar nesse pequeno espaço do Atlântico. Um culto numa igreja do Nazareno em Cabo Verde, dirigido particularmente por nigerianos e ganeses, levando a cabo um programa, instituído por um casal americano, que tem por princípio fazer circular valores espirituais e montantes que beneficiaram o projeto evangelístico através de igrejas, casas pastorais, hospitais, escolas, etc., no país e noutras partes do mundo. No momento em que cada membro da congregação assume participar nesse tipo de programa, o mesmo está a enquadrar-se num campo mais vasto de participação. Paralelamente ao princípio da propagação da fé cristã apresenta-se, nesse contexto, um valor humanitário, onde as novas palavras de ordem passam a ser: buscar o Outro e a partilha de caminhos. Assim, a religiosidade acontece num ambiente que expressa a busca de respostas espirituais, transcendentais, também na participação num espaço de solidariedade transnacional.

### **3. Migrar por um ideal de família**

Cada ser humano é autor de uma história rica onde pelo seu percurso terá cruzado com momentos distintos que revelam coragem, timidez, ousadia, insegurança, lágrimas, alegrias, sonhos, frustrações, sucessos. Não será diferente nas migrações de pessoas que cruzam fronteiras nacionais ou atravessam oceanos, procurando concretizar planos individuais ou familiares. Por isso, independentemente dos cruzamentos, das conexões e dependências que possam existir entre uns e outros, ou ao contexto global, cada migrante corresponde a uma história a ser compreendida. Esta é a grande marca que deve ser realçada e colocada em confronto com qualquer barreira social, cultural, nacional, económica, etc. Aquilo a que assistimos relativamente à construção de percursos migratórios, mesmo tratando-se de situações várias de fuga, é um

---

<sup>96</sup> Vasconcelos, António Barbosa (2014) Mindelo: 30 de abril.

reconhecimento, em cada sujeito migrante, da riqueza da vida e do direito de fazer destacar parte da sua história.

O filme “Terraferma”, dirigido por Emanuele Crialese, levanta uma discussão muito forte, e se desenvolve em torno do confronto de códigos estabelecidos (de um lado, o modo como se determina a noção de clandestino e se legisla sobre a imigração e, do outro lado, o “código do mar” que expressa uma conduta assente em valores comunitários com respeito à condição humana). Através de uma outra leitura do filme, ironicamente, “Terraferma” traz à memória aquilo que foi a história da trajetória de milhares de italianos com destino à América do Norte e do Sul, há cerca de cem anos atrás. Mas, de forma direta, apresenta-nos, em primeiro plano, o percurso e a luta de uma mãe que migra da Etiópia com o seu filho para reencontro do marido e pai em Turim, Itália. O imperativo de toda a travessia desta jovem mãe passa pelo propósito da realização de um projeto de vida – em família. Um projeto que não está dissociado da cadeia do mercado internacional de trabalho que fez com que o marido migrasse anos antes. Mas, também, trata-se de um plano de ação para a manutenção de um propósito construído em torno do ideal de família. Mesmo que, para fazer cumprir este propósito, as escolhas feitas e a tomada de decisão tenham de subverter as normas que estabelecem linhas de separação e de definições de pertença ou de exclusão. Nisto se apresentam duas leituras sociológicas de interesse. A primeira diz respeito ao facto de que, mesmo tratando-se de um perspectiva do sujeito e da sua individuação, não significa, por isso, exterioridade em relação à vida social. Antes, pelo contrário, a autonomia na decisão a que assistimos neste exemplo enquadra-se em contextos de relações sociais bem mais complexos. A responsabilidade que se visualiza aqui no ato individual corresponderá à vontade e à capacidade de participação na vida moderna, operando escolhas e tomando decisões (Wieviorka, 2010: 26-34). Com efeito, colocando-se nesta perspectiva implica pensar, em última análise, o social. Isto porque nos apresenta, de forma muito particular, modos de participação, podemos dizer, à escala global. Esta sua socialização implicará, por vezes, migrar, mesmo havendo resistência às normas e aos poderes para fazer cumprir outros valores. A segunda leitura que podemos fazer a partir daquilo que se apresenta neste filme, tão importante como a primeira, diz respeito a lógicas de solidariedade e de reprodução de valores culturais comunitários. Mais uma vez aparecem os elementos resistência e transgressão como justificativos de ações enquadradas em âmbitos de relações sociais mais vastos.

O que se apresenta com uma certa relevância a partir destas experiências é que as suas ações conferem vontades e necessidades de relações, de realizações e de autovalorização. Mesmo que a vontade individual se confronte com a condição de poder, ela representa, ainda assim, a capacidade de escolha, de corrigir rotas, de definir metas (Cury, 2006: 108). Neste contexto, estamos a falar de uma vontade que revela um projeto de vida. De modo mais complexo, estamos a falar de um projeto de família. Temos aqui uma componente interessante de singularidade, destacando o exemplar na experiência migratória que, para além de revelar o objetivo e a busca de sonhos, confronta-se ao conjunto de categorias e adjetivos que pesam os corpos dos migrantes. Para além do elemento traumático que acompanha as personagens de “Terraferma”, existe um aspeto relevante nas experiências pessoais que aponta num sentido mais amplo das histórias que envolvem sujeitos migrantes. A ponte de ligação corresponde precisamente a projetos dedicados à família.

Como já vimos noutros capítulos, o contexto arquipelágico de Cabo Verde apresenta uma condição interessante uma vez que reúne um conjunto de factores que impulsionam diversas dinâmicas migratórias. Essas dinâmicas devem ser analisadas na sua complexidade cronológica, mas também pela sua pluralidade que não consiste apenas nas várias representações de uma origem nacional comum, mas também demonstra-nos os ângulos que revelam a criatividade dos seus agentes. Falo de criatividade cultural, económica, social, mas também do ponto de vista das dinâmicas representadas nas mobilidades humanas de uma região para outra, de um país para outro. Esta capacidade criativa dos sujeitos migrantes abre um imenso espaço de reflexão, como assinala a dimensão subjetiva dos processos migrantes que invertem os determinismos de índole económico, demográfico e climatéricos das migrações. Atendendo a esta dimensão subjetiva dos processos migratórios, são apresentados elementos de riqueza que os sujeitos são portadores, propondo contrariar a imagem do migrante, enquanto sujeito débil, marcado de forma generalizada pela negativa.<sup>97</sup>

Por exemplo, este cenário de silenciamentos e de generalização da diferença, produzido no ideário de um Ocidente desenvolvido e uma África enredada em

---

<sup>97</sup> Particularmente centralizando a distinção assente na localização geográfica definida na modernidade, numa espécie de naturalização das diferenças existentes entre cada um desses espaços: a) o espaço de emigração, pobre, carregado de conflitos civis e políticos e como refere James Ferguson (2006) simplesmente “menos”; b) o espaço de imigração, o centro da modernidade, aparece como agente do desenvolvimento, civilizado, mas também construtor do imaginário do “outro” marginal. Ver ainda as imagens amplamente difundidas nos últimos anos na Itália (*cf.* Mezzadra, 2012: 12), um reflexo daquilo que acontece um pouco por toda a Europa.

catástrofes, na miséria e em sociedades “tradicionalis”, só abonam para a ausência de conhecimento global sobre outras experiências e contributos que possam surgir a partir dos espaços deste continente. Assim, são bloqueadas as oportunidades de percepção da capacidade criativa, produtiva e contributiva daqueles que possam estar classificados nos lugares mais abaixo.<sup>98</sup> Inclusivamente, induzindo uma percepção redutora a partir dos próprios contextos africanos, numa espécie de naturalização da vitimização da África. Deste modo, devemos concordar com James Ferguson (2006: 8) ao afirmar que se torna muito difícil inverter a lógica desse conjunto de generalizações equivocadas.

Ao direcionar esta reflexão para elementos de subjetividade levantam-se possibilidades de releituras de outras características, provavelmente, menos referidas nos estudos e nas leituras sobre as migrações internacionais. Particularmente, tratando-se de migrações no feminino, motivadas por relações afetivas e de consolidação de um projeto de família. Das dinâmicas migratórias (concretamente o caso das migrações da região da Costa Ocidental Africana para o arquipélago de Cabo Verde) a imigração de mulheres vem constituir-se num novo cenário neste espaço de migrações. Consiste na reapropriação das redes e dos benefícios que não se limitam à circunscrição dos limites fronteiriços, nem à condição atribuída ao sujeito migrante fortemente marcado no quadro do mercado de trabalho. Embora o argumento central no percurso de três mulheres que passarei a apresentar seja a família, acabam por se revelar exemplos que contrariam, de certo modo, determinados limites e tensões inerentes à figura do imigrante. Sobretudo tratando-se da sua inserção em contextos sociais e do mercado de trabalho.

Efetivamente, o trabalho está, na grande generalidade, ligado às migrações. Mas podemos também encontrar uma forte relação estabelecida entre o trabalho e o projeto migratório enquanto plano de realização e, por que não, a sua conjugação com outros elementos que proporcionem realização e autovalorização.<sup>99</sup> Pela sugestão de Michel Wieviorka (2010:23), a introdução da perspectiva do sujeito na análise do trabalho não pode limitar-se a encarar a alienação e a destruição do indivíduo. Também deve ser analisada através das dimensões da realização pessoal e da criatividade representadas na forma como as experiências pessoais são construídas. É certo que, por vezes, este factor da criatividade no plano migratório poderá estar associado à condição da sobrevivência.

---

<sup>98</sup> Adichie Chimamanda, *op. cit.* nota 1, p. 7.

<sup>99</sup> Por exemplo, referindo-se aos trabalhos de Michel Lallement, cada vez mais o trabalho impõe-se como um meio de afirmação de si (Lallement, 2007 *apud* Wieviorka, 2010: 22-23).

Mas deve-se sublinhar a sua capacidade na decisão migratória também, enquanto uma ação participativa na vida moderna. Com efeito, a sua ação implica, para além da realização pessoal, a reflexão da sua condição enquanto cidadão, mas também acoplada às reproduções sociais que vincam os valores direcionados à noção de família.

Apresento neste ponto três casos de migração feminina para Cabo Verde, ambos revelando uma posição motivacional comum: o propósito de manutenção ou de construção do projeto de família. O que verificamos em cada um desses casos prende-se, numa primeira leitura, à relação de masculinidade na manutenção do bem-estar material da família. Tanto para a Christine em Porto Novo (Santo Antão), como para a Luceth em Sal Rei (Boa Vista), já eram casadas na origem e os seus respetivos maridos tiveram de migrar e trabalhar para garantirem melhores condições e conforto para as suas famílias. Após um período aproximado de dois anos e garantindo uma relativa estabilidade em Cabo Verde, há uma concertação dos dois lados e a decisão de a mulher se juntar ao marido no país de destino. Este vem sendo um caso cada vez mais frequente em Cabo Verde, correspondendo ao reforço de duas noções fortes que justificam o arquipélago enquanto um ponto de imigração. Primeiro, tratando-se da criação de raízes de várias ordens que levam à fixação, à estabilização das vidas e à construção de projetos em Cabo Verde. Segundo, considerando a chegada de mulheres migrantes enquanto elemento chave na consolidação das raízes e da efetuação dos projetos. Sobretudo, porque se trata, em especial, do projeto de família. Nisto, podemos ligar uma terceira experiência, a da Sabá, também em Porto Novo, que chega da Guiné-Bissau cinco anos depois da vinda do namorado, para realizar o seu matrimónio.

Sabá é de origem de uma família com propriedades em Gabu, estudou em Bissau e, por influência dos tios, que trabalham no hospital de Bissau como analistas, queria fazer a formação em enfermagem. Acontece que, em 1994, o namorado foi contratado para trabalhar numa empresa em Cabo Verde, e veio para “busca bida”.<sup>100</sup> A situação de instabilidade política e social na Guiné-Bissau não favoreceu o regresso do namorado de Sabá; então, com apoio dos familiares de ambos, incentivaram-na a vir para Cabo Verde em 1999. Nas palavras de Sabá, temos a sua verdadeira razão de migrar diretamente de Bissau para Porto Novo: “o que me tirou de lá para vir para Cabo Verde foi o meu namorado. Vim por causa dele. Mas, na verdade, a minha intensão não era emigrar. Eu vim para formar a minha família; e foi o que aconteceu. Cheguei, e nos casamos cá.”<sup>101</sup>

---

<sup>100</sup> Buscar a vida.

<sup>101</sup> Sabá (2012) Porto Novo: 4 de maio.

Este caso nos demonstra que, para além da multiplicação no sentido quantitativo, assistimos também à diversificação das experiências migratórias. Em especial porque, no caso da Sabá, não tendo a emigração como projeto inicial, a razão central da concretização migratória deve-se à construção de um laço matrimonial. É de referir, no entanto, que, os noivos, sempre estiveram plenamente inseridos em espaços sociais da Igreja Católica, quer na origem como no destino, numa ligação transnacional, onde encontramos nessa relação também elementos de origem cabo-verdiana com ligações a Bissau. Quando Sabá chegou em Santo Antão, um grupo foi recebê-la no aeroporto de Ponta do Sol, no outro extremo da ilha. Praticamente, todo o preparativo da celebração do casamento tem a colaboração desta comunidade religiosa em Santo Antão. Contudo, mesmo sendo a razão central a migração por “amor”, a fixação da Sabá em Cabo Verde não se limita ao matrimónio. Sabá apresenta-nos um outro lado que vai surgindo com o tempo. A sua iniciativa e intervenção em participar e também contribuir financeiramente, mesmo podendo não ter a total aprovação da família na origem. O factor de realização que verificamos neste exemplo está também no modo como, através do trabalho, Sabá constrói um processo de inserção no meio santantonense, aprendendo a língua, relacionando-se com as pessoas do local e tendo autonomia salarial.

Estamos a falar de escolhas, tomada de uma decisão em função da família, ou motivada por uma relação afetiva, as quais implicam migrar e reconstruir a vida noutra lugar. Ainda em Porto Novo conhecemos a Christine, que chegou da Serra Leoa para se juntar ao marido. Novamente se repete o caso da migração masculina em primeiro lugar. Só que, desta vez, não temos uma situação de migração direta para Cabo Verde. O interessante é que se trata de um processo de reemigração de Portugal para Cabo Verde. O marido da Christine esteve em Portugal a trabalhar na construção civil, com autorização de residência. Passado alguns anos, decide vir para Cabo Verde, considerando que neste país seria mais fácil ter a família reunida. Entretanto, Christine abre mão da sua profissão, enquanto professora de inglês na origem, para abraçar um projeto particular juntamente com o seu marido. Há dez anos que Christine é um elemento fundamental deste projeto, que cresceu da venda numa pequena banca no Sucupira do Porto Novo para mais três botiques e um bar restaurante, na mesma cidade. O tempo de estadia do marido da Christine em Portugal e o título de residência serviu como uma importante chave do sucesso deste projeto. O papel para cada elemento desta relação é bem definido. À Christine cabe-lhe a responsabilidade da gestão presencial das vendas e dos espaços que agora lhes pertencem. O marido assume a

responsabilidade de, periodicamente, ir a Portugal trabalhar durante três meses na construção civil e trazer produtos para o comércio. “Juntos trabalhamos. Eu fico na venda, ele vai a Portugal buscar produtos para o negócio” – afirma a Christine.<sup>102</sup> Com o tempo este espaço transnacional foi se alargando. Para além de Portugal, novos espaços cruzam-se a este projeto entre Senegal, os EUA e, mais recentemente abrindo-se ao Brasil.

A história migratória que esta família nos apresenta cruza contextos locais ao global, mas também dá-nos dois elementos muito interessantes que complexificam os processos migratórios. i) Mais uma vez temos a relação conjugal enquanto factor central na decisão migratória, particularmente a feminina; ii) O exemplo da família da Christine revela-nos um plano mais dinâmico, em que o marido emigra de um país africano para um país europeu, depois decide estabelecer-se num outro país africano, fazendo com que a esposa emigre para este novo país. Não perdendo a ligação com o primeiro ponto migratório, este segundo ponto, Cabo Verde, assume-se como um espaço estratégico. De que forma? A identificação deste país que se abre ao mundo, mas ainda como um conjunto de linhas por construir. Estrategicamente a cidade do Porto Novo surge como um mercado a explorar. Por outro lado, considerado pela Christine um espaço mais apropriado e recatado para a estabilidade e inserção da família, podendo simultaneamente manter ligações com os familiares na origem. De tal forma que, perante a estabilidade adquirida pela Christine, ela ajudou a irmã e o primo também a virem residir em Porto Novo. As ligações transnacionais estabelecidas revelaram-se fundamentais para a pequena economia deste casal que decidiu desenvolver o seu projeto de família em Cabo Verde. Este caso é revelador do modo como as experiências migratórias destacam dinâmicas que devem ser analisadas do ângulo da sua criatividade. Isto é, invertem o determinismo, apresentando outros elementos que cruzam vários pontos, para além da sociedade de origem e a de destino.

A terceira história migratória liga-se à ilha da Boa Vista, em Sal Rei. O caso da Luceth é particular porque a sua decisão de emigrar para se juntar ao marido não tinha a aprovação do pai. Casara ainda muito jovem, e com algumas dificuldades financeiras o seu marido decide emigrar para Cabo Verde, “pa busca bida”. Após dois anos, em 2005 Luceth decide vir ao encontro do marido na ilha da Boa Vista afirmando que: “no amor, não há pobre, não há rico. Sempre acreditei que Deus me abençoaria com o meu marido,

---

<sup>102</sup> Christine (2012) Porto Novo: 5 de maio.

mesmo sendo pobre.”<sup>103</sup> Luceth acreditou no princípio de buscar a vida com a família reunida. Após várias adversidades Luceth e o marido, juntamente com os filhos, conseguiram superar ao ponto da Luceth poder afirmar:

“Gostamos de Cabo Verde porque Deus deu-nos este lugar para nos assentarmos. Porque hoje temos aquilo que não tínhamos antes. Mesmo sendo a imigração um pouco difícil. Não é a tua terra, é um pouco difícil. Mas se Deus quer que emigres para uma outra terra onde ele te guiará para teres alguma coisa, Deus te abençoará.”<sup>104</sup>

A interpretação dada pela Luceth do seu trajeto migratório tem uma dimensão transcendental. Ao não acatar a voz do pai relativamente ao plano de migrar para se juntar ao marido em Cabo Verde, ela privilegia a escuta à voz divina. Por outro lado, a noção de família que aparece aqui destoa completamente dos valores individualistas, de estética ou materiais. O compromisso assumido do matrimónio traz uma dimensão de vida a dois e o prazer da partilha e da construção de um projeto em comum. Isto, imediatamente, induz à percepção e a um sentido de vida diferente, alegando a persistência e o companheirismo. A determinação em seguir este percurso apresenta a noção de trabalhar em conjunto para a segurança financeira da família, mas colocando em primeiro plano a satisfação de necessidades mais íntimas. Isto é, a presença de cada elemento da família como suporte emocional e relacional. Entretanto, Luceth também tem apoiado na construção financeira da família. Trabalha num dos *resorts* da ilha e gere um pequeno restaurante no bairro onde construíram a sua habitação. O marido, quando está em Cabo Verde, vai fazendo trabalhos de canalização. Periodicamente vai à Guiné-Bissau participar nas campanhas de caju. Recentemente, uma nova via vai se abrindo; o Brasil surge como um novo espaço onde o marido tem viajado para aquisição de mercadorias ou para aproveitar oportunidades de trabalhos sazonais.

O que diz o retrato do trajeto geográfico destas três mulheres? A decisão de cada uma revela pormenores muito interessantes que cruzam valores como: a) a construção e a persistência num projeto – a família; b) participantes ativas na geração da economia familiar; c) mulheres educadoras reproduzindo valores sociais aos filhos; d) participantes na manutenção de laços (sociais, culturais e económicos) transnacionais.

---

<sup>103</sup> Luceth (2012) Sal Rei: 3 de abril.

<sup>104</sup> *idem*.



Em suma, cada um desses casos generaliza através dos seus percursos migratórios três pontos fundamentais. Em primeiro lugar, que a realização pessoal implica diretamente projetar-se no âmbito da realização da família. Obviamente que a noção da família construída por estas mulheres é uma noção mais ampla de partilha, de construção de experiências comuns. Segundo, a expressão de que, com poucos recursos, revelam-se produtoras, agentes diretos e dinamizadoras da economia familiar. Por fim, os três casos também demonstram o reflexo da necessidade, inerente do ser humano, de construção de relacionamentos, colocada acima de outras necessidades materiais. Mais uma vez, as migrações acontecem nesses âmbitos para além dos limites do Estado-nação. Ultrapassam as fronteiras territoriais e ligam pessoas.

#### **4. Conclusão**

Os casos apresentados neste capítulo sustentam a ideia de relações mais densas entre os migrantes ligando espaços geográficos e sociais diversos. São casos que identificam a existência e a extensão de redes sociais transnacionais, onde, por vezes, os sujeitos podem representar um certo desvio ao princípio de pertença exclusiva a um único espaço nacional. As ligações se estendem geograficamente, e também no tempo, reforçando laços económicos, sociais e culturais em espaços diferentes. Essas práticas, por si, invertem um conjunto de categorias generalizadas a certos grupos migrantes, impostas no jogo da lógica dicotómica, impulsionada na relação globalização/modernidade, e acaba por dinamizar mudanças sociais muito importantes. Assim, dois desafios ficam explícitos através da apresentação dessas experiências migratórias: a) a compreensão de contextos múltiplos e experiências diferenciadas de sujeitos migrantes; b) o rompimento de determinadas fronteiras e a pertinência de formas de abordagem mais ajustadas e mais atentas às diferentes subjetividades. Até porque, nas abordagens sobre a imigração, em lugar de se falar propriamente de um conceito, de uma categoria ou de um número, deve-se falar, acima de tudo, de pessoas e do modo como vão construindo as suas histórias.

Cada caso encontrado no âmbito deste estudo revela uma experiência única, mas que não deixa de ter uma relação com níveis mais amplos do social. Desde as decisões estratégicas encontradas, ou as motivações de migrar, vão criando caminhos rumo às ilhas de Cabo Verde. Alguns desses caminhos dão lugar a pequenas economias de nível

transnacional. Na conjugação de histórias de percursos que têm cruzado o arquipélago de Cabo Verde, dão mostras de que estas ilhas do Atlântico dão lugar a um espaço de interações transnacionais. Isto porque se refere a um palco onde as subjetividades apresentam experiências de circulação internacional, para além de estabelecerem laços económicos, sociais, culturais e também políticos em contextos nacionais distintos. Ou mesmo enquadrados em projetos de construção ou de manutenção matrimonial, de todo, não se dissociam de outros projetos que acabam por ter uma ligação ao nível da participação na economia mundial, ou de um acompanhamento relativo da modernidade.

São experiências que, de tal modo, tornam-se comuns, mas, muitas vezes, despercebidas. Contudo, acabam por trazer um outro panorama sobre a imigração em Cabo Verde. Diferente de um conjunto de generalizações em relação aos países de trânsito ou migrantes em trânsito. Por aquilo que vimos, formam-se raízes e um conjunto de outras relações mais densas que ganham outras dimensões, como nos casos apresentados sobre a religiosidade.

## Considerações finais

“Porque as linhas marítimas, as ligações aéreas, as distâncias em milhas, os números que se somam para obter as horas locais, as estradas, as pistas, as vias-férreas, os aeroportos correspondem às trocas: fluxos de homens e de mulheres, circulação de pessoas, idas e vindas de mercadorias, transferências de inteligências, mobilidades familiares das rotas traçadas por via aérea, por terra e por mar de forma a conduzir os engenheiros, os vendedores, os banqueiros, os industriais, os homens de negócios ao destino dos seus empreendimentos.”

– Michel Onfray (2009: 29)

Tanto o processo histórico como os fenómenos a que assistimos atualmente revelam que Cabo Verde sempre se constituiu num pequeno mas interessante ponto de circulações no Atlântico. Pela sua dimensão histórica aos factores contemporâneo, sempre se revelou o seu forte impulso pela mobilidade de pessoas. De quem chega, gente de passagem, dos planos de partida... Esse corredor que atravessa a história e transcende a mera condição de lugar para dar ênfase àquilo que caracteriza também o íntimo do cabo-verdiano: gente. Gente que chega de várias partes e gente que parte por todo o mundo. Por ser um espaço insular e por todos os fenómenos que carimbaram a história das ilhas, contribuem para que o arquipélago de Cabo Verde se caracterize num amplo contexto de experiências de trânsitos no Atlântico.

Na virada do século 21 o movimento de africanos para a Europa ganhou um forte destaque nas esferas mediáticas e políticas, vividamente representando imagens e histórias trágicas de barcos e pirogas, de cadáveres ou de homens e mulheres detidos por se terem aventurado pelos mares do Atlântico ou do Mediterrâneo, na esperança de alcançarem uma vida diferente na Europa, de se juntarem aos seus familiares, etc. A estes cenários criaram-se determinadas categorias como a de “migrações de trânsito” ou de “países de trânsito” que acabam por ficar presas na maioria das vezes às ideias de migrações irregulares com destino aos países ocidentais. Tais conceitos, mais uma vez, entram num campo discursivo que figuram o migrante num imaginário que remete o sujeito migrante trabalhador para a marca da ordem colonial. Essa persistência das fronteiras criadas no período colonial ainda se faz sentir quando a imagem referente aos migrantes irregulares é produzida discursivamente como habitantes de um espaço circunscrito aos cidadãos nacionais, isto é, este último compreendido pelos indivíduos ligados ao Estado numa base legal. Portanto, o migrante acaba por ser abordado como objeto de regulamentação. Logo, culturalmente são vistos e reproduzidos como um “outro” de fora e muitas vezes como possível ameaça à ordem social e moral do país de destino.

O que procuro demonstrar nesta tese é que as dinâmicas migratórias em Cabo Verde também revelam a pertinência de uma análise incessante sobre as características das migrações contemporâneas atendendo a uma combinação entre a continuidade, a persistência e a flexibilidade das fronteiras. Deste modo, é possível facilitar-se a compreensão relativamente às ações criativas, às ligações e às atualizações nos planos migratórios das pessoas. Contudo, o modo como este país hoje é visto ao nível global também tem um peso considerável no jogo de relações estabelecidas influenciando as dinâmicas migratórias do e para o arquipélago. De um lado, a pressão do controlo das migrações e, do outro lado, uma imagem promissora, de possibilidades, de expectativas ou de oportunidades de novas experiências que têm dinamizado o atual fenómeno de chegada de milhares de pessoas quer do continente africano como de outras partes do mundo.

Mas este fenómeno levanta um conjunto de problemas quando abordado de uma perspetiva unilateral, ocultando possibilidades de compreensão relevante de padrões que impulsionam determinadas dinâmicas migratórias. Particularmente, este ponto vem no sentido demonstrativo de que o contexto arquipelágico cabo-verdiano merece ser visto em múltiplas perspetivas que ancorem experiências várias que podem fazer cair o molde

do “trânsito” enquanto categoria enraizada no paradigma de controlo das migrações africanas rumo à Europa. Até porque, como tem-se demonstrado, trata-se de um destino migratório com diversas origens, de razões muito diversas e com uma representatividade histórica forte da emigração. Assim, as migrações para este país revelam-se significativamente complexa. Por isso, é redutora a apresentação de abordagens meramente centralizadas na exclusividade do trânsito migratório.

Procuró apontar neste estudo algumas notas que considero muito importantes. É sabido que a migração na região da África Ocidental foi historicamente, e continua sendo, um fenómeno bastante complexo. Além disso, deve-se ter em conta a complexidade de experiências individuais. Ao centrar o foco em experiências migratórias, particularmente fazendo a ponte para os últimos pontos da tese, este trabalho procura chegar mais perto de determinados contextos que caracterizam aquilo que tem feito parte dos complexos fenómenos contemporâneos envolvendo as migrações e experiências de pessoas que têm chegado a este arquipélago. Contudo, podemos ver que grande parte dos atuais debates baliza-se entre as implicações da pertença de Cabo Verde, por um lado, à CEDEAO e, por outro lado, aos acordos e parcerias estabelecidas com a União Europeia e os seus Estados-membros. Consequentemente, isto tem reforçado a indiscutível reemergência de discursos em torno da identidade, simultaneamente, determinadas pelas relações em torno das fronteiras, ampliando os desafios para o Estado de Cabo Verde no sentido de saber enfrentar este novo cenário da imigração.

Apesar de o tema “imigração” fazer parte da atual agenda política, e de se presenciar o fenómeno do aumento considerável do número da população de nacionalidade de outros países, especialmente daqueles que chegam da Costa Ocidental Africana, procuró reforçar o argumento de que as migrações em Cabo Verde acompanharam todo o processo histórico das ilhas e das gentes que fizeram e têm feito parte integrante deste espaço. Independentemente das possíveis expectativas que se criaram ao longo da década de noventa e na virada do milénio, enquanto um ponto mais fácil de se chegar à Europa, dando proeminência do arquipélago como uma possibilidade de trânsito. Mas é igualmente verdade que a realidade geopolítica em torno do Mediterrâneo e do Magrebe tem servido como justificativa para a resistência das fronteiras europeias. E o seu controle conduziu a que elas se estendessem ao longo do Atlântico, chegando às ilhas de Cabo Verde, como forma de barrar a imigração indesejada ou ilegal. Assim, desde os anos 90 e na virada do novo milénio têm-se

observado uma intensificação e um aumento considerável da retenção de um maior número possível de pessoas que partem dos países da CEDEAO perspetivando o continente Europeu. No entanto, deve-se notar que a sedentarização é uma experiência que vem acontecendo há décadas, especialmente após o período da independência de Cabo Verde, em 1975.

A região é fortemente marcada pelo estilo de vida de práticas comerciais. Assim, é bem possível que alguns, tendo mais possibilidades, venham a conhecer as condições em todo o contexto da livre circulação na região para fazerem desenvolver ou expandir o seu negócio a uma escala transnacional. Assim, as ilhas de Cabo Verde, no âmbito da expansão do investimento em turismo e uma maior abertura internacional, estão se tornando como um alvo desejável para pequenos comerciantes da região. Isso pode justificar ou reforçar a expressão de um longo processo de migração intrarregional dinâmico, no contexto do Oeste Africano, que se intensifica cobrindo o arquipélago de Cabo Verde.

De acordo com os dados apresentados nos capítulos III e IV, visualiza-se uma grande discrepância entre o número de pessoas com nacionalidade estrangeira residente em Cabo Verde. Particularmente referindo-se àqueles que se encontram em situação de falta de documentação formal de residência no país. Também é verdade que a falta de controlo estatístico pode contribuir para um desconforto institucional relativo quando confrontado com o fenómeno da “migração irregular” (refere-se especialmente aqueles que ultrapassam os 90 dias permitidos de estada em Cabo Verde sem obter um documento de autorização de residência). Em especial para a imigração no contexto da CEDEAO, deve-se dizer que a origem deste fenómeno tornou-se uma preocupação política em Cabo Verde, e pode ter desenvolvido uma noção generalizada de que esses imigrantes, comumente, estão em “trânsito” (para a Europa ou para o Norte da América). Por isso, eles não estarão muito inclinados a dedicar uma devida atenção para questões que possam ser de seu interesse em Cabo Verde. Todas essas preocupações em grande parte têm perturbado uma fixação devida de imigrantes em Cabo Verde, limitando as condições de contribuir para a criação de uma melhor situação de vida em Cabo Verde e de gerar, conseqüentemente, ganhos económicos, culturais, políticos e sociais ao nível local ou nacional (Varela e Barbosa, 2014). Na verdade, uma das constatações mais evidentes desta tese é que a permanência tem-se revelado a médio / longo prazo, e que uma parte considerável desses migrantes tem estado atenta à sua presença e à sua participação nos espaços de interesse em Cabo Verde.

Outra questão digna de ser examinada tem a ver com os estereótipos em relação aos fluxos de homens e mulheres da África Ocidental e a associação com efeitos adversos refletidos no senso comum. Muitas vezes, e de forma generalizada, a representação de grupos de migrantes está relacionada a imagens de conflito, violência, pobreza, ilegalidade, ou mesmo de grupos sem intervenção política e social no destino. Quando nos abrimos para deixar espaço para que outras experiências sejam destacadas, um outro cenário ganha relevo. Particularmente porque as pessoas revelam-se também portadoras de um lado criativo e dinâmico. Como demonstro nos pontos do último capítulo desta tese, esse lado construtivo das pessoas constitui-se em elementos que lhes dão capacidade de autonomia e de construir as suas experiências. Como consequência, essa capacidade lhes estimula à participação como atores da vida cívica no contexto social da cidade ou do país de destino. Por vezes, até ligando várias outras localidades participando, seja ao nível social, cultural, económico ou ao nível político.

Em muitos dos momentos do trabalho de pesquisa para este estudo pude perceber as pessoas migrantes enquanto descobridoras. São descobridoras de novas paisagens, novas relações, novas experiências. Tudo isso para levarem a cabo um determinado projeto ou um desejo que implicou emigrar e descobrir um novo lugar, novas pessoas, novas histórias.

Em Cabo Verde, a atual discussão sobre a imigração começa a emergir nos debates políticos e académicos, mas ainda com relativa superficialidade. Por isso, encontramos ainda várias lacunas na abordagem sobre esse tema. Mesmo para a realização de um estudo sobre esta matéria pouco ainda se encontra de modo a se sustentarem alguns canais de reflexão. Daí o propósito desta tese procurar, para além de alguns poucos estudos *supra* citados, apresentar uma abordagem geral das migrações para Cabo Verde. Este contributo deverá lançar algumas bases para futuras discussões e estudos mais focalizados em aspetos específicos das atuais migrações de e para Cabo Verde.

Todo o percurso feito para a realização deste trabalho resultou num profundo processo de aprendizagem. Posso inclusive fazer uma divisão em dois campos distintos.

a) Aprendizagem académica, ganhando solidez em termos teóricos e metodológicos para poder chegar mais perto das realidades sociais e assim poder apresentar uma interpretação de experiências quotidianas nos contextos sociais. As leituras de base no paradigma do transnacionalismo migrante, por seu lado, obrigaram-me a uma análise mais cruzada e complexa das relações estabelecidas pelas pessoas. Logo, vários dos

conceitos utilizados para analisar as mobilidades humanas são aqui problematizados, dando lugar às possíveis discussões levantadas neste estudo; b) Aprendizagem do contacto e da convivência com as pessoas que chegam de um outro lugar, trazendo, por vezes, uma história diferente. Esta oportunidade, singular em cada momento, permite uma abertura a outras possibilidades de pensar o social. Pensar o social, por exemplo, através do contacto, da presença, da escuta. Aqui se apresentou um grande desafio merecedor de ser partilhado. O desafio da educação por meio da “arte de ouvir”, isto é, “aprender a compreender o Outro dentro do seu contexto histórico” (Cury, 2009: 152). Para isso implica estar-se disponível para a criação de vínculos. Romper a rigidez das relações enquanto procedimento profissional e ganhar sensibilidade, capacidade de se colocar e visualizar a posição da pessoa que aceita fazer parte deste estudo e contribuir com a sua experiência de modo a dar uma mais-valia, que, ao fim e ao cabo, tem uma finalidade maior – humanitária. Percebi que cada um dos momentos de contacto com as pessoas que participaram neste estudo foi também mais uma oportunidade de criação de laços de confiança. E um dos resultados maiores é que, ao fim deste trabalho, enquanto investigador presente nos espaços de vida quotidiana dessas pessoas, não fica agora uma coisa vazia e distante, onde acaba o contacto e a relação estabelecida com o interveniente. Também, por grande virtude delas, fica uma ponte de manutenção de proximidade, de solidariedade e de amizade.

Portanto, este trabalho é o resultado de um processo que acaba por conciliar a aprendizagem e a reprodução das experiências, levando-as a dialogar com um conjunto alargado de noções mais teóricas e categorias criadas em torno dos processos, dos fluxos e das práticas que têm traduzido migrações e a circulação de pessoas de e para o arquipélago de Cabo Verde. Em suma, reafirmo a ideia da pertinência da aprendizagem com as experiências, enquanto mais um elemento que pode acompanhar o rigor da análise científica dos fenómenos sociais, e que atribui a cada um de nós essa responsabilidade de reflexão sobre o social, sem perder o carácter relacional e humano, podendo, inclusivamente, requerer a nossa autorreflexão enquanto pessoa, para além de investigador em ciências sociais.



## Bibliografia

- Adebusuye, Paulina (2006), *Geographic Labour Mobility in Sub-Saharan Africa*. Working Paper 1, IDRC Working Paper on Globalization, Growth and Poverty Working Paper Series, Ottawa: International Development Research Centre.
- Adepoju, Aderanti (2001), “Regional integration, continuity and changing patterns of intra-regional migration Sub-Saharan Africa”, in M. A. B. Siddique (ed.), *International Migration into the 21<sup>st</sup> Century*. Cheltenham/Northampton, MA: Edward Elgar.
- Adepoju, Aderanti (2004), “Changing Configurations of Migrations in Africa”, *Migration Information Source*. <http://www.migrationpolicy.org/article/changing-configurations-migration-africa> [03 de maio de 2013].
- Adepoju, Aderanti (2006), “Leading issues in international migration in sub-Saharan Africa”, in Catherine Cross; Derik Gelderblom; Niel Roux and Jonathan Mafukidze (eds.), *Views on Migration in Sub-Saharan Africa*. Cape Town: HSRC Press, 25-47.

- Albuquerque, Luís de (2001), “O descobrimento das ilhas de Cabo Verde”, in Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos (coord.), *História Geral de Cabo Verde*. Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Investigação Cultural.
- Almeida, Raymond, (s/d), *Nos ku Nos: A Comunidade Transnacional Cabo-verdiana*. <http://www1.umassd.edu/specialprograms/caboVerde/cvtransp.htm>, [02 de setembro de 2013].
- Amaral, Ilídio do (2001), “Cabo Verde: introdução geográfica”, in Luís de Albuquerque e Maria Emília M. Santos (coords.), *História Geral de Cabo Verde* (Vol. I). Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Tropical e Instituto Nacional de Investigação Cultural, 1-22.
- Amselle, Jean-Loup e M’Bokolo, Elika (coords.) [1985] (2014), *Pelos Meandros da Etnia. Etnia, tribalismo e Estado em África*. Odivelas: Edições Pedagogo.
- Anderson, Benedict (1983), *Imagined Communities: Reflection on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres: Verso.
- Andrade, Elisa (1973), “Les iles du Cap Vert de l’esclavage a l’imigration ‘spontanée’”, *Les emigrations capverdiennes à Dakar*. Nations Unies, Dakar: IDEP.
- Andrade, Elisa (1996), *As Ilhas de Cabo Verde da “Descoberta” à Independência Nacional (1460-1975)*. Paris: Edições L’Harmattan.
- Andrade, Elisa (2002), “Cape Verde”, in Patrick Chabal, *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. London: Hurst & Company, 265-267.
- Andrade, José (1998), “Migrações Cabo-verdianas”, in AHN, *Descoberta das Ilhas de Cabo Verde*. Praia: Arquivo Histórico Nacional, 69-105.
- Anjos, José Carlos G. dos (2000), “Cabo Verde e a importância do ideograma brasileiro na mestiçagem”, *Horizontes Antropológicos*, 6 (14), 177-204.
- Anjos, José Carlos G. dos (2002), *Intelectuais, Literatura e Poder em Cabo Verde: Lutas de Definição da Identidade Nacional*. Porto Alegre e Praia: UHRGS/IFCH e INIPC.

- Appadurai, Arjun (1996), *Modernity at Large. Cultural Dimensions of Globalization*. Minneapolis and London: University of Minnesota Press.
- Baganha, M. Ioannis (2000), “Labour Market and Migration: Economic Opportunities for Immigrants in Portugal”, in Russell King *et al.*, (eds.), *Eldorado or Fortress? Migration in Southern Europe*. London, New York: Macmillan Press, 79-103.
- Baganha, M. Ioannis (2001), “A cada sul o seu norte: Dinâmicas migratórias em Portugal”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Globalização, Fatalidade ou Utopia?* Porto: Afrontamento, 135-159.
- Baganha, Maria I. (1995), “Unbroken Links: Portuguese Emigration to the USA”, in Robin Cohen (ed.), *The Cambridge Survey of World Migration*. Cambridge: Cambridge University Press, 91-96.
- Baker, Bruce (2006), “Cape Verde: The Most Democratic Nation in Africa?” *Journal of Modern African Studies*, 44 (4): 493-511.
- Bakewell, Oliver and de Haas, Hein (2007), “African Migrations: continuities, discontinuities and recent transformations”, in Patrick Chabal, Ulf Engel and Leo de Haan (eds.) *African Alternatives*. Leiden: Brill, 95-118.
- Baleno, Ilídio (2001) [2ª Ed.], “Povoamento e Formação da Sociedade”, in Luís de Albuquerque e Maria E. M. Santos (coords.), *História Geral de Cabo Verde* (Vol. I). Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Investigação Cultural, 125-177.
- Balibar, Étienne (2004), *We, the People of Europe? Reflections on Transnational Citizenship*. Princeton and Oxford: Princeton University Press.
- Barbosa, Carlos Elias (2011a), “Towards rereading of the rhythms’ in a post-colonial migratory context: the Cape Verdeans descendants in Portugal”, in Frank Eckardt and John Eade (eds), *The ethnically diverse city*. Berlin: Berliner Wissenschafts-Verlag, 141-161.
- Barbosa, Carlos Elias (2011b), “Arquipélago de Cabo Verde do Colonial ao Pós-Colonial: um ponto de tráfego migratório regional”, in Bussotti, Luca e

- Ngoenha, Severino, *Capo Verde dall'indipendenza a oggi: studi post-coloniali*. Udine: Aviani & Aviani editori, 183-201.
- Barbosa, Carlos Elias; Ramos, Max Ruben (2008), “Vozes e movimentos de afirmação: os filhos de cabo-verdianos em Portugal”, in Pedro Góis (org.), *Comunidade(s) Caboverdiana(s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*. Lisboa: ACIDI, 173-191.
- Barros, José (2008), *A Integração dos Emigrantes no Sistema Político Caboverdeano*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- Barros, Lucile; Lahlou, Mehdi; Escoffier, Claire; Pumares, Pablo and Ruspini, Paolo (2002), *L'immigration Irregulière Subsharienne à Travers et Vers le Maroc*. Geneve: ILO
- Barros, Victor (2008), “As «sombras» da Claridade: entre o discurso de integração regional e a retórica nacionalista”, in Luís Reis Torgal, Fernando Tavares Pimenta e Julião Soares Sousa (Coords.), *Comunidades Imaginadas: Nações e Nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 193-217.
- Basch, Linda, Glick Schiller, Nina e Blanc, Cristina S. (1994), *Nation Unbound: Transnational Projects, Post-Colonial Predicaments and Deterritorialized Nation-States*. New York: Gordon and Breach.
- Bastos, Cristiana (2009), “O medo dos imigrantes”, in Elsa Lechner (org.), *Migração, saúde e Diversidade Cultural*. Lisboa: ICS, 127-136.
- Battistela, Graziano (2008), “Irregular Migration”, *World Migration*, n.º 4, IOM, 201-233. <http://www.iom.int/jahia/Jahia/cache/offonce/pid/1674?entryId=20275>, [03 de maio de 2009].
- Becker, Howard (1991), *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance*. New York: The Free Press.
- Black, Richard (1998), *Refugees, Environment and Development*. London: Longman.

- Black, Richard (2006), “Moving backwards? Migration in sub-Saharan Africa” in Barbara Marshall (ed.), *The politics of migration: a survey*. London: Routledge, 112-29.
- Bordonaro, Lorenzo e Pussetti, Chiara (2006), “Da utopia da migração à nostalgia dos migrantes: percursos migrantes entre Bubaque (Guiné Bissau) e Lisboa”, in Antónia Pedroso Lima e Ramon Sarro (Orgs.), *Territórios Metropolitanos: ensaios sobre produção etnográfica*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 125-153.
- Brito-Semedo, Manuel (2006), *A Construção da Identidade Nacional: Análise da Imprensa entre 1877 e 1975*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- Brito-Semedo, Manuel (2012), “Uma visão antropológica da Igreja do Nazareno de Cabo Verde – parte II”, *Esquina do tempo – Magazine Cultural Online*, <http://brito-semedo.blogs.sapo.cv/312418.html>, [20 de abril de 2014].
- Brunel, Sylvie (2004), *L’Afrique: Un continent en réserve de développement*. Rosny-sous-Bois: Édition Bréal.
- Burawoy, Michael (1998), “The Extended Case Method”, *Sociological Theory*, 16(1), 4-33.
- Cabral, Iva (2001), “Ribeira Grande: Vida Urbana, Gente, Mercancia, Estagnação”, in Maria Emília Madeira Santos (coord.), *História Geral de Cabo Verde* (Vol. II). Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Investigação Cultural, 225-273.
- Caldeira, Isabel (1993), “O Afro-americano e o Cabo-verdiano: Identidade Étnica e Identidade Nacional”, in Boaventura de Sousa Santos (Org.), *Portugal: Um Retrato Singular*. Porto: Afrontamento, 592-627.
- Cardoso, Kátia (2008), “A diáspora ao serviço do desenvolvimento: os pontos de contacto entre a emigração e a política externa cabo-verdiana”, in Pedro Góis (org.), *Comunidade(s) Cabo-Verdiana(s): as múltiplas faces da imigração Cabo-Verdiana*. Lisboa: ACIDI, 195-208.

- Carling, Jørgen (2002), “Migration in the age of involuntary immobility: theoretical reflections and Cape Verdean experiences”, *Journal of Ethnical and Migration Studies*, 28 (1), 5-42.
- Carling, Jørgen (2002), “Return and reluctance in transnational ties under pressure”, Paper presented at the workshop ‘The dream and reality of coming home: The imaginations, policies, practices and experiences of return migration.’ Institute of Anthropology, University of Copenhagen, March 8-10, 2002. [http://www.academia.edu/448519/Return\\_and\\_Reluctance\\_In\\_Transnational\\_Ties\\_Under\\_Pressure](http://www.academia.edu/448519/Return_and_Reluctance_In_Transnational_Ties_Under_Pressure), [22 de setembro de 2012].
- Carling, Jørgen (2003), “Cartographies of Cape Verdean Transnationalism”, *Global Networks*, 3 (4), 335-340.
- Carling, Jørgen (2004), “Emigration Return and Development in Cape Verde: The Impact of Closing Borders”, *Population, Space and Place*, 10, 113-132.
- Carling, Jørgen (2008), Policy Challenges Facing Cape Verde in the Areas of Migration and Diaspora Contributions to Development. Oslo: International Peace Research Institute (PRIO), PRIO paper, [http://www.prio.no/misc/Download.aspx?file=%2fPublication+File%2ffile5139\\_carling\\_2008\\_policy\\_challenges\\_facing\\_cape\\_verde.pdf](http://www.prio.no/misc/Download.aspx?file=%2fPublication+File%2ffile5139_carling_2008_policy_challenges_facing_cape_verde.pdf), [20 de fevereiro de 2012].
- Carling, Jørgen e Åkesson, Lisa (2009), “Mobility at the Heart of a Nation: Patterns and Meanings of Cape Verdean Migration”, *International Migration*, 47 (3), 123-155.
- Carreira, António (1964), “Aspetos da influência da cultura portuguesa na área compreendida entre o Rio Senegal e o Norte da Serra Leoa”, *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, n.º 76.
- Carreira, António (1977), *Cabo Verde: Classes Sociais, Estruturas Familiares, Migrações*. Lisboa: Ulmeiro.
- Carreira, António (1983), *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*. Praia: Instituto Cabo-verdeano do Livro.

- Carreira, António (2000) [3ª Ed.], *Cabo Verde: Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*. Praia: Instituto de Promoção Cultural.
- Carvalho, Francisco (2009), *Migração em Cabo Verde: perfil nacional 2009*. Genebra: IOM.
- Castells, Manuel (1996), *The Rise of the Network Society*. Oxford: Blackwell.
- Castiel, Carol (2009), “Jews in Cape Verde” in Avram M. Ehrlich (ed.), *Encyclopedia of the Jewish Diaspora. Origins, Experiences, Culture*. Santa Barbara: ABC-CLIO, 459-461.
- Castles, Stephen (2000), *Ethnicity and Globalization*. London: Sage Publications.
- Castles, Stephen (2005), *Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios: dos Trabalhadores Convidados às Migrações Globais*. Lisboa: Fim de Século.
- Castles, Stephen and Miller, Mark J. (2003) [3rd ed.], *The Age of Migration. International Population Movement in the Modern World*. New York: Palgrave Macmillan.
- Castles, Stephen and Miller, Mark J. (2009) [4rd ed.], *The Age of Migration. International Population Movement in the Modern World*. New York: Palgrave Macmillan.
- Chambouleyron, Rafael (2006), “Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII)”, *Revista Brasileira de História*, 26 (52), 79-114, <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26305205>, [02 de março de 2014].
- Chaves, Manuel Fernández & García, Rafael Pérez (2010), “Las redes de trata negrera: mercaderes portuguesas y tráfico de esclavos en Sevilla (1560-1580)”, in Aurelia Martin Casares & Margarita García Barranco (comps.), *La esclavitud negroafricana en la historia de España, Siglos XVI y XVII*. Granada: Comares, 5-34.
- CIMI, (2010), *Imigração em Cabo Verde: Subsídios para a Política Nacional de Imigração*. Praia: Gabinete do Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro.

- Cissé, Daouda (2013), “A Portrait of Chinese Traders in Dakar, Senegal”, *Migration Information Source*. MPI.
- Clifford, James (1988), *The Predicament of Culture. Twentieth-Century Ethnography, Literature and Art*. Cambridge: Harvard University Press.
- Coelho, J. P. Borges (2004), “Estado, comunidades e calamidades naturais no Moçambique rural”, in Boaventura de Sousa Santos (Org.), *Semear outras soluções: caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Porto: Afrontamento, 180-209.
- Cole, Phillip (2000), *Philosophies of Exclusion. Liberal, Political, Theory and Immigration*. Edinburg: Edinburg University Press.
- Comaroff, John e Comaroff, Jean (1992), *Ethnography and the Historical Imagination*. Boulder: Westview Press.
- Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania (2006), *Problemática da Migração Clandestina ou Irregular: Recomendações*. CNDHC/Rec/GTPMR/01/2006: 2.
- Correia e Silva, António L. (1996) [2ª Ed.], *História de um Sahel Insular*. Praia: Spleen Edições.
- Correia e Silva, António L. (2003), *Combates pela história*. Praia: Spleen edições.
- Correia, Cláudia (1998), *Presença dos Judeus em Cabo Verde*. Praia: Arquivo Histórico Nacional.
- Costa, Susano, (2011), “A Política Externa Cabo-verdiana e a União Europeia: da Coerência dos Princípios ao Pragmatismo da Ação”, in Bussotti, Luca e Ngoenha, Severino, *Capo Verde dall’indipendenza a oggi: studi post-coloniali*. Udine: Aviani & Aviani editori, 105-146.
- Costa, Susano (2012), “A Política Externa Cabo-Verdiana: entre a África, a Europa e as Américas”, in Iolanda Évora & Sónia Frias (Coords.), *In Progress - Seminário sobre Ciências Sociais e Desenvolvimento em África*. Lisboa: CEsA, 221-257.



- Curtin, Philip (1997), "Africa and Global Patterns of Migration", in Wang Gungwu (ed.), *Global History and Migration*. Boulder: Westview Press, 63-94.
- Cury, Augusto (2006), *Os segredos do Pai-Nosso: A solidão de Deus*. Rio de Janeiro: Sextante.
- Cury, Augusto (2007), *Inteligência Multifocal: Análise da Construção dos Pensamentos*. Cascais: Pergaminho.
- Cury, Augusto (2012), *O Mestre do Amor. Jesus, o maior exemplo de sabedoria, perseverança e compaixão*. Alfragide: Dom Quixote.
- De Haas, Hein & Berriane, Mohamed (2012), "Introduction: New Questions for Innovative Migration Research", in Hein De Haas and Mohamed Berriane (eds.), *African Migrations Research: Innovative Methods and Methodologies*. Africa World Press & International Migration Institute, 1-14.
- Delgado, José Pina (2013), "O Cruzamento entre a Política Migratória Cabo-Verdiana para a Europa e a Política Migratória Cabo-Verdiana para a África Ocidental: Racionalidade, Incoerência ou Inevitabilidade de uma Democracia em Consolidação?", in Cristina Sarmiento e Suzano Costa (orgs.), *Entre África e a Europa: Nação, Estado e Desenvolvimento em Cabo Verde*. Lisboa: Almedina.
- Deshingkar, Priya e Natali, Claudia (2008), "Internal Migration", *World Migration*, n.º 4, IOM, 173-199.
- Domingues, Ângela (2001), "Administração e Instituições: Transplante, Adaptação, Funcionamento", in Luís de Albuquerque e Maria E. M. Santos (coords.), *História Geral de Cabo Verde* (Vol. I). Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Investigação Cultural: 41-123.
- Duarte, Manuel (1999), *Caboverdianidade, Africanidade e outros textos*. Praia: Herdeiros de Manuel Duarte e Spleen Edições.
- Duvell, Frank (2006), "Crossing the fringes of Europe: Transit migration in the EU's neighbourhood", Working Paper n.º 33, Centre on Migration, Policy and Society, University of Oxford. <http://www.politis-europe.uni-oldenburg.de/download/UK.pdf>, [28 de maio de 2009].

- Duvell, Frank (2008), “Transit, migration and politics: Trends and constructions on the fringes of Europe”, *IMISCOE*, nº 12, August 2008.
- Entzinger, Han; Martiniello, Marco; Wenden, Catherine Wihtol de (eds.) (2004), *Migration between states and markets. Research in Migration and Ethnical Relations Series*. Aldershot: Ashgate.
- Escobar, Arturo (1995), *Encontering Development: the Making and Unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press.
- Estanque, Elísio (1999), *Classe e comunidade num contexto em mudança. Práticas e subjectividades de uma classe em recomposição: o caso do operariado do calçado em S. João da Madeira*. Tese de Doutoramento em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Évora, Iolanda (2007), “«Minha gente, minha terra». As atribuições sociais do papel de emigrante”, in Marzia Grassi e Iolanda Évora (Orgs.), *Género e Migrações Cabo-verdianas*. Lisboa: ICS, 63-98.
- Faist, Thomas (2000), *The volume and dynamics of international migrations and transnational social spaces*. Oxford: Clarendon Press.
- Fanon, Frantz (1961), *Os Condenados da Terra*. Lisboa: Editora Ulisseia.
- Ferguson, James (1999), *Expectations of Modernity: Myths and Meanings of Urban Life on the Zambian Copperbelt*. Berkeley: University of California Press.
- Ferguson, James (2006), *Global Shadows: Africa in the Neoliberal World Order*. Durham: Duke University Press.
- Fernandes, Gabriel (2006), *Em busca da Nação. Notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo*. Florianópolis /Praia: Editora da UFSC/IBNL.
- Fiedler, Johannes (org.) (2008), *Cabo Verde, A Lógica do Crescimento: Experiências de Planeamento Urbanístico na Ilha de Santiago 2003-2007*. Viena: Sudwind.
- Filho, João Lopes (1996), *Ilha de São Nicolau: Cabo Verde Formação da Sociedade e Mudança Cultural (2º Vol.)*. Praia: Secretariado-Geral do Ministério da Educação.

- Fitzgerald, David (2006), "Towards a Theoretical Ethnography of Migration", *Qualitative Sociology*, 29 (1), 1-20.
- Fundo de Desenvolvimento Nacional (1984), *Linhas Gerais da História do Desenvolvimento Urbano da Cidade do Mindelo*. Praia: Ministério da Economia e das Finanças.
- Furtado, Clementina (2011), "Imigração e Mercado de Trabalho em Cabo Verde: Atitudes e Representações Recíprocas" comunicação realizada no âmbito do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, *Diversidades e (Des)Igualdades*, Salvador, 07 a 10 de Agosto.
- Gilroy, Paul (1993), *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Glick Schiller, N.; Basch, L.; Blanc-Szanton, C. (1999), "Transnationalism: A New Analytic Framework for Understanding Migration" in Steven Vertovec and Robin Cohen (eds.), *Migration, Diaspora and Transnationalism*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Glick Schiller, N.; Fouron, George E. (2001), *Georges woke up laughing: Long-distance nationalism and the search for home*. Durham/London: Duke University Press.
- Gluckman, Max (1958), *Analysis of Social Situation in Modern Zululand*. Manchester: Manchester University Press for the Rhodes-Livingstone Institute.
- Gluckman, Max (1961), "Ethnographic Data in British Social Anthropology", *The Sociological Review*, 9, 5-17.
- Gluckman, Max (1964) (ed.), *Closed Systems and Open Minds: The Limits of Naivety in Social Anthropology*. Chicago: Aldine.
- Góis, Pedro (2006), *Emigração Cabo-verdiana para (e na) Europa e a sua Inserção em Mercados de Trabalho Locais: Lisboa, Milão e Roterdão*. Lisboa: ACIME.
- Góis, Pedro M. R. S. M. (2002). *A Emigração Cabo-verdiana para (e na) Europa e a sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão*. Lisboa: ACIME.

- Grassi, Marzia (2003), *Rabidantes: comércio espontâneo transnacional em Cabo Verde*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Grosfoguel, Ramon (2008), “Para descolonizar os estudos da economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, 115-147.
- Guarnizo, Luis E. (2003), “The Economics of Transnational Living”, *International Migration Review*, 37(3), 666-699.
- Guarnizo, Luis E.; Sánchez, A. I.; Roach, E. M. (1999), “Mistrust, fragmented solidarity and transnational migration: Colombians in New York City and Los Angeles”, *Ethnic and Racial Studies*, 22(2), 367-397.
- Gupta, Akhil and Ferguson, James (1997), “Discipline and Practice: «The Field» as Site, Method and Location in Anthropology” in Akhil Gupta and James Ferguson (eds), *Anthropological Locations, Boundaries and Grounds of a Field Science*. Berkeley: University of California Press, 1-46.
- Haas, Hein de (2005), Morocco’s migration transition: trends, determinants and future scenarios. *Global Migration Perspectives*, nº 28, Global Commission on International Migration. <http://www.heindehaas.com/Publications/De%20Haas%202005%20%28MDR%203%20-20No%2009%29%20Morocco%27s%20Migration%20Transition%20-20Trends.%20Determinants%20and%20Future%20Scenarios.pdf>, [13 de abril de 2009].
- Haas, Hein de (2006), Transit-Saharan Migration to North Africa and EU: Historical Roots and Current Trends. <http://www.migrationpolity.org>, [13 de abril de 2009].
- Haas, Hein de (2007), *North African migration systems: evolution, transformations and development linkages*. Working Paper, International Migration Institute: University of Oxford.
- Hall, Stuart (2003), “Que ‘negro’ é esse na cultura negra”, in *Díaspóra*, Belo Horizonte: UFMG.

- Hamilton, Russel (1984), *Literatura Africana Literatura Necessária II: Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Edições 70.
- Haugen, Heidi Østbø e Carling, Jørgen (2005), “On the edge of the Chinese diaspora: The surge of baihuo business in an African city”, *Ethnic and Racial Studies*, 28 (4), 639-662, <http://www.migrationinformation.org/Feature/display.cfm?ID=959>, [27 de setembro de 2013].
- Herbst, Jeffrey (1990), “Migration, the Politics of Protest, and State Consolidation in Africa”, *African Affairs*, 89 (355), 183-203.
- Hesse, B. and Sayyid, S. (2006), “Narrating the Postcolonial Political and the Immigrant Imaginary”, in N. Ali *et al.*, (Eds.), *A Postcolonial People: South Asians in Britain*. London: Hurst & Company, 13-31.
- Instituto Nacional de Estatística (2000), *Censo 2000 - “Migrações”*. Praia: Instituto Nacional de Estatística.
- IOM (2005), *World Migration 2005: Costs and Benefits of Migration*. Geneve: IOM.
- Itzigsohn, Jose; Dore Cabral, C; Medina, Hernández E.; Vázquez O. (1999), “Mapping Dominican Transnationalism: Narrow and Broad Transnational Practices”, *Ethnic and Racial Studies*, 22(2), 217-237.
- Jerónimo, Helena e Neves, José (2012), Entrevista com Boaventura de Sousa Santos, “O intelectual de retaguarda”, *Análise Social*, 204, XLVII (3.º), 685-711.
- Ki-Zerbo, Joseph (1999), *História da África Negra (Vol. I)*. Mem-Martins: Publicações Europa-América.
- Kopytoff, Igor (1987), *The African Frontier: The Reproduction of Traditional African Societies*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press.
- Kritz, Mary M., Lim, Lin L. e Zlitnik, Hania (eds.) (1992), *International Migration Systems: A Global Approach*. Oxford: Clarendon Press.
- Lahlou, Mehdi (2008), *Undocumented Migration: Counting the uncountable. Data and Trends across Europe*. Country report prepared for the research project

CLANDESTINO, funded under the 6th Framework Programme of the European Union. <http://clandestino.eliamep.gr/wp-content/uploads/2009/02/morocco.pdf>, 03 de maio de 2009].

- Landolt, Patrícia; Autler, Lilian; Baires, Sónia (1999), “From Hermano Lejano to Hermano Mayor: The Dialectics of Salvadoran Transnationalism”, *Ethnic and Racial Studies*, 22(2), 290-315.
- Lechner, Elsa, (2012), “Oficina de trabalho biográfico: pesquisa, pedagogia e ecologia de saberes”, *Educação e Realidade*, 37 (1), 71-85.
- Leitão da Graça, Camilo (2007), *Cabo Verde. Formação e Dinâmicas Sociais*. Praia: Instituto de Investigação e do Património Cultural, e Autor.
- Lessa, Almerindo e Ruffié, Jacques (1960) *Seroantropologia das ilhas de Cabo Verde: Mesa redonda sobre o homem cabo-verdiano*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Levinson, Amanda (2005), *Why Countries Continue to consider Regularization*. <http://www.migrationpolicy.org>, [15 de maio de 2009].
- Levitt, Peggy (2003), “«You Know, Abraham was really the first Immigrant»: Religion and Transnational Migration”, *The International Migration Review*, 37(3), 847-873.
- Levitt, Peggy; Glick-Schiller, Nina (2004), “Conceptualizing Simultaneity: A Transnational Social Field Perspective on Society”, *The International Migrations Review*, 38(3), 1002-1039.
- Lima, Filomena (2013), *História da Igreja do Nazareno: Uma Igreja Centenária em Cabo Verde*. Praia: Igreja do Nazareno, Distrito de Cabo Verde.
- Lopes, José Vicente (2001), “As origens históricas da reivindicação da independência”, *Cultura, Revista de Estudos Cabo-verdianos*. Número especial: 9-24.
- Loude, Jean-Yves (1999), *Cabo Verde: Notas Atlânticas*. Mem-Martins: Publicações Europa-América.

- Maffia, Marta (1993), “Los inmigrantes caboverdeanos en la Argentina, una minoria invisible”, in *Museo*, s.l., Universidad Nacional de la Plata, 40-46.
- Maffia, Marta (2008), “Cape Verdeans in Argentina”, in Luís Batalha, Luís & Jørgen Carling (eds.), *Transnational Archipelago. Perspectives on Cape Verdean Migration and Diaspora*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 47-54.
- Mafukidze, Jonathan (2006), “A discussion of migration and migration patterns and flows in África”, in Derik Gelderbom, Niel Roux and Jonathan Mafukidze (eds.), *Views on Migration in Sub-Saharan Africa*. Cape Town: HSRC Press, 103-129.
- Malheiros, Jorge M. (2001), *Arquipélagos migratórios: transnacionalismo e inovação*. Tese de Doutoramento em Geografia Humana. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Maldonado-Torres, Nelson (2008), “A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, 71-114.
- Mapril, José (2008), *A «Modernidade» do Sacrifício Qurban, lugares e circuitos transnacionais entre bangladeshis em Lisboa*. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais: Especialidade Antropologia Social e Cultural. Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Marcelino, Pedro F. (2011) *The New Migration Paradigm of Transitional African Spaces: Inclusion, Exclusion, Liminality and Economic Competition in Transit Countries: A Case Study on the Cape Verde Islands*. Saarbrücken, Germany: Lambert Academic Publishing.
- Marconni, Giovanna (2010), “Not just passing through: International Migrants in Cities of «Transit Countries»” SSIIM Paper Serie, Vol. 6, [www.unescochair-iauav.it](http://www.unescochair-iauav.it), [10 de outubro de 2011].
- Marcus, George (1995), “Ethnography in/of the World System: the Emergence of Multi-Sited Ethnography”, *Annual Review of Anthropology*, 24, 95-117.
- Mariano, Gabriel (1993), *Ladeira Grande: Antologia Poética*. Lisboa: Vega.

- Mariano, Gabriel (s/d), *Vida e Morte de João Cabafume*. Lisboa: Vega.
- Marques, João Filipe (2001), “Racismo, etnicidade e nacionalismo. Que articulação?”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 61, 103-133.
- Marques, Margarida; Santos, Rui e Araújo, Fernanda (2001), “Ariadne’s thread: Cape Verdean women in transnational webs”, *Global Networks*, 1 (3), 283-306.
- Marques, Margarida (2006), “Singularidade nacional e construção da cidadania. A difícil incorporação dos imigrantes na sociedade portuguesa”, in Manuel Carlos Silva (org.), *Nação e Estado*. Porto: Afrontamento, 235-253.
- Massey, Douglas S.; Arango, Joaquín; Hugo, Graeme; Kouaouci, Ali; Pellegrino, Adela; Taylor, J. Edward (1998), *Worlds in Motion*. Oxford: Clarendon Press.
- Mauss, Marcel (2008), *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70.
- Mendes, José M. (1999), *Do ressentimento ao reconhecimento: vozes, identidades e processos políticos nos Açores: 1974-1996*. Tese de Doutoramento em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Mezzadra, Sandro (2012), *Direito de fuga*. Lisboa: Edições Unipop.
- Ministério das Finanças e do Planeamento (1992), *III Plano Nacional de Desenvolvimento 1992-1995*. Praia: Ministério das Finanças e do Planeamento.
- Ministério das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional (2002), *Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-2005*. Praia: Direção Geral do Planeamento.
- Mitchell, Clyde (1956), *The Kalela Dance*. Manchester: Manchester University Press for the Rhodes-Livingstone Institute.
- Mitchell, Clyde (1983), “Cases and Situation Analysis”, *The Sociological Review*, 31, 187-211.
- Moassab, Andreia (2013), Território e identidade em Cabo Verde: debate sobre a (frágil) construção identitária em contextos recém-independentes no mundo globalizado. <http://www.buala.org/pt/cidade/territorio-e-identidade-em-cabo-verde-debate-sobre-a-fragil-construcao-identitaria-em-context>, [25 de setembro de 2013].



- Monteiro, César Augusto (1997), *Comunidade Imigrada – Visão Sociológica. O caso da Itália*. São Vicente, Gráfica do Mindelo Lda.
- Nyberg-Sørensen, Nina, N. Van Hear, e P. Engberg-Pedersen (2002) “The Migration-Development Nexus: Evidence and Policy Options; State-of-the-Art Overview”, *International Migration*, 40(5): 3-48.
- Onfray, Michel (2009), *Teoria da Viagem: Uma Poética da Geografia*. Lisboa: Quetzal.
- Ong, Aihwa (1999), *Flexible Citizenship: The Cultural Logics of Transnationality*. Durham and London: Duke University Press.
- Ostergaard-Nielsen, Eva K. (2001), “Transnational political practices and the receiving state: Turks and Kurds in Germany and the Netherlands”, *Global Networks*, 1(3), 261-281.
- Ouedraogo, Dieudonne (1994), “Population, migration et développement”, *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 10 (3), 7-15.
- Pereira, Daniel (2005) [2ª ed.], *Estudos da História de Cabo Verde*. Praia: Alfa-Comunicações.
- Petras, Elizabeth (1981), “The global market in the modern world-economy”, in Mary M. Kritz, C. B. Keely and S. M. Tomasi (orgs.), *Global Trends in Migration: Theory and Research on International Population Movements*. New York: Center for Migration Studies, 44-63.
- Pimentel, Carolina (2001) *Cabo-verdianos em Milão e província: viagem no seio da comunidade dos cabo-verdianos em Milão e Província*. Milão [Policopiado].
- Piore, Michel (1979), *Birds of Passage: Migration Workers and Industrial Society*. New York: Cambridge University Press.
- Pires, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração*. Oeiras: Celta Editora.
- Portes, Alejandro (1997), “Globalization from below: The Rise of Transnational Communities”, WPTC-98-01, Princeton University.
- Portes, Alejandro (1999), *Migrações Internacionais: Origens, Tipos e modos de Incorporação*. Oeiras: Celta Editora.

- Portes, Alejandro e Rumbaut, R. (1996), *Immigrant America: a portrait*. Los Angeles: University of California Press.
- Portes, Alejandro e Walton, John (1981), *Labor, Class, and the International System*. New York: Academic Press.
- Portes, Alejandro; Guarnizo, Luis E.; Haller, William J. (2002), “Transnational Entrepreneurs: an Alternative from of Immigrant Economic Adaptation”, *American Sociological Review*, 67(2), 278-298.
- Portes, Alejandro; Guarnizo, Luis E.; Landolt, Patricia (1999), “The study of transnationalism: pitfalls and promise of an emergent research field”, *Ethnic and Racial Studies*, 22(2), 217-237.
- Querido, Jorge (2001), *Um Demorado Olhar sobre Cabo Verde*. Lisboa: Chiado Editora.
- Raj, Dhooleka S. (2003), “Where Are You Originally From?”, *Where are you from? Middle-class migrants in the modern world*. Berkeley: University of Califórnia, 184-210.
- Ramos, Manuel (2003) [2ª Ed.], *Mindelo D’Outrora*. Mindelo, Edição do Autor.
- Ramos, Max Ruben (2001), “Nazarenos Cabo-verdianos em Portugal: dinâmicas migratórias no contexto de um movimento protestante”, in Luca Bussotti e Severino Ngoenha, *Cabo Verde da independência a hoje: Estudos Pós-coloniais*. Udine: Aviani & Aviani, 213-227.
- Ratha, Dilip e Shaw, William (2007), *Causes of South-South Migration and its Socioeconomic Effects*. Banco Mundial. Em linha, <http://www.migrationpolicy.org>, acessido a 30 de Maio de 2009.
- Rocha, Eufémia (2009), *Mandjakus são todos os africanos, todas as gentes pretas que vêm de África: xenofobia e racismo em Cabo Verde*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNI-CV.
- Ruivo, Fernando; Zobel, Clemens, Allegretti, Giovanni; Barbosa, Carlos Elias e Fortes, Ilda (2013), *Acesso Formal dos Imigrantes aos Espaços Políticos. Eleitos e*

*Eleitores nos Municípios e Juntas de Freguesia Portuguesas*. Coimbra: Almedina.

Said, Edward (1978), *Orientalism*. New York: Pantheon Books.

Saint-Maurice, Ana de (1997), *Identidades Reconstruídas: Cabo-verdianos em Portugal*. Oeiras: Celta Edições.

Salt, John (1987), “Comparative trends in international migration study”, *International Migration*, 25 (3), 241-250.

Santos Trigueiros, Maria (2010), *Ensino/Aprendizagem da Língua Inglesa em Cabo Verde*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

Santos, Boaventura de Sousa (1983), “Os conflitos Urbanos no Recife: O caso do Skylab”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 11, 9-59.

Santos, Boaventura de Sousa (1994), “Modernidade, identidade e a cultura de fronteira”, in Boaventura de Sousa Santos, *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento, 119-137.

Santos, Boaventura de Sousa (1995), *Toward a New Common Sense. Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*. New York: Routledge.

Santos, Boaventura de Sousa (2001), “Os Processos da Globalização”, in Boaventura de Sousa Santos (Org.), *Globalização, Fatalidade ou Utopia?*. Porto: Afrontamento, 31-105.

Santos, Boaventura de Sousa (2002) *Toward a new legal common sense*. London: Butterworths.

Santos, Boaventura de Sousa (2006), “A crise do contrato social da modernidade e a emergência do fascismo social”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. Porto: Afrontamento, 295-316.

Santos, Boaventura de Sousa (2007), “Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 3-46.

- Santos, Emília M. e Cabral, Iva M. (2001), “O nascer de uma sociedade através do morador-armador”, in Luís de Albuquerque e Maria E. M. Santos (coords.), *História Geral de Cabo Verde* (Vol. I). Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Investigação Cultural: 371-430.
- Sarró, Ramon e Mapril, José (2009) “«Cidadãos e Súbditos»: o legado colonial na cidadania da Europa”, *Le Monde Diplomatique*, II Série, 28.
- Sassen, Saskia (1996), *Losing control?: sovereignty in an age of globalization*. New York: Columbia University Press.
- Sayad, Abdelmalek (1998), *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Sayyid, S. (2006), “Introduction: BrAsians, postcolonial people, ironic citizens”, in N. Ali et al., *A Postcolonial People: South Asians in Britain*. London: Hurst & Company, 1-10.
- Seabra, Hugo (2005), *Delinquência a preto e branco*. Lisboa: ACIDI, Observatório da Imigração.
- Senna Barcelos, Christiano J. de (2003) [2ª ed.], *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- Serels, M. Mitchell (1997), *Jews of Cape Verde: a brief history*. Nova York, Sepher-Hermon Press.
- Silva, António Barbosa da e Silva, Domingos Barbosa da (1990), *Odisseia Crioula*. Uppsala: Borgenhaugen.
- Sindjoun, Luc (2004), “Introduction: éléments d'analyse relationnelles des migrations et des transactions entre État et individu”, in Luc Sindjoun (dir.) *État, individus et réseaux dans les migrations africaines*. Paris: Karthala, 5-15.
- Smith, Robert C. (2003), “Migrant Membership as an Instituted Process: Transnationalization, the State and the Extra-Territorial Conduct of Mexican Politics”, *International Migration Review*, 37(2), 297-343.

- Thomas, Philip (2002), “The river, the road, and the rural-urban device: a post-colonial moral geography from southeast Madagascar”, *American Ethnologist*, 29 (2), 366-391.
- Torrão, Maria M. F. (2001), “Atividade comercial externa de Cabo Verde: organização, funcionamento, evolução”, in Luís de Albuquerque e Maria E. M. Santos (coords.), *História Geral de Cabo Verde* (Vol. I) [2ª ed.]. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação Cultural: 237-345.
- Torrão, Maria M. F. (2001), “Rotas comerciais, agentes económicos, meios de pagamento”, in Maria E. M. Santos (coord.), *História Geral de Cabo Verde* (Vol. II) [2ª ed.]. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 17-123.
- Trindade, Augusto (2000), *O Fenómeno Urbano na África Subsahariana: O caso de Luanda*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Varela, Odair (2013), “Cabo Verde: A Máquina Burocrática Estatal da Modernidade (1614-1990)”, in Cristina Sarmiento e Suzano Costa (Orgs.), *Entre África e a Europa: Nação, Estado e Desenvolvimento em Cabo Verde*. Lisboa: Almedina.
- Varela, Odair e Barbosa, Carlos Elias (2014), “Migration in Cape Verde: Legal and Policy Framework”, *European Scientific Journal*, special edition, 449-466.
- Vermeulen, Hans (2001), *Imigração, integração e a dimensão política da cultura*. Lisboa: Colibri.
- Vertovec, Steve (2001), “Transnational Social Formations: Towards Conceptual Cross-Fertilization”, Paper presented at the Workshop on *Transnational Migration: Comparative Perspectives*, Princeton University. [http://www.transcomm.ox.ac.uk/working\\_paper.htm](http://www.transcomm.ox.ac.uk/working_paper.htm), [16 junho de 2008].
- Vertovec, Steven (2004), “Migrant Transnationalism and Modes of Transformation”, *The International Migration Review*, 38 (3), 970-1001.
- Vertovec, Steven (2007), “Super-diversity and its implications”, *Ethnic and Racial Studies*, 30 (6), 1024-1054.

- Vigneswaran, Darshan (2012), “Experimental Data Collection Methods and Migration Governance” in Hein De Haas and Mohamed Berriane (eds.), *African Migrations Research: Innovative Methods and Methodologies*. Africa World Press & International Migration Institute, 114-146.
- Wallerstein, Immanuel (1974), *The modern world-system*. New York: Academic Press.
- Westwood, Sallie; Phizacklea (2000), *Transnacionalism and Politics of Belonging*. London: Routledge.
- Wieviorka, Michel (2010), *Nove Lições de Sociologia. Como abordar um mundo em mudança?* Lisboa: Editorial Teorema.
- Wimmer, Andreas and Glick Schiller, Nina (2010), “Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences”, *Global Networks: A Journal of Transnational Affairs*, 2 (4), 301-334.
- Wolf, Eric (1982), *Europe and the People without History*. Berkeley: University of California Press.
- Zlotnik, Hania (2003), “Migrants’ Rights, Forced Migration and Migration Policy in Africa”. Paper presented for Conference on African Migration in Comparative Perspective, Johannesburg, South Africa, 4-7 June.
- Zolberg, Aristide (1989), “The Next Waves: Migration Theory for a Changing World”, *International Migration Review*, 23(3), 403-430.
- Zobel, Clemens (1996), « Les génies du Kòma: Identités locales, logiques religieuses et enjeux socio-politiques dans les monts Manding du Mali », *Cahiers d'études Africaines*, XXXVI (2), 625-659.
- Zobel, Clemens (2011), “On the Pre-Conditions of Beginning a Discourse on Matters in Africa”, *E-Cadernos CES*, 12, 9-26.
- Zobel, C. et Jansen, J. (dir.) (1996), *The younger brother in Mande: kinship and politics in West Africa.*, (eds.), Leiden: Centre of Non Western Studies.
- Zobel, Clemens e Barbosa, Carlos Elias (2009), “Aproximación à Participación Formal de Cidadãos dos Países Lusófonos na Política Local Portuguesa”, *Tempo Exterior*, 19, Vol. X(I), 47-60.

Zobel, Clemens e Barbosa, Carlos Elias (2011), “O Acesso dos Imigrantes ao Voto e aos Cargos Eleitorais nas Autarquias Portuguesas”, *Revista Migrações*, n.º 8, Lisboa: ACIDI, 57-76.





## **APÊNDICE**

## Lista de Entrevistas / Intervenientes

<b>SANTIAGO</b>			
<b>Nome</b>	<b>Sexo</b>	<b>Origem</b>	<b>Profissão / Instituição</b>
Matar Sognha	M	Senegal	Estofador / Presidente Associação Senegaleses Praia
Leonel	M	Guiné Bissau	Associação Guineenses Praia
José Fernandes	M	Cabo Verde	Associação de Apoio aos Imigrantes
Júlio Melício	M	Cabo Verde	Dep. Estrangeiros e Fronteira
José Viana	M	São Tomé e Príncipe	Professor
António Furtado	M	Cabo Verde	Ps. Igreja Nazareno
Salomon	M	Nigéria	Ps. Igreja Bíblica Vida Profunda
Diolindo Gomes	M	Guiné Bissau	Professor
Zequina	F	Guiné Bissau	Vendedeira
Davidson	M	Guiné Bissau	Estudante
<b>LISBOA - PORTUGAL</b>			
<b>Nome</b>	<b>Sexo</b>	<b>Origem</b>	<b>Profissão / Instituição</b>
Grace	F	Nigéria	Doméstica
Baio	M	Nigéria	Mecânico
<b>DACAR - SENEGAL</b>			
Otelinda Brito		Cabo Verde	Aposentada
Victor	M	Senegal	Desempregado
Júlia	F	Senegal	Comerciante
Ana	F	Cabo Verde	Empregada de loja
Nicolau	M	Cabo Verde	Marítimo - aposentado
Abdulai	M	Guiné Conacri	Comerciante
Astou	F	Senegal	Professora
Melita	F	Cabo Verde	Doméstica
Odete Silva	F	Cabo Verde	Embaixada de Cabo Verde - Dacar
Ilídio Teixeira	M	Guiné Bissau	Aposentado
<b>SÃO VICENTE</b>			
<b>Nome</b>	<b>Sexo</b>	<b>Origem</b>	<b>Profissão / Instituição</b>
Pap N'Dau	M	Senegal	Comerciante / Presidente Associação Senegaleses em S.V.
Baio Adeyanju	M	Nigéria	Comerciante
Binta	F	Senegal	Comerciante
Ibraim	M	Guiné Conacri	Comerciante
Alfred	M	Nigéria	Ps. Igreja Bíblica Vida Profunda
Lucas	M	Nigéria	Comerciante
Vieira	M	Guiné Bissau	Trab. Construção Civil
Marie Luise	F	Senegal	Comerciante
Mamadou	M	Senegal	Cantor/Músico
Jeremias	M	Angola	Seminarista
Gauso	M	Costa do Marim	Jogador Mindelense
Paulo	M	Guiné Bissau	Sub-chefe cozinha Hotel Porto

			Grande
Daniel Koue	M	Costa do Marim	Jogador Mindelense
Cheikhgh	M	Senegal	Comerciante
Mamadou Baio	M	Guiné Bissau	Vendedor
Aroma Sow	M	Senegal	Comerciante
Michael	M	Gana	Comerciante
John	M	Nigéria	Sapateiro
Fatu	F	Serra Leoa	Comerciante
Erik	M	Nigéria	Comerciante
Jair	M	São Tomé e Príncipe	Estudante Univ.
Camará	M	Guiné Bissau	Guarda Noturno
Issa Djalo	M	Guiné Conacri	Comerciante / Associação Guineeneses S.V.
Mossa	M	Serra Leoa	Comerciante
Dario	M	Togo	Sapateiro
Luffa	M	Senegal	Vendedor
Barik	M	Nigéria	Comerciante
Larry	M	Nigéria	Comerciante
Dani	M	São Tomé e Príncipe	Estudante Univ.
Iumilton	M	São Tomé e Príncipe	Estudante Univ.
Bamba	M	Costa do Marfim	Jogador Derby
Dennis	M	Nigéria	Ps. Igreja Vida Cheia de Poder
Barry	M	Guiné Conacri	Alfaiate
<b>BOA VISTA</b>			
<b>Nome</b>	<b>Sexo</b>	<b>Origem</b>	<b>Profissão / Instituição</b>
Benjamin	M	Nigéria	Comerciante
Gil	M	Senegal	Associação Senegaleses na Boa Vista / Professor
Luceth	F	Guiné Bissau	Comerciante / Empregada Hotel Rio
Nelson Kabi	M	Guiné Bissau	Trab. Construção Civil
Ps. Francisco Vaz	M	Cabo-verdiana	Pastor Igreja do Nazareno
Samba	M	Senegal	Comerciante
<b>SAL</b>			
<b>Nome</b>	<b>Sexo</b>	<b>Origem</b>	<b>Profissão / Instituição</b>
Cristopher	M	Nigéria	Associação Comunidade IBO Sal
Dou Nendyaye	M	Senegal	Associação Senegaleses Sal
Abubaka Diallo	M	Guiné Conacri	Associação Guiné Conacri Sal
Rev. Luís Monteiro	M	Cabo Verde	Pastor Igreja do Nazareno Espargos
Luceth Santos	F	Cabo Verde	Câmara Municipal Sal
Judite Santos	F	Cabo Verde	Câmara Municipal Sal
Vanusa Ribeiro	F	Cabo Verde	Câmara Municipal Sal
Vincent	M	Nigéria	Comerciante
<b>SANTO ANTÃO</b>			
<b>Nome</b>	<b>Sexo</b>	<b>Origem</b>	<b>Profissão / Instituição</b>
Prospe	M	Gana	Comerciante
Djibi Sou	M	Senegal	Topógrafo
Ramatu	F	Serra Leoa	Comerciante

Malan	M	Guiné Bissau	Comerciante
Augusto Iala	M	Guiné Bissau	Professor
Christine	F	Serra Leoa	Comerciante
Beitz	M	Nigéria	Comerciante
Sabá	F	Guiné Bissau	Comerciante

